

v. 7 n° 13 (2024)



Cadernos de
ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2595-5713



v. 7 n° 13 (2024)

*Revista
Cadernos de
África
Contemporânea*

Revista Cadernos de África Contemporânea

Volume 07, n. 13, Jan – Jun, 2024.

Revista Cadernos de África Contemporânea
Grupo de Pesquisa África do Século XX História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da
África - Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II, Alagoinhas.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa África do Século XX e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

Editores gerais:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Editoração eletrônica:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Revisão linguística:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende
Jacimara Vieira dos Santos

Design da capa:

Sítio de internet:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac>

Ficha Catalográfica — Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Grupo de Pesquisa África do Século XX

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África
Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas – BA

Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139

Cadernos de África Contemporânea: Revista do Grupo de Pesquisa África do Século XX e do
Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do
Estado da Bahia –DEDC II,
v.; il. Semestral ISSN: 2595-5713 online

© 2024 Grupo de Pesquisa África do Século XX

Revista Cadernos de África Contemporânea, do Grupo de Pesquisa África do Século XX (UNEB/UNILAB), e do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas, ISSN 2595-5713 online, v. 07, n. 13, Jan/Jun, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac>

Editores:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Comitê Editorial Executivo:

Alexandre Antônio Timbane

Ivaldo Marciano de F. Lima

Rodrigo Castro Rezende

COMISSÃO EDITORIAL

Detoubab Ndiaye UNEB

Priscila Gomes Correa UNEB

Pedro Acosta Leyva UNILAB

Osmundo Pinho (UFRB)

Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB)

Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)

Gabriela de Sousa Costa (UFC)

Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)

Franck Gilbert Ribard (UFC)

Júlio Cláudio da Silva (UEA)

Patricia Teixeira Santos (UNIFESP)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)

Sivio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)

Denise Dias Barros (USP)

Silvio Marcus de Souza Correia (UFSC)

Mahfouz ag Adnane (PUC SP)

Patrício Victorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane - UEM)

Frederico Emiliano Satumbo (Universidade Agostinho Neto- UAN)

Elisio Macamo (Universidade de Basel - Suíça)

Victor Kalibanga (Universidade Agostinho Neto)

José Manuel Peixoto Caldas (Universidade do Porto)

Donatien Dibwe dia Mwembu (Université de Lubumbashi RDC)

David Andrew (Wits School of Arts, University of the Witwatersrand)

Roberto Conduru (Southern Methodist University, Dallas, EUA)

Olabiyi Yai (University of Florida/ Prof. da Universidade de Ifè)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTUDOS AFRICANOS E REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA

Coordenação:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima (UNEB/DEDC II)

Docentes:

Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;
Antônio Vilas Boas (Mestre) DEDEC XIV UNEB;
Celeste Maria Pacheco Andrade (Doutora) DEDEC II UNEB;
Detoubab Ndiaye (Mestre) DEDEC II UNEB;
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDEC II UNEB;
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDEC II UNEB;
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDEC II UNEB;
Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

GRUPO DE PESQUISA ÁFRICA DO SÉCULO XX DOCENTES REGISTRADOS NO CNPQ:

Cíntia Nolácio de Almeida Maia - UNEB DCH IV
Danilo Ferreira da Fonseca - UNICENTRO PR
Detoubab Ndiaye – UNEB DEDEC II
Eduardo Antônio Estevam Santos – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB DEDEC II
Josenildo de Jesus Pereira - UFMA
Mahfouz Ag Adnane - CASA DAS ÁFRICAS (NÚCLEO AMANAR)
Marcos Carvalho Lopes – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Pedro Acosta Leyva – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Rodrigo Castro Rezende UFF/ CAMPOS DOS GOYTACAZES

Apoio:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Reitor: Profa. Dra. Adriana Marmorini Lima
Vice-Reitor: Dayse Lago de Miranda
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Diretor do DEDEC II: Aldrin Armstrong Silva Castellucci



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | Nº. 13 | Ano 2024

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Alexandre António Timbane
Ivaldo Marciano de F. Lima
Rodrigo Castro Rezende

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

EDITORIAL - A POLÍTICA E O TEMPO HISTÓRICO EM ÁFRICA

Aos leitores e as leitoras que refletem sobre o continente africano, um ponto caro ao se debruçarem sobre essa região é a questão do tempo. Desde crianças somos ensinados a ver, sentir e pensar sob as epistemologias Ocidentais. O retrato disso é que sempre analisamos o “outro” pelo viés temporal quadripartite, não conseguindo nos desvencilhar disso. Pensamos o tempo humano a partir de uma suposta antiguidade, medievo, modernidade e contemporaneidade.

Tomamos outros povos sob estes vieses e não nos apercebemos que essa noção de tempo – seus fatos e conceitos – é algo tipicamente Ocidental. Com isso, contribuímos para a existência de uma África inventada, distante do que ela é, e indiretamente, naturalizamos a homogeneidade criada, como se o tempo fosse criado no continente com a chegada dos europeus. Isto vale também para a periodização dividida em “pré-colonial” e “colonial”. É a colonização de um continente por potências estrangeiras que estabelece a demarcação do tempo?

Em suma, se assim procedermos, seremos contribuidores da Biblioteca Colonial. Afinal, de que África estamos falando? Essa foi a pergunta feita nos primeiros Simpósios Temáticos do Grupo de Pesquisa em África da ANPUH Nacional. Até o momento, não há uma resposta definitiva e, penso que não haverá. Porém, uma coisa é certa: temos que analisar os homens e mulheres do continente africano por seus próprios aportes teóricos e noções de mundo e de tempo. Não há tempo sem cultura; não há cultura sem seres humanos; e não há seres humanos sem espaço.

Dito isso, a África, que de longe tem a maior quantidade de povos do globo, deve ser pensada de maneira múltipla, não cabendo homogeneidades. O que é válido para um povo, pode não

ser para o seu vizinho, ainda que pertençam ao mesmo “grupo étnico” ou que falem línguas idênticas, ou da mesma “família linguística”. Não há um só item que poderia juntar esses povos, a não ser a nossa necessidade de continuarmos com as balizas epistemológicas ocidentais. Devemos nos libertar!

Para o presente volume, um pouco disso é discutido. Oito textos compõem esse número, os quais trazem reflexões sobre a política de quatro países: Líbia, Congo, Angola e Moçambique. Sendo os três últimos com ligações históricas na formação do nosso país.

Em relação a Líbia, Mahfouz Ag Adnane e Mohamed Issouf Ag Mohamed, discutem, através do texto “A luta pela integração dos Kel Tamasheq (Tuaregues) Líbios: Uma análise de um desafio transnacional”, a situação política e social da Líbia, especialmente, através do movimento denominado La Lil Tamyiz (Não à discriminação! em árabe), iniciado nos primeiros meses de 2020, em busca de direitos civis.

Partindo para o Congo, em “Aspirações da Carta Africana e a sombra do Neocolonialismo: desafios na proteção das crianças nas minas de coltan da RDC”, Fredson T. D. dos Santos e Adauray S. M. Porto, abordam como um instrumento jurídico, igual ao da Carta Africana, acaba em desuso em função do Neocolonialismo e a extração de coltan feito por crianças na República Democrática do Congo.

Para Angola, somos agraciados com três textos que atravessam o período colonial e desembocam na estruturação do Estado angolano. No primeiro deles, Leonardo Tuyenikumwe Pedro, com “Fases e estratégias portuguesas de ocupação colonial de Owambo, no extremo sudoeste de Angola”, relata as estratégias portuguesas para ocupar regiões, como a de Owambo, que não tinham a presença lusitana até então, sendo feito em quatro fases: presença, penetração, conquista e colonização efetiva. O próximo artigo, “As bases político-ideológicas do surgimento do multipartidarismo em Angola”, escrito por Armando Chipaco Vifuanda, analisa o surgimento do multipartidarismo no país, através das disputas político-ideológica dos líderes dos principais partidos de época. Por último, cabe apresentar o texto de Dinis Kebanguilako, “O sistema educativo transitório e a construção do estado nação em Angola na Primeira República (1975-1992)”, cuja discussão orbita também a criação do Estado-nação angolano, mas objetivando analisar o sistema educativo. Neste artigo, o autor tenta compreender o processo de “hegemonização política” da sociedade.

Com relação aos trabalhos que esse volume traz sobre Moçambique, Hamilton Matsimbe, em “ONG’s e transição democrática em África: Moçambique no contexto da região, 1980-2000”, relaciona os papéis das ONGs no país na melhoria das condições de vida das populações em

situações de vulnerabilidade socioeconômica de Moçambique, sobretudo, entre 1980 e 1990, a partir das reformas neoliberais pós-Guerra Fria.

Com Martinho Pedro descobrimos que os movimentos de libertação de Moçambique e os denominados “partidos históricos” ensejaram a fomentação de uma elite do país, ao passo que uma parcela populacional foi marginalizada. Por isso o título, “Elitização em “partidos históricos” como fonte de uma fraca convivialidade e de graves conflitos sociais na África Austral: um estudo com enfoque em Moçambique” reflete tão bem essa discussão.

O último texto a ser apresentado, “Mweembe e a origem dos Yaawo do norte de Moçambique”, escrito por Agostinho Molesse, é um presente para quem privilegia o estudo regionalizado de um país do continente africano, pois nos brinda com a discussão da origem do povo Yaawo e o uso dessa terminologia no decorrer do tempo.

E é com essa palavra – tempo – que gostaria de terminar esse pequeno texto. Nesse número, há oito artigos que analisam o “contemporâneo”, mas por diversas lentes. Albert Einstein escreveu que o tempo é relativo. E de fato o é! As crianças da RDC, o movimento social na Líbia, assim como as discussões políticas em Angola e em Moçambique não estão na mesma noção de tempo. Experiências distintas, em contextos diferentes, mudam aquilo que denominamos pelo designativo de tempo. O tempo uniforme e padronizado é uma ilusão de mau gosto, cuja homogeneização não pode ter lugar em África. Por isso o meu cuidado com os usos do adjetivo pátrio “africano”, algo que tomo de empréstimo do nosso editor geral, o Prof. Ivaldo Marciano.

A todas e todos uma excelente leitura!

Dr. Rodrigo Castro Rezende (UFF – Campos dos Goytacazes)



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

**Mahfouz Ag Adnane
Mohamed Issouf Ag
Mohamed**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

A LUTA PELA INTEGRAÇÃO DOS KEL TAMASHEQ (TUAREGUES) LÍBIOS: UMA ANÁLISE DE UM DESAFIO TRANSNACIONAL

THE STRUGGLE FOR INTEGRATION OF THE LIBYAN KEL TAMASHEQ
(TUAREGS): AN ANALYSIS OF A TRANSNATIONAL CHALLENGE.

RESUMO: Com base nas queixas da sociedade Kel Tamacheque (Tuareg), este estudo presta atenção ao desenvolvimento da situação sócio-política na Líbia. Desta forma, centra-se no movimento civil La Lil Tamyiz (Não à discriminação! em árabe) iniciado nos primeiros meses de 2020 por um grupo de jovens da mesma sociedade, nas cidades de Ghat, Oubari e Sebha, em sul da Líbia. Com base em estudos bibliográficos e análise de artigos acadêmicos, são examinados os antecedentes históricos – que remontam ao período colonial na década de 1950 até o atual e delicado contexto pós-Gaddafi – e a evolução mais direta da mobilização em curso de luta pelo acesso à nacionalidade líbia. Além disso, também são analisadas e discutidas, de forma comparativa, as estratégias adotadas para a integração sociopolítica das demandas por direitos civis básicos utilizadas nos demais estados africanos onde estão localizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Direitos à Nacionalidade; Líbia; Kel Tamacheque.

ABSTRACT: Based on the grievances of the Kel Tamasheq (Tuareg) society, this study pays attention to the development of the socio-political situation in Libya. As such, it focuses on the civil movement La Lil Tamyiz (No to discrimination! in Arabic) started in the early months of 2020 by a group of young people from the same society in the cities of Ghat, Oubari and Sebha in southern Libya. Based on bibliographical studies and an analysis of academic articles, the historical background - dating back to the colonial period in the 1950s to the current delicate post-Gaddafi context - and the more direct evolution of the ongoing mobilisation to fight for access to Libyan nationality are examined. In addition, the strategies adopted for the socio-political integration of demands for basic civil rights in the other African states where they are located are also analysed and discussed in a comparative manner.

KEY WORDS: Citizenship; Rights to Nationality; Libya; Kel Tamasheq.

A LUTA PELA INTEGRAÇÃO DOS KEL TAMASHEQ (TUAREGUES) LÍBIOS: UMA ANÁLISE DE UM DESAFIO TRANSNACIONAL

Mahfouz Ag Adnane ¹
Mohamed Issouf Ag Mohamed ²

Introdução e contextualização histórica

Os *Kel Tamacheque* são uma sociedade com grande pluralidade, pertencente ao espaço sociopolítico e cultural Amazigh (referido como bérbere na literatura de fonte europeia). Conforme apontado por pesquisadores como Gabriel Camps (1983) e Helene Claudot-Hawad (2001), *Amazigh* ou *Imazighens* (no plural) são compostos, principalmente, pelos descendentes dos primeiros povos a viver no norte da África, modificando-se em vários processos de interação ao longo da história. É uma sociedade sociolinguística que, de oeste a leste, vai das Ilhas Canárias a Siuá (oeste do Egito) e, de norte a sul, do Mediterrâneo ao sul do Saara (Rio Níger).

Conhecido nos escritos ocidentais sob a nomenclatura *Tuareg* (*tuaregue*), particularmente presente na bibliografia de língua francesa, essa sociedade não reconhece essa denominação como sua, referindo-se a si mesma por um nome que possui variações locais: *Imuhagh* (na Argélia, Líbia), *Imajeghen* (no Níger) e *Imushagh* (no Mali) (AG ADNANE, 2014; CLAUDOT-HAWAD, 1990; 2001). Eles são organizados principalmente em torno de quatro grandes polos territoriais com interrelações complexas: *Ahaggar*, no sul da Argélia; *Air*, no norte do Níger; *Ajjer*, numa região situada no leste da Argélia e sudoeste da Líbia e *Azawad* ao norte do Mali (KOHL, 2010). Nesta área que ocupam, estima-se que existam 1,5 milhões de pessoas, de acordo com fontes administrativas oficiais, e mais de 5 milhões, do ponto de vista dos seus líderes tradicionais. Ou seja, nas regiões mais remotas existe um problema de censo e essa falta de censo dificulta a coleta do número real de pessoas que lá vivem. Portanto, a variabilidade desses números, aos quais não corresponde nenhum recenseamento confiável, é proporcional à questão política da demografia étnica nos Estados africanos nos quais vive essa população.

Os estudos sobre os povos Imazighen/Amazigh, notadamente aqueles dedicados à sociedade Kel Tamacheque ainda recebem pouca atenção em diferentes centros acadêmicos. No Brasil, há grande escassez de pesquisas e produção acadêmica neste campo, que permanece desconhecido mesmo entre pesquisadores/as. Entre os raros trabalhos, cabe assinalar as publicações do Mahfouz Ag Adnane (2014; 2019) sobre temas coloniais e, principalmente, pós-

¹ Mahfouz Ag Adnane, Doutor em História pela PUC SP. tidjefene@gmail.com

² Mohamed Issouf Ag Mohamed, graduado em Relações Internacionais pela UFS. agmohamedmohamedissouf@gmail.com

independência, com pesquisas ligadas aos Kel Tamacheque (Mali, Níger e Argélia, principalmente) e, também, aos amazighs do sul do Marrocos. Trata-se de pesquisa recente que reflete sobre as lutas por autonomia e independência, dinâmicas culturais e sociopolíticas no século XX. Há, ainda, os trabalhos de Maria Cristina Nicolau Kormikiari (2001; 2008), pesquisadora no campo da arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Suas pesquisas incluem arqueologia, numismática e iconografia no norte da África amazigh.

Existem, internacionalmente, pesquisadores interessados pelo assunto também. Neste sentido, vale frisar os trabalhos do escritor argelino Dida Badi Ag Khamadine (2010; 2012; 2017), pesquisador afiliado ao Centro Nacional de Pesquisa Pré-histórica, Antropológica e Histórica da Universidade de Argel, sobre assuntos relacionados à sociedade Kel Tamacheque na Líbia durante o governo Gaddafi e pós-Gaddafi, as relações do povo Kel Tamacheque com seus países pertinentes e, por fim, os laços internacionais desenvolvidos pelas autoridades com outros Estados saarianos, particularmente, através das relações com as populações Tamacheque destes países. Além deste, não podemos ficar sem citar a eminente pesquisadora Helène Claudot-Hawad (1986; 1990; 1996; 2001), que estuda questões voltadas à sociedade Kel Tamacheque durante a colonização, nascimento de Estados africanos independentes, a relação dessa sociedade com os Estados-nação e o conceito de multiterritorialidade.

O presente trabalho pretende discutir a situação política e social da sociedade tuaregue, *KelTamacheque*, na Líbia (a chamada “Questão Tuaregue”, termo usado por Ag Khamadine (2010, 2012 e 2017) no caso da Líbia, e anteriormente por Claudot-Hawad (1987; 1990; 1996; 2001 e 2008) e Boilley (1999) no caso dos países de Saelo-saarianos (Argélia, Mali e Níger)), do contexto do final do século XX até os dias atuais, dando mais atenção à última década pós-Gaddafi, ou seja, de 2011 a 2021. A questão-problema que orienta a presente reflexão pode ser assim formulada: *quais são as consequências sociopolíticas da queda de Muammar Gaddafi e da constituição das novas estruturas de poder para a consolidação da cidadania Kel Tamacheque na Líbia?*

A premissa inicial é que os Kel Tamacheque constituem uma das nações sociológicas³ não árabes nem arabizadas, apesar de serem muçulmanos sunitas, que compõem o Estado-nação líbio. Sua base sociocultural e econômica está sedimentada historicamente como seminômade e é dedicada à pastorícia e à agricultura (oásis). Estabeleceram-se, principalmente, no sudoeste do

³ Termo adotado por AG ADNANE (2019), para as formações sociais que se assumem e defendem sua identidade tamasheq, a partir do entendimento de Mwayila Tshiyembe (2001).

país, na região de Fezã, em uma área que se estende desde a cidade-oásis de Ubari até Ghat e Ghadames. Diferentemente de outras regiões do Saara central, Fezã (região Tamacheque, ver mapa a seguir), na Líbia, constitui uma centralidade histórica e simbólica, mas também geopolítica. Centralidade não apenas na escala nacional, mas, também, ao nível da região do Saara-Sahel. Isto se explica pelo fato de que as reconfigurações políticas e territoriais em Fezã e na zona saheliana estão inextricavelmente relacionadas e interagem entre si.

Figura 1: Mapa político da República Líbia com as três diferentes regiões principais do País.

Fonte: Google.



Desse modo, sob o regime de Muammar Gaddafi (1969-2011), esse grupo aderiu às forças armadas, em um acordo com as autoridades líbias para que atendessem sua demanda de naturalização. No entanto, o governo líbio, por vários anos, concedeu nacionalidade a jovens de minorias não árabes, a exemplo de Kel Tamacheque e também da comunidade Tubu, de acordo com suas necessidades geopolíticas, para servirem de mercenários e, às vezes, acabou revertendo suas decisões posteriormente (GALLET, 2015). Por esta razão e outras, como a queda do regime líbio em 2011 que deixou o país em caos, o processo de naturalização não se concluiu, fazendo com que muitos deles permanecessem apátridas.

Durante a revolta popular de 2011, um número significativo de Kel Tamacheques manteve aliado a Gaddafi, particularmente aqueles que tinham integrado suas forças de

segurança.⁴ Contudo, outros aliaram-se às forças revolucionárias (anti-Gaddafi). Após os graves eventos de 2011⁵, os tuaregues passaram a ser, frequentemente, considerados colaboradores do regime deposto, independentemente das diferenças internas e das posições individuais. Com isso, a repressão e a intimidação persistiram contra eles (MURRAY, 2017).

Tendo em vista as mudanças que têm ocorrido nas sociedades africanas desde a invasão europeia no continente e sua partilha até os tempos da sua descolonização, é de fundamental importância também analisar a partilha da nação Tuaregue entre vários países (Argélia, Burkina Faso, Líbia, Mali, Mauritânia e Níger) da faixa saelo-saariana, buscando, assim, reverter a visão de que a África do Norte e o Saara são compostos apenas por árabes, fortalecendo a visibilidade e o conhecimento acerca dos povos autóctones dessa parte do mundo, particularmente da Líbia. Outrossim, procura-se discutir as posições, divisões, estratégias e alianças Tamacheque no conflito iniciado em 2011, examinando sua luta por direitos e reconhecimento político, econômico, cultural, social e educacional, uma vez que essa população faz parte da estrutura social da Líbia. De forma geral, percebe-se que, além de secas recorrentes, interesses econômicos globais e tentativas locais e supra locais de impor hegemonia política tornaram a vida cada vez mais difícil para as pessoas que seguem caminhos de vida nômades saarianos durante as últimas décadas. Um dos exemplos mais recentes disso é, justamente, a intervenção ocidental que acabou com o regime de Gaddafi e contribuiu para a proliferação de armas na faixa saelo-saariana, intensificando a insegurança para além das fronteiras líbias.

Ademais, levando em consideração a escassez de trabalhos sobre o tema, este estudo pode contribuir também para combater preconceitos que disseminam a ideia de que só existe areia nas regiões saarianas, demonstrando a presença de seres humanos, com seu modo próprio de vida, que lutam dia e noite por seus direitos fundamentais. Nesse sentido, a relevância deste tema, em primeiro lugar, está, justamente, na tentativa de mudar a imagem estereotipada da sociedade Kel Tamacheque no plano internacional, oferecendo dados produzidos a partir de fontes locais que não são consideradas no tratamento da mídia e da literatura de caráter científico. Ademais, a pesquisa tem a finalidade de trazer para o Brasil novos elementos para que

⁴ Na Líbia, a principal prova de cidadania é um tipo de caderneta da família no qual constam todos os nomes dos membros da família. No entanto, a maioria das famílias tuaregue do sudoeste da Líbia não possui o documento necessário. Disponíveis em: [The New Humanitarian | Les minorités libyennes revendiquent leurs droits](#), 2012.

⁵ Jamairia (em árabe: جماهيرية, também transliterado como Jamahiriya) é um termo árabe traduzido geralmente como "Estado das massas" que esteve presente no antigo nome oficial do Estado da Líbia – "Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista" – desde a "Declaração de Saba" em 2 de março de 1977 até 20 de outubro de 2011. O termo é um neologismo cunhado pelo então líder líbio Muammar al-Gaddafi em seu *Livro Verde* e destinado a descrever um tipo de Estado similar à "República Popular" dos Estados socialistas. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jamairia#:~:text=Jamairia%20\(em%20%C3%A1rabe%3A%20EF%BA%9F%EF%B%44%EF%BA%8E%EF%BB%AB%EF%BB%B4%EF%BA%AE%EF%BB%B3%EF%BA%94%2C,at%C3%A9%20de%20outubro%20de](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jamairia#:~:text=Jamairia%20(em%20%C3%A1rabe%3A%20EF%BA%9F%EF%B%44%EF%BA%8E%EF%BB%AB%EF%BB%B4%EF%BA%AE%EF%BB%B3%EF%BA%94%2C,at%C3%A9%20de%20outubro%20de).

pesquisadores da academia brasileira possam ter noção da situação de povos saarianos e norte-africanos em tempos de mudanças globais.

Outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta para justificar a importância e o interesse sobre o tema, é que muitos Kel Tamacheque, que vivem nas regiões do Saara central e Sahel, estão sendo pressionados para a sedentarização, pois foram obrigados a mudar de estilos de vida nômade para estilos de vida urbanos nas últimas décadas. Para além disso, eles estão sendo forçados a cruzar fronteiras internacionais sem a devida identificação, nacionalidade ou cidadania, devido aos impulsos da política internacional (KOHL; FISCHER, 2010). Por fim, nota-se que desde o início da revolta líbia, até os dias atuais, o foco permanece em “Gaddafi”, “autoritarismo”, “islamismo” e, depois, a briga entre o chefe miliciano Khalifa Haftar e as autoridades do Tripoli, desde 2016 (reconhecidas pela ONU e países ocidentais), quando se trata do país norte-africano. Então, a contribuição aqui visa demonstrar que existem outros atores importantes para a estabilidade e a reconstrução do tecido social líbio depois da administração Gaddafi.

Feitas todas essas considerações, é possível perceber que tal pesquisa pode contribuir para os debates no campo das Relações Internacionais, uma vez que se debruça sobre os estudos acerca do papel de vários atores e a relação contemporânea entre geografia e política nas regiões Amazighs - os Kel Tamacheque, neste caso - do Saara central, a partir dos múltiplos processos de resistência e luta por direitos fundamentais e pelo direito à mobilidade, em vários espaços saarianos. O objetivo é contribuir para a construção de uma nova perspectiva de conhecimento empírico sobre essa parte de África em tempos pós-coloniais e num cenário internacional em transformação.

Assim, ao levarmos em consideração os pontos elencados acima, a ideia é pensar as Relações Internacionais contemporâneas a partir de perspectivas de povos autóctones, na conformação de um campo de conhecimento capaz de ultrapassar os enfoques ancorados na perspectiva eurocêntrica. O objetivo central deste estudo é mapear os desafios da luta pela integração e construção da cidadania dos *Kel Tamacheque (Tuaregues)* nos seus países pertinentes e, particularmente, na Líbia contemporânea, considerando tanto o período de Gaddafi (1969-2011) como o posterior (2012-2021). Seus objetivos específicos são:

1. Descrever os desafios e debates na construção dos direitos sociais, civis e políticos dos Kel Tamacheque na Líbia,
2. Entre 1969 e 2011, durante a Jamahiriya de Gaddafi
3. Após 2012, considerando os conflitos, o Governo de Transição e a situação presente.

4. Analisar os elementos comuns e as diferenças quanto ao reconhecimento e pleno pertencimento dos Kel Tamacheque nos Estados nacionais do norte africano (Argélia, Níger, Mali), apresentados na literatura acadêmica.
5. Identificar perspectivas de análise da juventude Kel Tamacheque sobre a situação de seus direitos nesses países.

Visando responder à pergunta norteadora do trabalho, será mobilizada uma metodologia que vai envolver uma pesquisa dedutiva básica, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, a partir de uma revisão bibliográfica, entrevistas e análise de redes sociais.

Além disso, será empregada uma abordagem qualitativa, a fim de realizar a seleção e análise de documentos diversos, tais como: ensaios, artigos, materiais de jornal e livros de estudiosos sobre o tema, redes sociais, bem como *entrevista não dirigida na língua Tamacheque* com membros do movimento civil *La Lil Tamyiz* ("não à discriminação"), formado no início de fevereiro de 2020 por um grupo de jovens Tamacheque das regiões de Ghat, Oubari e Sebha no sul da Líbia e outros personagens envolvidos no processo; e depoimentos de pessoas demandantes de cidadania Líbia. A questão do documento de identidade⁶ é um dos assuntos mais importantes, hoje, na Líbia.

No que diz respeito à revisão bibliográfica, serão analisados tanto os textos de uma literatura mais ampla, que aborda às questões sobre a relação entre Kel Tamacheque de forma abrangente e o Estado-nação na sequência da descolonização, quanto uma literatura mais específica, que trata sobre a ligação dos Kel Tamacheque líbios com o Estado durante e pós-governo de Gaddafi. Desse modo, propõe a realização de levantamento e estudo crítico histórico-bibliográfico considerando a literatura em português, inglês e francês, a fim de mapear a produção acadêmica relevante e contextualizar suas temáticas, além de uma análise de canções escritas pelos integrantes do movimento cultural denominado "*Teshúmara*", do qual alguns membros pertencem atualmente à banda Tinariwen; e uma série de entrevistas orais realizadas em tamacheque, em francês, via rede social (WhatsApp) com Kel Tamacheque líbios, que são integrantes da sociedade civil da província de Fezã e são membros do movimento civil *la lil tamyiz* (*não à discriminação!*) onde vivenciaram todas as manifestações relacionadas ao pedido de documentação e mais inclusão, há anos.

No que se refere à *entrevista não dirigida*, ela é um instrumento de pesquisa qualitativa para a coleta de dados. Ou seja, "é feita com perguntas abertas e parte do princípio de que o informante é capaz de se exprimir com clareza. O entrevistador deve se manter apenas escutando,

anotando e interagindo com breves perguntas” (BRASILEIRO, 2021, p. 84). Isto é, um procedimento utilizado para obter informações detalhadas sobre um assunto geral que permite realizar uma investigação. Ou seja, preocupa-se em desenhar os contornos para discutir como e quais são os principais embates e desafios da inserção e participação dos Kel Tamacheque no contexto da Líbia, como cidadãos plenos.

O cumprimento desta metodologia e a consecução dos objetivos colocados se darão ao longo de quatro seções, sendo a primeira a mais importante para esse trabalho e as outras são complementares. Inicialmente, faz-se necessário expor a realidade histórica da sociedade Amazigh, e particularmente os Kel Tamacheque da Líbia, suas relações políticas com as antigas autoridades líbias e o seu papel na construção nacional durante o período pós-revolta de 2011, na primeira seção. Na segunda parte deste artigo, iremos apresentar, de forma breve, o histórico e os motivos da luta dos Kel Tamacheque tornados da Líbia no Mali e na terceira seção, os desdobramentos da luta da população Tamacheque no Níger por razões parecidas. Por fim, na quarta parte tentaremos trazer uma breve análise das relações da sociedade Kel Tamacheque argelina e o Estado central.

Kel Tamacheque líbios

Desde o início dos anos 70, quando ele chegou ao poder por um golpe militar, o ex-dirigente da República líbia, Muammar Gaddafi, instaurou uma política formada e sustentada por alianças comunitárias dentro do país (CHAKER; FERKAL, 2012). É nesse contexto que ele conseguiu ganhar a confiança da comunidade Kel Tamacheque, apesar da proibição de língua ou cultura diferente da árabe na Líbia. Segundo a perspectiva da Jamahiriya⁷, todos os líbios são árabes e muçulmanos, e do ponto de vista de Gaddafi – de forma mais clara ainda– os Amazighs (incluindo os Kel Tamacheque) são árabes. Desse modo, percebe-se que o controle político sobre a configuração Amazigh ficou, portanto, restrita à repressão e à exclusão (CHAKER; FERKAL, 2012).

Porém, é relevante ressaltar que os Amazighs ou Imazighen são os habitantes nativos da Líbia e de todo o norte da África (bérberes). Pois além dos Kel Tamacheque que residem no sudoeste, na cidade oásis de Ghadamès e mais para o sul do país em cidades como Ubari, Sabha e Ghat (considerada centro urbano histórico), há outro grupo Amazigh importante, conhecido

⁶ No original “front Occidental” (CHACKER ; FERKAL, 2012).

⁷ Do Original: “ De manière générale, la révolution libyenne du 17 février permit aux Touareg de s'affirmer pour la première fois en tant qu'entité amazighe visible et non arabiste et s'essayer à la difficile expérience de l'émergence

como *Imazighen de Nefússa*, que são líbios nativos, também tendo uma cultura e língua diferentes do árabe. Além disso, conforme o observado por Salem Chacker e Masin Ferkal (2012), a região *amazighofona* (ou de língua Amazigh) mais importante na Líbia é a de *Nefússa*. Neste sentido, contamos, em grande parte, com trabalhos como o de Kormikiari (2001; 2007; 2014), professora da USP que pesquisa sobre a presença romana na região norte do continente africano durante a antiguidade, que traz elementos interessantes sobre a presença Amazigh em grandes áreas do continente africano. Ao discutir e situar o povo Amazigh, ela escreve:

Na Antiguidade, o nome amazigh (tamazight, no feminino, e imazighen, no plural), o qual é, aparentemente, utilizado pelos próprios berberes como designação étnica de seus grupos indígenas, surge, em inscrições líbicas, na forma MSK; em inscrições romanas nas formas mazic, masak, mazix e mazica (feminino com uma desinência latina) (GSELL 1927, vol.V: 116; Camps 1960: 27). Este nome foi usado também no começo da era cristã para denominar diversos grupos indígenas. É um étnico largamente difundido por todos os países berberes e é usado no topônimo. Trata-se da raiz MZG ou MZK que aparece também nos nomes mázaces (de época romana), maxies (em Heródoto), mazyces (em Hecateu), maxitani (em Justino), meshwesh (nas inscrições egípcias). Os imuhagh, do oeste do Fezzan, os imazighen, do Aurés, do Rif e do Alto Atlas, entre outros, conservam este nome. O tamaseght (tamachek) é a língua dos touaregues, que chamam a si mesmos de imouchar. O uso indiscriminado, nos textos antigos, do nome mazices para povos diferentes, nômades, montanhese etc., em períodos diversos e habitando regiões distantes umas das outras, parece mostrar que este seria o único nome indígena de aceitação geral (KORMIKIARI, 2001, p. 56).

Antigos trabalhos de historiadores e filósofos citados por Kormikiari (2001) sobre o tema deste estudo, tais como Heródoto, são imprescindíveis para embasar a profundidade histórica e cultural da identidade Amazigh enquanto povo nativo norte-africano. Porém “os interesses coloniais e pós-coloniais constituem ainda um obstáculo político e epistemológico para seu entendimento” (ADNANE, 2014, p. 29). Portanto, temas relacionados à região norte de África, em geral; e, particularmente, a *amazighidade* (berberidade) líbia são sub-documentados e pouco conhecidos (CHACKER; FERKAL, 2012), especialmente em fontes de língua portuguesa.

A pesquisa de Mahfouz Ag Adnane (2014; 2019) teve como um dos seus objetivos situar a sociedade Tamacheque no universo Amazigh (berbere) e em relação aos dois eixos organizadores que compõem a fundação da sociedade: isto é, “*tumast* (o que somos todos juntos, nação) e *tamurt* (cultura Tamacheque)” (ADNANE, 2014, p. 27). Desse modo, as causas da resistência Tamacheque não podem ser encontradas apenas no despertar do sentimento de identidade. Elas também são objetivos e se relacionam com a injustiça do desenvolvimento

d’un embryon de la société civile, bien que sous-tendu par l’organisation lignagère traditionnelle” (BADI, 2017, p. 25)

desigual, a divisão norte/sul, o fosso antigo que separa sua realidade de outros cidadãos, onde quer que eles estejam (ADNANE, 2015), em todos esses países onde eles estão presentes. Neste contexto de desigualdade, para além das fronteiras da Líbia, essa comunidade desenvolve diversas estratégias para conseguir seus direitos fundamentais, enquanto cidadãos, em países como Níger e Mali. Assim, “a rebelião tamacheque e árabe, de 1990, foi uma luta pela real integração ao Estado-nação malinês e suas instituições” (AG ADNANE, 2019, p. 58), ou seja, uma resposta e recusa à marginalização. De acordo com o trabalho de Chaker e Ferkal (2012), os acontecimentos na Líbia desde fevereiro de 2011, que resultaram na derrubada da ditadura Gaddafi, trouxeram à luz o importante papel desempenhado pelos Amazigh, em especial os de Jebel Nefoussa, no levante. O envolvimento armado dos Amazighs/Imazighen deu uma contribuição crucial para a derrubada final do regime e a tomada de Trípoli na “frente ocidental”⁸ (ou Tripolitana) (CHACKER; FERKAL, 2012). Os Kel Tamacheque participaram da revolta líbia nos dois lados, ou seja, em sua maioria, este grupo permaneceu fiel ao coronel Gaddafi (MURRAY, 2017), no entanto, outros Tamacheques se rebelaram contra o governo (WEHREY, 2017).

Sobre o caso dos Tamacheque da Líbia e sua relação com Gaddafi, conforme o argumentado por Badi (2017), a crise na Líbia destacou o alcance e a importância da manipulação da aliança de linhagens, que Gaddafi operou desde que chegou ao poder, em 1969, ao derrubar a monarquia federal dos Senucide. Desse modo,

Embora os movimentos da Primavera Árabe tenham mostrado a importância da sociedade civil na mobilização das pessoas contra os regimes, os movimentos tribais e contra os regimes em vigor, as alianças tribais e clânicas foram, no entanto, utilizadas como *modus operandi* para a revolução líbia, na luta contra o regime de Gaddafi, devido à ausência de uma sociedade civil genuína e de partidos políticos organizados (AG KHAMADINE, 2017, p. 25, tradução nossa).⁹

Para entender a questão dos Kel Tamacheque, especificamente, no sudoeste da Líbia, é relevante explicar que eles estão divididos em dois grupos: um primeiro grupo, formado por Kel Tamacheque pertencentes às confederações Kel Ajjer, um vasto agrupamento de comunidades presentes na Líbia e que também se estende a uma parte do território argelino. Historicamente

⁸ Law Number (24) for 2010/1378 On The Libyan Nationality, http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=93753

⁹ Em Original: “Is considered a Libyan every person resided in Libya regularly since 07/10/1951 and s/he did not have other foreign nationality and if one of the following conditions is applicable on him/her:

- He/she born in Libya.
- He/she born outside Libya but one of his parents born in Libya.
- He/she born outside Libya but he resided regularly for a period not less than 10 years before 07/10/1951.”

estabelecidos ao longo da fronteira destes dois países, estes Kel Tamacheque têm raízes líbias que remontam a vários séculos. E um segundo grupo, composto por Kel Tamacheque que chegaram à Líbia nos anos 70, vindos dos países sahelianos do Mali e do Níger, fugindo da pobreza, da seca, do desemprego e, sobretudo, da repressão das forças armadas desses países da África Ocidental (AG KHAMADINE, 2017; KOHL, 2010; CHAKER; FERKAL, 2012).

Dessa forma, a política nacional de Gaddafi, durante as décadas de anos 70 e 80, aproveitou para atrair os jovens Tamacheque sahelianos, particularmente desfavorecidos (de Mali e do Níger), conhecidos sob o nome “*Ishumar*” (que vem do francês *chômeurs*, ou seja, desempregados), prometendo para eles salários e documentos de identidade em troca da adesão às forças armadas do regime (KOHL, 2010). Muitos deles, então, se juntaram às fileiras do regime, integrando as forças especiais do regime já nos anos 80; alguns desses jovens *Ishumar* foram enviados como mercenários pelo ditador líbio para lutar no Chade, Palestina, Líbano e Uganda. Portanto, esse processo de naturalização, prometido por Muammar Gaddafi desde os anos 80, para a população Kel Tamacheque no sul da Líbia, permaneceu incompleto quando eclodiu a revolta de 2011 no país.

Mas, oficial e legalmente, no que diz respeito à cidadania, é a *lei da nacionalidade Líbia*¹⁰ n.º 24 de 2010 que rege a aquisição da nacionalidade neste país. E de acordo com sua seção 2:

É considerado um líbio toda pessoa que residia regularmente na Líbia desde 10/07/1951 e não tinha outra nacionalidade estrangeira, e se uma das seguintes condições for aplicável a ele/ela:

Ele/ela nasceu na Líbia.

Ele/ela nasceu fora da Líbia, mas um de seus pais nasceu na Líbia.

Ele/ela nasceu fora da Líbia, mas residiu regularmente por um período de pelo menos 10 anos antes de 10/07/1951, 36 anos antes de 10/07/1951.¹¹

De acordo com a Seção 2 da Lei da Nacionalidade Líbia N° 24 de 2010, qualquer pessoa que solicite a nacionalidade líbia deve apresentar prova de origem líbia através da apresentação de documentos legais/autênticos, sujeitos à decisão do Coordenador do Comitê Geral do Povo para Segurança Geral. No entanto, os depoimentos não são considerados como prova. A principal prova de cidadania é o livreto da família, que lista todos os nomes dos membros da família. Como uma das consequências da queda do Gaddafi, muitos jovens desta comunidade ainda não têm acesso aos mesmos serviços e oportunidades que outros habitantes do país, pois não

¹⁰ Fundadores do Congresso Amazigh da Líbia em Londres em 2000, conforme o próprio autor (AG KHAMADINE, 2017).

¹¹ THE HUMANITARIAN, 2015.

possuem a caderneta familiar necessária para se candidatar a um emprego, um programa universitário, um empréstimo bancário, entre outras coisas, fundamentais na vida cotidiana dessas pessoas. Ag Khamadine (2017) afirma que, após a queda do governo Gaddafi, ativistas¹² Amazigh no exílio lançaram a luta pela preservação da identidade Amazigh na Líbia nos últimos 20 anos. Nesse contexto, o Congresso Nacional Amazigh da Líbia foi estabelecido em 1º de setembro de 2011, após a queda da ditadura de Gaddafi, e lançará oficialmente a "questão Amazigh" na Líbia pela primeira vez.

De acordo com o autor, a demanda pela constitucionalização do idioma Tamazight surgiu como resultado principal da criação do congresso nacional Amazigh (AG KHAMADINE, 2017). Além disso, a ideia foi levada, principalmente, por líderes Amazighs de Jebel Nafussa, que pretendiam espalhá-la para todos os grupos Amazighs do país, incluindo os Kel Tamacheque, a fim de se libertar do isolamento em que a ditadura pan-arabista de Gaddafi os colocou. Portanto, os iniciadores tentaram alcançar os Kel Tamacheque logo no início do pós-queda de Gaddafi, em um esforço para mobilizá-los por trás da demanda feita durante a cúpula de Ubari, mas essa proposta só recebeu apoio entre a juventude Tamacheque. De acordo com a matéria publicada pelo jornal *The Humanitarian* (2015), sob o governo de Muammar Gaddafi, a exemplo de outras comunidades não árabes, os Kel Tamacheque foram uma minoria marginalizada. Isto é, um regime, que sempre defendeu o pan-arabismo, recusou-se a reconhecê-los como um grupo étnico indígena e a fornecer-lhes documentos líbios.¹³

De ponto de vista analítico, conforme o apontado por Ines Kohl (2010), os Estados-nação que surgiram depois da colonização não reconheceram os Tamacheque como uma unidade social, política e geográfica, ao contrário, estabeleceram sua marginalização. Portanto, eles são agora uma minoria em sua terra natal. Enquanto estas populações estão sendo marginalizadas política e economicamente no Mali, Burquina Faso e Níger, na Argélia e na Líbia, eles estão sendo expostos a fortes tendências para a arabização como estratégias de assimilação (KOHL, 2010). Desse modo, na contemporaneidade, “os movimentos transnacionais também são impulsionados por uma ideologia e filosofia particular que os liga a uma nação imaginária sem Estado (Tumast)¹⁴” (KOHL, 2010, p. 452, tradução nossa).

Quanto à relação da sociedade Kel Tamacheque com o Estado-nação pós-colonial, primeiro, houve a incompreensão das populações Tamacheque sobre as mudanças trazidas pela

¹² Tradução do original: “The transnational movements are also pushed by a particular ideology and philosophy of being connected to an imagined stateless nation (Tumast).” (KOHL, 2010, p.452)

¹³ Em original: “Indeed, the ocrs created by French law of 10 January 1957 bolstered hopes for a Saharan State.” (PERRIN, 2014, p.303).

¹⁴ No Original: “L’objectif est d’étouffer toute velléité de revendication communautaire, qui prendrait rapidement chez les Touaregs une extension supra-étatique.” (CLAUDOT-HAWAD, 2008, p.8).

independência e sua surpresa ao verem a administração francesa tão rapidamente substituída por soldados e funcionários públicos do Sul (CLAUDOT-HAWAD, 2001), no caso dos Estados do Sahel (Mali e Níger), enquanto permaneciam otimistas sobre uma Organização Comum das Regiões do Saara (OCRS), como prometido pela França alguns anos antes. Neste contexto, a pesquisadora Delphine Perrin (2014) afirma que, “de fato, a OCRS criada pela lei francesa de 10 de janeiro de 1957 reforçou as esperanças de um Estado saariano¹⁵” (PERRIN, 2014, p. 303, tradução nossa). Essa observação lembra o fato do Movimento Nacional da Libertação de Azawad (MNLA), no Mali, ter expulsado o exército nacional do país da região de Azawad (a parte norte do país, região Tamacheque) e declarado independência em 6 de abril de 2012, demonstrando, assim, a rejeição da comunidade Kel Tamacheque ao Estado central do Mali.

No que se refere à questão de transnacionalidade e reconfiguração de laços territoriais, a fronteira é o exemplo mais óbvio e direto do Estado moderno do Saara, conforme Claudot-Hawad (2008). Ou seja, as fronteiras que separam este vasto deserto e as estepes que os Kel Tamacheque controlavam anteriormente, são resultados diretos de incursões coloniais anteriores. Os contornos do Saara foram moldados pelo avanço dos soldados designados para conquistá-lo no final do século XIX. A autora explica que a região foi disputada por vários atores como tropas otomanas posicionadas no leste, seguidas por italianos e tropas inglesas no sul, porém o mais importante ator foi a França, cujo dois itinerários do seu exército coloniais, uma parte partindo de Argel no norte e outra partindo de Dakar no oeste, ocuparam esta área (CLAUDOT-HAWAD, 2008). E as territorialidades do Estado foram determinadas pelas posições desses exércitos adversários.

Neste contexto, Claudot-Hawad (2001; 2008) argumenta que a maioria dos nômades não consegue atravessar as fronteiras estatais, devido à exigência de documento de identidade (como passaporte ou carteira de identidade), bem como o pagamento de taxas alfandegárias. Já a Argélia proibiu caravanas comerciais transaarianas (principal fonte de renda dos saarianos já nas independências) logo em 1963, ano em que conquistou a independência, em um esforço para manter o controle mais rígido possível sobre a sua região saariana (CLAUDOT-HAWAD, 2008). Dessa forma, foram tomadas medidas para romper ou enfraquecer os laços entre os Kel Tamacheque do Norte, que se tornaram argelinos e líbios, e os do Sul, anexados aos Estados do Sahel (Mali e Níger). A extração de recursos minerais, cujas maiores reservas se encontram em terras Tamacheque, nas fronteiras da Argélia com Níger e Líbia, é a principal questão. Portanto, “o objetivo é extinguir qualquer sugestão de reivindicação comunitária, que rapidamente

¹⁵ Mali teve cinco *golpes militares de Estado* (1968, 1991, 2012, 2020 e 2021) e 24 anos de ditadura militar (Moussa Traoré 1963-1991); o Níger teve quatro *golpes de Estado* (1974, 1996, 1999, 2010) e sete repúblicas diferentes.

assumiria uma dimensão supra-estatal entre os tuaregues¹⁶” (CLAUDOT-HAWAD, 2008, p. 8, tradução nossa). Em seu artigo intitulado “Un territoire bâti comme une tente nômade” (“Um território organizado como uma tenda nômade”), Hélène Claudot-Hawad (2008) baseou o seu argumento na imagem de uma tenda nômade cujas estacas que a sustentam, evoca uma metáfora para descrever toda a realidade da sociedade Tamacheque durante a ocupação colonial e continua até agora: se uma estaca cai, a tenda desmorona e o velino vai se despedaçar. Dessa forma, essa metáfora está muito presente em meio ao mundo Kel Tamacheque até os dias atuais; e muitos defendem que foi o que aconteceu com a irrupção dos franceses na terra dos Kel Tamacheque; enquanto a independência só agravou a lágrima (CLAUDOT-HAWAD, 1990; 2001; 2008). Ainda sobre a relação entre os Tamacheque e os Estados do Mali e Níger, o problema foi baseado na falta de comunicação e na falta de compreensão mútua, devido à separação geográfica e cultural dos tuaregues dos centros de poder de seus diferentes países (PERRIN, 2014).

Em relação à questão de cidadania, vale a pena observar o trabalho da Delphine Perrin (2014) e o modo como ela discute a hipótese de que as populações Kel Tamacheque seriam indiferentes no que diz respeito à cidadania, focando a pesquisa dela nos Kel Tamacheque do Mali e do Níger. Desse modo, seu estudo procurou “entender se e por que a relação dos tuaregues com a cidadania seria caracterizada pela hostilidade, ceticismo ou indiferença, uma percepção frequentemente aplicada às minorias transnacionais, em particular quando elas estão associadas a uma cultura de mobilidade e/ou a um território remoto” (PERRIN, 2014). Mas, para elaborar melhor a sua investigação, ela preferiu basear-se no que ela chama de cidadãos transfronteiriços (PERRIN, 2014), ou seja, uma comunidade de jovens Tamacheque “os Ishumar” e sua atuação política nacional e transnacional. Neste sentido, a autora tentou elucidar algumas razões que causaram a travessia de fronteiras transnacionais desses jovens sem documentos, nacionalidades ou cidadania: urbanização forçada, repressão militar, processos globais, entre outros.

Dessa forma, os Ishumar passaram a representar uma ameaça significativa à lealdade do Estado, no caso dos países (Mali e Níger) analisados pela pesquisadora (PERRIN, 2014), além de servirem como agentes de inclusão nas atividades governamentais. Para além disso, o texto passa deles, portanto, para um exame mais aprofundado de como os Tamacheque, como sujeitos políticos de um Estado-nação territorial, alteraram e variaram suas posturas e ações individuais e coletivas em relação ao Estado, ao longo de décadas de divisões, rebeliões e reivindicações dentro e fora das fronteiras estatais. Além disso, Perrin (2014) faz uma observação interessante

¹⁶ Do original “Those features evidently impact the nature and extent of citizenship. While they generally do not influence legal membership to the state – Mali and Niger have not used citizenship granting or removal as a political tool like Libya did – they heavily affect citizens’ rights and attitudes toward state and citizenship. Among these citizens, Tuaregs constitute a minority who mostly live in the desert part of those states.” (PERRIN, 2014, p. 301).

de que, em todos os países onde são presentes, os Kel Tamacheque vivem num território que constitui a região mais pobre desses Estados (Argélia, Líbia, Mali, Níger e Burquina Faso), em alguns dos países mais pobres do mundo (Mali e Níger, por exemplo). Os dois últimos países são ex-colônias francesas e figuram entre os países menos desenvolvidos. No aspecto político, ambos os Estados¹⁷ possuem histórico caracterizado por uma série de mudanças políticas antidemocráticas, instituições fracas e turbulência política. Portanto, no que tange à questão de distribuição de poder, o pertencimento étnico é muito importante (PERRIN, 2014). Sendo assim, ela argumenta que:

Essas características evidentemente impactam a natureza e a extensão da cidadania. Embora geralmente não influenciam a adesão legal ao Estado – Mali e Níger não usaram a concessão ou remoção de cidadania como uma ferramenta política como a Líbia – eles afetam fortemente os direitos e atitudes dos cidadãos em relação ao Estado e à cidadania. Entre esses cidadãos, os tuaregues constituem uma minoria que vive principalmente em parte desértica desses Estados (PERRIN, 2014, 301, tradução nossa).¹⁸

Devido às suas conexões com as principais comunidades sob o regime de Gaddafi, os Kel Tamacheque líbios¹⁹ conseguiram manter a posição cidadã com reconhecimento das instituições estatais no período Gaddafi (1969-2011). Não desafiaram o governo baseado em comitês do coronel Gaddafi depois que este assumiu o poder, em 1969 (AG KHAMADINE, 2017). Contudo, Gaddafi usou a crise instalada após as independências em países vizinhos e, apoiado por líderes tradicionais Tamacheque em muitos de seus programas saarianos, incentivou à migração dos Kel Tamacheque habitantes no Mali e Níger. Ou seja, no exército nacional líbio pós-revolução de 1969, havia criado brigadas especiais, altamente treinadas e as mais bem equipadas entre as forças armadas líbias do governo Gaddafi. Entre essas brigadas havia uma comandada pelo filho do líder líbio, Khamis Gaddafi, e composta especialmente por membros da tribo de Gaddafi e combatentes Tamacheque da Líbia, e outros Tamacheque originários da Argélia, Mali e Níger, recrutados por Gaddafi na década de 1980. As fortes conexões comunitárias tornaram-se um princípio mobilizado em sua prática de exercício do poder político.

¹⁷ Trata-se aqui dos Imuhagh/Kel Tamasheq que sempre permaneceram no solo líbio, diferentes dos chamados “retornados” que fugiram à repressão dos exércitos dos países do Sahel (Mali e Níger) logo após as independências.

¹⁸ Do original: “Les relations de la Libye à la question touarègue ont commencé au début des années 1970 avec l'arrivée des premières vagues de réfugiés touaregs maliens et nigériens sur les terres libyennes attirés par l'eldorado libyen suite au boom pétrolier qu'a connu ce pays. Ces réfugiés de la sécheresse étaient composés, essentiellement, des jeunes touaregs qui avaient tout perdu dans leurs pays respectifs suite au cycle des sécheresses chroniques qui y sévissaient. Si les Touaregs nigériens connaissaient déjà ceux de la Libye avec qui ils étaient liés par de multiples liens sociaux et commerciaux, ceux du Mali avaient connu en revanche très mal ce pays et ses habitants.” (AG KHAMADINE, 2012, p.18)

¹⁹ Do original: “L'espace libyen a toujours été fréquenté par les populations touarègues et ce, bien avant l'imposition des frontières étatiques dans les années 70 et l'avènement du kadhafisme, en 1969.” (AG KHAMADINE, 2017, p.7)

A relação da Líbia com a questão tuaregue começou no início dos anos 70, com a chegada das primeiras ondas de refugiados tuaregues malineses e nigerianos em solo líbio, atraídos pelo Eldorado líbio, após o *boom* petrolífero do país. Estes refugiados da seca eram principalmente jovens tuaregues que haviam perdido tudo em seus respectivos países, devido ao ciclo de secas crônicas. Enquanto os tuaregues do Níger já conheciam os tuaregues líbios, com os quais tinham muitos laços sociais e comerciais, os tuaregues do Mali tinham muito pouco conhecimento do país e de seus habitantes (AG KHAMADINE, 2012, p. 18, tradução nossa).²⁰

Neste caso, seria importante lembrar a declaração do ex-líder líbio, Gaddafi, no dia 15 de outubro de 1980, num megaevento na cidade de Ubari (AG KHAMADINE, 2012; KOHL 2010), capital do Fezã, no sul do país, quando este convidou todos os Kel Tamacheque, mas particularmente de Mali e Níger, a retornarem à Líbia, afirmando que suas origens seriam de *Targa*, cidade Tamacheque milenar no sul da Líbia, e que, portanto, deveriam "retornar à sua terra original". Considerando que “o espaço líbio sempre foi frequentado por populações tuaregues, muito antes da imposição das fronteiras estatais, na década de 1970; e do advento do *gadafismo*, em 1969”²¹ (AG KHAMADINE, 2017, p.7), esta declaração também foi feita em um momento de grandes revoltas nestes países e durante período de intensa seca, o que encorajou a migração para a Líbia. Destarte, é natural que os Tamacheque saelianos tenham se refugiado neste país, na sequência das graves incidentes ecológicos e acontecimentos resultantes da política de segurança adotada pelos respectivos Estados, para acelerar as mudanças socioeconômicas destas populações (CHAKER; FERKAL, 2012; AG ADNANE, 2014; AG KHAMADINE, 2017, KOHL; FISCHER, 2007).

Dessa maneira, “[...] ir à Líbia, onde vivem outros clãs tuaregues, é para estes saelianos uma viagem no tempo aos espaços de referência que outrora foram percorridos pelos seus antepassados e cuja lembrança se conserva na sua memória coletiva.”²² (AG KHAMADINE, 2017, p. 7). Além disso, tanto no passado quanto no presente, as populações Kel Tamacheque não consideram sua saída de suas configurações originais como expatriação. Ou seja, apesar de cruzarem a fronteira para outro Estado, eles permanecem no seu território, o

²⁰ Do original: “[...] se rendre en Libye, où vivent d’autres clans touaregs, s’apparente pour ces sahélo-sahariens à une remontée dans le temps vers des espaces de référence qui furent jadis parcourus par leurs ancêtres et dont le souvenir est conservé dans leur mémoire collective” (AG KHAMADINE, 2017, p.7).

²¹ Do original: “It can go in all directions, is temporally variable and adapted to individual taste. If one assumes *Ashamur* in Sabha (Libya), he emerges in Ghat (Libya). Here he remains for several weeks or months before he returns to Djanet (Algeria), returns somewhat later again, moves to Agadez (Niger) and works finally for a couple of months in Tripoli or Benghazi (Libya). His property fits in a small bag. Accommodation he gets with others *Ishumar* who live in families or house-similar structures. He is coming and leaving without lare announcement, one day here, the other there” (Kohl 2007b:99)

Saara, e se juntam a membros de seu grupo (PERRIN, 2014) dos quais foram separados por causa da divisão das unidades políticas Tamacheque (ADNANE, 2019) entre esses quatro países, bem como o subsequente deslocamento nômade. Os *Ishumar* normalmente têm alguns parentes em cada um desses países com os quais viajam e se juntam. Eles não têm planos para resolver e sua rota está mudando em conjunto com as oportunidades sociais e econômicas, e pode levá-los de volta ao Níger ou ao Mali, bem como à Líbia ou à Argélia. Eis como Kohl (2010) descreve o estilo de vida e mobilidade de jovens *Ishumar*:

Pode ir em todas as direções, é temporalmente variável e adaptada ao gosto individual. Se alguém assume um *Ashamúr* em Sebha (Líbia), ele emerge em Ghat (Líbia). Aqui ele permanece por várias semanas ou meses, antes de se voltar para Djanet (Argélia), retorna um pouco mais tarde, muda-se para Agadez (Níger), e finalmente trabalha por alguns meses em Tripoli ou Benghazi (Líbia). Sua propriedade cabe em uma pequena bolsa (KOHL, 2007b, p. 99 Apud KOHL, 2010, p.94).²³

Conforme o apontado por Belalimat (2008), estes jovens exilados criaram uma imagem nova e rebelde para si, por meio de festas periódicas, organizadas pelos famosos músicos de *tendé*²⁴ que se estabeleceram na área. Este *tendé* urbano canta em poesia sobre aventuras, questões juvenis e a árdua marcha dos *ishumar* para a Líbia, mantendo-se fiel à sua vocação crítica.

Oh, minha mãe! Desde que parti para a Líbia com perseverança
Eu cheguei, mas não posso me acomodar de forma alguma
Estou procurando por todos os meios o dinheiro necessário.
Mas recusa-se desesperadamente a se reunir [...].²⁵

Desse modo, é possível observar que, além de laços históricos e de parentesco, a Líbia representava uma oportunidade econômica no centro do deslocamento transnacional regular de jovens Tamacheque, oriundos de países saelianos em busca de emancipação, trabalho sazonal ou

²² O *tendé* é um tambor feito de pilão e a música associada a ele, no mundo Tamasheq. <<[²³ TINARIWEN, Álbum Aman Iman: Ahimana, 2006.](https://en.wikipedia.org/wiki/Tendé_(drum)#>> .</p>
</div>
<div data-bbox=)

²⁴ Do original: “Sur un autre registre, son utilisation à plusieurs reprises de l'expression ‘nous les Arabes touaregs’ dénote l'idée qu'il se fait de l'identité touarègue et donne un avant-goût de la solution qu'il préconise et qui n'est pas différente de celle qu'il réserve à ‘ses propres Touaregs’, à savoir l'intégration dans la culture arabo-musulmane et au mieux, peupler la Libye pour se constituer une base sociale à son pouvoir, afin de contrebalancer le poids politique et démographique des autres clans de son pays. Avec le recul, le discours d'Oubari apparaît comme une étape décisive dans la politique de captation et d'incorporation définitive des Touaregs sahéliens dans le tissu social libyen” (AG KHAMADINE, 2017, p.9)

²⁵ Magdi Ag Bohina é um Tamasheq nascido e criado no sul da Líbia. É integrante da sociedade civil da província de Fezã e membro do movimento civil *la lil tamyiz* onde vivenciaram todas as manifestações relacionadas ao pedido de documentação e mais inclusão há anos.

melhores condições de vida do que as de suas regiões originais (KOHL, 2010). Por outro lado, para o então “guia da Jamahiriya líbia”, Gaddafi, em termos de cultura e identidade, os Kel Tamacheque são verdadeiros árabes e nunca houve qualquer questão de reconhecer ou promover sua própria língua e/ou cultura.

Em outro nível, seu uso repetido da expressão ‘nós, árabes tuaregues’ indica sua ideia de identidade tuaregues e dá uma amostra da solução que ele defende, que não é diferente daquela que ele reserva para ‘seus próprios tuaregues’, ou seja, a integração na cultura árabe-muçulmana e, na melhor das hipóteses, a povoação da Líbia, a fim de contrabalançar o peso político e demográfico de outros clãs em seu país. Em retrospectiva, o discurso de Ubari parece ser um passo decisivo na política de captura e incorporação dos tuaregues saelianos no tecido social líbio (AG KHAMADINE, 2017, p.9, tradução nossa).²⁶

Ao fundir regular e livremente dois universos culturais particulares desta forma, ele nos lembra o fato de que a expressão de uma identidade não árabe é restrita à perspectiva da *jamahiriya*. De acordo com Inès Kohl e Ana Fischer (2007), entre os anos 2005 e 2006, o coronel Gaddafi decidiu conceder a todos os Kel Tamacheque nigerianos, malineses e suas respectivas famílias, presentes em território líbio, uma carteira de identidade provisória, com a promessa de naturalização, especialmente àqueles que servissem ao exército nacional líbio. Assim, estes jovens imigrantes desempregados se integraram, em grande número, às forças de defesa e segurança, na esperança de serem naturalizados; e vários deles foram enviados para lutar no Líbano e Chade (AG KHAMADINE, 2017). Por outro lado, segundo Perrin (2016), alguns desses jovens viram essa ocasião principalmente como uma forma de obterem temporariamente não apenas vantagens materiais (salário, moradia e carros para alguns), mas, também, um treinamento militar moderno e um conhecimento bélico eficaz.

Conforme o salientado pelo pesquisador Dida Badi Ag Khamadine (2017; 2012), o não reconhecimento da cidadania plena dos migrantes-retornados pelo ex-presidente líbio gerou uma divisão no interior da sociedade Tamacheque entre líbios e retornados. Em entrevista realizada com Magdi Ag Bohina (2023), residente do Fezã no sul da Líbia, percebe-se que,

Gaddafi mostrou-se disponível para empregá-los e isso não significa que ele vai ajudá-los nas lutas que eles estão fazendo nas suas terras de origem, porém ele precisa que eles se sintam melhor em relação de onde vieram. Portanto, eles

²⁶ Mussa Alkoni se tornou, mais tarde, um dos representantes da Comunidade Kel Tamasheq no Conselho Nacional de Transição (CNT); depois, integrou o Conselho Presidencial do Governo de Acordo Nacional, que tomou posse no final de março de 2016, antes de renunciar no início de janeiro de 2017. Em fevereiro de 2021 foi eleito vice-presidente do Conselho Presidencial Transitório encarregado de preparar as eleições de dezembro de 2021, que não aconteceram.

integraram o Estado líbio nesse contexto e sobre direitos e cidadania Gaddafi não se importou muito (MAGDI²⁷, 2023, Via WhatsApp).

Essa diferenciação de estatuto teve repercussão tanto na tomada de posição durante o conflito que levou à morte de Gaddafi quanto na construção posterior da nação.

De acordo com Wehrey (2017), durante a revolta de 2011, um número significativo de Kel Tamacheque, e em particular aqueles que haviam se unido às forças de segurança para ganhar cidadania, permaneceram leais a Gaddafi. Entre eles, em Trípoli, muitos Tamacheque saelianos foram enviados à linha de frente para combater os revolucionários nas frentes da Misrata e Zintan, duas cidades localizadas, respectivamente, a leste e sudoeste da capital. Por outro lado, líderes políticos importantes Tamacheque romperam com o regime de Gaddafi (WEHREY, 2017), como o embaixador da Líbia no Mali, Mussa Alkoni²⁸, que se refugiou na França e se juntou aos insurgentes. Na sequência, após agosto de 2011 e a entrada das forças revolucionárias na capital, Trípoli, centenas de combatentes Tamacheque abandonaram as forças leais e retornaram à região de Fezã, notadamente nas cidades de Ubari, Ghadames e Ghat ou fugiram para o Níger e Mali. Nesta parte do sudeste do país também tem um conjunto de interesses estratégicos que geraram a disputa de várias milícias do país pelo controle das receitas ligadas à proteção das instalações de extração de petróleo.

Neste contexto de pós-revolta, no final de janeiro de 2020, um grupo de jovens Tamacheque criou o movimento civil denominado *La Lil Tamyiz* (“não à discriminação!”, em árabe) com bases nas regiões de Ghat, Oubari e Sebha, no sul do país. Este movimento é composto por um número significativo de jovens Tamacheque de origem saelo-saariana, nascidos e criados na Líbia, mas que não gozam de todos os direitos concedidos aos cidadãos líbios. Por exemplo, sua permissão para votar permanece limitada, assim como sua autorização para acessar certas universidades públicas, além de não poderem ter um passaporte também.

Em entrevista realizada com Mehdi El Ansary (2023), um Tamacheque originário de Timbuktu (Mali), mas nascido e criado em Fezã, no sul da Líbia; e morador de Trípoli, observa-se que:

Os Kel Tamacheque possuem tudo que dá nacionalidade líbia hoje normalmente, uma vez que, nasceram e cresceram no solo líbio, além de sempre terem derramado o sangue deles para defender os interesses do país. Portanto,

²⁷ Mehdi El-Ansary é um Tamasheq nascido e criado no sul da Líbia e é integrante da sociedade civil da província de Fezã, onde surgiu o movimento civil *la lil tamyiz* (não à discriminação!), onde vivenciaram todas as manifestações relacionadas ao pedido de documentação e mais inclusão há anos.

²⁸Do original: “ toute avancée demeure contrainte par les tensions entre Tripoli et Tobrouk qui font également du Sud un territoire fragmenté par cette rivalité. Enfin, la communauté touarègue en Libye fait face à une compétition interne grandissante pour sa représentation.” (POUPART, 2022, p.12)

tudo isso automaticamente dá direito de cidadania e documentação nacional, mas a realidade é outra (MEHDI EL ANSARY²⁹, 2023, via WhatsApp).

Portanto, apesar de mais de meio século de residência e, para alguns, familiares servindo no exército líbio, essa geração herdou de seus pais um estatuto administrativo ainda incompleto. É neste sentido que o principal objetivo deste movimento continua sendo o acesso à nacionalidade enquanto pertencimento legal de uma pessoa à população de um Estado, mas essa nacionalidade pretende ser "completa", no sentido de que só ela permite o acesso a um conjunto de direitos e deveres que ainda não estão garantidos a certos membros da comunidade Kel Tamacheque, como ter um passaporte ou documentos para poder ingressar no serviço público. A criação do próprio movimento se deve tanto às condições sociopolíticas atuais no Sul da Líbia quanto à acumulação de dificuldades relacionadas ao acesso à nacionalidade desde a independência (POUPART, 2022).

Desse modo, o movimento surgiu como resultado de um incidente local que teve maior impacto na vida de muitos jovens Kel Tamacheque, isto é: o diretor da Ubari Health Institute recusou-se a permitir que alguns alunos fizessem seus exames anuais porque não tinham a caderneta de registro familiar, apesar de estarem cadastrados no estabelecimento por meio de seus números administrativos, disse o comunicado do movimento que apareceu na rede social Facebook (2020). Ademais, tal mobilização é também condicionada por bloqueios políticos e pelo uso da força.

Qualquer progresso permanece limitado pelas tensões entre Trípoli e Tobruk, que também fazem do Sul um território fragmentado por esta rivalidade. Finalmente, a comunidade tuaregue na Líbia está enfrentando uma crescente competição interna por representação (POUPART, 2022, p. 12, tradução nossa).³⁰

Neste caso, a Líbia está dividida entre dois governos rivais: um em Trípoli, reconhecido pela ONU; e outro, liderado pelo General Haftar, em Tobruk, na parte leste do país. Por isso, o movimento *La lil Tamyiz* é, portanto, forçado a navegar entre os atores da violência e outras comunidades para manter suas demandas audíveis (POUPART, 2022), uma vez que é da região sul, território que vitimado pelas tensões entre o leste e oeste do País.

²⁹Do original: “Les autorités de l’Est et de l’Ouest s’appuient sur une approche communautaire dans leurs relations avec le Sud, ce qui crée une grande confusion chez les Touaregs sur la capacité et la volonté des deux camps à avancer sur la question des papiers” (POUPART, 2022, p.13).

³⁰ O povo Tebu, também conhecido como Toubou, pode ser encontrado no sul da Líbia, norte do Níger e Chade e oeste do Sudão.

As autoridades do Leste e do Oeste contam com uma abordagem comunitária em suas relações com o Sul, o que cria grande confusão entre os tuaregues sobre a capacidade e a disposição de ambos os lados para avançar na questão dos papéis (POUPART, 2022, p. 13, tradução nossa).³¹

Dado que os próprios grupos político-militares dos Kel Tamacheque estão organizados em partidos, a definição de lealdades políticas na região torna-se mais complexa. Em relação às divisões existentes desde a queda do Gaddafi que causam obstáculos à normalidade e ordem democrática no país, pode-se destacar o ataque do general Khalifa Haftar à região de Fezzan em 2019 (CHALLENGES, 2019), procurando assumir o controle da área sul da Líbia, que causou conflitos nesta localidade, retomando as hostilidades entre os grupos Tamacheque e a minoria *Tebu*³² próxima do exército nacional líbio (LNA, na sigla em inglês), comandado pelo general Haftar. O pesquisador Mohamed Eljarh (2016) defende ser crucial avaliar as condições políticas da Líbia para compreender a capacidade do país, a fim de responder aos atuais problemas de segurança e perigos no país e na região saariana na totalidade. Sobre a questão política, o autor ressalta que:

desde a queda do regime Gaddafi, a Líbia sofreu uma polarização política que paralisou as instituições do país e levou ao colapso completo da transição política pós-revolucionária. A luta contínua por poder e recursos entre diferentes facções rivais tem levado à politização das estruturas militares e de segurança. Por exemplo, a competição pelo controle do serviço de inteligência, defesa e ministérios do interior, nos últimos anos, tem sido um fracasso completo nos setores de segurança e defesa na Líbia. As posições-chave dentro destas instituições têm sido alocadas para representar diferentes grupos opostos, resultando em instituições paralisadas, incapazes de proporcionar uma sensação de segurança ou de estabelecer as bases para instituições sustentáveis. A consequência tem sido o fortalecimento de atores periféricos não estatais em detrimento das instituições centrais do Estado (ELJARH, 2016, p. 9, tradução nossa).³³

³¹ Do original: “Depuis le renversement du régime de Kadhafi, la Libye a souffert de polarisation politique qui a paralysé les institutions du pays et conduit à l’effondrement complet de la transition politique post révolutionnaire. La lutte permanente pour le pouvoir et les ressources entre les différentes factions rivales a conduit à la politisation des structures militaires et sécuritaires. Par exemple, la concurrence pour le contrôle du service de renseignement, de la défense et des ministères de l’intérieur tout au long de ces dernières années, a été un échec complet dans les secteurs de la sécurité et de la défense en Libye. Les postes clés au sein de ces institutions ont été alloués pour représenter différents groupes opposés, qui ont abouti à des institutions paralysées incapables de livrer un sentiment de sécurité ou d’établir les bases d’institutions durables. La conséquence a été le renforcement des acteurs non étatiques périphériques au détriment des institutions de l’Etat central” (ELJARH, 2016, p.9).

³² Primeiro presidente do Mali e que ficou no comando do país de 1960 a 1968.

³³ Do original: “La rébellion touarègue de 2012 a hérité, mais s’est aussi appropriée les faits et les récits passés. Les élites touarègues mobiliseront ces récits pour façonner des mémoires en fonction de leurs passés connus, de leurs positionnements, des circonstances, de leurs intérêts et de leurs interlocuteurs” (BENCHERIF, 2018, p.21)

Portanto, tomando em consideração estes argumentos, é evidente que a desintegração e a fragmentação das instituições estatais e a rivalidade política e armada impossibilitaram uma resposta eficaz aos desafios que a sociedade Líbia, em geral, está enfrentando, pelo menos a curto e médio prazo (ELJARH, 2016). Desse modo, apesar do movimento *la lil tamyiz* ter conseguido um certo reconhecimento, nomeadamente graças ao seu compromisso civil e pacífico, a sua influência continua tendo vários obstáculos e sendo limitada por vários fatores. Tanto os organizadores como os participantes “nem sempre têm meios para continuar porque são pobres, é a população.” (POUPART, 2022, p. 17, tradução nossa). Além disso, há dificuldade gerada pela instabilidade nacional, o que complica ainda mais a situação de todas as minorias no país.

Kel Tamacheque retornados do Mali

Logo após as independências e a oficialização de novas fronteiras traçadas pela França, as populações do Saara - principalmente os Kel Tamasheq e os árabes - iniciaram uma revolta contra os novos Estados modernos (Mali e Níger). No Mali, em 1963, três anos após sua independência, houve uma revolta dos Kel Tamasheq contra as imposições do novo governo de Modibo Keita (primeiro presidente do Mali independente). É o início de uma história desafiadora e complicada dos primeiros anos da independência do Mali, uma época em que uma série de conflitos entre a sociedade Kel Tamasheq, os nômades Saarianos em geral e o Estado do Mali sob Modibo Keita surgiram nas frentes política, cultural e econômica.

As implacáveis perseguições do governo e a resistência dos Kel Tamasheq tiveram como uma de suas consequências o surgimento do movimento cultural *Ishúmar* (“desempregados”), que, através da música, discorda dos regimes violentos, expressa os desafios enfrentados por seu povo e divulga a importância da sua cultura (AG ADNANE, 2014 e PICCHI, 2008), como podemos observar abaixo nessa letra da canção da banda Tinariwen:

Soixante-trois tidja houn tilkam	63 se foi, mas vai voltar
Tidjichil Janet lanen timtar	Seus dias deixaram marcas
Tangha imgharan dalyad iwan	Eles assassinaram velhos e uma criança recém-nascida
Tarassid iridjuan anaq iwan	Passaram pelos campos, destruíram os pastos e eliminaram o gado
Tadjih amérique tadjih	A América e o Líbano

lubnan		são testemunhos
Tanad erghan	aruss efew	A Rússia fornecia o fogo inflamado
Soixante-trois tilkam	tidja houn	63 se foi, mas vai volta
Tidjichilinet timtar	lanen	Seus dias deixaram marcas
Titwisteghnat Houlan	chatma	Minhas irmãs foram perseguidas sem piedade
warhin atilan	janchegh wala	Eu não posso trocá-las por preço nenhum
Soixante-trois houn tilkam	tidja	63 se foi, mas vai voltar

(TINARIWEN, Álbum Aman Iman: Soixante Trois, 2006).

Soixante Trois (sessenta e três), uma das primeiras canções escritas pelo líder e cofundador do Tinariwen, Ibrahim Ag Alhabib, refere-se aos massacres de 1963, quando, ainda criança, viu o pai dele ser detido e levado para a principal praça pública da cidade de Kidal, onde foi executado porque foi considerado como um colaborador dos rebeldes que lutavam contra a administração pós-colonial de Modibo Keita³⁴. De acordo com Ag Adnane (2015, p. 4), “Modibo acreditava que o modo de vida nômade era um alvo a ser sacrificado em nome da ideia de desenvolvimento e modernidade”. Portanto, várias famílias foram obrigadas a buscar refúgio em outras áreas e países limítrofes, devido às atrocidades das autoridades centrais e “essa canção é parte de um movimento popular que surgiu nos anos seguintes à independência do Mali, pontuados pela migração, o empobrecimento e falta de esperança no novo país” (ADNANE, 2013, p. 28), pois, a revolta dos anos 1963-64, resultou em inúmeras mortes humanas, na destruição de propriedades - especialmente animais - que eram cruciais para a economia local e no despejo de várias famílias, conforme a letra de música (TINARIWEN, Álbum Aman Iman: Soixante-trois, 2006).

Neste contexto, Ag Adnane (2013, p. 23) reforça que, “em 1963, após a independência do Mali, os Kel Tamacheque revoltaram-se contra as autoridades do novo país. Foram duramente reprimidos, com fortes confrontos e grandes perdas humanas.” Desse modo, uma primeira onda de migrações pós-coloniais ocorreu em direção ao norte, principalmente para as províncias

³⁴ Do original: “Decentralization first appeared in the 1995 peace agreement and created hope for collective management and autonomy. However the slowness in electoral preparation, the delay in providing technical and financial support as well as the weakness of the financial grants made decentralized governance difficult. This

argelinas de Tamanrasset, Ouargla e Ghardaïa, e de lá para Ghat e Ubari no sul da Líbia (ADNANE, 2013).

Essa primeira rebelião contra o governo da nova República do Mali foi severamente reprimida pelo Presidente Modibo Keita e pelo Primeiro-Ministro Ben Bella. Cerca de mil pessoas foram mortas, algo que foi lidado com indiferença pelo resto do mundo, inclusive por seus ex-colonizadores franceses (PICHI, 2008, p. 25).

Nessa circunstância, conforme assinalam vários autores, como Ag Khamadine (2012), é correto lembrar que as revoltas de 1963 foram sangrentamente reprimidas pelos exércitos nacionais de Mali, mas, também, pela Argélia, do outro lado da fronteira, e as populações Tamacheque foram mergulhadas no que é chamado de "sobrevivência nas margens" (CLAUDOT-HAWAD, 2008) e este foi o período em que o termo "*Ishúmar*" surge para se referir a uma nova geração que vive nas dobras do Estado desde que as atividades tradicionais nômades não podem mais existir dentro da organização dos Estados nacionais criados. Desde então, houve vários conflitos armados entre as forças militares do governo e grupos separatistas Tuaregues.

Os Kel Tamacheque viveram várias lutas e resistências contra imperialistas e ocupantes, antes dos Estados-nação atuais. Portanto, a resistência das populações Tamacheque contra as tropas coloniais francesas é evocada através de vários episódios de confronto. Nesse contexto, o episódio mais mencionado pelos Kel Tamacheque no Mali é o da rebelião do guerreiro e líder comunitário Fihroun Ag Alinsar, entre 1916 e 1917, contra as tropas francesas (CLAUDOT-HAWAD, 1990; ADNANE, 2013; BENCHERIF, 2018). Além da revolta dos anos 1963-1964, vários jovens que fugiram da repressão militar do primeiro regime de Modibo Keita se organizaram política e militarmente nos campos de refugiados na Argélia e Líbia (CLAUDOT-HAWAD, 1996; AG KHAMADINE, 2010) e voltaram em 1990 para vingar seus familiares mortos cruelmente, além de reivindicar outras pautas como: políticas públicas, infraestruturas e descentralização do poder. Tais reivindicações foram todas consideradas no pacto concluído entre os rebeldes do Movimento Popular de Azawad (MPA) e o governo do Mali, em Tamanrasset (Argélia), em 1991, sob a mediação argelina, porém igual ao primeiro acordo de 1964, este também nunca foi implementado.

Em 2012, a região do norte do Mali, conhecida como Azawad, foi declarada independente, pelo Movimento Nacional de Libertação de Azawad, no dia 06 de abril daquele

increased the feeling of abandonment amidst local representatives, and postponed the peace itself" (GUICHAOUA; ARDY, 2007, p.2)

ano, porém nenhum país reconheceu tal declaração. No que diz respeito à revolta na Líbia e as consequências da queda do ex-dirigente do país na região, é fundamental sublinhar que a maioria dos combatentes do Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA), liderados pelo coronel Mohamed Ag Najim, que expulsaram o exército do Mali das regiões do norte do país entre janeiro de 2012 e março do mesmo ano, eram filhos órfãos das famílias que o exército malinês massacrou entre os anos 1960 a 1990 e faziam parte das forças de segurança nacional da Líbia (ADNANE, 2019; PERRIN, 2014); e depois da queda do regime de Gaddafi voltaram com suas armas e tanques de guerra para “libertar sua terra do colonialismo malinês”, conforme o discurso dos seus líderes políticos.

Conforme o observado por Bencherif (2018, p. 21, tradução nossa), “a rebelião tuaregue de 2012 herdou, mas também se apropriou de fatos e narrativas do passado. As elites tuaregues mobilizaram estas narrativas para moldar memórias, de acordo com seu passado conhecido, suas posições, circunstâncias, interesses e interlocutores.”³⁵ Desde então, o governo do Mali e os grupos separatistas (sob ameaças da comunidade internacional) do norte do país, com a mediação do Burkina Faso, iniciaram o diálogo para estabelecer caminhos a um acordo. Depois, com a mediação internacional, liderada pela Argélia durante mais de 2 anos de negociações, conseguiram um acordo para paz, o chamado “Acordo de Argel”, em 2015, que previa a descentralização e a autonomia para a região do norte do Mali, mas muitas das disposições não foram implementadas até agora. Em resumo, a relação política do Mali com a realidade sociocultural e multiterritorial dos Kel Tamacheque (CLAUDOT-HAWAD, 2008) tem sido tensa e conflituosa, com desafios persistentes para a integração política e a estabilidade nacional e mesmo regional desde o momento das independências.

Segundo Bencherif (2018), as múltiplas dimensões do tal acordo cobrem preocupações políticas e institucionais, segurança e defesa, crescimento socioeconômico e cultural, bem como questões de reconciliação nacional, justiça para as vítimas e questões humanitárias. Por isso que o governo do Mali e os mediadores internacionais o rubricaram em 15 de maio de 2015, mas a CMA (Coordenação de Movimentos de Azawad) não assinou até 20 de junho de 2015, destacando a resistência e a insatisfação dos movimentos político-militares em relação ao conteúdo do documento.

Por fim, o processo de volta à paz continua em andamento de forma muito tímida no país e ainda sem implementar o Acordo de Argel. Ou seja, mais uma vez, o governo malinês está sabotando um processo de paz e dessa vez tal instabilidade afeta todos os países da região.

Porque, além dos conflitos político-sociais, existentes desde a independência do Mali, existem outros atores que são os terroristas da Al Qaeda, que desde 2007 vivem de uma economia ilícita na fronteira entre Argélia, Mali e Níger, praticando o sequestro de turistas e/ou trabalhadores ocidentais para trocá-los, depois, por vários milhões de dólares. O conflito na Líbia fez com que todo o espaço saelo-saariano ficasse inseguro. Com as mudanças que estão ocorrendo, tanto nacional quanto internacionalmente, vários especialistas de segurança internacional defendem que enquanto a situação na Líbia não estiver estável, nenhum desses países o será, já que é na Líbia e Nigéria que esses grupos extremistas se aprovisionam em armas. “Os ataques violentos de grupos armados afetam agora a maior parte do país”, conforme o relatório da missão da União Europeia (EU, 2023, *online*) no Mali. Consequentemente, a situação humanitária é muito preocupante, pois, além dos massacres feitos por terroristas da Al Qaeda e Daesh, o fluxo da movimentação das pessoas que se mudam do interior para as grandes cidades, fugindo desses ataques, aumenta a cada dia (UNOCHA, 2022, *online*).

4. Kel Tamacheque retornados do Níger

O Níger foi um dos poucos países africanos que se opôs abertamente à intervenção da OTAN na Líbia; e depois da derrubada de Gaddafi fez muitos apelos à comunidade internacional para resolver o conflito. Esta preocupação se explica pelo medo do governo nigerino nas questões de estabilidade na parte norte do seu país; e do mesmo modo que aconteceu no Mali, o Níger também sofreu revoltas em 1990 e 2007, por parte das populações do norte do país, que se aprovisionavam a partir o território líbio. Além disso, o país enfrenta, desde 2010, os extremistas nigerianos de Boko Haram, do lado sul, e não está preparado para outros desafios securitários.

Na altura da independência do país, o mundo Tamacheque era pouco conhecido dos dirigentes políticos nigerínos (principalmente vindos do sul do país). As autoridades de Níger independentes faziam pouca distinção entre os tuaregues e os de outros países vizinhos, como Mali, Argélia e Líbia. E as principais causas de revoltadas anteriormente citadas têm sido a marginalização política e econômica das populações do norte do país, majoritariamente composto por Kel Tamacheque e “Árabes” (Mouros). Eles se sentiram excluídos do poder político, nas tomadas de decisões e do controle dos recursos naturais na sua própria região (CLAUDOT-HAWAD, 2008) e tal discriminação levou a uma série de lutas armadas e rebeliões desde os anos 1960, quando o Níger conquistou a independência da França.

³⁵ Do original: “Ceci [...] s'est manifesté à travers l'alignement du régime socialiste et panarabiste de Ben Bella sur la politique d'éradication de la première rébellion des Touaregs par l'État malien, en 1963-64, tuant, sans distinction,

Os acordos, conhecidos como “Concorde Nationale”, assinados em 24 de abril de 1995, entre a *Organisation de la Résistance Touareg* (ORA) e o governo nigerino, liderado pelo presidente Mamane Usmane, marcaram o fim do levante militar no país. O governo nigerino comemora este dia todos os anos, pois marcou o fim de vários anos de conflito militar. Portanto, “a fase de negociações com o poder central foi distinta em Bamako e em Niamey, assim como os desdobramentos futuros, tanto do processo de paz, como das novas lutas, que voltariam em 2007, no Níger, e no Mali” (ADNANE, 2014, p.101). Para muitos especialistas, Mali e Níger tomaram medidas diferentes no final dessas rebeliões. Pois, como Guichaoua (2013, online) observou, as autoridades do Mali tiveram pior desempenho do que o Níger, quando se trata de adotar explicitamente uma estratégia de segurança, ignorando as medidas de desenvolvimento do Pacto Nacional de 1992. Outro elemento importante para entender a oposição de Tamacheque nigerinos ao Estado central é a questão do urânio (GUICHAOUA; HARDY, 2007), que foi descoberto já nos primeiros anos da independência e é extraído pela mineradora francesa AREVA (atual ORANO). Desse modo, uma das reivindicações desse grupo político-militar é rever a gestão do urânio e suas consequências ambientais. Conversando com os moradores do espaço, isto é, a descentralização do poder:

A descentralização apareceu pela primeira vez no acordo de paz de 1995 e criou esperança para a gestão coletiva e a autonomia. No entanto, a lentidão na preparação eleitoral, a demora na prestação de apoio técnico e financeiro, bem como a fraqueza das subvenções financeiras, dificultou a governança descentralizada. Isto aumentou o sentimento de abandono entre os representantes locais, e adiou a própria paz (GUICHAOUA; HARDY, 2007, p.2, tradução nossa).³⁶

Meses depois, no mesmo ano, o governo do Níger assinou um acordo de paz com o Movimento Nigeriano pela Justiça (MNJ), o movimento político militar que lutava pela descentralização do poder e reconhecimento político e econômico. O acordo incluiu a criação de um Conselho Superior de Negociação e Desenvolvimento, destinado a promover o diálogo entre o governo e os rebeldes (DJIBO, 2002), bem como a implementação de políticas para promover a inclusão das populações dessa região na vida social e política do Estado. No entanto, a relação entre os Kel Tamacheque e o estado do Níger continua a ser tensa. Os Tamacheque, praticamente, ainda enfrentam desafios significativos em termos de acesso a recursos, alfabetização e oportunidades de emprego. É principalmente um problema nacional de

tous les nomades rencontrés.”(AG KHAMADINE, 2012, p.7)

³⁶ Do original: “Pendant ses opérations en territoire algérien, l’armée malienne commit durant l’été de 1964 un massacre sur le puits d’In Ouzzal à 200 km à l’intérieur des frontières algériennes.” (AG KHAMADINE, nota.14)

subdesenvolvimento e pobreza e é causado por um domínio territorial musculoso e pouco próximo da população, pelo subdesenvolvimento regional e por um modelo de desenvolvimento pouco adequado às realidades locais (DJIBO, 2002).

Por fim, o ponto fundamental a destacar, para entender a diferença entre a gestão das revoltas nos dois países saelianos, é que o cumprimento dos acordos de paz no Níger, ao contrário do Mali, permitiu a incorporação de alguns dos antigos militantes em partidos políticos e muitos desses homens são, hoje, chefes em 99% nas cidades do norte até à fronteira com a Líbia e Argélia. Por isso, pode-se perceber que na administração nigeriana existe uma representação Tamacheque significativa, ao contrário da realidade malinesa, apesar dos desafios que ainda existem.

5. Kel Tamacheque retornados da Argélia

Quando o país conquistou sua independência, em 1962, a elite política argelina (principalmente do norte do país) tinha pouco conhecimento a respeito dos Kel Tamacheque presentes na parte saariana que fica no sul do país (AG KHAMADINE, 2012). Os responsáveis argelinos da época mal sabiam a diferença entre os Tamacheque que ficam no território da Argélia e os de outros Estados vizinhos, como Mali, Níger e Líbia.

A esse respeito, deve-se notar que as primeiras autoridades argelinas parecem compartilhar a mesma visão de seus vizinhos recém-independentes e socialistas Saelo-saarianos (Líbia, Mali e Níger). E “isso [...] se manifestou no alinhamento do regime socialista e pan-arabista de Ben Bella, com a política de erradicar a primeira rebelião tuaregue pelo Estado do Mali em 1963-64, matando todos os nômades que encontrou, sem distinção” (AG KHAMADINE, 2012, p.7, tradução nossa).³⁷ Ou seja, o então presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella, deu sinal verde às forças armadas do Mali para perseguir os rebeldes dentro do território argelino e “durante suas operações em território argelino, o exército malinês cometeu um massacre no verão de 1964, no poço de In Ouzzal, 200 km dentro das fronteiras argelinas” (AG KHAMADINE, 2012, nota.14, tradução nossa).³⁸ Em consequência disso, teve muitas vidas humanas perdidas e “muitas das vítimas eram tuaregues argelinos” (AG KHAMADINE, 2010, p. 2, tradução nossa).³⁹

³⁷ Do original “Des nombreuses victimes étaient des Touaregs algériens” (AG KHAMADINE, 2012, p.5).

³⁸ Front de Libération Nationale, era o único partido no poder desde a independência até o advento de um sistema multipartidário em 1989.

³⁹ Do original: “(...) arriver à mettre la main sur les enfants nomades et à les scolariser, c'est arriver inévitablement à mettre la main sur le nomadisme” (R. Aktouf, 1971: 105 *apud* AG KHAMADINE, 2010, p.4).

No entanto, conforme o apontado por Ag Khamadine (2012), após a queda de Ben Bella no rescaldo do golpe de Estado de Houari Boumediène em 1965, a política argelina em relação aos Kel Tamacheque mudou dramaticamente, tanto em relação aos que vinham do Mali como aos nacionais, cujas condições econômicas melhoradas pretendiam acelerar a sua integração ao conjunto nacional. Dessa forma, a política do Estado argelino em relação aos seus cidadãos Tamacheque, em sua maioria, nômades, pode ser assim resumida em alguns pontos como: implementação de uma política de sedentarização dos nômades; escolarização de seus filhos em árabe e a não-interferência nas suas organizações políticas e culturais.

Mas o ponto mais importante para o governo da época foi a questão da sedentarização. A este respeito, as principais diretrizes da FLN⁴⁰ (Front de Libération Nationale/Frente de Libertação Nacional), na região sul do país, foram estabelecidas pelo primeiro administrador de Tamanrasset, que escreveu "...conseguir pegar as crianças nômades e enviá-las à escola é, inevitavelmente, conseguir controlar o nomadismo" (AKTOUF, 1971, p. 105 *apud* AG KHAMADINE, 2010, p. 4, tradução nossa).⁴¹

Os Kel Tamacheque argelinos são divididos social e politicamente em três confederações que incluem Kel Ahaggar (Argélia), uma parte do Kel Adrar (Argélia/Mali), e uma parte do Kel Ajjer (Argélia/Líbia) (CLAUDOT-HAWAD, 1990; AG KAMADINE, 2012; Kohl, 2010). O grupo sociopolítico Kel Ajjer é, de fato, estabelecido entre a Argélia e a Líbia. Embora sempre tenham permanecido móveis entre os dois países, eles foram, na maioria, registrados como líbios quando o país conquistou a independência já que uma parte considerável do seu território tradicional fica no sudoeste da Líbia. Desse modo, a entrevistada Tazidert diz que:

[...] é importante saber que os Kel Ajjer têm sua sede na Líbia, em Ubari e, portanto, durante a colonização francesa não tiveram um chefe [na Argélia] legítimo de fato, portanto já começa com o fato de que antes do estado argelino, a colonização francesa perturbou as estruturas sociais dos Kel Ahagar e dos Kel Ajjer da mesma forma (TAZIDERT⁴², 2023, via WhatsApp)

Conforme o apontado por Ag Khamadine (2012), a relação da sociedade Tamacheque ocorreu em três acontecimentos diferentes. Dessa forma, um dos pontos fundamentais da relação

⁴⁰ Tazidert é ativista e membro da sociedade civil tamasheq do sul da Argélia e é membro da ONG *Imuhagh International*, uma organização pela defesa e monitoramento da situação de direitos dos Kel Tamasheq na Argélia, Mali, Níger, Líbia, Mauritânia, Burquina Faso e diáspora.

⁴¹ *Amanukal* significa Chefe ou Líder na língua Tamasheq

⁴² Do original: "Boudiaf reçut officiellement les deux leaders de deux principaux groupes touaregs algériens (Kel Ajjer et Kel Ahaggar) pour solliciter leur soutien à son nouveau mouvement (le Rassemblement populaire nationale, RPN) qu'il venait de créer afin d'asseoir son régime et lutter contre l'opposition islamiste²¹. À l'occasion de cette rencontre, qui fut fortement médiatisée, on voit apparaître pour la première fois dans la presse nationale le titre d'"amanukal pour désigner ces deux chefs touaregs." (AG KHAMADINE, 2012, p.12)

entre o Estado argelino e os Kel Tamacheque deu-se com a insurreição da Frente Islâmica de Salvação (FIS), em 1990, e a chegada ao poder de Mohamed Boudiaf, uma das figuras mais emblemáticas da classe política argelina. Neste contexto,

Boudiaf recebeu oficialmente os dois líderes dos principais grupos tuaregues argelinos (Kel Ajjer e Kel Ahaggar) para solicitar o apoio deles ao seu novo movimento (o Rassemblement Populaire National, RPN), que ele acabava de criar, a fim de estabelecer seu regime e lutar contra a oposição islamista. Por ocasião desta reunião, altamente divulgada na mídia, o título de '*amanukal*' apareceu pela primeira vez na imprensa nacional para designar estes dois líderes tuaregues (AG KHAMADINE, 2012, p. 12, tradução nossa).

A partir de 2006, o Estado não só permitiu que a eleição dos líderes tradicionais ocorresse de acordo com os procedimentos tradicionais, ou seja, de forma matrilinear, mas também fez com que o evento fosse objeto de ampla cobertura da mídia na rádio local, na imprensa nacional e na agência oficial de informações (APS) (AG KHAMADINE, 2012; 2010), pode ser considerado um segundo ponto forte. Por fim, o ponto de virada na relação dos Kel Tamacheque com o Estado ocorreu quando o recém-eleito líder Tamacheque na Argélia desconsiderou, em 2006, o apelo de Gaddafi para que as comunidades do Saara se unissem numa única entidade. Esta negação, que ecoa a posição oficial da Argélia, foi vista pelas autoridades argelinas como uma prova de que seus Kel Tamacheque apoiam o seu país.

6. Conclusão:

Durante este estudo, tentou-se abordar, desde uma perspectiva sócio-histórica, as relações dos Kel Tamacheque com os Estados-nação, focalizando, particularmente, na evolução da mobilização da comunidade Tamacheque, em curso desde os anos 1950, para o acesso à nacionalidade (e mais inclusão) na Líbia. Além disso, observou-se que a atual situação na Líbia está sendo uma oportunidade para os Kel Tamacheque, e outras minorias, como os Amazigh da província de *Nefussa* e também os Tubu, tentarem a difícil experiência de se organizarem politicamente pela primeira vez dentro de uma entidade supra comunitária para criar órgãos de liderança a partir de local, para servirem de voz política entre os locais e as autoridades centrais.

Outrossim, a pesquisa procurou mostrar, também, a grande variedade de relações e a complexidade de sentimentos em relação à pertença dos Kel Tamacheque nos demais Estados da região em que eles vivem, lembrando o desenvolvimento das reivindicações desta sociedade desde a independência; e abordando atividades de luta para se sentirem incluídos de forma plena em relação às fronteiras pós-coloniais e participando da gestão governamental, especialmente no

caso dos países do Sahel. Outro elemento interessante é que, sem dúvida, os Estados centralizadores nesse espaço têm suas limitações. E isso explica que essas rebeliões e outros problemas de insegurança são certamente causados pelo fato de que os cidadãos nunca viram seus Estados como existentes. Em outras palavras, após aproveitar os recursos de sua área, os moradores dessas localidades, alguns dos quais sem ervas daninhas, parecem ter sido deixados à própria sorte.

Já no caso argelino, tomando em consideração todos esses elementos mencionados acima (no item 2.4), podemos concluir que o Estado argelino, além de ter cometido menos erros político-securitários na sua parte saariana, fez uma escolha que terá consequências duradouras, uma vez que tem preocupação de segurança que enfatiza a sua própria estabilidade e dos demais países vizinhos. Ou seja, a Argélia tem sido capaz de evitar que seus Tamacheque vivessem as mesmas condições político-econômicas desafiadoras provocadas pelas catástrofes ecológicas que seus irmãos, em outros países vizinhos, estão enfrentando atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AG ADNANE, Mahfouz. **Movências tamacheque além-fronteiras: conexões, performances em narrativas insurgentes em festivais culturais saarianos (2001-2017)**. 2019. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

AG ADNANE, Mahfouz. **Ichúmar: Da errância à música como resistência cultural Kel Tamacheque (1980-2010): raízes históricas e produção contemporânea**. 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

AG ADNANE, Mahfouz. Resistência cultural Kel Tamacheque no pós-colonial no Mali e no Níger: o movimento Ichúmar. In. **XX VII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013**, Natal/Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364585799_ARQUIVO_ANPUH-Natal2013_texto_MahfouzAgAdnane.pdf Acesso em 10 junho. 2023.

AG KHAMMADINE, Dida Badi. **Les relations des Touaregs aux États: Le cas de l'Algérie et de la Libye**. IFRI programme Afrique subsaharienne, Paris, 2010.

AG KHAMMADINE, Dida Badi. **Les Touaregs du Tassili n Ajjer: Mémoire collective et organisation sociale**. Alger: CNRPAH, 2012.

AG KHAMMADINE, Dida Badi. **Les Touaregs et le conflit en Libye**. Centre national de recherches préhistoriques, anthropologiques et historiques, Alger, 2017.

CHAKER, S; FERKAL, M. Berbères de Libye : un paramètre méconnu, une irruption politique inattendue, **Politique africaine**, n° 125, 2012, p. 105-126.

- CLAUDOT-HAWAD, Hélène. *Éperonner le monde. Nomadisme, cosmos et politique chez les Touaregs*. Aix- -en-Provence: Edisud, 2001.
- CLAUDOT-HAWAD, Hélène. Un territoire bâti comme une tente nomade. **Réfractions, Les Amis de Réfractions (Rhône)**, 2008, p. 51-60.
- CLAUDOT-HAWAD, Hélène. Des États-Nations contre un peuple: le cas des Touaregs. In: **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, n°44, 1987. Berbères, une identité en construction, p. 48-63.
- CLAUDOT-HAWAD, Hélène. Honneur et politique. Les choix stratégiques des Touaregs pendant la colonisation française. **Revue des Mondes Musulmans et de la Méditerranée**, Université de Provence, 1990, p.11- 49. halshs-00648591.
- CLAUDOT-HAWAD, Hélène, et al. **Touaregs. Exil et résistance**. Edisud, 1990.
- CLAUDOT-HAWAD, Hélène; Hawad. Touaregs: Voix solitaires sous l'horizon confisqué. *Ethnies*, Paris, 20-21, 255 p., 1996, **Collection Ethnies-Documents**, 9782912114006. fffhalshs-00293895f.
- CLAUDOT-HAWAD H. *Éperonner le monde. Nomadisme, cosmos et politique chez les Touaregs*, Edisud: Aix-en-Provence, 2001.
- GALLET, Archibald. **LES ENJEUX DU CHAOS LIBYEN**. Institut français des relations internationales | « Politique étrangère » 2015/2 Été | pages 99 à 111.
- KOHL, Ines. Libya's 'Major Minorities'. Berber, Tuareg and Tebu: Multiple Narratives of Citizenship, Language and Border Control. **Middle East Critique**, 2014, vol. 23, n° 4, p.423-438.
- KOHL, Ines; FISCHER, Anja. **Tuareg moving global: An introduction**. *I. Kohl and A. Fischer, eds*, 2010.
- KORMIKIARI, M. C. N. Espaços de poder no Norte da África berbere sob domínio cartaginês e romano: o caso de Cirta (Constantina, Argélia). **Romanitas-Revista de Estudos Grecolatinos**, vol. 3, p. 16-46, 2014.
- KORMIKIARI, M. C. N. Norte da África na antiguidade: os reis berberes númidas e suas iconografias monetárias. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, vol. 17, p. 251-292, 2007.
- KORMIKIARI, M. C. N. Grupos indígenas berberes na Antigüidade: a documentação textual e epigráfica. **Revista de História**, [S. l.], n. 145, p. 9-60, 2001.
- MURRAY, Rebecca. **SOUTHERN LIBYA DESTABILIZED: The Case of Ubari**. Security Assessment In North Africa (SANA), Small Army Survey, Genebra, 2017.
- OCHA Mali Rapport de situation - Dernière mise à jour: 19 avril 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mali/ocha-mali-rapport-de-situation-derniere-mise-jour-19-avril-2023>. Acesso em: 18 junho. 2023.

PERRIN, Delphine. Tuaregs and citizenship: the last camp of nomadism. *Middle East law and governance*, 2014, vol. 6, no 3, p. 296-326.

POUPART, Pauline. Être touareg dans le Sud libyen en transition: une citoyenneté encore inachevée. *Openedition journals*. vol.02, 2022.

WEHREY, Frederic. **Insecurity and governance challenges in Southern Libya**. Washington DC: Carnegie endowment for international peace, 2017.

Música:

TINARIWEN, Álbum Aman Iman: Soixante Trois, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zrWkC85NySA>. Acesso em: 12. jun. 2023.

Recebido em: 25/03/2024

Aprovado em: 30/06/2024



ISSN: 2595-5713
Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

FREDSON T. D. DOS SANTOS
ADAURY S. M. PORTO

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre Antônio Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

ASPIRAÇÕES DA CARTA AFRICANA E A SOMBRA DO NEOCOLONIALISMO: DESAFIOS NA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS NAS MINAS DE COLTAN DA RDC

ASPIRATIONS OF THE AFRICAN CHARTER AND THE SHADOW OF
NEOCOLONIALISM: CHALLENGES IN PROTECTING CHILDREN IN THE
COLTAN MINES OF THE DRC

RESUMO: Este artigo examina a intersecção entre as aspirações da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; e o neocolonialismo, focalizando a exploração infantil nas minas de Coltán, na República Democrática do Congo (RDC). Destaca o contraste entre os ideais da Carta e as condições desumanas enfrentadas por crianças na indústria de Coltán, essencial para a tecnologia global. Analisa o impacto do neocolonialismo e da exploração de recursos naturais nas violações dos direitos humanos e identifica estratégias para combater essas práticas, alinhadas aos princípios da Carta Africana. A metodologia inclui revisão sistemática da literatura e análise documental, apontando a necessidade de fortalecer os mecanismos de fiscalização da Carta e promover cooperação internacional para proteção dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Neocolonialismo; Exploração do Trabalho Infantil; Mineração de Coltán; República Democrática do Congo (RDC).

ABSTRACT: This article examines the intersection between the aspirations of the African Charter on Human and Peoples' Rights and neocolonialism, focusing on child labor exploitation in the Coltán mines of the Democratic Republic of Congo (DRC). It highlights the contrast between the Charter's ideals and the inhumane conditions faced by children in the Coltán industry, crucial for global technology. It analyzes the impact of neocolonialism and natural resource exploitation on human rights violations and identifies strategies to combat these practices, aligned with the Charter's principles. The methodology includes a systematic literature review and document analysis, emphasizing the need to strengthen the Charter's enforcement mechanisms and promote international cooperation for human rights protection.

KEY WORDS: Neocolonialism; Child Labor Exploitation; Coltán Mining; Democratic Republic of Congo (DRC).

ASPIRAÇÕES DA CARTA AFRICANA E A SOMBRA DO NEOCOLONIALISMO: DESAFIOS NA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS NAS MINAS DE COLTAN DA RDC

Fredson Timbira Dias dos Santos ¹
Adaury Santana Marques Porto ²

Introdução

O coltan, abreviação de columbita-tantalita, é um mineral crucial para a produção de várias tecnologias digitais, incluindo telefones celulares, consoles de jogos e outros dispositivos eletrônicos. A República Democrática do Congo (RDC) detém uma parcela significativa das reservas mundiais de coltan, tornando-se um ponto focal para oportunidades econômicas e conflitos. Sua extração e comércio têm implicações sociais, econômicas e políticas significativas, particularmente na RDC. Embora as regulamentações internacionais visem mitigar os impactos negativos, as realidades locais da mineração artesanal e dos conflitos continuam a moldar a cadeia de suprimentos global desse mineral vital.

A RDC possui cerca de 80% das reservas mundiais de coltan, e esse mineral é considerado um dos principais minerais estratégicos do século XXI. Ele é essencial para a fabricação de componentes em celulares, computadores pessoais, laptops, telas planas, estações espaciais e armas. Isso ajuda a explicar a impunidade e a reticência em abordar questões relacionadas ao recrutamento de crianças para a mineração, uma violação flagrante da Declaração dos Direitos da Criança (BATUBENGE; REYES, 2011, p. 5). A extração e o comércio de coltan na RDC são associados a conflitos violentos e exploração. Milícias e senhores da guerra frequentemente lucram com a extração do mineral para financiar suas atividades, exacerbando a violência na região (BATUBENGE; REYES, 2011, p. 19). A exploração do coltan está ligada a violações graves de direitos humanos, incluindo o trabalho infantil. Crianças são usadas como mão de obra barata nas minas, enfrentando condições extremamente perigosas e sendo frequentemente submetidas a abusos físicos e psicológicos.

O documentário "Blood Coltan", de Patrick Forestier (2007), explora detalhadamente essas questões, destacando a forma como a demanda global por coltan perpetua a violência e a exploração no Congo. O filme mostra a brutalidade enfrentada pelos mineiros, incluindo crianças, que trabalham em condições desumanas, muitas vezes sem qualquer equipamento de proteção. As

¹ Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bacharel em Direito, Pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho (UGF) e Mestre em Direito pela UGF. Doutorando em Difusão do Conhecimento pelo PPGDC UFBA/UNEB/IFBA. ftimbira@uneb.br

² Professor de História da Educação Básica do Estado da Bahia. Licenciado e Mestre em História pela Universidade de Feira de Santana (UEFS) e Bacharel em Economia pela Universidade de Feira de Santana (UEFS). adaurymarques@gmail.com

violações dos direitos das crianças nas minas refletem um sistema de exploração sustentado pela demanda por minerais estratégicos, beneficiando tanto à comunidade internacional quanto às empresas transnacionais.

Além disso, a economia de guerra regional e o uso de mão de obra infantil formam uma rede de criminalização internacional, que beneficia governos africanos e países ocidentais, ao mesmo tempo que perpetua a violência e a exploração no Congo. A responsabilidade pelos abusos e pela exploração é compartilhada por várias partes, incluindo governos locais, milícias e empresas internacionais (FORESTIER, 2007). Em resumo, enquanto o coltan é indispensável para a produção de capacitores de alta densidade, usados em dispositivos eletrônicos compactos, como telefones celulares e câmeras digitais (SMITH, 2016), a demanda global por esse mineral vital impulsiona a economia da RDC, mas também perpetua um ciclo de violência e exploração que afeta profundamente a sociedade congoleza.

Este estudo investiga a intersecção entre as aspirações da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a realidade persistente do neocolonialismo, com um enfoque particular na exploração de mão de obra infantil nas minas de coltan na RDC. A pergunta provocadora que guia este estudo é: como os Estados africanos, sob a égide da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, podem efetivamente combater as práticas neocoloniais e proteger os direitos das crianças exploradas nas minas de coltan? Como o Brasil pode usar sua legislação interna e internacional para cobrar das grandes multinacionais que exploram o coltan, uma política de controle e fiscalização sobre a cadeia produtiva desse mineral, até chegar aos aparelhos tecnológicos?

Este estudo tem como objetivos: a) Examinar as consequências do neocolonialismo e da extração de recursos naturais nas violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes na RDC; e b) Propor mecanismos e estratégias eficientes para que os Estados africanos e a comunidade internacional enfrentem essas violações, conforme os princípios da Carta Africana. Este estudo é justificado pela necessidade crítica de abordar as violações dos direitos humanos associadas à mineração de coltan, um setor marcado por uma grave exploração infantil e impactos ambientais negativos. A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para o desenvolvimento de políticas e práticas sustentáveis que não apenas protejam os direitos das crianças, mas, também, promovam o desenvolvimento socioeconômico da RDC, de maneira ética e responsável.

A literatura existente destaca a exploração do coltan na RDC e suas conexões com a violência, a exploração infantil e o neocolonialismo. Trabalhos como o de Batubenge e Reyes (2011) e Forestier (2007) fornecem uma base para entender as dinâmicas locais e globais que perpetuam essas práticas. A metodologia adotada neste estudo inclui uma revisão sistemática da

literatura e análise documental de relatórios de organizações de direitos humanos e ONGs. O método de análise de conteúdo foi utilizado para examinar e sintetizar os dados coletados, permitindo uma compreensão profunda das dinâmicas em jogo. Com base nessa abordagem metodológica, este artigo investiga a exploração infantil na mineração de coltan, na República Democrática do Congo (RDC), contextualizada pelo neocolonialismo e suas implicações na exploração de recursos naturais. Analisamos o papel da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (CADHP) na proteção dos direitos das crianças nesse contexto. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, examinamos os mecanismos e estratégias para combater essa exploração, culminando em recomendações para políticas e práticas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Neocolonialismo: Definição, características e impacto na exploração de recursos.

O neocolonialismo é um conceito que descreve a continuação da exploração econômica e política de países em desenvolvimento por parte das antigas potências coloniais e outras nações economicamente dominantes, mesmo após a independência formal dos primeiros. O termo foi popularizado pelo primeiro presidente do Gana independente, Kwame Nkrumah, e é caracterizado pela dependência econômica, manipulação política e controle cultural exercidos por países desenvolvidos sobre as nações em desenvolvimento. O neocolonialismo se manifesta em múltiplas dimensões, perpetuando relações de poder desiguais entre as nações. A dependência econômica é um pilar central, com países neocolonizados presos a investimentos estrangeiros, tecnologia e mercados externos para seus produtos primários. Essa dinâmica perpetua a desigualdade, mantendo-os em uma posição subordinada na economia global.

Além disso, a manipulação política é uma tática comum, com governos de nações neocolonizadas influenciados ou controlados por interesses estrangeiros, mediante apoio financeiro, pressão diplomática ou intervenção militar. Essa interferência mina a soberania nacional e impede o desenvolvimento autônomo. Paralelamente, o controle cultural se manifesta na imposição de valores, sistemas educacionais e linguísticos, perpetuando a dominação cultural e a perda de identidade nacional. Em conjunto, essas características formam um sistema complexo de dominação que impede o desenvolvimento pleno e autônomo das nações neocolonizadas. No contexto corporativo, o neocolonialismo também se manifesta, moldando a identidade organizacional de empresas multinacionais (MNCs)³ (STORGAARD et al., 2021). O estudo de

³ A sigla "MNCs" significa "Multinational Corporations", que em português são "Empresas Multinacionais". Essas são empresas que possuem operações, ativos, ou subsidiárias em múltiplos países, além do país onde está localizada

Storgaard et al. (2021) explora como o *ethos* e a prática do colonialismo e da superioridade ocidental persistem na sociedade contemporânea, influenciando como a identidade é construída na sede da MNC.

Diferentemente de estudos anteriores, que se concentravam nas subsidiárias (as colonizadas), este artigo analisa como a sede (o colonizador) é moldada pelas subsidiárias. Duas versões do neocolonialismo são identificadas: um *ethos* neocolonial tradicional, dominante na sede, e uma versão mais contemporânea, que é silenciada. Essa dinâmica revela a complexidade das relações de poder dentro das MNCs e como o neocolonialismo continua a ser relevante nessas organizações. Numa perspectiva organizacional, o neocolonialismo é definido por Marianne Storgaard e outros, como sendo a continuidade das práticas e *ethos* do colonialismo e da superioridade ocidental na sociedade contemporânea. Segundo Storgaard et al. (2021), duas versões de neocolonialismo são identificadas: uma é o *ethos* neocolonial tradicional, que prevalece nas sedes; e outra, uma versão contemporânea, que é normalmente silenciada. Esta abordagem contemporânea é mais reflexiva e aberta a negociações com as subsidiárias, reconhecendo a necessidade de adaptação contínua.

A respeito desta nova concepção de neocolonialismo, Storgaard et al. (2021, p. 17) dizem:

Paralelamente ao neocolonialismo tradicional, há também uma crescente conscientização na sede da empresa de que, no futuro, não será possível manter uma abordagem tão estática em relação à identidade em uma multinacional globalizada:

Estrategicamente, estamos em meio a uma mudança de paradigma. [A gerência da sede terá que] realmente ouvir as pessoas de fora – pessoas que normalmente apenas recebem ordens. Acho que isso será difícil para alguns dos gerentes de topo (tradução livre).⁴

O neocolonialismo nas MNCs resulta em práticas de extração, exclusão e expulsão. As MNCs extraem recursos de várias partes do mundo, especialmente na República Democrática do Congo, em relação ao coltan, e excluem aqueles nas periferias dos processos decisórios que afetam suas vidas. Além disso, essas corporações forçam práticas e atividades às suas subsidiárias, perpetuando relações de poder coloniais na sociedade contemporânea. No documentário "Blood Coltan" de Patrick Forestier, há menções sobre a atuação de corporações multinacionais (MNCs) e seu impacto na cadeia de suprimentos de coltan. O documentário destaca como essas

a sua sede. Elas atuam em escala global e são caracterizadas pela gestão e coordenação de atividades de negócios em diferentes regiões do mundo.

⁴ Paralelamente ao neocolonialismo tradicional, há também uma crescente conscientização na sede da empresa de que, no futuro, não será possível manter uma abordagem tão estática em relação à identidade em uma multinacional globalizada:

Estrategicamente, estamos em meio a uma mudança de paradigma. [A gerência da sede terá que] realmente ouvir as pessoas de fora – pessoas que normalmente apenas recebem ordens. Acho que isso será difícil para alguns dos gerentes de topo.

corporações, ao adquirirem coltan para a fabricação de componentes eletrônicos, contribuem indiretamente para financiar os conflitos na RDC. As MNCs são apresentadas como parte de uma cadeia de demanda que perpetua a exploração e os abusos dos direitos humanos, já que muitas vezes o coltan extraído de zonas de conflito acaba sendo vendido para essas empresas através de intermediários.

Forestier também explora a falta de transparência e a dificuldade de rastrear a origem do coltan, o que permite que minerais provenientes de áreas de conflito entrem na cadeia de suprimentos global sem o devido escrutínio. O documentário enfatiza a responsabilidade compartilhada das MNCs, governos e consumidores na perpetuação deste ciclo de violência e exploração. Forestier argumenta que, embora existam iniciativas para promover a origem ética de minerais, a implementação e fiscalização dessas medidas ainda são insuficientes para resolver os problemas fundamentais na RDC. Essa análise é particularmente útil para entender o contexto, para além dos escritos, e o papel das MNCs na mineração de coltan e os desafios associados à promoção de uma cadeia de suprimentos mais ética e transparente.

2.2 Direitos Humanos e a Carta Africana: Princípios e aspirações para proteção dos direitos das crianças.

A Carta Africana de Direitos Humanos e Povos (CADHP), adotada em 1981, pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OAU), agora União Africana (UA), é um marco fundamental na promoção e proteção dos direitos humanos no continente africano. A Carta estabelece um conjunto abrangente de direitos e liberdades, incluindo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de direitos coletivos dos povos (SSENYONJO, 2012). A Carta Africana foi criada em resposta a pressões das Nações Unidas para promover o reconhecimento da liberdade natural e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os seres humanos na África. Ela é um instrumento jurídico único, inovador e juridicamente vinculante, que busca incluir tradições africanas na proteção dos direitos humanos.

Não obstante, ter sido influenciada por pressão internacional, especialmente pelas Nações Unidas, a partir de valores universais, como os direitos iguais e inalienáveis de todos os seres humanos, Ssenyonjo entende que é quase impossível aplicar valores universalmente válidos em todo o mundo porque diferentes culturas são caracterizadas por diferentes percepções, interpretações e concepções (SSENYONJO, 2012).⁵ Léopold Sédar Senghor, em seu discurso durante as medidas preparatórias da Carta Africana, enfatizou a necessidade de usar a imaginação

⁵, M. *African Charter on Human and Peoples' Rights*. In: Coletânea de Artigos sobre Direitos Humanos e Povos Africanos. 2012, p. 481-495. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004218154_022. Acesso em: 20 dez. 2023

e inspirar-se nas tradições africanas, considerando os valores da civilização africana e as reais necessidades da África. Ele argumenta que essas variadas percepções culturais tornam praticamente impossível aplicar valores universais em todas as partes do mundo.⁶

Uma das causas fundamentais pelas quais a Carta Africana surgiu e foi formulada é precisamente essa necessidade de adaptar os direitos humanos e os valores às especificidades culturais africanas. A intenção era criar uma carta que estivesse em sintonia com a cultura africana e suas perspectivas de valor, reconhecendo que certos valores universais podem não ser aplicáveis ou relevantes em contextos culturais diferentes.⁷ Segundo Ssenyonjo (2012), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, inicialmente, recebeu muita resistência e oposição de vários círculos acadêmicos. As provisões da Carta foram frequentemente descritas como muito malsucedidas e ineficazes, sendo vistas como extremamente distintas e muito controversas. A Carta também recebeu críticas pelo fato de não atingir seus objetivos e por não ser flexível e adaptável às mudanças necessárias.

A CADHP, apesar de ser um marco significativo na promoção dos direitos humanos no continente africano, enfrentou, inicialmente, muita resistência e oposição. Críticos argumentaram que, embora a Carta apresentasse densidade e originalidade, ela sofria de uma notável pobreza técnica, comprometendo sua eficácia. Por exemplo, a Carta aborda uma ampla gama de direitos, incluindo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de direitos coletivos dos povos, o que demonstra sua densidade e abrangência. No entanto, a redação ambígua e a falta de mecanismos claros de implementação tornaram difícil a aplicação prática dessas provisões. Isso gerou descrença quanto à sua aplicabilidade e sucesso. Acadêmicos e especialistas em direitos humanos destacaram que as disposições da Carta eram, muitas vezes, malsucedidas e ineficazes, o que tornou o documento controverso e distinto de outros instrumentos regionais de direitos humanos (SSENYONJO, 2012, p. 3).

Além disso, a Carta Africana foi criticada por sua falta de flexibilidade e adaptação às mudanças necessárias. A falta de precisão em suas provisões deixou muito espaço para interpretações livres, o que, segundo alguns críticos, resultou em consequências prejudiciais, como a diminuição da liberdade para os cidadãos africanos. Por exemplo, o artigo 27 da Carta⁸ estipula que "todo indivíduo tem deveres para com sua família e a sociedade", mas não define claramente os limites desses deveres, permitindo que governos utilizem essa ambiguidade para justificar restrições excessivas aos direitos individuais. A tensão entre os direitos e os deveres descritos na

⁶ SENGHOR, Léopold Sédar. Apud SSENYONJO, M. *African Charter on Human and Peoples' Rights*. 2012, p. 481-495.

⁷ ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Nairobi, 1981. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁸ ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Nairobi, 1981. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Carta também foi apontada como problemática, com críticos argumentando que as disposições sobre deveres poderiam entrar em conflito com os direitos garantidos, criando uma dinâmica complicada e potencialmente conflitante. Ankumah e Gittleman, por exemplo, citados por Ssenyonjo, destacaram que essas falhas estruturais permitiam que os governos manipulassem as provisões da Carta a seu favor, minando sua eficácia (SSENYONJO, 2012, p. 12)

A despeito das diversas contribuições doutrinárias no trato da leitura e interpretação da Carta, é cediço que este documento é significativo e inovador, especialmente para um continente que teve recentes países declarando-se “independentes”. É, portanto, inovadora e significativa, com densidade nos seus 68 artigos e considerandos, bem como sua nota originária. No entanto, ela sofre de uma notável pobreza técnica, o que compromete sua eficácia. Por exemplo, enquanto o artigo 2º garante direitos iguais a todos sem distinção de raça, etnia, cor, sexo, entre outros, a falta de definições claras e detalhadas para a implementação desses direitos deixa muito espaço para interpretações variadas. A ambiguidade presente na redação dos artigos pode resultar em aplicações inconsistentes e arbitrárias, dificultando a proteção uniforme dos direitos humanos. A inovação de incluir direitos coletivos dos povos (Artigos 19 a 24) é uma adição significativa, mas sem mecanismos claros de implementação, esses direitos frequentemente permanecem apenas no papel.

A Carta Africana também enfrenta críticas por inconsistências entre direitos e deveres. Embora a Carta reconheça um amplo espectro de direitos, como o direito à liberdade (artigo 6º) e o direito ao trabalho em condições equitativas (artigo 15), a inclusão de deveres individuais sem diretrizes claras pode levar a conflitos. Por exemplo, o artigo 29 estipula que os indivíduos têm o dever de preservar a coesão e o respeito da família, o que pode ser interpretado de maneiras que limitem direitos individuais, especialmente em contextos culturais específicos. A falta de uma estrutura detalhada para resolver esses possíveis conflitos torna a implementação dos direitos humanos mais desafiadora, perpetuando a incerteza e a ineficácia das proteções previstas na Carta. Em relação aos direitos das Crianças e Adolescentes, a CADHP⁹ aborda de maneira significativa, embora apresente desafios na implementação e clareza das suas disposições.

3. NEOCOLONIALISMO E A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

De acordo com Silvério (2013, p. 580) "a escravidão e os impérios coloniais se extinguíram, porém, deram espaço ao triunfo do neocolonialismo e do imperialismo econômico". Nesse cenário, mesmo que o século XX tenha visto a independência política de grande parte dos

⁹ Idem.

países africanos, com as diversas lutas de libertação nacionais, do ponto de vista econômico, as novas nações que emergem no panorama africano e mundial continuam atreladas a um modelo capitalista colonial. Esse padrão, centrado na extração de matérias-primas para exportação, era a principal fonte de renda do continente africano e deixava a economia da África muito dependente das variações dos preços globais de *commodities* no mercado internacional.

Este modelo econômico, focalizado na exportação, agrava a dependência africana em relação ao ocidente e seus antigos colonizadores. Silvério (2013, p. 509-510) argumenta que tal dependência foi claramente fomentada pelo ocidente, mas também era reconhecida internamente, sendo adotada e integrada devido à influência duradoura do modelo europeu como referência cultural. A adoção desse modelo europeu, por parte de elites nacionais e lideranças africanas, é evidenciada nas práticas de exploração estatal através de corrupção e clientelismo após a independência de diversos países africanos. Essas práticas incluíam, frequentemente, a violência contra opositores políticos e populações, para manter o poder, ocorrendo sob a vigilância dos países desenvolvidos, da comunidade internacional e suas instituições internacionais de direitos humanos.

Silvério (2013, p. 554) nos diz que “o progresso da técnica e da indústria ocidentais depende largamente de uma variedade de minerais estratégicos que vêm da África”. E o Ocidente, desde os anos 30 do século passado, leva e se aproveita de toneladas de minerais arrancados desse continente. Não tão longe do imperialismo iniciado pelas nações europeias em meados do século XIX, que levou à ocupação e intensa exploração do continente africano e de suas riquezas e mão de obra no contexto da Segunda Revolução Industrial, a necessidade nesse início de século XXI, por uma gama de minerais como coltan, cobalto, ouro, diamante, estanho, cassiterita, entre outros, que são matérias-primas estratégicas e essenciais para as grandes transnacionais detentoras dos mercados produtores de tecnologia atuais.

Os conflitos violentos e os genocídios que assolam a África, bem como os fatores que perpetuam a pobreza, a dependência econômica, o subdesenvolvimento, o desrespeito aos Direitos Humanos e a baixa qualidade de vida da população, têm por trás uma motivação comum: a ganância interna e externa pelas imensas riquezas minerais enterradas no solo africano. Silvério (2013, p. 554) afirma que “o desenvolvimento industrial e técnico do Ocidente se baseia largamente em uma variedade de minerais estratégicos oriundos da África”. Desde a década de 30 do século XX, o Ocidente é o principal destino e beneficiário de toneladas de minerais extraídos desse continente.

Essa situação não se distancia muito do imperialismo praticado pelas nações europeias a partir do século XIX, que resultou na ocupação e na exploração intensa do continente africano e de seus recursos e trabalhadores no contexto da Segunda Revolução Industrial. No século XXI, há

uma demanda crescente por minerais como coltan, cobalto, ouro, diamante, estanho, cassiterita, entre outros, que são insumos indispensáveis para as grandes transnacionais que dominam os mercados produtores de tecnologia atuais. Este grande potencial mineral revela as verdadeiras razões pelas quais as grandes empresas estrangeiras e os governos abastados do Ocidente insistem em esconder de seus inúmeros consumidores e cidadãos, os frequentes abusos e violações das condições de trabalho e dos direitos humanos de uma parte significativa da população africana.

Uma das situações que mostra o descaso ocidental pelas crises humanitárias e ambientais que ocorrem atualmente no continente africano é a exploração das minas e poços subterrâneos de cobalto e coltan. Esses metais, presentes em países da África Central como Ruanda, Burundi e Uganda e em grande quantidade na República Democrática do Congo (RDC), são usados na produção de baterias de carros elétricos, no caso do cobalto e na produção de aparelhos eletrônicos no caso do coltan. Com cerca de 95,89 milhões (2021) de habitantes e uma área de 2.345.000 km², a República Democrática do Congo é um gigante africano que esconde uma riqueza mineral impressionante no seu solo. O coltan e o cobalto são dois metais preciosos que saem do país em grande quantidade. O coltan, que é usado para fazer capacitores, baterias e outros itens de tecnologia, como *iPhones* e *PlayStation*, é disputado por grupos rebeldes e pelo governo, que controlam diferentes regiões de onde ele é extraído. A exploração do coltan envolve violações de direitos humanos, como trabalho infantil, prostituição infantil e contrabando.

O coltan é um metal precioso para o mundo moderno, pois é usado na fabricação de dispositivos eletrônicos como capacitores e semicondutores. Esses metais geram renda e trabalho na RDC, mas também trazem muitos problemas e violações de direitos humanos, pois são a causa de conflitos armados e danos ambientais, como a contaminação do solo e da água perto das áreas de mineração, o que prejudica a produção de alimentos para as comunidades rurais da região. Os problemas da extração do coltan não impedem que o metal seja cada vez mais procurado no mundo todo. O motivo é a indústria de tecnologia, que usa o mineral para fabricar máquinas eletrônicas, como computadores, celulares, tablets, videogames e outros aparelhos. Mas, a mineração do coltan na África continua causando polêmica.

As constantes violações dos direitos humanos, condições desumanas, exploração do trabalho infantil e os conflitos armados em torno do controle das minas produzem milhares de vítimas e perpetuam a pobreza na RDC. Buscar uma cadeia de fornecimento de coltan mais justa e sustentável é essencial para tornar sua exploração ética e socioeconomicamente viável. A contínua demanda por coltan e outros minerais estratégicos, alimentam uma complexa rede de exploração, estendendo-se da República Democrática do Congo até os centros consumidores globais. Esta cadeia de suprimentos internacional é marcada por profundas desigualdades e abusos, com as grandes potências e empresas multinacionais colhendo os benefícios da indústria

tecnológica, enquanto comunidades locais enfrentam graves violações de direitos e são submetidas a condições de vida precárias.

A extração de coltan, crucial para a produção de dispositivos eletrônicos modernos, tem consequências devastadoras para a sociedade e o meio ambiente na RDC. A competição por controle sobre as minas, ricas em minerais estratégicos, resulta em conflitos armados, exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, e degradação ambiental significativa. Apesar dos esforços internacionais para regular o comércio desses minerais, as violações persistem, evidenciando falhas nos sistemas de fiscalização e na responsabilidade corporativa. A República Democrática do Congo, apesar de sua vasta riqueza mineral, continua entre os países mais pobres do mundo, com a exploração de seus recursos naturais beneficiando apenas uma pequena elite e interesses estrangeiros. O paradoxo da abundância, ou a "maldição dos recursos", é evidente aqui, onde a riqueza natural não se traduz em desenvolvimento sustentável ou melhoria do bem-estar para a maioria da população.

A necessidade de uma governança mais justa e sustentável dos recursos minerais é crítica. Iniciativas internacionais, como a certificação de minerais de conflito e a promoção de práticas de mineração responsáveis, são passos na direção certa, mas exigem comprometimento e ação coordenada de governos, empresas e sociedade civil para serem efetivas. A busca por alternativas mais sustentáveis e éticas na cadeia de suprimentos de minerais estratégicos é imperativa para mitigar os impactos negativos dessa indústria.

3.1 A Cadeia Global do Coltan: Da RDC para o mercado internacional.

A exploração do coltan na República Democrática do Congo (RDC) é um fenômeno que ilustra vividamente os desafios e dilemas enfrentados por nações ricas em recursos naturais, mas marcadas por conflitos e pobreza. Esta seção busca aprofundar a compreensão da cadeia global do coltan, desde sua extração na RDC até sua chegada aos mercados internacionais, enfocando as implicações socioeconômicas e ambientais deste processo. Na RDC, a extração de coltan é frequentemente realizada em condições extremas, com a utilização de mão de obra infantil e violações dos direitos humanos. Organizações como a Anistia Internacional e o Pacto Global da ONU têm documentado essas condições, destacando os riscos enfrentados pelos trabalhadores e as comunidades locais.¹⁰ Estes relatórios apontam para a degradação ambiental significativa,

¹⁰ ANISTIA INTERNACIONAL. Trabalho forçado e violações de direitos humanos na extração de coltan na RDC. 2020. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/informe-2022-23-da-anistia-internacional-destaca-avancos-e-retrocessos-no-mundo-sobre-direitos-humanos/>. Acesso em: 10 dez. 2023; PACTO GLOBAL DA ONU. Relatório sobre impactos socioambientais do coltan na RDC. 2019. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/library/5715>. Acesso em: 10 dez. 2023

incluindo a contaminação de cursos de água e solos, afetando diretamente a agricultura local e a segurança alimentar das comunidades circunvizinhas.

Após a extração, o coltan da RDC é inserido em uma complexa cadeia de suprimentos global, passando por vários intermediários antes de alcançar fabricantes de eletrônicos na Ásia, Europa e América do Norte. A falta de transparência nesta cadeia tem sido alvo de críticas por parte de organizações como o Grupo de Trabalho sobre Recursos Naturais da ONU, que apela por uma regulamentação mais rigorosa do comércio de minerais de conflito.¹¹ Em resposta às preocupações sobre os minerais de conflito, foram desenvolvidas várias iniciativas de certificação, como o Processo de Kimberley, para os diamantes; e a Iniciativa de Garantia da Cadeia de Suprimentos Responsável da OCDE, para minerais de conflito, incluindo o coltan.¹² Essas iniciativas buscam promover a transparência e responsabilidade na cadeia de suprimentos, embora desafios significativos permaneçam na sua implementação efetiva.

A cadeia global do coltan enfrenta desafios persistentes relacionados à governança, regulamentação e responsabilidade social corporativa. Enquanto empresas tecnológicas globais, como a Apple e a Samsung, têm implementado políticas para monitorar suas cadeias de suprimentos¹³, a eficácia dessas medidas em eliminar a exploração na fonte permanece questionável. A necessidade de abordagens multissetoriais que incluam governos, empresas e sociedade civil é fundamental para assegurar uma exploração de recursos que beneficie todas as partes envolvidas e minimize impactos negativos. A cadeia global do coltan da RDC para os mercados internacionais exemplifica os desafios enfrentados no comércio de minerais estratégicos, essenciais para a indústria de tecnologia moderna. Embora tenham sido feitos progressos na regulamentação e certificação, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que a riqueza mineral da RDC possa contribuir, de forma justa e sustentável, para o desenvolvimento do país e o bem-estar de suas comunidades.

3.2 Impacto nas Comunidades Locais: Benefícios econômicos vs. custos em direitos humanos

¹¹ GRUPO DE TRABALHO SOBRE RECURSOS NATURAIS DA ONU. Regulamentação do comércio de minerais de conflito: Um caminho para a paz na RDC. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/02/1828217>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹² ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

¹³ APPLE. Relatório de Responsabilidade da Cadeia de Suprimentos. 2021. Disponível em: <https://br.atsit.in/archives/43147>. Acesso em: 10 dez. 2024; SAMSUNG. Compromisso com uma Cadeia de Suprimentos Responsável. 2020. Disponível em: <https://news.samsung.com/br/samsung-electronics-divulga-seu-relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em: 10 dez. 2024.

A extração de coltan na República Democrática do Congo (RDC) apresenta um paradoxo profundo. Por um lado, oferece benefícios econômicos potenciais para as comunidades locais, incluindo a criação de empregos e a geração de renda. Por outro lado, impõe custos significativos em termos de direitos humanos, saúde e segurança dos trabalhadores, bem como impactos ambientais negativos. Os benefícios econômicos da mineração de coltan para as comunidades locais não podem ser negligenciados. Segundo o Banco Mundial, a mineração artesanal pode fornecer uma fonte vital de renda para milhares de famílias em regiões com poucas alternativas de emprego formal. No entanto, esses benefícios são frequentemente superados pelos custos associados à exploração e à falta de regulamentação adequada.¹⁴

As violações dos direitos humanos associadas à mineração de coltan são amplamente documentadas. A Human Rights Watch¹⁵ e a Anistia Internacional¹⁶ relatam condições de trabalho precárias, exploração do trabalho infantil, violência e abusos cometidos por grupos armados e forças de segurança. Além disso, o deslocamento de comunidades e a degradação ambiental exacerbam a vulnerabilidade e a pobreza local. A exploração descontrolada de coltan também tem consequências ambientais devastadoras. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹⁷ destaca a destruição de habitats, a contaminação de cursos de água e o desmatamento como efeitos diretos da mineração ilegal e artesanal. Esses impactos ambientais comprometem a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas locais.

A necessidade de soluções sustentáveis e éticas é imperativa. Ações como a Iniciativa de Garantia da Cadeia de Suprimentos Responsável da OCDE¹⁸ e o Processo de Kimberley¹⁹ para os diamantes, buscam promover a transparência e minimizar os impactos negativos da mineração de coltan e outros minerais de conflito. No entanto, a implementação eficaz dessas iniciativas requer a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil. O impacto da extração de coltan nas comunidades locais da RDC é um microcosmo dos desafios enfrentados por países ricos em recursos naturais. Enquanto os benefícios econômicos são palpáveis, os custos em direitos humanos e ambientais são inaceitavelmente altos. Uma abordagem mais holística e integrada é necessária para garantir que a mineração de coltan e outros minerais estratégicos contribua para o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos.

¹⁴ BANCO MUNDIAL. Relatório sobre a Mineração Artesanal e de Pequena Escala. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2019.

¹⁵ HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório sobre Trabalho Infantil na Mineração de Coltan na RDC. Nova York: Human Rights Watch, 2020.

¹⁶ ANISTIA INTERNACIONAL. Exploração de Minerais e Direitos Humanos na República Democrática do Congo. Londres: Anistia Internacional, 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁷ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Avaliação Ambiental da Mineração de Coltan na RDC. Nairobi: PNUMA, 2018.

¹⁸ OCDE, *Due Diligence Guidance*, 2016.

¹⁹ KIMBERLEY PROCESS CERTIFICATION SCHEME. O Programa de Certificação do Processo de Kimberley. Disponível em: <https://kimberleyprocess.com>. Acesso em: 10 dez. 2024.

4. TRABALHO INFANTIL NA MINERAÇÃO DE COLTAN

A exploração do trabalho infantil nas minas de coltan, na República Democrática do Congo (RDC), é uma questão complexa e alarmante, refletindo as profundas desigualdades e abusos de direitos humanos associados à indústria de mineração. Esta seção examina as condições de trabalho, os impactos na saúde e segurança das crianças, bem como o papel dos diversos atores internacionais e locais na perpetuação e combate dessa prática.

4.1 Condições de Trabalho: Impactos na saúde, segurança e fatores socioeconômicos

As condições de trabalho nas minas de coltan, na República Democrática do Congo (RDC), são extremamente precárias e perigosas, especialmente para as crianças. Essas crianças frequentemente trabalham longas horas em túneis estreitos e mal ventilados, utilizando ferramentas rudimentares e sem qualquer equipamento de proteção individual (EPI). A exposição contínua a poeiras tóxicas, como o Radon, um elemento radioativo presente no coltan, aumenta significativamente o risco de doenças respiratórias e câncer de pulmão.²⁰ Além dos riscos respiratórios, as crianças enfrentam perigos físicos constantes, como deslizamentos de terra e acidentes com ferramentas. Segundo a Human Rights Watch, as minas artesanais são, frequentemente, locais de colapsos, resultando em lesões graves e até mortes.²¹ Esses acidentes são exacerbados pela falta de supervisão e regulamentação, o que permite que práticas inseguras sejam a norma.

4.1.1 Impactos Psicológicos e Sociais

O impacto psicológico de trabalhar em tais condições desde tenra idade é profundo. Crianças nas minas de coltan, frequentemente, testemunham e sofrem abusos físicos e emocionais. O trabalho extenuante, combinado com a exposição à violência, pode resultar em traumas psicológicos severos, afetando o desenvolvimento emocional e mental dessas crianças.²² A interrupção da educação é outra consequência devastadora do trabalho infantil. Muitos jovens trabalhadores abandonam a escola para contribuir com a renda familiar, o que perpetua o ciclo de

²⁰ ISS AFRICA. *Child miners: the dark side of the DRC's coltan wealth*. 2019. Disponível em: <https://issafrica.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²¹ HUMAN RIGHTS WATCH. *Child Labor and Human Rights Violations in the Mining Industry of the Democratic Republic of Congo*. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²² UNICEF. *Groundbreaking multi-stakeholder initiative to address child labour in DRC mining communities*. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/child-labour>. Acesso em: 10 dez. 2024.

pobreza e limita suas oportunidades futuras. A falta de educação também os deixa vulneráveis a continuar em empregos de baixa remuneração e altamente exploradores ao longo de suas vidas.²³

4.1.2 Questões Socioeconômicas

Socioeconomicamente, o trabalho infantil na mineração de coltan tem um efeito devastador. Embora as crianças e suas famílias dependam do rendimento gerado pela mineração, os salários são extremamente baixos, muitas vezes menos de \$ 2 por dia.²⁴ Este rendimento é insuficiente para cobrir as necessidades básicas, perpetuando a pobreza intergeracional. As condições de trabalho nas minas também têm implicações negativas para a comunidade em geral. A prevalência de doenças entre os trabalhadores mineiros, incluindo crianças, sobrecarrega os limitados recursos de saúde locais. Além disso, a falta de regulamentação e segurança nas minas contribui para uma alta taxa de mortalidade e morbidade, afetando negativamente a coesão e estabilidade comunitária.²⁵

4.1.3 Abordagens de Mitigação

Para mitigar essas condições, é essencial que intervenções sejam realizadas em várias frentes. Vários documentos e iniciativas internacionais fornecem diretrizes e regulamentações para abordar o problema do trabalho infantil na mineração de coltan.

Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act, Seção 1502

A Seção 1502, da Lei Dodd-Frank, exige que as empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) divulguem, anualmente, se os minerais utilizados em seus produtos provêm da RDC ou de países vizinhos, e que implementem um processo de *due diligence* para determinar a origem dos minerais e garantir que não financiem conflitos. Esta regulamentação visa aumentar a transparência nas cadeias de suprimentos de minerais de conflito e reduzir a exploração infantil e outras violações de direitos humanos.²⁶

²³ WILSON CENTER. *The DRC Mining Industry: Child Labor and Formalization of Small-Scale Mining*. 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²⁴ ISS AFRICA, 2019. *Op. cit.*

²⁵ HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório sobre Trabalho Infantil na Mineração de Coltan na RDC*. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²⁶ ESTADOS UNIDOS. Securities and Exchange Commission (SEC). *Final Rule on Conflict Minerals*. Washington, DC, 2012. Disponível em: <https://www.sec.gov/files/rules/final/2012/34-67716.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OECD Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas

A OCDE oferece orientações detalhadas para empresas sobre como conduzir a devida diligência em suas cadeias de suprimentos de minerais. Esta orientação inclui medidas para identificar, prevenir, mitigar e relatar riscos de impactos adversos associados à extração, comércio e processamento de minerais. A implementação eficaz dessas diretrizes pode ajudar a garantir que as cadeias de suprimentos estejam livres de trabalho infantil e outras práticas abusivas.²⁷ Organizações internacionais, como a UNICEF, em parceria com a *Global Battery Alliance*, estão arrecadando fundos para iniciativas que promovem a educação e a proteção social nas comunidades mineradoras. Essas iniciativas buscam não apenas retirar as crianças das minas, mas, também, fornecer alternativas viáveis, através da educação e serviços sociais robustos. A UNICEF e seus parceiros trabalham para fortalecer os serviços sociais locais, incluindo educação, saúde e registro de nascimento, além de capacitar trabalhadores sociais para prevenir, identificar e responder a casos de crianças afetadas negativamente pelas operações de mineração.²⁸

A combinação desses fatores cria um ambiente propício para a exploração do trabalho infantil na mineração de coltan na RDC. Para combater esse problema, é essencial uma abordagem multifacetada, que inclua a melhoria das condições econômicas, o fortalecimento das instituições governamentais, a implementação rigorosa das leis de proteção infantil e a sensibilização das comunidades sobre os direitos das crianças.

4.2 Papel dos Atores Internacionais e Locais: Corporações, governos e ONGs.

A erradicação do trabalho infantil nas minas de coltan, na República Democrática do Congo (RDC), depende da ação coordenada de diversos atores, incluindo corporações multinacionais, governos locais e internacionais, bem como organizações não governamentais (ONGs). Cada um desses grupos desempenha um papel crucial na abordagem desse problema complexo e multifacetado.

4.2.1 Corporações Multinacionais

²⁷ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Op. cit.*

²⁸ UNICEF. *Groundbreaking multi-stakeholder initiative to address child labour in DRC mining communities*. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/child-labour>. Acesso em: 10 dez. 24.

As corporações multinacionais que utilizam coltan em seus produtos, como empresas de tecnologia e eletrônicos, têm uma responsabilidade significativa na mitigação do trabalho infantil em suas cadeias de suprimento. Empresas como *Apple*, *Google* e *Tesla* foram citadas em processos judiciais devido às condições deploráveis nas quais o coltan é extraído, incluindo a exploração infantil²⁹. Para enfrentar essas questões, muitas corporações estão adotando políticas de diligência devida e rastreabilidade em suas cadeias de suprimento. A Seção 1502, da Lei Dodd-Frank, por exemplo, exige que as empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) divulguem a origem dos minerais utilizados em seus produtos e garantam que esses minerais não financiem conflitos.³⁰ Essa legislação tem incentivado as empresas a implementar práticas mais transparentes e responsáveis.

Além disso, a OECD Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas oferece um conjunto de recomendações para empresas sobre como conduzir a diligência em suas cadeias de suprimento de minerais. Esta orientação inclui medidas para identificar, prevenir, mitigar e relatar riscos de impactos adversos associados à extração, comércio e processamento de minerais.³¹

4.2.2 Governos Locais e Internacionais

Os governos, tanto locais quanto internacionais, desempenham um papel vital na criação de um ambiente regulatório que proteja os direitos das crianças. O governo da RDC tem tentado implementar leis e regulamentos para combater o trabalho infantil, como a reforma do código de mineração em 2017, que penaliza a utilização de mão de obra infantil e a venda de minério extraído por crianças. No entanto, a aplicação dessas leis é, muitas vezes, comprometida pela corrupção e pela falta de recursos.³² Ao nível internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem promovido a Convenção n.º 182, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, ratificada pela RDC. Esta convenção exige que os países membros tomem medidas imediatas e eficazes para garantir a eliminação das piores formas de trabalho infantil.³³

²⁹ AMNESTY INTERNATIONAL. *This is what we die for: Human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo power the global trade in cobalt*. Londres: Amnesty International, 2016. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³⁰ ESTADOS UNIDOS. *Securities and Exchange Commission (SEC). Final Rule on Conflict Minerals*. Washington, DC, 2012. Disponível em: <https://www.sec.gov/rules/final/2012/34-67716.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³¹ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas: Third Edition*. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³² U.S. DEPARTMENT OF LABOR. *Findings on the Worst Forms of Child Labor - Democratic Republic of the Congo*. 2022. Disponível em: <https://www.dol.gov>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil*. 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

4.2.3 Organizações Não Governamentais (ONGs)

As ONGs desempenham um papel crítico na defesa dos direitos das crianças e na implementação de programas que visam erradicar o trabalho infantil. Organizações como a UNICEF e a Human Rights Watch têm trabalhado ativamente para expor as condições de trabalho nas minas de coltan e para pressionar por mudanças. A UNICEF, em colaboração com a *Global Battery Alliance*, está arrecadando fundos para iniciativas que promovem a educação e a proteção social nas comunidades mineradoras. Estas iniciativas buscam não apenas retirar as crianças das minas, mas, também, fornecer alternativas viáveis, através da educação e serviços sociais robustos.

34

A Human Rights Watch documenta e divulga as violações de direitos humanos nas minas de coltan, utilizando suas descobertas para pressionar governos e corporações a adotarem políticas mais rigorosas e responsáveis.³⁵ A erradicação do trabalho infantil nas minas de coltan, na RDC, exige uma abordagem coordenada que envolva corporações, governos e ONGs. Cada um desses atores tem um papel essencial na promoção de práticas de mineração responsáveis, na criação de um ambiente regulatório eficaz e na implementação de programas que ofereçam alternativas viáveis para as crianças e suas famílias.

5. A CARTA AFRICANA EM AÇÃO

A CADHP, adotada em 1981, representa um marco na proteção dos direitos humanos no continente africano. Esta Carta estabelece uma série de direitos humanos e deveres, tanto para os indivíduos quanto para os Estados, refletindo os valores e as aspirações do continente africano. No entanto, a sua implementação tem enfrentado desafios e obtido sucessos variados, dependendo do contexto e dos mecanismos de proteção utilizados.

5.1 Mecanismos de Proteção: Sucessos e desafios na implementação da Carta

A criação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) e do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (AFCHPR) são marcos importantes. Estas

³⁴ UNICEF. Groundbreaking multi-stakeholder initiative to address child labour in DRC mining communities. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³⁵ HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório sobre Trabalho Infantil na Mineração de Coltan na RDC*. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 10 dez. 2024.

instituições foram estabelecidas para monitorar e garantir a implementação da Carta. A ACHPR desempenha um papel crucial na promoção e proteção dos direitos humanos, através da coleta de informações, realização de estudos e emissão de recomendações aos Estados-membros.³⁶ O Tribunal Africano tem proferido várias decisões significativas que reforçam a proteção dos direitos humanos no continente. Por exemplo, em casos de violações de direitos civis e políticos, o Tribunal tem emitido vereditos que obrigam os Estados a adotarem medidas corretivas, incluindo compensações às vítimas. Até o presente momento, ainda não há precedente envolvendo o coltan ou violações aos direitos das crianças em situação de trabalho.

Embora muitos Estados tenham ratificado a Carta, poucos submeteram declarações ao Tribunal (que permitiriam a indivíduos e ONGs levarem casos diretamente ao Tribunal). Isso limita a eficácia do Tribunal em lidar com violações de direitos humanos. A aplicação das decisões da Comissão e do Tribunal, muitas vezes, enfrenta resistência ou é ignorada pelos governos nacionais. A falta de vontade política e de recursos impede a implementação eficaz das recomendações e decisões (REFWORLD, 2024). Tanto a Comissão quanto o Tribunal operam com recursos financeiros e humanos limitados, o que restringe sua capacidade de monitorar, investigar e intervir em casos de violações de direitos humanos em toda a África.³⁷

5.2 Estudos de Caso: Exemplos de intervenção ou ausência dela.

Para ilustrar a implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, é útil analisar estudos de caso que mostram tanto intervenções bem-sucedidas quanto falhas. Dois casos emblemáticos são os dos Endorois, no Quênia; e dos Ogoni, na Nigéria.

Caso Endorois (2009)

O caso dos Endorois é um exemplo de sucesso na intervenção da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Em 2009, a Comissão determinou que o governo do Quênia havia violado os direitos da comunidade Endorois ao deslocá-los de suas terras tradicionais sem consulta ou compensação adequada. Esta decisão foi um marco na proteção dos direitos de povos indígenas e ordenou a devolução das terras e compensação às vítimas. A decisão também reforçou a importância da consulta e do consentimento prévio, livre e informado.³⁸

³⁶ ACHPR. *State Parties to the African Charter*. 2023. Disponível em: <https://achpr.au.int/en>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³⁷ AFRICAN COURT ON HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS. *Activity Report of the African Court on Human and Peoples' Rights*. 2024. Disponível em: <https://www.african-court.org/wpafc/?lang=fr>. Acesso em: 10 dez. 2024.

³⁸ Lauterpacht, E., Greenwood, C., & Lee, K. (Eds.). (2012). *Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group International on behalf of Endorois Welfare Council v. Kenya (Endorois Case)*. International

Caso Ogoni (2001)

O caso Ogoni, decidido pela Comissão Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos em 2001, é um marco significativo na proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais na África. A Comissão concluiu que o governo da Nigéria violou os direitos da população Ogoni devido à devastação ambiental causada pela exploração de petróleo pela Shell Petroleum Development Corporation e pela Nigerian National Petroleum Company (NNPC), em colaboração com as autoridades estatais. As violações incluíram contaminação do solo, água e ar, destruição de lares e meios de subsistência, e impactos severos na saúde e no ambiente da comunidade Ogoni. A Comissão determinou que o governo tomasse medidas para proteger o meio ambiente, garantir compensação adequada às vítimas e restaurar as terras e recursos naturais da comunidade. Este caso demonstrou a responsabilidade dos Estados em proteger as comunidades contra os impactos negativos de atividades de exploração de recursos naturais, estabelecendo um precedente para a interpretação dos direitos econômicos, sociais e culturais como vinculados à dignidade humana e ao desenvolvimento sustentável (COOMANS, 2003).

Apesar de casos como o dos Ogoni mostrarem o potencial das instituições africanas de direitos humanos, desafios permanecem. Muitas decisões da Comissão e do Tribunal Africano enfrentam barreiras significativas de implementação pelos Estados-membros. Por exemplo, resoluções sobre prisões arbitrárias e tortura em países como Zimbábue e Sudão frequentemente não resultam em ações concretas dos governos. Além disso, a ineficácia em lidar com conflitos armados, como na República Democrática do Congo, onde graves violações de direitos humanos continuam, evidencia as limitações dessas instituições em contextos de conflito contínuo. Esses desafios reforçam a necessidade de fortalecer os mecanismos de cumprimento e ampliar a cooperação entre os Estados e as instituições regionais.

6. ESTRATÉGIAS PARA MUDANÇA

6.1 Fortalecimento dos Marcos Legais: Recomendações para aumentar a eficácia da Carta

A eficácia da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, depende, em grande parte, do fortalecimento dos marcos legais e da implementação efetiva de suas disposições. E para alcançar isso, várias estratégias podem ser utilizadas. Por exemplo, a harmonização de leis

nacionais é uma saída. É essencial que os Estados-membros alinhem suas legislações nacionais com as disposições da Carta. Isso requer a revisão e a reforma das leis internas, para garantir que todas as normas de direitos humanos da Carta sejam plenamente integradas e aplicáveis nos sistemas jurídicos nacionais.

Desenvolver as instituições de Direitos Humanos, assim como incentivar a formação de novas, é essencial. Neste sentido, as Instituições Nacionais de Direitos Humanos (NHRIs) devem ser fortalecidas através de capacitação contínua e alocação adequada de recursos financeiros. Essas instituições desempenham um papel crucial na monitorização, investigação e promoção dos direitos humanos. A independência e a autoridade dessas instituições são fundamentais para sua eficácia.³⁹ Apesar da grande aceitação da Carta Africana, pelos países, os seus membros ainda precisam ratificar o protocolo de estabelecimento do Tribunal Africano para o exercício da jurisdição. Além disso, mesmo entre os países que ratificaram o protocolo adicional, apenas 8 declararam explicitamente que aceitam a competência da Corte para receber petições individuais e de ONGs.⁴⁰

Para garantir a eficácia das decisões da Comissão e do Tribunal, os Estados devem estabelecer mecanismos nacionais robustos para monitorar e garantir a implementação dessas decisões. Isso inclui a criação de comitês ou grupos de trabalho dedicados a supervisionar o cumprimento das decisões.

6.2 Promoção da Responsabilidade Corporativa: O papel das empresas internacionais na garantia de práticas éticas

As empresas internacionais podem ajudar a promover a ética e os direitos humanos, principalmente na mineração de coltan. Algumas estratégias importantes são: a devida diligência e transparência, relatórios públicos, certificações éticas e parcerias com ONGs e comunidades locais. As empresas devem auditar suas cadeias de suprimentos, para evitar violações de direitos humanos. Elas devem seguir as diretrizes da OCDE⁴¹ para minerais de áreas de conflito, que ajudam a detectar, prevenir, reduzir e informar riscos.

³⁹ ACHPR, *Op. cit.*

⁴⁰ O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos foi estabelecido com base no Artigo 1º do Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, que trata da criação desse tribunal. O Protocolo foi adotado pelos Estados Membros da então Organização da Unidade Africana (OUA) em Ouagadougou, Burkina Faso, em junho de 1998. Posteriormente, o Protocolo entrou em vigor em 25 de janeiro de 2004.

Até o momento, apenas oito dos trinta e quatro Estados Partes no Protocolo depositaram a declaração reconhecendo a competência do Tribunal para julgar casos apresentados diretamente por ONGs e indivíduos particulares, conforme informação constante no próprio site do Tribunal. Vide <https://www.african-court.org/wpafc/?lang=pt-pt>

⁴¹ As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável são recomendações elaboradas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para incentivar que empresas multinacionais contribuam para o desenvolvimento sustentável e evitem impactos negativos em seus países de

A transparência é fundamental para a responsabilidade corporativa. As empresas devem divulgar relatórios anuais, detalhando suas práticas de *due diligence*⁴² e os resultados de suas auditorias de direitos humanos. Isso contribui para a prestação de contas e a para a confiança dos consumidores e investidores. Desta maneira, os relatórios públicos são fundamentais neste contexto. A adoção de certificações reconhecidas internacionalmente, como o Processo de Kimberley⁴³, para diamantes ou a Iniciativa de Garantia da Cadeia de Suprimentos Responsável, para minerais, desempenha um papel fundamental na garantia de que esses materiais sejam extraídos e processados de maneira ética e sustentável. Tais certificações estabelecem padrões rigorosos para a indústria, promovendo a transparência e a responsabilidade corporativa.

Para melhorar a vida e o trabalho nas áreas de mineração, as empresas devem colaborar com ONGs e comunidades locais. Elas devem investir em educação, saúde e infraestrutura para as comunidades afetadas. Isso ajuda o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas. Leis locais de países que seguem Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos podem usar essa estratégia para fortalecer as políticas dos Direitos Humanos.

6.3 Como o Brasil pode ser protagonista no fortalecimento do Sistema Africano de Direitos Humanos e contribuir para o debate do coltan e a exploração de mão de obra infantil

O Brasil, como um país emergente com um forte histórico de ativismo em direitos humanos e políticas sociais, pode desempenhar um papel crucial no fortalecimento do Sistema Africano de Direitos Humanos e no combate à exploração de mão de obra infantil na mineração de coltan. Esta contribuição pode ser feita através de várias frentes: legislação interna, políticas públicas, tratados e convenções de direitos humanos, bem como estabelecendo parcerias e cooperação internacional. No país, há um conjunto robusto de leis e políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos humanos e à erradicação do trabalho infantil. A CRFB de 1988 garante direitos fundamentais,

atuação. A título de conhecimento, a **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** é uma organização internacional fundada em 1961 como objetivo de promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo. A sede da OCDE está localizada em Paris, França, e atualmente conta com 38 países membros, incluindo economias desenvolvidas e emergentes.

⁴² Devida diligência é um processo de investigação e auditoria minuciosa de uma empresa ou organização, realizado antes de se iniciar uma transação ou acordo comercial significativo. O objetivo é avaliar a situação financeira, legal e operacional da entidade em questão, para garantir que todas as informações relevantes sejam conhecidas e que os riscos sejam adequadamente gerenciados.

⁴³ O Processo de Kimberley (Kimberley Process Certification Scheme, abreviado como KPCS ou simplesmente KP) é um mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes. Ele foi concebido para evitar a compra e venda de diamantes de sangue, ou seja, aqueles provenientes de áreas de conflito, guerras civis e abusos de direitos humanos.

incluindo a proibição do trabalho infantil (artigo 7º, XXXIII) e a proteção integral à criança e ao adolescente.⁴⁴

A Lei n.º 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, estabelecendo medidas rigorosas contra o trabalho infantil e promovendo o desenvolvimento saudável e a educação.⁴⁵ Além disso, o Decreto n.º 11.772, de 9 de novembro de 2023, institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de uma proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas. Este decreto visa fortalecer a governança de direitos humanos no Brasil e garantir que as empresas atuem de forma responsável e ética.⁴⁶ O grupo é responsável por elaborar estudos e propor medidas para a regulamentação das atividades empresariais em relação aos direitos humanos, incluindo a prevenção de violações, mecanismos de reparação e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Este novo decreto revoga o Decreto n.º 9.571, de 21 de novembro de 2018, que anteriormente estabelecia diretrizes nacionais sobre empresas e direitos humanos. A atualização das diretrizes reflete o compromisso contínuo do Brasil com a promoção de práticas empresariais responsáveis e a proteção dos direitos humanos, adequando-se às melhores práticas internacionais e desenvolvimentos recentes no campo.⁴⁷ Em relação aos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos, nós somos signatários de várias convenções internacionais que reforçam seu compromisso com a proteção dos direitos humanos. Entre elas, destacam-se a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU; e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 138 (Idade Mínima) e 182 (Piores Formas de Trabalho Infantil), que fornecem um quadro legal para a erradicação do trabalho infantil.⁴⁸

Por meio da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Protocolo de San Salvador, o Brasil também se compromete a promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais, o que inclui a erradicação do trabalho infantil e a garantia de condições de vida dignas

⁴⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 227. Redação dada pela Emenda Constitucional, n. 65, de 2010. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁴⁵ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

⁴⁶ BRASIL. Decreto n.º 11.772, de 9 de novembro de 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de uma proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 nov. 2023.

⁴⁷ BRASIL. Decreto n.º 9.571, de 21 de novembro de 2018. Estabelece diretrizes nacionais sobre empresas e direitos humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 nov. 2018.

⁴⁸ ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 10 jan. 2025; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n.º 138, sobre a idade mínima de admissão ao emprego. Genebra, 1973. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 jan. 2025; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Op. cit. Convenção n.º 182, sobre as piores formas de trabalho infantil. Genebra, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

para todas as crianças.⁴⁹ Existem diferentes formas do Brasil se engajar efetivamente na discussão sobre a exploração de trabalho infantil na extração de coltan: Cooperação Internacional e Parcerias, Apoio a Iniciativas Globais, Advocacia e Diplomacia, Educação e Conscientização e Fomento de Práticas Empresariais Responsáveis.

Podemos fazer parcerias com países africanos, oferecendo assistência técnica e trocando experiências em políticas públicas para a proteção dos direitos das crianças e a favor da eliminação do trabalho infantil. Iniciativas, como a cooperação Sul-Sul, podem ser utilizadas para aumentar a capacidade institucional dos países africanos e incentivar o desenvolvimento sustentável.⁵⁰ O Brasil adere e participa ativamente de iniciativas globais, como a Global Battery Alliance e o Processo de Kimberley, que têm como objetivo garantir a origem ética dos minerais e a proteção dos direitos humanos ao longo da cadeia de suprimentos.⁵¹

Utilizando sua posição nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais, o Brasil pode advogar pela implementação de políticas e regulamentações mais estritas para combater à exploração de mão de obra infantil e promover a transparência nas cadeias de suprimentos de minerais de conflito.⁵² O Brasil pode investir em programas de educação e conscientização, tanto no país quanto em países parceiros na África, para aumentar o conhecimento sobre os direitos das crianças e os impactos da exploração de mão de obra infantil. Campanhas públicas e treinamentos podem ajudar a mudar percepções culturais e sociais que perpetuam o trabalho infantil.⁵³ Empresas brasileiras que operam internacionalmente, especialmente no setor de mineração e tecnologia, devem adotar práticas de devida diligência para garantir que suas operações não contribuam para violações de direitos humanos. A adesão às diretrizes da OCDE para cadeias de suprimento responsáveis é fundamental.⁵⁴

7. CONCLUSÃO

Este estudo destacou a profunda dissonância entre as aspirações da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a realidade do neocolonialismo, manifestada na exploração de

⁴⁹ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.oas.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵⁰ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento sustentável. Brasília: MRE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵¹ GLOBAL BATTERY ALLIANCE. Ethical supply chains for batteries. 2020. Disponível em: <https://www.globalbattery.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório sobre transparência e direitos humanos em cadeias de suprimento. 2021. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵³ UNICEF. Relatório sobre direitos das crianças e trabalho infantil. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁵⁴ OECD. Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

crianças nas minas de coltan da República Democrática do Congo (RDC). Através de uma análise detalhada, este artigo revelou como o neocolonialismo perpetua práticas exploratórias e violações dos direitos humanos, particularmente contra crianças, em um contexto de demanda global por coltan, essencial para a tecnologia moderna. Os principais achados deste estudo incluíram a identificação das condições desumanas de trabalho infantil nas minas de coltan, os impactos psicológicos e físicos severos sobre as crianças, e a contribuição da demanda global para perpetuar essas práticas. A exploração infantil na RDC é exacerbada pela falta de regulamentação eficaz, pela corrupção endêmica e a ausência de mecanismos robustos de fiscalização e implementação da Carta Africana.

As implicações para políticas e práticas são claras: é imperativo fortalecer os mecanismos de implementação e fiscalização da Carta Africana, promovendo a cooperação internacional e o engajamento das empresas multinacionais na adoção de práticas de *due diligence* e transparência. As empresas devem ser responsabilizadas por suas cadeias de suprimento, assegurando que os minerais utilizados em seus produtos não financiem conflitos nem perpetuem a exploração infantil. Além disso, é essencial que os Estados africanos harmonizem suas legislações nacionais com as disposições da Carta Africana, fortalecendo as instituições de direitos humanos e garantindo a alocação adequada de recursos. A promoção de iniciativas de certificação, como o Processo de Kimberley, deve ser intensificada para assegurar a origem ética dos minerais, especialmente no contexto do coltan.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a investigação de abordagens integradas, que envolvam governos, empresas e ONGs na erradicação do trabalho infantil nas cadeias de suprimento de coltan. Estudos focados em políticas públicas efetivas e práticas empresariais responsáveis podem oferecer caminhos viáveis para um desenvolvimento socioeconômico sustentável na RDC. A proteção dos direitos das crianças nas minas de coltan da RDC exige uma abordagem multifacetada que combine esforços nacionais e internacionais. Fortalecer os mecanismos de implementação da Carta Africana, promover práticas empresariais responsáveis e fomentar a cooperação internacional são passos essenciais para combater o neocolonialismo e garantir um futuro mais justo e sustentável para as crianças da RDC. Este estudo contribui para a formulação de políticas e práticas que não apenas protejam os direitos das crianças, mas, também, promovam o desenvolvimento socioeconômico da RDC, de maneira ética e responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANKUMAH, Evelyn A. **The African Commission on Human and Peoples' Rights: Practice and Procedures**. Martinus Nijhoff Publishers, 1996.

ALTBACH, P. Educação e Neocolonialismo. **Teachers College Record: A Voz da Erudição na Educação**, vol. 72, n. 04, p. 1 – 10, 1971.

BATUBENGE, Omer Buatu; REYES LUGARDO, Marco Antonio. Los derechos de los infantes y el saqueo de recursos minerales en la República Democrática del Congo: la internacionalización de la criminalización del estado. **Estudios de Asia y Africa**, v. 46, n. 2, p. 333-364, 2011.

COLLIER, Paul. **O fundo do poço: a causa da pobreza mundial e como sair dela**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FANON, Frantz. **Os excluídos da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KIRSCH, Stuart. Capitalismo Minerador: A Relação Entre Corporações e Seus Críticos. **Journal of Cultural Economy**, v. 9, n. 4, p. 436-438, 2016.

NEST, Michael. **Coltan**. Polity Press, 2013.

SACHS, Jeffrey. **O extermínio da pobreza**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. Tântalo na Era Digital: minério de Coltan, espoliação temporal e "movimento" no leste da República Democrática do Congo. **Etnólogo Americano**, vol. 38, n. 01, p. 17-35, 2011.

SSENYONJO, M. African Charter on Human and Peoples' Rights. In: **Coletânea de Artigos sobre Direitos Humanos e Povos Africanos**, p. 481-495, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004218154_022. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.

UNICEF. Relatório Anual. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

STORGAARD, Marianne; TIENARI, Janne; PIEKKARI, Rebecca; MICHAILOVA, Snejjina. Holding on while letting go: Neo-colonialism as organizational identity work in a multinational corporation. **Organization Studies**, v. 42, n. 6, p. 1-42, 2021.

DOCUMENTOS

ANISTIA INTERNACIONAL. Trabalho forçado e violações de direitos humanos na extração de coltan na RDC. 2020. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/informe-2022-23-da-anistia-internacional-destaca-avancos-e-retrocessos-no-mundo-sobre-direitos-humanos/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

APPLE. Relatório de Responsabilidade da Cadeia de Suprimentos. 2021. Disponível em: <https://br.atsit.in/archives/43147>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre a Mineração Artesanal e de Pequena Escala. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9571.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Decreto nº 11.772, de 9 de novembro de 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11772.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. Adotada pela 18ª Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em 27 de junho de 1981, em Nairóbi, Quênia. Entrou em vigor em 21 de outubro de 1986. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Roma: Conselho da Europa, 1950.

COOMANS, Fons. The Ogoni case before the African Commission on Human and Peoples' Rights. *International and Comparative Law Quarterly*, Cambridge University Press, v. 52, n. 3, p. 749-760, jul. 2003. DOI: 10.1093/iclq/52.3.749. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/iclq/52.3.749>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ESTADOS UNIDOS. Securities and Exchange Commission (SEC). Final Rule on Conflict Minerals. Washington, DC, 2012. Disponível em: <https://www.sec.gov/files/rules/final/2012/34-67716.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FORESTIER, Patrick. Blood Coltan. Direção: Patrick Forestier. Produção: Point du Jour. 2007. 1 vídeo (52 min). Documentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_6H0SSHFtkY. Acesso em: 10 dez. 2023.

GLOBAL BATTERY ALLIANCE. GBA Principles. 2020. Disponível em: <https://www.globalbattery.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE RECURSOS NATURAIS DA ONU. Regulamentação do comércio de minerais de conflito: Um caminho para a paz na RDC. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/02/1828217>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório sobre Trabalho Infantil na Mineração de Coltan na RDC. Nova York: Human Rights Watch, 2020.

KIMBERLEY PROCESS CERTIFICATION SCHEME. O Programa de Certificação do Processo de Kimberley. 2003. Disponível em: kimberleyprocess.com. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Cooperação Sul-Sul. 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: un.org. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Nova Iorque, 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights> . Acesso em: 10 de novembro de 2023.

ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nova Iorque, 1966. Disponível em: ohchr.org. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova Iorque, 1989. Disponível em: unicef.org. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

ONU. Princípios Norteadores sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementando o Enquadramento das Nações Unidas “Proteger, Respeitar e Remediar”. Nova Iorque, 2011. Disponível em: ohchr.org. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul). Nairobi, 1981. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/afrika/banjul.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 1969. Disponível em: <http://www.oas.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Bogotá: OEA, 1948.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Carta da Organização dos Estados Americanos. Washington, D.C.: OEA, 1948. Reformada pelos Protocolos de Buenos Aires (1967), Cartagena das Índias (1985), Washington (1992) e Manágua (1993).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Genebra, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OECD). Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas: Third Edition. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Avaliação Ambiental da Mineração de Coltán na RDC. Nairobi: PNUMA, 2018.

SAMSUNG. Compromisso com uma Cadeia de Suprimentos Responsável. 2020. Disponível em: <https://news.samsung.com/br/samsung-electronics-divulga-seu-relatorio-de-sustentabilidade>. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

VOLUNTARY PRINCIPLES ON SECURITY AND HUMAN RIGHTS. Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. 2000. Disponível em: <https://www.voluntaryprinciples.org/>
Acesso em: 10 de novembro de 2023.

Recebido em: 28/11/2023

Aprovado em: 12/06/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

FASES E ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS DE OCUPAÇÃO COLONIAL DE OWAMBO, NO EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA

PORTUGUESE PHASES AND STRATEGIES OF COLONIAL OCCUPATION OF OWAMBO, IN THE EXTREME SOUTHWEST OF ANGOLA

RESUMO: Na Conferência de Berlim (1884/1885) ocorreram os concertos que visavam evitar as disputas conflituosas entre as potências europeias em relação à ocupação colonial de África. Neste sentido, Portugal elaborou sua estratégia de ocupação das terras que, até então, possuíam presença de portugueses. O objetivo deste artigo consiste em analisar o processo de ocupação colonial português sobre as terras Ambó (Owambo), no extremo sudoeste de Angola, de forma a compreender as fases e estratégias usadas por Portugal, que foram efetivadas em quatro fases: presença, penetração, conquista e colonização efetiva. Quanto a metodologia, fez-se um estudo teórico e analítico sobre as causas, fases e estratégias da ocupação colonial usada por Portugal sobre Owambo (reinos ambós / dos Ovawambo), a partir de uma conjuntura de informações bibliográficas e documental, disponível em arquivos físicos e online.

**LEONARDO TUYENIKUMWE
PEDRO**

PALAVRAS-CHAVE: Owambo (Ambó); Estratégias de Ocupação; Fases de Ocupação; Colonização Portuguesa; Angola.

ABSTRACT: At the Berlin Conference (1884/1885), agreements were reached to avoid disputes between the European powers over the colonial occupation of Africa. With this in mind, Portugal devised its strategy for occupying the lands that, until then, had been colonised by the Portuguese. The aim of this article is to analyse the process of Portuguese colonial occupation of the Ambó (Owambo) lands, in the far south-west of Angola, in order to understand the phases and strategies used by Portugal, which were carried out in four phases: presence, penetration, conquest and effective colonisation. In terms of methodology, a theoretical and analytical study was made of the causes, phases and strategies of Portugal's colonial occupation of Owambo (Ambós / Ovawambo kingdoms), based on a combination of bibliographical and documentary information available in physical and online archives.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

KEY WORDS: Strategies of Occupation; Phases of Occupation; Owambo; Colonization Portuguese; Angola.

FASES E ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS DE OCUPAÇÃO COLONIAL DE OWAMBO, NO EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA

Leonardo Tuyenikumwe Pedro ¹

Introdução

O impacto da industrialização da Europa ocidental (do século XVIII), a independência dos países do continente americano e a crise econômica de 1873, devido à super produção, levou a Europa a considerar necessário encontrar alternativa para substituir as colônias da América, isto é, era preciso conquistar novos territórios para servir de mercado para o escoamento de produtos para minimizar a crise de superprodução, servir de fonte de obtenção de matéria-prima para as indústrias europeias e permitir a exploração de recursos humanos. Por outro lado, crescia o desejo dos estados europeus em manter o equilíbrio político-militar, bem com marcar a sua presença na arena internacional, a fim de ganhar ou/e manter o estatuto de potência mundial. Para tal, os estados deveriam ter a capacidade econômica, militar, política e social de defender os seus interesses além das fronteiras.

Assim, a África, até então ignorada, que servia, essencialmente, para a obtenção de escravos para a América, e como pontos de reabastecimentos de embarcações com destino ao continente asiático: foi, em primeira instância, a opção prioritária para a parte oeste europeia. Deste modo, como pretexto, foi incorporada uma ideologia relacionada à expansão das culturas europeias, no quadro de um pensamento dito eurocêntrico. Fazendo parte deste processo, a dita "missão civilizadora", isto é, levar o processo técnico-científico e a complexidade social e cultural da Europa do oeste para as regiões ditas "atrasadas", e sem condições de progredirem sozinhas. Para uma partilha saudável do "bolo" (África), os europeus decidiram, na Conferência de Berlim (1884/1885), com todas as suas consequências, atualizar as normas de atuação para a obtenção de futuras possessões no continente 'berço', dentre os quais, aprovaram o princípio de ocupação efetiva e a notificação, abolindo o respaldo de direitos históricos. Neste quadro, Portugal vai elaborar sua estratégia de ocupação colonial, assente na ocupação por meio de exploradores geográficos, comerciantes, missionários, diplomacia, coercitivo (militar) e ocupação efetiva (administrativa). Este conjunto de estratégias foi concluída em quatro fases:

¹ Doutor em História Moderna e Contemporânea, ramo de Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL, Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais (CEI-ISCTE-IUL). Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Namibe. Investigador integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. leonaradotuyen@gmail.com

presença portuguesa, penetração no interior, ocupação territorial por diversas formas, colonização (exploração efetiva).

Após a conquista do Reino do Humbi (na margem direita do rio Cunene, na atual província do Cunene), Portugal decidiu caminhar para além - rio Cunene, para a ocupação de Owambo (conjunto de dozes reinos de vários povos Ambós - *Ovawambo*), o último reduto de nações livres da futura colônia de Angola. Simultaneamente, o último obstáculo à conclusão da Convenção Luso-Alemã, de 1886, sobre a delimitação da fronteira sul de Angola, para o efeito era necessário expulsar os alemães do extremo sul, que tencionavam ocupar *Owambo* (a região dos *Ovawambo*).

Este trabalho confina-se ao estudo das fases e estratégias portuguesa de ocupação colonial de Owambo (reinos dos *Ovawambo*), entre 1850-1975, cujo objetivo geral consiste em analisar o processo da ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola, de forma a compreender as fases e estratégias usadas por Portugal e as respectivas etapas, relativas à ocupação dessas terras da futura colônia de Angola. Os objetivos específicos são: descrever as fases da ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola; compreender as estratégias de ocupação colonial portuguesa sobre Owambo, no extremo sudoeste de Angola.

A importância deste texto consiste em apresentar um estudo sobre a problemática da ocupação do extremo sudoeste de Angola, precisamente, os reinos dos *ovawambo* de Angola, contribuindo, assim, para a compreensão das profundas fases e estratégias da Ocupação Colonial Portuguesa dessas terras (*Owambo*) e conseqüentes transformações políticas, ocorridas no final do século XIX e princípio do século XX. Neste quadro, quais foram as fases e estratégias empreendidas por Portugal para a ocupação colonial de Owambo? Hipótese: para a ocupação das terras dos *ovawambo*, futuro sudoeste de Angola, Portugal elaborou sua estratégia político-militar de ocupação colonial, assentado na ocupação por meio de exploradores geográficos; assim como fez a ocupação por meio de comerciantes; missionários; da diplomacia; por meio coercitivo (militar) e a ocupação efetiva (administrativa). Estas estratégias foram concluídas em quatro fases, precisamente: presença portuguesa, penetração no interior, ocupação territorial por diversas formas; e colonização (exploração efetiva). Nesta perspectiva, para atingir os objetivos, metodologicamente fez-se um estudo teórico e analítico sobre as causas, fases e estratégias da ocupação colonial portuguesa nos reinos dos *Ovawambo*, a partir de uma conjuntura de informação bibliográfica e documental em arquivos físicos e *on-line*.

O presente texto é composto por duas seções: na seção 1. “Fases da ocupação colonial portuguesa no Owambo”, são apresentadas as diversas fases de ocupação colonial portuguesa no

quadro da conquista das terras ovambo; Na seção 2. “estratégias da ocupação colonial portuguesa no Owambo”, são discutidas e descritas as diversas estratégias usadas por Portugal para a ocupação de Owambo, desde a presença até à conquista e, conseqüentemente, a implementação do sistema de exploração colonial, essencialmente a ocupação por meio de viagens de exploração geográfica, a ocupação por meio de comerciantes ou atividades comerciais, ocupação por meio de missionários ou atividades eclesíásticas, exercício por meio da ação diplomática, e o uso da ferramenta militar ou coercitiva para ocupação de Owambo e, finalmente, os 68 anos de colonização de Owambo.

Fases da ocupação portuguesa no Owambo (estados dos Ovawambo): extremo sudoeste de Angola

No princípio do século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, começou o neocolonialismo no continente africano. As potências europeias desenvolveram uma "corrida à África", de forma massiva, e ocuparam a maior parte do continente criando muitas colônias e, ao mesmo tempo, novas potências concorrentes, como a Alemanha, a Bélgica e a Itália apareceram como novos atores na região. O panorama geral das sociedades do extremo sul de Angola, na véspera da resistência à ocupação colonial portuguesa, era caracterizado por estados homogêneos independentes, que seguiam seus próprios cursos e desenvolvimentos. Esta região conheceu progressos aceitáveis, produziu civilizações brilhantes com estruturas sociopolíticas e economias bem definidas, diversificadas e enquadradas, como é o caso dos Ovanyaneka-humbi, Ovawambo, Hereros e Khoisan. Às vésperas das lutas de resistência às campanhas de pacificação, como se referiam os portugueses, a maior parte dos reinos do futuro território angolano já se encontravam destruídos ou fragilizados devido às múltiplas conseqüências do tráfico de escravos, sendo, deste modo, incapazes de repelir ou impedir a ocupação colonial.

Sendo o extremo sul de Angola, especificamente, as terras dos ovawambo, uma das poucas regiões cuja sociedade não experimentou o tráfico negreiro e todas as suas conseqüências sociais, econômicas, demográficas, políticas e psicológicas, teve, portanto, o privilégio de oferecer uma forte resistência às campanhas de pacificação / ocupação colonial portuguesa. Pois, tratava-se do último reduto livre da ocupação portuguesa. Esta ocupação era concretizada em fases, apesar de estar ainda em discussão. Neste quadro, os territórios dos Ovawambo foram posteriormente incorporados às estratégias de penetração e ocupação portuguesa, no interior de África.

Quadro 1: Fases da ocupação colonial portuguesa no extremo sul de Angola

FASES DA OCUPAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA	PERIODIZAÇÃO CONSENSUAL PARA ANGOLA	PERIODIZAÇÃO PARA O OWAMBO OU EXTREMO SUDOESTE DE ANGOLA
Presença Portuguesa	1482/3 – 1575	1844 – 1850
Penetração Portuguesa	1575 – 1886	1850 – 1891
Ocupação Portuguesa	1886 – 1925	1891 – 1917
Colonização Portuguesa	1925 – 1975	1917 – 1975

Fonte: elaboração própria do autor.

Estratégias da ocupação colonial portuguesa do Owambo (extremo sul de Angola)

A relação entre os portugueses estacionados nas terras conquistadas e os reinos Ambós (Owambo) não eram estáveis, por causas das ambições portuguesas de conquistar e submeter os povos vizinhos. Era uma relação tensa, sobretudo, no leste e sul de Angola, onde os portugueses foram, a todo custo, envidar esforços para anular a independência e liberdade de seus vizinhos, e estes foram lutando com tudo que tiveram para preservarem a sua cultura, liberdade e soberania. Este clima tenso quase sempre foi antecedido por relações amigáveis e comerciais, que foram deteriorando-se gradualmente devido à ambição portuguesa.

a) Ocupação por meio de viagens exploratórias /explorações geográficas

O direito internacional europeu, anterior à Conferência de Berlim, que regulava às ocupações territoriais em África, permitia uma potência europeia reclamar ou ocupar possessões nos termos dos chamados “direitos históricos” sobre as regiões exploradas primeiramente por sua iniciativa e financiamento. Sendo assim, Portugal foi o primeiro estado europeu a pisar em Owambo (as terras ovawambo), no extremo sudoeste de Angola. Deste modo, Portugal, no quadro das relações internacionais europeias, passou a reclamar autoridade, perante as outras potências europeias, requerendo o domínio dessas terras. Estes argumentos enquadram-se na tese sobre os direitos históricos obtidos, essencialmente, por meio das explorações geográficas de Diogo Cão (no litoral sul), de Bernardo J. Borchado e pelo padre Keilling (ambos no interior do extremo sudoeste), cujo ações teriam sido desenvolvidas em nome da bandeira portuguesa. Estas explorações geográficas tinham como objetivo primordial conhecer o potencial geográfico, o potencial dos recursos naturais e humanos, informações sobre o contexto social, político, militar,

cultural e financeiro dos reinos locais, e as oportunidades econômicas, de forma a antecipar-se na ocupação territorial e exploração econômicas.

A presença portuguesa sobre Owambo, futuro extremo sudoeste de Angola, teria começado em 1844, com o português José Brochado. Foi neste âmbito que Bernardo J. Brochado explorou, neste mesmo ano, os reinos dos Ovanyaneka-Nkhumbi², nomeadamente os reinos de Mulondo³, Humbi do Pumbo, Camba do Gongo, Quihahungo; e, em 1850, atingindo o norte das terras dos Ovawambo – nomeadamente, Evale, Oukwanyama, Okafima, Ombala yo Omungu e Omabala ya Naluheke (ambos erguidos pelos Ovambadja) e Dombodola (BROCHADO, 1867 p. 188). Brochado fez uma descrição nítida dessas terras, até então desconhecidas pelos portugueses, sendo, assim, o primeiro europeu a pisar o norte das terras dos Ovawambo (futuro território do extremo sul de Angola), sendo Golton, Anderson e Ladislau Mgyar, em 1851/2, os primeiros europeus a explorarem o sul das terras ovawambo (futuro território do extremo norte do Sudoeste Africano – actual República da Namíbia).

Estava na côrte deste último reino o rei Shipandeka (falecido em 1882), quando caravanas europeias de distintas nacionalidades visitaram estes reinos, especialmente ingleses e escandinavos vindos do sul das terras dos Ovawambo, incluindo o missionário francês Carlos Duparquet – que já em 1870 foram precedidos na Ovambolândia por luteranos finlandeses –, encontrou nessas terras, em 1879, portugueses que vendiam, principalmente, álcool em troca de gado e escravos. Aos olhos do padre Duparquet, que vinha de uma região semiárida, a Ovombolândia parecia uma terra promissora. Em 1879, porém, o rei Shipandeka temia uns vizinhos novos (portugueses do Humbi) que, entre 1874 e 1877, depois de vários anos de deambulação em carros de bois (carros bóeres ou *trek*) e de dissabores, em especial, no delta do Cubango, se tinham instalado a oeste da Ovambolândia, nas terras do Kaokoveld. Nessa época, estimava-se que o total da população dos doze subgrupos Ovawambo podiam chegar a 100 000 habitantes, dos quais: 60 mil Ovakwanyama, 15 mil Ovambadja, 1500 Ovakafima e 2500 Ovavale (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 143-144).

b). Ocupação Comercial

A atividade comercial, geralmente, constituía o segundo instrumento ou estratégia de ocupação colonial. Era usada por meios de fulantes, que se descolavam para as terras ora desconhecidas pelos europeus, motivados pelo duplo objetivo: primeiro, atingir um determinado

² Grafado reino do Humbi, na literatura portuguesa.

reino, com a finalidade de desenvolver o comércio para obter o máximo de rendimento possível, no quadro das potencialidades de recursos naturais e humanos que o reino dispunha; segundo, sendo pioneiro, pois, ao atingir este território a nação europeia deste comerciante podia reclamar, perante às outras potências europeias, o domínio destas terras, no âmbito das ocupações, podendo ser incluída para a sua esfera de influência e dominação, mesmo não havendo um acordo ou um consentimento formal ou informal com o reino africano. Bernardo J. Brochado foi o primeiro comerciante português que explorou, em 1844, as terras Ovawambo de Angola.

Em 1852, viviam no Mutano três comerciantes portugueses em paz com os habitantes do Humbi. Em 1857, com a categoria de conselho mesmo não sendo ocupada pelos portugueses, os comerciantes portugueses que se encontravam no Humbi continuavam em relações permanentes além - rio Cunene, com os Ovawambo, especificamente as variedades Ovambadja dos dois reinos (Ombala ya Naluheke⁴ e Ombala yo Mungu⁵) – e Ovakwanyama (do reino de Oukwanyama⁶) (BROCHADO, 1867, p. 188).

Portanto, os portugueses e outros europeus usaram o seu poder militar para colonizar outros povos, chegaram a constituir um vasto império colonial onde exploravam sistematicamente, de modo que pilharam, desastrosamente, as riquezas minerais de África, a agricultura, transporte, pesca e a mão de obra, além de escravizarem e submeterem o seu povo. Tudo isto, usando feitorias e as companhias monopolistas, o que contribuiu para o desenvolvimento da Europa e subdesenvolvimento da África.

c) Ocupação eclesiástica

As igrejas e os missionários desempenharam um papel preponderante no quadro da ocupação colonial em África. Neste contexto, o governo português incluiu a ação dos missionários à sua estratégia de ocupação colonial, articulando a sua política expansionista com a propagação da fé católica no cumprimento da dita “missão civilizadora”, com pretexto oculto de explorar as riquezas e os povos de África. Além de propagarem a fé cristã, os missionários eram usados como agentes de obtenção de informações estratégicas de defesa - militar, econômica, social e política do reino. Por outro turno, devido à carência de meio político e militar por parte do governo português, os missionários eram usados como recurso estratégico para marcar

³ Em 1852, vivia no Mutano três comerciantes portugueses em paz com os habitantes do Humbi. Em 1857, a categoria de conselho, mesmo não sendo ocupada pelos portugueses (Brochado, 1867, p. 188).

⁴ Nome do reino grafado “Cuamato Grande” na literatura portuguesa.

⁵ Nome do reino grafado “Cuamato Pequeno” na literatura portuguesa.

⁶ Etnônimo e reino grafado “Cuanhama” na literatura portuguesa.

presença nos territórios reclamados por Portugal, como instrumento de ocupação e de auxílio de implementação do sistema colonial em Owambo.

Desde os primórdios do século XIX até 1906, o futuro território de Angola esteve dividido, embora sem anuência do governo português, em duas jurisdições eclesiásticas: Real Padroado (Diocese de Angola e Congo), exercendo-se no território limitado a leste pelos rios Cubango e Cunene, e de Roma (Congregação da Propaganda de Fide), abrangendo a Prefeitura Apostólica do Cungo, encarregada da região situada entre Cubango e Cassai, e o Enclave de Cabinda, e a Prefeitura Apostólica da Cimbebasia, cuja ação recaía sobre a área situada entre Cunene e o Zambeze. Por falta de missionários portugueses, Angola recebeu, da Propaganda Fide, missionários encarregados de evangelização de Angola há mais de 40 anos (1865), sendo-lhe entregue, primeiro, a Prefeitura Apostólica do Congo e, anos depois (1879), a Cimbebasia – inegáveis serviços lhe honram a folha, principalmente no sul, onde a missão da Huila (fundada em 1881 pelo reverendo Padre Duparquet e Antunes), breve se tornou, com as suas oficinas e ensinamentos agrícolas, proselitismo missionário, centro irradiante de várias outras, que no seu conjunto tinham auxiliado à expansão do domínio português (COUCEIRO, 1948, p. 243-244).

Neste quadro, a Prefeitura da Cimbebásia, como então se chamou, teve princípios extremamente penosos de disseminar o evangelho nas terras dos ovawambo. A primeira foi em Damaralândia, que, após a sua fundação, teve de sustentar uma luta aberta e encarniçada contra protestantes alemães, os senhores da terra e estabelecidos nesta região desde 1820. Os protestantes alemães influenciaram de tal maneira o soberano e o seu povo que, em 1881, o pessoal da Missão católica foi expulso em forma de “manu militari” da região. Houve, então, a indecisão de, em 1884, estabelecer a segunda estação missionária em Oukwanyama. Aqui também, não obstante as primeiras esperanças, o resultado foi pouco mais que negativo. A estação foi destruída pelos ovakwanyama, sediciosos e revoltados. Sendo assim o P. Delpuech, Irmão Lúcio e os internos decidiram, neste mesmo ano, abrir a terceira estação em terras Ambuela, cujo missionário falecera por doença. A quarta estação foi construída 1888, em terras ganguelas, destruída pelo rei (KEILING, 1934 p. 3).

Segundo Santos, et all (2016), na tradição cristã (catolicismo), “o processo colonial se devia à própria vontade de Deus em espalhar a verdadeira fé a todos os povos”. Apesar de os primeiros europeus a pisarem as terras dos Ovawambo do futuro território de Angola terem sido os portugueses, por meio do sertanejo e comerciante de nome Bernardo J. Brochado, os protestantes alemães foram os primeiros missionários a se instalarem no território dos Ovawambo. Os ovawambo não viam com bons olhos a presença portuguesa, representada pela

igreja católica. Daí, não aceitavam, nem toleravam a presença portuguesa ou quem fosse às suas terras em nome do governo português.

Em 1851, Francis Galton, ao explorar o Reino de Ondonga, faz referência aos Estados Owambo (dos Ovawambo) como sendo muito próprio para os trabalhos dos missionários, e diz que os missionários protestantes alemães que se tinham estabelecidos nas terras dos Damaras – donde comunicavam com o Cabo de Boa Esperança, por via da Bahia de Walfisch, a 22º de latitude – há muito tempo que desejam introduzir-se e expandir a fé cristã sobre aquelas terras dos Ovawambo (GRAÇAS, 1867, p. 150-151).

Deste modo, entre 1870 e 1895, com a permissão dos reis dos Ovawambo, foram erguidas as missões protestantes nos Reinos de Ondangwa (futuro território namibiano); Oukwambi (território namibiano); Ovangadjela (território namibiano); e no Reino de Oukwanyama (território angolano). Mais tarde aceitou-se a presença católica, por meio da ordem dos espiritanos, que só foi permitida a 14 de agosto de 1879. Quando o padre Duparquet, na companhia dos padres Keilinge e Onuphro, chegaram ao Reino de Oukwanyama, estava no trono o rei Shipandeka. Em 1881, o padre Duparquet obteve do governo português a permissão de instalar uma missão na Huila. Apesar de a sua missão crescer e prosperar, o Pe. Duparquet preferiu ficar no reino de Oukwanyama. Deste modo, os espiritanos ergueram quatro missões no território dos Ovawambo (na região da Mupa, Evale, Omupanda, esta última no Oukwanyama) (KEILING, 1934, p. 142-146).

Porém, a partir de 1900, os missionários católicos – que geralmente representavam à bandeira e o domínio português – já não eram bem vistos e bem-vindos em todos os territórios dos Ovawambo, como se pode provar nesse trecho da conversa entre o Pe. Keiling e o *Ohamba* Mandume ya Ndemufayo:

Pe. Keiling, pergunta: Poderei reconstruir em breve a nossa missão no Oukwanyama?

Mandume ya Ndemufayo, rei de Oukwanyama (Cuanhama), responde: Não, a tua missão trazia-me a ocupação portuguesa e eu essa não a quero. Tens uma missão no Evale, chega. Não preciso doutra (KEILING, 1934, p. 171).

A insistência dos missionários permitiu, no dia 2 de dezembro de 1903, alguns guerreiros Evales a abrirem fogo mortal a alguns missionários, obrigando-os, no dia seguinte, a abandonar o projeto de missão nos reinos dos Ovawambo, indo instalar-se em Cassinga, uma vez que por esta altura já estava na iminência a expedição portuguesa ao reino de Oukwanyama. Devido à essa conjuntura de fatores, em 1915, o Governo português reconheceu a ação do padre Keiling na ocupação. O gesto foi manifestado pelo então Governador do Distrito da Huila, João de Almeida,

realçando o esforço desempenhado pelo padre Keiling durante a tentativa de ocupação pacífica, embora sem efeitos, dos Reinos de Oukwanyama (Cuanhama) e de Okafima (Cafima) (Idem, 1934, p. 150-154).

Esta ação dos missionários é bem patente nos escritos de Couceiro (1948), afirmando que o reverendo Padre Laconte, depois de mais de vinte anos de estréua e ardente atividade missionária contra os povos auctótones, nos sertões do sul de Angola, em benefício e da bandeira portuguesa, de quem foi sempre um nobre e leal servidor, e as missões, sem dúvidas, constituíam um importantíssimo elemento de ação educativa e ensinamento da cultura portuguesa e do cumprimento de objetivos ocupacionais de Portugal. Não se deve dispensar o seu concurso num empreendimento cuja grandiosidade da escassez portuguesa relativamente a forças mal abarcam (COUCEIRO, 1948, p. 243-244).

Como agentes de mudança ou de assimilação cultural, instruíram, igualmente, uma camada de artífices, empregadores comerciais e outros colaboradores nas distintas áreas de conhecimento. Mais tarde, alguns viriam a ser, nas terras dos Ovawambo, agentes / sentinelas ocultas do avanço português perante os intuitos dos vizinhos do Sul (os alemães), que já se encontravam no Sudoeste Africano, e que tinha pretensões de ocupar todas as terras dos Ovawambo que, aos olhos dos portugueses, teriam duplo defeito: serem protestantes e serem alemães. Como uma boa parte desses missionários era da extração alsaciana, em muitos casos, a linha azul dos Vosgos confundiu-se, ali, com a margem esquerda do rio Cunene (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 148-149).

d). Diplomática

A ocupação por via pacífica ou diplomática era feita por meio de missionários, oficiais das forças portuguesas, comerciantes ou quaisquer entidades influentes ou com habilidades suficientes para convencer os reis africanos. Em primeira instância, as tentativas iniciais de ocupação das terras dos Ovawambo foram por esta via. No contexto do extremo sudoeste de Angola, as ações diplomáticas e psicológicas relevantes, desenvolvidas no quadro de tentativas de ocupação por via pacífica, estiveram a cargo dos missionários, funantes, autoridades administrativas e militares ou mesmo oficiais do exército português, do exército alemão, e mais tarde, das forças inglesas, no quadro da disputa territorial entre estas potências europeias. Porém, esta ferramenta mostrou-se menos dispendiosa, menos eficaz e mais morosa. Esses europeus desencadeariam ações psicológicas ou diplomáticas de forma a convenceram os reis ovawambo de que os portugueses estariam em missão pacífica e de bem para os respectivos reinos, e que os

portugueses trariam elementos importantes e decisivos para o desenvolvimento social, econômico e político dos reinos. Ao mesmo tempo enfatizavam que uma ação armada, de forma a resistir ou a impedir a presença e ocupação portuguesa, seria em vão, devido ao poderio militar português.

Em 11 de março de 1857, foi criada a alfândega de Moçâmedes. É conveniente notar que os ingleses se estabeleceram em Walvis Bay em 1878; e os alemães se fixaram em Luderstzbcht (Lüderitz) em 1884. No entanto, no mês de junho de 1850, os portugueses, comandados pelo Governador do Distrito de Moçâmedes, Antônio Joaquim de Castro, ocuparam o reino do Humbe, onde haviam comerciantes portugueses, construindo-se, ali, uma fortaleza. A população branca já era de 23 integrantes e 40 mestiços. Em 1860, o alferes Sebastião Nunes da Mata – mais tarde Governador do Distrito - Moçâmedes foi elevado à categoria de Distrito por decreto de 26 de março 1855 e era composta pela seguintes vilas: Moçâmedes, Bumba (Capangombe), Huila, Lambos (Gambos), Caconda, Quilengues e Porto Pinda – conquistou as terras de Camba, localizada na margem direita do rio Cunene. Neste mesmo ano, o *ohamba* de Oukwanyama enviou uma delegação, constituída por embaixadores, para negociar com o alferes Sebastião Nunes da Mata uma coexistência pacífica dos dois vizinhos, que aceitavam a soberania portuguesa naqueles territórios vizinhos (COSTA, 1953 p. 31). A região do Sul de Angola compreendia dois distritos: Moçâmedes e Huila (TEXEIRA, 1935b p. 5).

Uma companhia de caçadores portugueses, que tinha a missão de reforçar a fortaleza da Huila, que tinha sido alvo de revolta por parte de 8 000 autóctones, em 1857, deu início a uma marcha para a ocupação do interior. A ocupação avançou até os Gambos, em 1858, e até ao Humbe, em 1859, quando foi levantado um posto fortificado junto à embala do rei de Oukwanyama e iniciadas as negociações (REGALDO, 2004, p. 13) para o estabelecimento de relações “diplomáticas” entre o reino de Oukwanyama e reino de Portugal, naquilo que na versão portuguesa e europeia, no geral, significava vassalagem.

No princípio, os “africanos” acreditavam que a presença europeia era uma oportunidade para a verdadeira diplomacia, que podia ser traduzida numa relação de vantagens recíprocas, baseada na troca de produtos, serviços, conhecimentos e artífices, com o objetivo de permitir o crescimento e desenvolvimento dos respectivos reinos. Porém, os reis dos Ovawambo parecem que já sabiam ou desconfiavam dos objetivos ocultos das potências europeias. Por isso, em 1879, o rei Shipandeka, inicialmente, temia uns vizinhos novos. Por este motivo, a ocupação por via pacífica não foi frutífera, isto, é fracassou. Daí, surgiu a ocupação coercitiva ou militar.

Quando em princípios de 1909 uma crise de fome estava assolando o país, não perdeu o Governador da Huila o ensejo de mandar alguns carros de mantimentos para distribuição entre

velhos e crianças mais necessitados (COUCEIRO, 1948, p. 71). Todos estes fatores impeliram o governo português a intervir, organizando-se a expedição de 1891, 1904 e 1915 - esta última tinha como finalidade atingir o Cuanhama, passando pelo Cuamato (CASTRO, 1908, p. 16).

e). Ocupação coercitiva ou por meio de ação militar

Este tipo de ocupação colonial era realizado por meio do componente militar. Isto acontecia quando se esgotavam todas as tentativas de ocupação pacífica (comercial, eclesiástica, diplomática e administrativa). Esta ação era realizada mediante operações militares de baixa intensidade ou grande envergadura, consoante o contexto político-militar do reino em causa. De acordo com Teixeira (1935), a operação ofensiva sobre os reinos dos Ovamwambo, essencialmente nos territórios dos Ovambadja, isto é, em Ombala yo Mungu e em Ombala Ya Naluheke, e em Oukwanyama, foram as que há muito se reclamava e justificava. Mas, a sua característica geográfica (vasta extensão), demográfica (número de população elevada) e militar (dispunham de melhor armada e bem municada), exigiam das forças portuguesas um reforço militar em termos de homens e equipamento de guerra destacadas da metrópole (TEXEIRA, 1935, p. 6).

Imagem 1: Na Entrada Grande - 1/4 hora depois da tomada de Omboal ya Naluheke.



Fonte: IICT/AHU. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6831> (2/4/2018)

De acordo com Péliissier e Wheeler (2013), entre 1885 e 1915, o contexto do Sul de Angola resumia-se em um clima tenso e de instabilidade política motivados pela presença europeia, desembocando em guerras. Guerra sob todas as formas e por todos os motivos conhecidos na África portuguesa – das mais tradicionais (surtidas de salteadores, ocupação militares, revoltas étnicas, etc.), até às mais específicas (conflitos armados internacionais, invasões de independentes de fato). E era a guerra com uma intensidade e uma participação dos contingentes europeus completamente invulgares a sul do Saara (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 141). Portanto, de acordo com Péliissier (1986), os portugueses nunca tinham reunido em

Angola uma tal força desde as campanhas dos anos 60 (PÉLISSIER, 1986, p. 188). Durante, pelo menos, doze anos (1904-1915), o sul de Angola, para a opinião pública metropolitana portuguesa, resumia-se a duas noções: i) - os degredados. ii) - a guerra que nunca mais acabava no Sul de Angola.

Foto 2: Contingente das forças portuguesas na entrada de Ombala yo Mungu (Cuamato Pequeno).



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6829> (2/4/2018).

Todas as revoltas que já se observaram no resto do território foram coisas de africanistas e, portanto, longínquas, resolvidas a nível de Governador-Geral, salvo algumas exceções. O português médio nem podia nem queria ouvir falar delas. Mas, o sul de Angola, depois das vitórias de Mousinho Albuquerque em Moçambique, ia ser só por si. Para Portugal, informado o lugar geométrico das inquietações coloniais, essa heroica região de Angola e de África transformou-se, portanto, a partir de 1904, em campo de manobras de parte não desprezível de africanos – ovawambo. Ao mesmo tempo, para o corpo de oficiais portugueses constituiu o verdadeiro teste das suas aptidões para conquistar, isto é, um corpo rijo por conquistar. Em síntese, o Sul de Angola seria o Tonquim, o Madagáscar, o Sudão e o Marrocos, juntos, de um Portugal que vacilava às portas do seu Renascimento colonial. Em nenhuma outra parte da África tropical, nem mesmo no Sudoeste Africano (Namíbia), uma potência colonial teria de empenhar tantos homens, durante tanto tempo, para vencer tão poucos adversários (PÉLISSIER; WHEELER, 2013, p. 141-142).

A esse respeito, em 1929, um oficial do exército português, afirmara: “não há recanto do país onde se não fale do Cuamato-Cuanhama-Naulila-Cuangular, nomes estes que trazem à memória passadas ações que fizeram vibrar de entusiasmo umas vezes, de desânimo outras, o país inteiro”. A ocupação dos reinos dos Ovawambo do norte e oeste, especificamente os reinos dos Ovambadja, ter-se-ão realizadas por via militar, uma vez que tinham sido improdutivas todas as tentativas de ocupação pacífica – por meio de missões diplomáticas enviadas para convencer o *Ohamba* (o Rei) dos respectivos reinos. Na agenda das negociações, estava o desejo português de

construir postos militares nas terras sujeitas à sua jurisdição, que não chegou a executar-se por meios pacíficos (TEXEIRA, 1935, p. 5).

Imagem 3: Assinatura do auto de entrega da bandeira portuguesa ao novo ohamba de Ombala ya Naluheke (Cuamata Grande), após a conquista portuguesa, representando o fim da soberania dos ovamabdjá e a aceitação do jugo colonial impostos pelas forças das armas portuguesas.



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6827> (2/4/2018).

Para a conclusão dos seus objetivos – a Convenção Luso-Alemã e expulsar os Alemães deste território –, Portugal tinha duas opções: A primeira foi o desenvolvimento de uma vasta ação diplomática e psicológica relevante, com objetivo de convencer os *ohamba* ovawambo e o seu povo a não oferecerem resistência à ocupação *pacífica*, isto é, que consentissem ao governo português os objetivos ocultos e maldosos da sua presença (a exploração dos seus recursos, do seu povos, perda de liberdade e de soberania). Era um conjunto peculiar de ações diplomáticas e psicológicas relevantes a cargo dos missionários, funantes, missionários, autoridades administrativas e militares invulgar, obviamente, não geraram fruto algum desejado pelos portugueses. Pois, esta opção revelou-se menos dispendiosa, mas também ineficazes para os reinos dos Ovawambo e mais morosos. Portanto, os portugueses perderam muito tempo com as ações diplomática e psicológica por meio dos funantes, missionários, militares e auxiliares na progressão da ocupação colonial pacífica. Os ovawambo já sabiam o verdadeiro objetivo da presença europeia em África, sobretudo no seu território.

Imagem 4: Acampamento de tropa portuguesa.



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6819> (2/4/2018).

A segunda opção consistia em desencadear uma operação militar de grande envergadura contra os respectivos Reinos. Antes do século XX, Portugal não reunia, sobretudo, no Distrito de Moçâmedes e da Huila, recursos militares necessários para empreender uma ação armada capaz de vencer e ocupar as terras dos Ovawambo. De acordo com F. Cerviño Padrão (1998, p. 186), “...pela primeira vez [as forças portuguesas], iam defrontar forças que ultrapassavam em valor, armamento (e número de guerreiros bem enquadrados tudo quanto até ali havíamos combatido”. Neste quadro, os Ovawambo do extremo sudoeste de Angola, organizaram as suas forças para defenderem as suas terras da agressão / expedição portuguesa, tendo resultado em inúmeras batalhas em 1891, 1904, 1906, 1907, 1914, 1915 e 1917. Algumas foram vitoriosas para as nações Ovawambo; e outras, para a nação das esquinas, obviamente, que terminou com a conquista portuguesa.

Ao mesmo tempo na ocupação em 1909, do Evale, na fronteira Norte do território do Cuanhama e em 1908, o serviço de uma força montada de dragões entre Cunene e o Cubango, representavam uma certa vigilância contra a saída das suas guerrilhas, que o capitão Morais e o tenente Santos Lobo assinaram com os reis a sua rendição e a concordar com o lançamento de linha telegráfica Cuamato –Cassinga, para futuramente ser transformada em linha habitual de trânsito (COUCEIRO, 1948, p. 71).

Imagem 5: O Governador-geral de Angola passando revista às tropas em Ombala ya Naluheke (Cuamato Grande), após a conquista este reino.



Fonte: AHU/IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6810> (2/4/2018).

f) Ocupação Administrativa

Esta constituía a última fase da estratégia da ocupação colonial portuguesa no extremo sudeste de Angola. Após a conquista e destruição de toda a conjuntura política, social e econômica dos respectivos territórios pelas potências coloniais, por via pacífica e, também, violenta, ou seja, à medida que foram conquistando os territórios, os europeus foram substituindo o corpo militar pelo aparelho político e administrativo, que teve a missão principal de pôr em

prática a dita missão de “civilizar os africanos”; de implementar o sistema de exploração do povo, exploração dos recursos naturais, a exploração da riqueza dos ovawambo e a implementar toda política colonial que visava à administração territorial. É nesta fase que deram início à consolidação do colonialismo português nas terras os ovawambo, caracterizada por uma implantação mais extensa e maciça de europeus, até 1974.

Imagem 6: Recorte de jornal, de origem desconhecida, contendo fotografia da rainha Kaleinasho [Calinvacho], do Cuanhama, Angola, a sair de um automóvel.



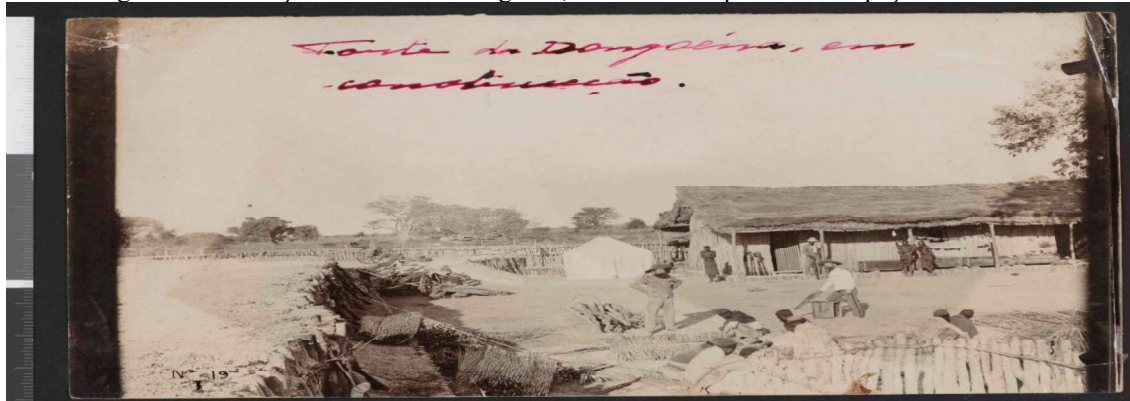
Fonte: Arquivo Casa Comum: Instituição: Fundação Mário Soares. Pasta: 07250.295.001. Assunto: Recorte de jornal, de origem desconhecida. Fundo: Jaime de Moraes. Citar Documento: (1915-1915). Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07250.236.001> (2018-6-25)

Entre 1907 e 1915, período de conquista dos Estados ambófonunos (Ovawambo), o território passou por uma evolução político-administrativa. Neste quadro, o território foi dividido em três Capitânicas-Mores⁷ dirigidas por Oficiais do Exército (Cuamato, Cuanhama e Evale). Em maio de 1922, o Decreto nº 138 criou e delimitou a Fronteira da Circunscrição do Baixo Cunene, com sede na Povoação de Ondjiva (incluindo as Capitânicas-Mores do Cuamato, Cuanhama e

⁷ Pelo Regimento de 1570, o território português detinha várias Capitânicas Mores - constituídas com base na circunscrição básica da organização territorial portuguesa do Antigo Regime, a Cidade, Vila ou Concelho - cujo chefe era o senhor da vila ou o alcaide-mor, nas terras de domínio senhorial, ou o capitão-mor, eleito pela Câmara, nos territórios de jurisdição régia, como é o caso do Concelho de Mafra. Cada Capitânia-Mor era formada por um número variável de Companhias de Ordenanças, constituídas individualmente por 250 homens, sob o comando de um Capitão de Ordenanças, coadjuvado por um alferes e um sargento. Os 250 efetivos eram divididos em 10 Esquadras, comandadas por 10 Cabos de Esquadra, havendo, ainda, em cada Companhia de Ordenanças, um Meirinho e um Escrivão. Ao Capitão Mor competia organizar a lista dos homens hábeis para a Ordenança e fiscalizar o seu grau de preparação em dois alardos anuais. Pela Provisão de 1574, dando resposta às queixas do povo, foi estabelecido que nas localidades onde só se pudesse criar uma companhia de Ordenanças, deixaria de haver Capitão Mor e os oficiais, no exercício das suas funções, passavam a estar isentos da obediência aos seus senhores enquanto vassallos, o que fez com que as Ordenanças deixassem de ser estruturas diretamente associadas às Câmaras ou Donatários, tornando-se uma organização militar dependente da Coroa. Fonte: Arquivo Municipal de

Evale). Desde então, a estrutura político-administrativa desta região foi evoluindo até se tornar distrito, em 1970.⁸

Imagem 7: Construção do Forte de Dongoena, durante a campanha de ocupação do Cuamato.



Fonte: Arquivo Casa de Comum⁹

Considerações finais

A presença e Penetração portuguesa sobre as futuras terras do extremo sudoeste teria começado em 1844, com José Brochado quando explora o Mulondo. Em 1850, Brochado visitara as terras Ovawambo. A região sul de Angola foi, no último quartel de século XIX e no primeiro decênio do século XX, teatro de lutas sangrentas, onde, por vezes, milhares de mortos varreram os sertões desta região, fazendo correr violentamente sangue de “africanos - Ovawambo”, particularmente Ovnyaneka-Humbi, Ovambo e Kun. Estes povos firmaram a sua gloriosa reputação nos anais da História da Resistência à Ocupação Colonial Portuguesa em Angola e da África, no geral, bem como da História Universal. Desses povos varões – os Ovambo de Angola, sobretudo os Ovambadja (Cuamtos), Ovakwanyama (Cuanhama), Ovavale (Evala), Ovandombodola, destacaram-se com especial relevo, na defesa dos seus territórios, na defesa da sua soberania e da sua pátria perante a invasão europeia, particularmente, a portuguesa, chegando mesmo a anular ou a adiar, por várias vezes, as investidas militares e diplomáticas dos portugueses. Estas anulações tinham sido convertidas numa situação humilhante e desprestigiada

Mafra, Código de referência PT/AMM/CMOM. Título: Capitania-mor das Ordenanças de Mafra, Disponível em <https://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=204810>, consultado a 15.3.2024.

⁸ Fundação Mário Soares. Pasta: 04498.006.016.001 Título: Campanhas do Cuamato de 1907. Autor: José de Almeida "Pesca-Rãs" Inscrições: Forte de Dongoena, em construção. Nº 19 I.Data: Setembro de 1907 Opaco/Transparente: Opaco Negativo/Positivo: Positivo Dimensões da Imagem: 12 x 18 cm. Observações: Imagem incluída no álbum fotográfico "Campanhas do Cuamato de 1907 - Grande Guerra 1914-1915", organizado por José de Almeida "Pesca-Rãs", com a data de 1937. Fundo: Documentos Carvalhão Duarte/Rocha Martins Tipo Campanhas do Cuamato de 1907 e Grande Guerra 1914-1915. Citação: José de Almeida "Pesca-Rãs" (1907), "Campanhas do Cuamato de 1907", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04498.006.016.001> (2018-6-25)

⁹ Idem

para a soberania portuguesa subjugar o espírito de insurreição que animava os povos das duas margens do rio Cunene.

Uma região onde há séculos não se fazia sentir a ação dos portugueses, pelo que eram conhecidos, como povos guerreiros e insubmissos, designados por banacutubas, (designação devido ao cinto) - que abrangem os povos Ombadja (Cuamato), Ovakwanyama (Cuanhama), Evale e Ovakafima (Cafima). A aceitação da bandeira portuguesa, nos Ombala yoMungu (Cuamato Grande) e Ombala yaNaluheke (Cuamato Pequeno) foi o começo de uma série de campanhas militares portuguesas *versus* resistências dos povos Ovawambo à conquista e dominação colonial que podem ser traduzidas em diversas batalhas realizadas em 1891, 1906, 1907, 1914 e 1915, que terminaram com a ocupação definitiva/efetiva dos reinos dos Ovawambo. O último foi o Uukwanyama (Oukwanyama), em 1915, num autêntico duelo entre o reino Mandume ya Ndemufayo e o general Pereira de Eça. Este fato permitiu os 68 anos de ocupação e colonização portuguesas e a integração destes territórios à então colônia de Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BROCHADO, B. J. **Terras do Humbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e Outras**, Serie I, Nov 1855 [Relatório]. - Lisboa: Anais do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial, Serie I, Fev a Dez, 1858, Imprensa Nacional, 1867.

CALDEIRA, A. M. O telégrafo, o telefone e os novos meios de transporte como armas de guerra na ocupação portuguesa do Sul de Angola, no início do século XX. **Africana Studia**, n.º 21, p. 13 – 27, 2013.

CASTRO, Alferes Velloso. De A campanha do Cuamato em 1907: Breve Narrativa Acompanhada de Photographias, 1908. Loanda (online), Disponível em: <https://archive.org/details/acampanhadocuam00castgoog>, consultado em 22 de junho de 2018. Imprensa Nacional.

COSTA, José Manuel da (1953). Primórdios da Ocupação do Sul de Angola. In: Boletim do Instituto de Angola. Nº 01, - Luanda: Instituto de Angola, junho, agosto e setembro de 1953. Disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BIA/BIA-N001&p=2>, consultado em 20 de junho de 2017.

COUCEIRO, Henrique de Piava. **Angola – Dois anos de Governação julho 1907 – junho 1909. História e comentários**. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1948.

DUARTE, José Bento. **Os Senhores do sol e do vento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

GRAÇAS, Joaquim Rodrigues. Extrato de Uma Carta de Ladisau Magyar, escrita nos Gambos em 21 de março de 1853 [Relatório]. - Lisboa: In: **Continuação de Viagem com Destino às Cabeceiras do Rio Sena. Anaes do Conselho Ultramarino**, Parte Não Oficial, Serie I, Fev de 1854 a Dez de 1858, Imprensa Nacional, 1867.

KASHINGHOLA, M. S. **Conheça Ombala-Ya-Naluheke**. Lubango: Chela Editora, 2024.

KEILING, Luiz Alfredo. **Quarenta Anos em África**. Braga: Edição das Missões de Angola e Congo, 1934.

MONTEIRO, Ramiro Laderio. **Os Ambós de Angola antes da Independência** [Relatório]. - Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

PADRÃO, F. C. **A Colonização do Sul de Angola 1485 - 1974**. Sintra: Mira-Sintra, 1998.

PARKINGTON, J. E. A África Meridional: caçadores e coletores. In: MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, Vol. II - A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 713 – 748.

PÉLISSIER, R. **História das campanhas de Angola**. Lisboa: Estampa Editorial, 1986.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

PIÇARRA, Antônio (coord.). “**A Valorização da Arte Angolana**”, edição de Jul/Ago, Nº 80, Luanda: Edicenter Publicações, 2010.

Regaldo, F. J. **Cuamatos – 1907 – Os Bravos de Mufile no Sul de Angola**. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

SANTOS, A. dos, et all. Exploração portuguesa na África colonial: cristianismo como forma de dominação e estratégia política dos reis africanos. In: **VIII Encontro Estadual de História, ANPUH BA, Feira de Santana, 2016**. Disponível em https://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1474756381_ARQUIVO_ExploracaoportuguesanaAfricacolonialcristianismocomoformadedominacaoeestrategiapoliticadosreisafriicanos.pdf, consultado a 26.2.2020.

TEIXEIRA, Alberto de Almeida. **Paica Couceiro: aspectos africanos da sua vida**. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1948.

TEXEIRA, Alberto de Almeida. **Roçadas na Ocupação do Sul de Angola**, nº 4, Lisboa: Divisao de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias, 1935b.

TEXEIRA, A. de Almeida. **O General João de Almeida no Cuanhama**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca - Agência Geral das Colónias, coleção pelo Império, nº 16, 1935.

Arquivos

Arquivo de História Ultramari (AHU) / IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6831> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramari (AHU) - IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6829> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramari (AHU) - IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6827> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramar (AHU) /IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6819> (2/4/2018).

Arquivo de História Ultramar (AHU) /IICT. Disponível em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6810> (2/4/2018).

Arquivo Casa Comum: Instituição: Fundação Mário Soares. Pasta: 07250.295.001. Assunto: Recorte de jornal, de origem desconhecida. Fundo: Jaime de Morais. Citar Documento: (1915-1915). Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07250.236.001> (2018-6-25)

Recebido em: 12/01/2024
Aprovado em: 13/05/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

AS BASES POLITICO-IDEOLÓGICAS DO SURGIMENTO DO MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

THE POLITICAL AND IDEOLOGICAL BASES OF THE EMERGENCE OF MULTIPARTYISM IN ANGOLA

RESUMO: Este trabalho é de caráter descritivo e explicativo, com objetivo de analisar as bases político-ideológicas do surgimento do multipartidarismo em Angola. O surgimento de Angola como Estado é fortemente marcado por constantes divisões no seio dos líderes políticos dos movimentos de libertação. Por isso, de forma natural, a proclamação da independência, foi antecedida pela assinatura do acordo de Alvor. Com o alcance da independência nasce o monopartidarismo, aumentando ainda mais as rivalidades que existia entre os principais movimentos, que degenerou numa guerra civil. Assim para pôr fim ao conflito e permitir a abertura do regime político, foram assinados em maio de 1991, os acordos de Bicesse que estabeleceram a paz e a democracia em Angola, marcando o nascimento do multipartidarismo.

Armando Chipaco Vifuanda

PALAVRAS-CHAVE: Político-ideológico; Multipartidarismo; Angola.

ABSTRACT: This work is descriptive and explanatory in nature, with the aim of analyzing the political and ideological bases of the emergence of multipartyism in Angola. The emergence of Angola as a state is strongly marked by constant division within the political leaders of the libertarian movements. So, naturally, the proclamation of Independence was preceded by the signing of the Alvor agreement. With the achievement of Independence, a one-party system was born, further increasing the rivalry that existed between the main movements, which degenerated into a civil war. To put an end to the conflict and open up the political regime, the Bicesse agreements were signed in May 1991, establishing peace and democracy in Angola and marking the birth of multi-party politics.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

KEY WORDS: Political-ideological; Multipartyism; Angola

AS BASES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO SURGIMENTO DO MULTIPARTIDARISMO EM ANGOLA

Armando Chipaco Vifuanda ¹

Introdução

A abordagem sobre as bases político-ideológicas da implementação da democracia pluralista em Angola, é resultado de várias pesquisas em torno da temática que pouco se tem falado sobre os meandros que nortearam a instauração do multipartidarismo. Os movimentos nacionalistas angolanos iniciaram em 1961 a luta armada para o derrube do poder colonial, que ocupava ilegalmente o território angolano. Neste período, se verificou três acontecimentos importantes: a revolta da baixa de cassanje, a 4 de janeiro, os ataques a casa de reclusão militar, a 4 de fevereiro e os ataques na região norte de Angola, perpetrado pelos elementos pertencentes a UPA. Para tal, foi necessário perceber a identidade política e ideológica que fora sendo adotados pelos movimentos durante o processo de libertação, bem como do processo de negociação para a independência, com foco nas diretrizes que determinaram a implementação da democracia, uma vez que, desde cedo, as ligações com as potências externas submeteram o novo país a um regime socialista, pelo facto de que o movimento a proclamar a independência defendia tais ideias.

Angola aparece na arena política como um estado democrático e que aceita o pluralismo a partir de 1991, aquando da assinatura do acordo de Bicesse entre o Governo de Angola, representado por José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola e do Movimento Popular de Libertação Nacional de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), representando o seu líder, Jonas Malheiro Savimbi. Este cenário foi antecedido por um período de guerra civil iniciado desde a proclamação da independência a 11 de novembro de 1975 e que teve a sua origem nas ideologias defendidas por cada um dos movimentos nacionalistas angolanos. Assim, a necessidade de analisar o percurso histórico e político-ideológico dos atores angolanos de 1975 até 1991.

O conflito armado após a proclamação da Independência

O fracasso do acordo de Alvor e a ineficiência da cimeira de Nakuru em 1975, levou a proclamação de uma independência confusa porque tanto a UNITA e a FNLA, não reconheciam

¹ Docente do ensino geral na rede pública de Angola. Licenciado em Ensino de História pelo ISCED-HUÍLA, e mestre em História – especialidade História Contemporânea pela Universidade do Minho. Avifuanda2020@gmail.com

a legitimidade do governo instituído. Agostinho Neto, em nome do MPLA proclamava em Luanda, o nascimento da República Popular de Angola. Por sua vez, de forma de coligação, a UNITA e a FNLA, proclamavam o nascimento da República Democrática de Angola no Huambo e Uíge, respetivamente. Essa realidade, deixava claro o clima de tensão política político-ideológico que os movimentos nacionalistas se debatiam desde a década de 1960 (VISENTINI, 2012, p. 41).

De acordo com Silva (2017), dada a bipolarização do mundo na altura em que inicia o conflito civil angolano, e também em função dos modelos ideológicos que cada um dos beligerantes adotou, o conflito interno angolano ocorreu dentro do quadro da guerra fria, já que as duas superpotências buscavam áreas de influências através da criação de pactos e estabelecimentos de estruturas políticas, ideológicas e militares. Foi nestas condições que a guerra a angolana se transformou mais do que num conflito doméstico, que foi sendo alimentada pelas potências mundiais através dos apoios que forneciam aos beligerantes.

A independência de Angola materializou-se no auge da Guerra Fria. O conflito armado que se viveu nos anos seguintes, foi em parte, consequência das posições antagónicas adotadas pelo MPLA e pela UNITA. A oposição de ideias levou ao conflito armado entre as partes (SILVA, 2017, p. 55).

A ambição pelo poder, a intolerância política e ideológica, a necessidade de atender aos interesses externos acabaram por defraudar os ex-colonizados (angolanos), já que a liberdade, a paz, a prosperidade, a felicidade e o bem-estar foram adiados para dar a primazia à um longo período de guerra, assente essencialmente na falta de entendimentos entre os principais movimentos de libertação.

Numa primeira fase, o conflito civil foi marcado por ataques que visavam o derrube das áreas de influência de cada uma das partes, pois que apesar da proclamação da independência, o conflito militar verificava-se em todas regiões do país, sendo que as tropas sul-africanas, apoiantes da UNITA, prosseguiram no dia 13 de novembro de 1975 a caminho do Novo Redondo (atual Sumbe) sede da província do Kuanza Sul. Essa coluna foi impedida pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e as tropas cubanas no rio Keve. Por sua vez, a FAPLA e as Forças Armadas Revolucionárias cubanas, estabeleceram uma linha defensiva, que era impossível de ultrapassar na direção Porto Amboim-Gabela-Kibala. A partir de 1 de janeiro de 1975, as FAPLA e FAR iniciaram as ofensivas em direção norte de modo a destruir as bolsas de independências de resistência da FNLA (Júnior e Difui, 2015, p. 244).

Ainda sobre o assunto, Muekalia (2011), diz-nos que proclamada a independência, o MPLA, começou uma investida contra as posições da FNLA no norte de Angola, o que lhe

permitiu em dezembro recuperar a cidade de Caxito, posteriormente as regiões de Negage e Uige em janeiro de 1975. Perante as ofensivas do MPLA, o movimento de Jonas Savimbi, empreendeu a 9 e 12 de fevereiro de 1976, uma longa peregrinação, denominada “longa marcha”, tendo parado em Silva Porto (atual Kuito) e Serpa Pinto (atual Menongue). A marcha teve como objetivo conseguir o apoio financeiro e militar do seu principal aliado, os EUA de modo a criar condições para resistir as ofensivas da FAPLA e da FAR, mas a forte pressão exercida obrigou a UNITA a retirar-se para o Gago Coutinho (atual Lumbalanguilo Moxico) onde passou a receber apoio logístico, armas e fundo Central de Inteligência Americana, CIA (JÚNIOR; DIFUILA, 2015, p. 245).

Os sucessivos ataques e contra-ataques entre os ex movimentos de libertação nacional de Angola comprovam que a conquista da independência não significou o calar das armas. Dependendo das aspirações de cada um, pode-se aferir que o anseio por governar a jovem nação prorrogou esta nova guerra, dessa vez entre os filhos da mesma pátria.

Os principais intervenientes

Entre os principais motivos para a intervenção sobressai as rivalidades ideológicas, os interesses económicos e geoestratégico que o território angolano representava. O conflito que se assistiu a seguir a proclamação da independência refletia as divergências ideológicas dos movimentos nacionalistas que eram apoiados pelas duas superpotências, de um lado tínhamos o bloco pró-ocidental liderado pelos Estados Unidos da América, defensor do capitalismo, e do outro, tínhamos a ideologia socialista liderado pela URSS, envolvendo igualmente os seus aliados africanos. Assim dentre os principais intervenientes no conflito angolano, salientam-se: O Zaire, África do Sul, URSS, a Cuba e EUA (ANDRADE, 2008, p. 70). No que respeita os apoios prestados à FNLA, Gonçalves (2012), explica que com vista a concretização dos ideais defendidos pelos dirigentes da FNLA e em função da ligação étnica, o Zaire de Mobutu, transformou-se num parceiro importante na ajuda prestada à FNLA, pois na sua origem histórica, este movimento defendia a herança da etnia dos Bakongo, o reino do Congo, e por isso era um forte opositor do comunismo. Neste sentido, em maio de 1974, a FNLA instalou a sua base militar no Zaire, composta de 112 assessores militares com 450 toneladas de armamento, sendo esta base fundamental para o controlo do Norte.

Em 1973 a República do Zaire de Mobutu, tomou a iniciativa de interferir no conflito e Angola, em participar e de forma conjunta com o exército da FNLA ainda que a sua intervenção tenha sido oficial em 1975. Está posição é também reforçada, visto que em 1974, havia várias desconfianças sobre a presença de

forças zaienses nas fileiras da FNLA, que acabou por se confirmar em 1975 quando este pediu o auxílio do estado zaiense (Tali, 2023, p. 36).

Durante a sua luta, a UNITA foi fortemente apoiada pela África do Sul e por CUBA, mas o seu líder, Jonas Savimbi, também contava com o apoio estratégico da República da China. Assim, a África do Sul, como principal apoiante da UNITA, interveio no conflito angolano com base em três fases: a primeira fase acontece em julho de 1975, ano em que acontecem os primeiros confrontos com o exército Catrista, teve como objetivo o descobrimento das regiões onde se encontrava a base armada da SWAPO; a segunda fase, visava prestar ajuda as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), braço armado da UNITA; já a última fase, ficou conhecida como operação Savana e tinha como objetivo penetrar a capital de Angola a partir do sul, combatendo ao lado do braço armado da UNITA e da FNLA, para retirar o MPLA da capital antes da proclamação da independência (BELO, 2022, p. 283).

O interesse da China em apoiar os movimentos, despertou o interesse de Moscovo de propagar a revolução comunista de forma mais ativa apoiando os movimentos antiocidentais. Por isso, no decorrer da direção de Sousa Coutinho que era o alto-comissário do governo português em Angola, a União soviética teria canalizado ajuda militar ao MPLA através do governo de Brazzaville. Desde o princípio da década de 1960, que o governo de Brazzaville era apoiado pela URSS, que passava a ser o principal suporte da formação do MPLA. Devido a fronteira que o Congo fazia com o enclave de Cabinda, este movimento conseguiu fazer entrar armamento russo no território angolano. NO ano de 1974, o MPLA conseguiu enviar a Moscovo mais de 250 mil homens para receber treinamento militar, e no segundo semestre do mesmo ano, conseguiu aumentar a força militar graças a ajuda soviética e antes da entrada em vigor do acordo de Alvor (VISENTINI, 2012, p. 57).

Para consolidar o seu poder em Angola e implementar o seu plano, o MPLA, vai recorrer ao apoio político e militar cubano, partindo de princípio de que havia da parte de Cuba, disponibilidade para auxiliar os movimentos revolucionários em África e os estados que surgiriam. Moreira (2023, p. 180), esclarece que a solicitação de apoio do governo angolano ao regime de Fidel Castro, aconteceu em agosto de 1975, com uma operação logística que passava por fornecer armas e soldados ao movimento comunista.

Este acontecimento acabou por mudar todo cenário no sul de África e a estabilidade do poder inclinou para o lado do MPLA. Por seu turno, Domingues (2002, p. 131) esclarece que a participação dos soldados cubanos no conflito angolano, foi importante para impedir o progresso das forças da África do Sul, FNLA, e UNITA que nas vésperas da proclamação da Independência, encontravam-se a menos de 300 quilómetros de Luanda e forçá-los a retirar. Este

exército, composto por 36 mil homens e 400 tanques chegaram em Angola a pedido de Agostinho Neto.

Fatores internos e externos para a implementação do Multipartidarismo em Angola

A década de 1980 surge um novo cenário geopolítico mundial, motivado pelo fim da guerra fria que envolvia das duas superpotências, nomeadamente EUA e URSS. Por outro lado, a persistência no conflito armado exigia, mesmo que de forma implícita, um modelo político ideológico que fosse mais inclusivo, o Multipartidarismo. Deste modo, a transição do sistema monopartidário para o multipartidarismo ganhava cada vez mais peso, mediante a fatores endógenos e exógenos.

António (2015), após a proclamação da Independência, Angola entrou num clima de guerra civil que colocava frente a frente os movimentos nacionalistas, mas esse conflito travado entre MPLA e UNITA, desgastava a situação política, económica e social de Angola, deixando claro que o seu fim e a instauração de um modelo democrático eram esperados pelos angolanos. Outro aspeto de extrema importância, foi a pressão da UNITA ao governo do MPLA desde o seu surgimento, a UNITA mostrou ser um movimento firme no alcance dos seus objetivos, tendo um líder destemido e obstinado. Após a proclamação, a UNITA travou um conflito civil com o MPLA que de uma ou de outra forma servia de pressão ao governo para abertura de um processo de negociação para a resolução da situação e da alteração do sistema que existia em Angola desde 1975, que excluía outras forças políticas, pois o governo marxista-leninista defendia o sistema de partido único (PELLISSIER; WHEELER, 2016, p. 364).

Os fatores internos jogaram um papel importante, provocando uma situação insustentável para o problema angolano. Os fatores externos foram determinantes para a mudança no sistema político-ideológico. A queda do muro de Berlim estava muito ligada a diversos aspetos, tais como: a ascensão a de Gorbachev em 1985, implementou duas medidas a Glanost e a Perestroika, que provocaram profundas transformações na política da URSS e do bloco do Leste, colocando em choque a ordem ideológica planetária (MOUNGEL; PACTEAU, 2009, p.107). Assim a queda do muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, passou a ser um facto significativo e muito comovente para a Alemanha e para o mundo, pois o simbolizava a existência de ideologias divergentes entre as grandes potências, a chamada cortina de ferro. Durante a existência do muro, muitos habitantes da Alemanha Oriental procuraram ultrapassá-lo em busca de refúgio na Alemanha Ocidental, sendo que os ousados muitas vezes pagavam com a própria vida (DUROSSELLE; KASPI, 2009, p. 386)

Para Silva (2017) a hegemonia dessas duas nações foi fundamental para o fim da segunda guerra mundial, sendo que passaram a defender ideologias diferentes, os EUA, passaram a defender o capitalismo, enquanto a URSS, passou a defender o socialismo, dando início a um conflito ideológico, político, tecnológico e social. A guerra fria que foi um conflito em que não houve o uso de exército, todavia, com consequências sociais e económicas para todo mundo, sendo que um dos maiores símbolos do conflito foi a divisão da Alemanha com a construção do Muro de Berlim, pois os estados vitoriosos da segunda guerra mundial, EUA e a URSS, não chegaram a um consenso e em 1949 dividiram Alemanha em dois países. Assim, em 1991 é o ano da reunificação da Alemanha dando origem a derrocada da URSS, do socialismo. Outrossim, em diversos países da Europa do Leste, os líderes tornaram-se obsoletos, marcando o desaparecimento das “democracias populares” ao mesmo tempo em que a URSS perdia os seus satélites que servia de tampão para a expansão ocidental. Assim, o bloco militar russo, o Pacto de Varsóvia bem como a COMECON, deixavam de ter grande utilidade e é oficialmente desfeita a 27 de junho e a 1 de julho de 1991, respectivamente, o que precipitou a crise soviética que levou ao colapso do socialismo.

O acordo de Bicesse e a implementação da democracia pluralista

Savite (2014) com o objetivo de pôr termo ao conflito, o MPLA e a UNITA empreenderam esforços que visava estabelecer uma solução negocial do conflito que perdurava durante anos, devido a divergência ideológica resultantes do posicionamento de cada um. Para a efetivação da paz, os beligerantes do conflito angolano tiveram no acordo de Bicesse, resultados positivos. A concretização deste acordo não dependeu somente da boa vontade do governo do MPLA, liderada na época por José Eduardo dos Santos, e da UNITA, liderada por Jonas Malheiro Savimbi, mas também da conjuntura internacional que era favorável para afirmação das democracias liberais. O sucesso de Bicesse e o alcance de um reconhecimento recíproco entre as partes em conflito, foi preciso um extenso processo de conversações em que muitas das vezes não se vislumbrava a esperança da solução. Neste sentido, as negociações continuaram graças a calma e paciência de Durão Barroso, que conseguiu criar um ambiente propício para que as paragens nas negociações não se tornassem roturas definitivas e assim aconteceu em 1991 (FERNANDO, 2013, p. 244).

A trajetória das negociações de paz foi longa e complexa, e só tiveram resultados positivos graças a boa vontade política das duas partes em conflito, o governo da República de Angola e a UNITA, bem como a ativa intervenção pacífica dos países observadores, sobretudo os

EUA, a URSS, Portugal e as Nações Unidas que ajudaram a ultrapassar os obstáculos, mormente na conjugação das duas agendas milita: militar e política. Cada uma das partes tinha um ponto considerado, mais fulcral, que condicionava de certo modo o processo negocial. Assim, para o GRA, o cessar-fogo aparecia como fator determinante para os novos desafios do governo com a desintegração da URSS em 1991, ao passo que a UNITA de Jonas Savimbi, um dos principais desafios consistia no reconhecimento legal da sua organização, constituía um elemento imprescindível (VALENTIM, 2011, p. 133).

Não obstante as dissensões, as delegações tiveram o primeiro contacto em Portugal, Évora, em 24 de abril de 1990. Segundo Muekalia (2013), o primeiro contacto entre os envolvidos do acordo prévia em linhas mestras o seguinte:

1. O reconhecimento mútuo: aquilo que aconteceu em 1975, aquando da proclamação da independência, fez nascer um governo angolano não reconhecido pela UNITA e FNLA, ao mesmo tempo que o governo não reconhecia os seus parceiros na luta colonial como partidos opositores. Assim, com a assinatura de Bicesse, o governo pretendia o reconhecimento do Estado angolano e da legitimidade do poder do MPLA, pretendia o reconhecimento como representante do povo.
2. Exército Nacional: um dos aspetos que fez com que o conflito continuasse era a existência dos exércitos afetos a cada um dos beligerantes, FAPLA, afeto ao MPLA, e a FALA. Afeto a UNITA. Para o MPLA, não havia necessidade de constituir um novo exército nacional, pois bastava apenas integrar os efetivos da UNITA no braço armado do MPLA, enquanto a UNITA, defendia a formação de um novo exército, composta por forças das FAPLA e FALA.
3. Reconciliação Nacional: o governo propunha a sua realização no âmbito da ordem constitucional existente, enquanto a UNITA considerava ser necessário abordar a o problema do multipartidarismo no quadro da reconciliação, rejeitando a sua realização na base da ordem constitucional existente.
4. Realização de eleições gerais: o governo defendeu o desenvolvimento e aperfeiçoamento na ordem legal existente, dentro de uma solução de continuidade, podendo o multipartidarismo vir mais tarde ou mais cedo, dependendo das circunstâncias. Para a UNITA, as eleições gerais pressupõem a existência de partidos e que a paz pressupõe um acordo de cessar-fogo.
5. Direitos e liberdades: O governo declarou não querer privilegiar nenhum direito, mas encarar todos globalmente, enquanto a UNITA insistiu no multipartidarismo que pressupõe o direito à livre associação.

Segundo Valentim (2011) para além desta primeira ronda de negociação, seguiu-se mais seis encontros, todos realizados em Portugal, entre 1990 à 1991. Estes encontros pretendiam criar mecanismos que permitissem a assinatura harmoniosa dos acordos de paz, determinante para a implementação do Multipartidarismo. Percebe-se que o processo negocial para a assinatura de Bicesse, envolveu várias cedências entre as partes para terminar com o conflito. Este processo não marcou somente o culminar do conflito civil numa altura que se verificaram vários acontecimentos que ditaram o fim da economia centralizada e planificada, mas também acontecem de forma simultânea com factos importantes no seio do MPLA e a da UNITA, destacando-se: a) a realização do congresso da UNITA em Março que abriu caminho para a sua transformação de partido armado para partido político; a) a realização do II congresso extraordinário do MPLA-PT que marcou oficialmente o abandono da ideologia marxista-leninista e pela aprovação de uma economia de mercado e um sistema democrático multipartidário, a publicação da lei constitucional revista, consagrando o abandono do sistema económico e do regime político adotado em 1975, surgindo um estado democrático de direito baseado no sistema multipartidário (SAVITE, 2014, p. 279). A 31 de Maio de 1991, José Eduardo dos Santos, então presidente da República de Angola e Jonas Savimbi, presidente da UNITA, celebraram em Lisboa, num encontro presidido por Cavaco Silva, na presença do Secretário-geral das Nações Unidas, Pérez Cuellar, bem como dos responsáveis da política externa do EUA, URSS e do alto representante da Organização da Unidade Africana, a suspensão das hostilidades. Essa celebração ficou conhecida como acordo de paz de Bicesse.

Por seu turno, Domingues (2002) refere que em Bicesse reproduziram celebres documentos destacando-se o acordo de cessar-fogo e os princípios para fundamentais para a instalação da paz em Angola com realce: a criação da Comissão Conjunta Político. Militar (CPPM), o reconhecimento pela UNITA do estado Angolano, e o do presidente José Eduardo Santos e do governo até a realização de eleições, a realizações de eleições livres e justas e o respeito pelos Direitos Humanos e Liberdades fundamentais incluindo o direito de livre associação. O acordo de Bicesse constitui o marco da transição em Angola, uma vez que lançou bases não apenas para a pacificação, mas, sobretudo, para a democratização do país, iniciando tripla transição: da guerra à paz; de um estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um estado democrático e de uma economia socialista administrada a uma economia liberal de mercado (ANTÓNIO, 2013, p. 131). Ainda de acordo com o autor, assinatura do acordo do Bicesse encerra a primeira etapa da história política contemporânea de Angola, tendo-se introduzido nessa fase, a democracia pluralista, a promulgação da nova lei constitucional (Lei nº 12/91), revista a 16 de setembro de 1992 (lei nº 23/92) e a de 20 de novembro (lei nº 24/92). E ocorreram

algumas mudanças, nomeadamente: a alteração da República Popular de Angola para República de Angola, a Assembleia do Povo deu lugar a Assembleia Nacional, os Tribunais deixaram de ter a nomenclatura de Popular e a reafirmação de Angola como um verdadeiro estado democrático e de direito assente na descentralização de funções e interdependências entre os órgãos de soberania.

Essas alterações resultaram de uma vasta revisão constitucional que o país experimentou desde o período da independência. Para Andrade (2008, p. 259) Essas mudanças, tinham como pano do fundo o garante de uma série de direitos e liberdades que durante a primeira república no sistema monopartidário, havia sido suspenso. Essas leis visavam assegurar a participação dos cidadãos na vida política.

Considerações finais

Em forma de epílogo, pelo facto de a independência ocorrer num contexto bastante conturbado devido à instabilidade que se vivia a nível internacional com o conflito político-ideológico que opunha as duas superpotências EUA e URSS, deu-se a proclamação de duas Repúblicas: A República Democrática de Angola, fruto da coligação FNLA/UNITA, nas províncias do Uíge e do Huambo, e a República Popular de Angola proclamada em Luanda feita pelo MPLA. O MPLA em 1975 adota o sistema monopartidário, que excluía outros movimentos. Angola viveu no sistema do partido único de 1975 até 1980, altura em que se deu, a nível internacional, a queda do Muro de Berlim e a conseqüente derrocada da União Soviética.

Os fatores que estiveram, portanto, na base ideológica e política do surgimento do multipartidarismo em Angola, podem ser entendidos na base da situação interna e externa, concretamente a situação de pressão que o conflito civil exercia sobre o governo do MPLA, a necessidade de uma abertura para aliviar a situação dentro do próprio MPLA, o fim da guerra fria com a queda do Muro de Berlim e a derrocada da URSS que acabou por depor o seu modelo ideológico, o socialismo. Todos esses factos e eventos acabaram por marcar o início do multipartidarismo, culminando com a assinatura dos acordos de Bicesse em 1991 entre o governo angolano e a UNITA, tendo-se efetivado com a realização das eleições multipartidárias e presidenciais em setembro de 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela Transação, uma análise de democratização em Angola.** Tese de (Doutoramento em Ciência Política) - Programa de Pós- Graduação em

Sociologia e Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio Janeiro, 2020.

ANDRADE, Justino Pinto. Angola e o Multipartidarismo. In: **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa, Editora Firmamento, 2008.

BELO, António. **Angola e a Independência, Diário da Transferência de Soberania**. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

DOMINGUES, Carlos Alberto. **Guerra, Justiça e Paz**. Lisboa: Universitária Editora, 2002.

DUROSSELE, Jean Baptiste; KASPI, André. **História das Relações Internacionais de 1949 aos nossos dias**. Lisboa: Editora Textos e Gráficos, 2014.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi no lado errado da História**. Lisboa-Portugal: Editora Leya, 2013. 4ª edição.

MOUNGEL, François Charles; PACTEAU, Chantal. **História das Relações Internacionais século XIX e XX**. Lisboa: Portugal, coleção saber, 2009.

MUEKALIA, Jardo. **Angola e a segunda revolução: Memórias de luta pela democracia**. Lisboa: Editora Sextante, 4ª edição, 2013.

PELISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. Lisboa: Editora Tinta da China, 6ª edição, 2016.

SAVITE, Carlos Chissapa. **Angola no Contexto das Relações Internacionais 1961-1991**. Lobito (Angola): Escola Editora, 2014.

SILVA, Ismael. **Luena 45 dias de Batalha**. 1 Edição. Luanda: Mayamba Editora, 2017.

TALI, Jean-Michel Mabeko. **Rótulos Atribuídos e Rótulos, Memórias e Identidades Políticas em Angola**. Lisboa? Editora Guerra e Paz, 2023.

VALENTIM, Jorge. **Caminhos para Paz e Reconciliação Nacional, de Gbadolite a Bicesse**. 2 Edição. Luanda-Angola: Mayamba Editora. 2011

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Recebido em: 14/11/2023

Aprovado em: 12/07/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

Dinis Kebanguilako

O SISTEMA EDUCATIVO TRANSITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO EM ANGOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1975-1992)

THE TRANSITIONAL EDUCATIONAL SYSTEM AND THE CONSTRUCTION OF THE NATION-STATE IN ANGOLA IN THE FIRST REPUBLIC (1975-1992)

RESUMO: A tentativa de criar um Estado-nação em Angola, com recurso ao sistema educativo, se pode entender também como um processo de “hegemonização política” da sociedade. O presente artigo examina como o sistema educativo foi influenciado pelas políticas públicas e processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república em Angola. Analisa como os processos de hegemonização política e homogeneização cultural, bem como a implementação das políticas públicas como a Campanha Nacional de Alfabetização. A formação de jovens nos países socialistas visava a formação do “homem novo”, a criação de uma identidade nacional e a construção do Estado pós-colonial de orientação socialista.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema educativo; Hegemonização; Homogeneização.

ABSTRACT: The attempt to create a nation-state in Angola using the education system can also be understood as a process of ‘political hegemonization’ of society. This article examines how the education system was influenced by public policies and processes of political hegemonization and homogenization in Angola's first republic. It analyses how the processes of political hegemonization and cultural homogenization, as well as the implementation of public policies such as the National Literacy Campaign. The training of young people in socialist countries was aimed at forming a ‘new man’, creating a national identity and building a socialist-orientated post-colonial state.

KEY WORDS: Educational System; Hegemonization; Homogenization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

O SISTEMA EDUCATIVO TRANSITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NAÇÃO EM ANGOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1975-1992)

Dinis Kebanguilako ¹

Introdução

A República de Angola está localizada, geograficamente, em uma pequena parte na África Central e a maior parte na África Austral. É resultado de um longo processo de desenvolvimento endógeno, com largas influências externas e seculares. Constituída como nação livre e soberana em 11 de novembro de 1975, no culminar do processo da descolonização portuguesa em África. Sua rica e longa história se divide em três grandes períodos, desequilibrados em relação ao tempo de duração de cada um deles, sendo o primeiro o mais longo, ou seja, milenar; e o último, com cerca de cinco décadas. Cada período histórico possui características específicas, que estabelecem a diferença entre um e outro. Estes períodos são: - Pré-colonial, (da formação dos Estados à fundação da colônia); - Colonial (da fundação da colônia à independência nacional); - Pós-colonial (da independência nacional aos nossos dias) (KEBANGUILAKO, 2010).

O período Pós-colonial pode ser dividido em duas partes distintas, sendo a primeira de 1975 a 1992, que chamamos de Primeira República. Período que corresponde à fase da criação e construção do Estado, o que constitui objeto do presente artigo, procurando responder à seguinte questão: De que forma o sistema educativo contribuiu para a construção do Estado Nação na Primeira República em Angola?

A segunda parte é a da institucionalização do regime multipartidário no país, com duas fases: a primeira começa com a realização das primeiras eleições multipartidárias de setembro de 1992 e termina em 2017. A segunda fase começa neste ano, com a alternância do poder presidencial no seio do MPLA e em Angola; e vai até aos nossos dias.

Antes da presença europeia no século XV, no espaço geográfico chamado, hoje, Angola, desenvolveram-se vários Estados africanos, denominados, na maior parte das vezes, erroneamente de “reinos africanos”. São formações políticas, econômicas e sociais que se desenvolveram neste espaço em diferentes séculos e de forma distinta umas das outras. Eram política e economicamente independentes entre si, e mantinham relações de toda ordem com alguns Estados da região central e austral do continente. Cada Estado desenvolveu sua própria organização política, econômica e social, sua forma de governação e diferentes maneiras de ser e

de estar no mundo. A maior parte praticava a agricultura, outros, a pastorícia, e outros, ainda, conciliavam a caça, a pesca e a colheita. A característica comum destas sociedades era o valor atribuído à oralidade, uma vez que não haviam desenvolvido a escrita.

O fato de estas sociedades não terem desenvolvido a escrita não é sinônimo de inexistência da educação enquanto processo de transmissão de conhecimentos, hábitos, habilidades, atitudes e valores às mais jovens gerações, conforme assinala o sociólogo angolano Laurindo Vieira (2004).

Apesar dos portugueses terem encontrado em África povos sem escrita, é de um reducionismo arcaico pensar que os povos que habitavam Angola não praticavam a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial. Estes povos desenvolviam uma educação natural. Este tipo de educação visava à transmissão de geração em geração, os contos, os valores culturais e as próprias experiências de vida, através da tradição oral (VIEIRA, 2004, p. 32).

Em Angola a educação não foi obra dos portugueses, diferentes povos desenvolveram distintos modelos de educação, conforme os conhecimentos e os valores a transmitir, conforme os interesses da comunidade. Quase todos os povos do espaço chamado hoje Angola desenvolveram diferentes processos de iniciação, quer masculina, quer feminina. A jovem geração aprendia o necessário para a sua inserção útil na sociedade. Não se pode confundir processo de iniciação com ritual de iniciação. O ritual é apenas a fase final deste processo. A iniciação, em quase todas as sociedades que se constituíram em Angola, é um processo duradouro, sequencial, que pode variar entre algumas semanas, para alguns povos; e anos para outros, que culmina com o ritual de iniciação.

O regime colonial instituiu uma outra forma de educação, que chamamos de “educação escolar”, numa primeira fase, voltada somente à população de origem europeia e, mais tarde, também para a população autóctone. Com a independência de Angola, projetou-se o processo de destruição dos marcos do regime colonial e a construção de um país novo que deveria se assentar numa estrutura política, econômica e social nova, diferente da estrutura colonial. Nesta perspectiva, impunha-se um novo sistema de ensino, que seria o instrumento fundamental para a formação de uma nova geração de angolanos, política e ideologicamente preparada para a reconstrução nacional e a construção do socialismo em Angola. É objetivo deste trabalho analisar

¹ Doutor em Educação pela UFBA. Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED - Luanda), coordenador do Mestrado em Ensino de História de Angola (ISCED Luanda). kebanguilako@gmail.com

de que forma o sistema educativo na primeira república foi instrumentalizado para a politização e ideologização dos angolanos.

Gênese do Sistema de Ensino Escolar

Em Angola, o processo de ensino escolar sob o molde ocidental, com o uso da escrita, começou ainda nas primeiras décadas do século XVI, no Reino do Kongo, muito antes de o país se constituir na unidade territorial como hoje é conhecida. Os padres católicos foram os primeiros a ensinar à corte real do Kongo a língua portuguesa e conhecimentos rudimentares de matemática, para além do evangelho de Cristo, que era sua missão fundamental. Com a fundação da colônia, em 1575, o processo se vai estender a Luanda e, no século seguinte, a partir do ano de 1617, o processo de ensino europeu chega a Benguela e outras regiões do litoral sul de Angola (VIEIRA, 2004).

O processo de colonização efetiva de Angola teve início no final do século XIX, logo a seguir ao término da Conferência de Berlim, e prolongou-se até o princípio do século XX. O território foi totalmente ocupado pelos portugueses e a Igreja Católica continuava com a missão de escolarizar à camada privilegiada da sociedade colonial, constituída pela população branca (europeia) e por uma minoria da população local da elite (negros). A situação da população nativa mudaria consideravelmente com a missionação protestante do país, que começou no final do século XIX, pelos ingleses da BMS², os canadenses e americanos, metodistas e congregacionais, que chegaram a Angola neste mesmo período. A maior parte da população local letrada foi formada nas escolas das missões protestantes. Apesar de não serem oficialmente reconhecidas pelo Estado português, nestas escolas a língua portuguesa era usada como língua de escolarização. E sendo escolas pertencentes a missões religiosas, o uso das línguas africanas locais era frequente, sobretudo, na catequese e nos cultos dominicais (KEBANGUILAKO, 2016).

O sistema educativo colonial estava totalmente voltado aos interesses da colonização. Foram implementadas políticas para afastar os angolanos da sua educação e da sua cultura, impondo-lhes um processo de homogeneização cultural que pretendia torná-los dóceis aos interesses portugueses, não apenas por imposição política, mas, sobretudo, do ponto de vista cultural. Este processo, iniciou-se no século XVI, prolongou-se até o último quartel do século XX, tendo conhecido diferentes fases na história da educação e do ensino em Angola. A história

da educação e ensino no período colonial serve-nos de base para a compreensão da educação nos primeiros dezesseis anos da independência de Angola. A nossa análise centra-se, sobretudo, nas políticas de nacionalização da educação e no processo de politização da sociedade angolana, cuja materialização abarca um conjunto de políticas públicas no domínio da educação. Políticas estas que conduziram necessariamente a uma reforma do sistema educativo herdado do regime colonial.

A Política Colonial e a Reforma do Sistema de Educação e Ensino

A construção de um novo país vai implicar reformas políticas estruturantes, incluindo a do sistema educativo e de ensino, cuja lógica, na tentativa de construção de um Estado-nação, obrigou à implementação de processos de homogeneização e de hegemonização política e cultural em Angola. Porém, não poderemos entender as circunstâncias políticas e sociais que propiciaram a independência de Angola, sem, contudo, analisar o contexto histórico, político e social de África da década de 60 e primeira metade da década de 70 do século XX. Por esta razão, se fazem necessários estudos sobre o fim do Império Colonial Português em África, que tem consequências diretas sobre a ascensão de Angola e de outros países à independência.

Como se sabe, o continente africano, no seu todo, foi alvo de um dos mais hediondos sistemas políticos da história da humanidade: a colonização. Não se pode procurar compreender, no presente, qualquer fenómeno ou processo social inerente a um Estado africano, sem um obrigatório recuo ao período colonial, que é ainda recente em toda África (seis décadas para a maioria dos países e cinco décadas para os países africanos de língua oficial portuguesa). Não há dúvidas de que o colonialismo europeu em África foi um sistema de exploração que servia aos interesses das potências coloniais, atirando para o estado de quase abandono as populações africanas.

Durante quase todo o período de vigência do sistema colonial em África, os governos coloniais pouco ou nada fizeram em prol do desenvolvimento social dos africanos. Somente depois da II Guerra Mundial, alguns governos coloniais começaram a criar serviços sociais enquadrados dentro de um plano de ação da política colonial. Os serviços de saúde e de educação, na maioria dos países africanos sob regime colonial, eram fornecidos exclusivamente para as classes colonizadoras, que incluíam europeus e ínfimo número da população africana, pertencente a uma classe que auxiliava os europeus na manutenção do aparelho colonial (RODNEY, 1975, p. 292). Até mesmo o governo português, que sempre levantou a bandeira de

² Sigla em inglês para a Sociedade Missionária Batista (Baptist Missionary Society)

uma ação civilizadora em África, afirmando que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique não eram colônias portuguesas, mas províncias do ultramar e possessões de Portugal há cinco séculos, esta tese se derruba com exemplos concretos. Na década de 1940, em Angola, considerada joia da coroa portuguesa em África, apenas cinco negros frequentavam os liceus, que correspondiam ao segundo ciclo de ensino secundário, conforme o sistema de educação colonial vigente naquele período (RODNEY, 1975, p. 293).

A colonização europeia, como se sabe, teve consequências nefastas para os povos do continente africano. O colonialismo foi muito mais do que um mero controle comercial. Com a colonização, os africanos haviam perdido o controle sobre os assuntos internos da sua vida política, econômica e social. Perderam, igualmente, a capacidade de defender seus interesses de grupo ou de nação, perderam qualquer poder sobre os europeus e perderam o poder de sobreviver como unidade cultural e física. Daí a formação dos Estados africanos que hoje conhecemos, herdados da colonização europeia, cujos traçados não obedecem a critérios, nem lógicas nenhuma, senão aos interesses econômicos dos Estados europeus colonizadores.

Segundo Albert Memmi, o golpe mais sério sofrido pelos colonizados foi, serem afastados da história e da comunidade. Dizia ainda aquele nacionalista tunisiano: “A colonização usurpa qualquer controle livre, quer no que se refere à guerra, quer no que se refere à paz, qualquer decisão que contribua para os seus destinos, para o destino do mundo e toda a responsabilidade cultural e social” (RODNEY, 1964, p. 323).

O colonialismo, na sua essência, é comum para todos os povos, embora se possa reconhecer que não houve em África um só modelo de colonização, e sim vários. Apesar de distinguirem-se cinco grandes potências coloniais (Inglaterra, França, Portugal, Bélgica e Alemanha), as políticas de colonização de cada uma destas potências variavam de uma colônia para outra, e de região para região de uma mesma colônia. Assim como variavam de um período para outro numa mesma região e numa mesma colônia. Porém, verdade seja dita, com a perda do poder político pelos africanos, o “afastamento da história”, acima mencionado, é consequência clara e lógica do colonialismo. Os africanos deixaram de ter uma participação ativa na sua própria história, que passou a ser contada pelo outro, pelo colonizador, ao ponto de se coisificar o africano (tratado como objeto e não como ser pensante). O drama da colonização fará com que, de um dia para o outro, grandes organizações políticas, econômicas e sociais, que vinham florescendo, evoluindo na base de uma dinâmica interna, na maior parte dos casos, perderam o poder político, suas independências e, aos poucos, partes significantes das suas culturas. Portugal, que iniciara a expansão marítima no início do século XV, havia conquistado, no final do século XIX, enormes territórios na África Austral e uma pequena parte na África Ocidental.

Foi a última potência colonial europeia a descolonizar suas possessões, quinze anos depois das primeiras independências dos países africanos.

As populações de Angola tinham sido colocadas à margem de todos os processos sociais e políticos, pois eram consideradas povos ainda não possuidores de instrução e de hábitos individuais e coletivos, sem os quais não podia haver aplicação integral do direito público e privado do cidadão português. Não havia, para estes povos, serviços de saúde nem educação, porque se entendiam como direitos da cidadania portuguesa. Em Angola, apesar de tardiamente, a institucionalização oficial do ensino aconteceu em 1845. Porém, continuava a ser a Igreja Católica que tinha a missão de escolarizar os chamados indígenas, segundo a terminologia política e social da época. As populações africanas não tinham direito ao ensino oficial. A escravatura, as limitações sociais, a humilhação a que a maioria da população estava sujeita, criaram um clima de insatisfação tal, que o ódio pelo regime colonial alimentava o desejo de liberdade. Por esta razão, movidos por estes sentimentos, em Angola e no exterior, começou a formação de organizações políticas com o objetivo de reivindicar a independência e a soberania do país (SANTOS, 2012, p. 432).

A pressão política exercida pela ONU contra as potências colonizadoras, no final da década de 1950, culminou com as independências, no ano de 1960, de 17 países africanos, colonizados majoritariamente pela França. Portugal, porém, insistia na sua utópica política de igualdade extensiva às províncias ultramarinas, quando, na prática eram cada vez mais gritantes as diferenças sociais entre europeus e africanos, e até mesmo entre os brancos nascidos na metrópole e os nascidos nas chamadas províncias ultramarinas (KOUASSI, 2010, p. 1076).

A insatisfação da população angolana aumentava cada vez mais que se agudizavam as contradições entre colonizadores e colonizados. Dados surpreendentes mostram que, até à década de 1960, apenas 3% da população africana de Angola era escolarizada. Menos de 500 alunos africanos estavam matriculados no ensino profissional elementar, e a Escola Normal de Monitores (instituição que formava os professores para o ensino primário, destinado exclusivamente para a população indígena) tinha menos de 300 alunos (VIEIRA, 2004, p. 64). Outra solução não restava para os angolanos senão partir para a luta armada, que começou em 1961, o que não significa que a luta contra a colonização tenha começado nessa data. Desde sempre, os angolanos lutaram e resistiram contra a dominação colonial, de várias formas, sendo que a partir de 1961, a luta passou a ter caráter de luta armada, como última fase da oposição ao regime colonial.

Os direitos dos angolanos nativos eram sistematicamente violados. O fim do Estatuto do Indigenato, por si só, não repôs a dignidade nem o respeito às culturas africanas. Ele foi uma

consequência da luta armada, e a ideia de uma igualdade de gênero humano não pode ser confundida com a imposição cultural de um povo sobre o outro, tal como acontecia em Angola e nas outras colônias de Portugal. Ainda no campo social e sempre no âmbito das reformas políticas, foi aprovado um decreto sobre o sistema educativo, que abolia o anterior, subdividido em um sistema de educação oficial (a cargo do governo colonial) e outro para os africanos (a cargo da Igreja Católica), passando o sistema de educação a ser único para todos: brancos e negros, assimilados e indígenas (categorias sociais que deixaram de existir oficialmente no ano de 1961).

Portugal precisou de apenas seis meses para começar a introduzir reformas políticas que vinham sendo solicitadas há vários anos. Foi necessário um levante armado e violento, que ceifou milhares de vidas humanas e provocou graves danos materiais, sobretudo aos fazendeiros, para que reformas políticas começassem (ainda que fictícias). No domínio da educação e ensino, as medidas mais importantes tomadas pelo regime colonial foram, como já nos referimos, para além da abolição do Estatuto de Indigenato e da unificação do ensino oficial com o rudimentar: a implementação de um ensino primário de quatro classes, antecedidas de uma classe pré-primária; a manutenção das escolas de artes e ofícios; a implementação de um ensino preparatório de dois anos entre o ensino primário e o secundário, os liceus. (SANTOS, 1998, p. 509)

Essa atitude, porém, visava apenas ludibriar os angolanos e a comunidade internacional, e passar uma imagem de um Portugal uno e indivisível, quando, na realidade, a segregação era uma prática corrente no seio das populações das colônias. A reforma política não foi nada mais senão o reforço e legitimação da colonização, pois os tempos tinham mudado de fato e Portugal tardou a adaptar-se às mudanças políticas e sociais no nível do continente africano e no nível do mundo, uma vez que a colonização estava condenada ao desaparecimento pela Organização das Nações Unidas. Apesar da reforma da educação, que pregava politicamente uma educação para todos, na prática, os africanos passaram a ser encaminhados para o ensino profissional, com vistas a formar mão-de-obra semiprofissional para atender aos interesses econômicos de Portugal.

Neste mesmo período, foi implementado o ensino superior em Angola, com a introdução dos Estudos Gerais Universitários, no ano de 1962, visando à formação de uma burguesia de nível superior, que deveria expandir a ideologia colonial, estabelecendo uma forte classe de dirigentes coloniais locais para a perpetuação da máquina e do sistema colonial. Com essas políticas, o regime colonial pretendia, através do novo sistema de educação, usar a escola para a integração dos angolanos e proporcionar a cidadania portuguesa, ao contrário do que a maioria da população colonizada almejava, que era o direito à cultura e tradições africanas, cada vez mais banidas com a ideia de formação da cidadania portuguesa. Mesmo reconhecendo a

heterogeneidade cultural dos angolanos, a cidadania portuguesa deveria ser construída pelo processo de anulação cultural africana (línguas, costumes, tradições) e assimilação da cultura portuguesa.

Por outro lado, uma vez que o regime colonial criara, no passado, um estatuto social diferenciado para os africanos letrados, com o novo sistema educativo, resultante das reformas na política colonial, e com a criação de novas escolas nas zonas urbanas e rurais, até mesmo onde nunca houvera escola, o país viveu, nos anos seguintes a 1961, uma explosão escolar em toda a dimensão territorial. A procura e o interesse dos angolanos pela escolarização aumentaram neste período, porque também o regime colonial passou a preocupar-se mais com a escolarização dos angolanos, sobretudo, no ensino primário e na formação profissional de nível básico e, mais tarde, foram criadas as escolas industriais, para formação de técnicos industriais de nível médio, sempre visando a interesses coloniais. A educação foi, enfim, um forte aparelho ideológico para a colonização. As reformas não produziram para Portugal os resultados esperados pelo regime colonial.

Os anos seguintes a 1961 foram de um recrudescimento da luta armada, conduzida pelo MPLA³ e pela FNLA⁴, bem como por outros movimentos nas colônias portuguesas. Metade do orçamento anual do Estado Português passou a destinar-se às Forças Armadas, para manter o controle político e militar das colônias. Os esforços da guerra colonial criaram uma grande instabilidade política na metrópole, por um lado, e por outro, a falta de uma democratização interna em Portugal, devido ao regime fascista de Salazar, que ainda prevalecia até meados da década de 1970, continuado por Marcelo Caetano, contribuiu para um estado de instabilidade política, social e militar. Em abril de 1974, um grupo de militares portugueses, influenciado pelo Partido Comunista Português e procurando reverter a situação política de Portugal, perpetrou um golpe de estado por meio de uma revolução que ficou conhecida como Revolução dos Cravos.⁵

Portugal passou a ser dirigido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) que implementou, em seguida, a política de descolonização. No dia 11 de novembro de 1975, a independência de Angola foi proclamada pelo presidente do MPLA Antônio Agostinho Neto. Considerando o fato de que quem tem o poder de Estado deve, de uma forma ou de outra, controlar os aparelhos ideológicos de Estado, e que nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos de Estado simultaneamente, o MPLA, para a consolidação do poder político e a prossecução da sua política

³ Movimento Popular de Libertação de Angola (Partido político que conduziu a luta armada em Angola e governa o País desde a independência)

⁴ Frente Nacional de Libertação de Angola (Partido político que conduziu a luta armada em Angola em simultâneo com o MPLA, atualmente na oposição política e com assento no parlamento angolano)

de constituição da nação angolana hegemônica e homogênea, lançou o processo de nacionalização da educação.

A Nacionalização da Educação e a Politização da Sociedade Angolana

O MPLA entendia que a garantia de qualquer política no domínio social dependia, em grande medida, da estabilidade econômica. Daí que, antes mesmo de assumir grandes transformações sociais, preocupou-se em estabelecer uma base econômica sustentável para a sua política social. Em março de 1976, o Conselho da Revolução, órgão que detinha o poder legislativo nos primeiros cinco anos de independência, aprovou a lei n.º 3/76, de 3 de março, que confiscou todas as empresas, por motivos de sabotagem econômica, assim como foram confiscadas outras que ainda se encontravam nas mãos de seus proprietários (pois alguns proprietários brancos, uns por opção e outros por serem impedidos, não haviam abandonado o país), acusados de colaborarem com os inimigos do povo angolano. O referido diploma distinguia duas ações conduzidas com uma mesma finalidade: uma destas ações era o confisco, que correspondia a desapropriar todas as empresas privadas cujos proprietários tinham alguma capacidade econômica, para apoiar grupos fantoches, por um lado, e por outro, porque continuariam a desenvolver um modo de produção incompatível com a nova ideologia política vigente no país. Como proprietários dos meios de produção, tinham trabalhadores de quem explorariam a força de trabalho. Esta prática era, então, considerada “exploração do homem pelo homem”.

A outra ação era a nacionalização, que visava à necessidade de o Estado controlar todas as empresas estratégicas. O confisco era considerado como uma punição, com esta medida os proprietários dos bens confiscados não tinham direito a qualquer indenização. A intervenção do Estado revolucionário nas empresas privadas, pelo confisco; e nas empresas públicas, pela nacionalização, tinha como objetivo a criação e o alargamento do setor socialista da economia nacional, considerada a base material, científica e técnica para a criação de uma sociedade socialista. Uma vez que, sem uma intervenção direta do Estado na economia do país, não era possível a construção do socialismo.

A educação, porém, sendo a área social de maior interesse do poder político na Primeira República, esteve sempre na primazia das políticas sociais. Tanto é que se pode entender que, logo após a independência, a educação foi um dos primeiros setores da vida social a ser nacionalizado e considerado um dos fatores principais para o desenvolvimento do país no seu

⁵ MPLA, 2008, p.141.

todo. O Estado de Angola, através do Conselho da Revolução, aprovou, dias após a independência, a Lei n.º 4/75, de 9 de dezembro de 1975, que nacionalizou a educação e o ensino. O Governo de Angola assumiu para si toda a responsabilidade pelo processo do ensino, sendo o Ministério da Educação o organismo que deveria executar as políticas do setor, traçadas pelo partido.

A nacionalização da educação em Angola não abrangeu apenas o setor público e privado colonial, mas foram nacionalizadas também instituições de ensino que pertenciam às igrejas. A Igreja Católica foi, sobretudo, a mais visada. A acessibilidade e a gratuidade de ensino provocaram uma avalanche de alunos procurando pelas instituições de ensino e, como o governo não tinha capacidade de dar resposta a esta procura, pois faltavam escolas que o colonizador não construiu porque “não precisava”, o governo confiscou também algumas instituições de ensino pertencente às confissões religiosas: escolas da Igreja Católica e missões protestantes. A nacionalização das escolas das igrejas não deve ser entendida apenas como necessidade de responder a uma maior procura pelo ensino no país. Deve ser entendida também como uma forma de impedir que houvesse no país mais de um sistema de ensino, pois que conforme Lawrence Henderson (1980), estas instituições de ensino, durante o período colonial, desenvolviam uma atividade não apenas de auxílio ao sistema educativo colonial (as missões católicas), mas, sobretudo, as missões protestantes eram autênticos rivais do sistema educativo colonial. Por isso, não eram reconhecidas oficialmente. Várias vezes foram acusadas pelas autoridades portuguesas de incitarem os angolanos, através do seu ensino, à rebelião e à formação de movimentos de libertação. Como nos prova a história, os três líderes dos movimentos de libertação de Angola tiveram uma formação religiosa e protestante. A respeito do confisco de instalações das missões religiosas, Lawrence Henderson, na sua obra *A Igreja em Angola*, escreveu:

Na maioria das estações missionárias, os centros de ensino eram usados para as aulas de instrução primária, do ensino secundário e, ainda, para programas de educação e ensino religioso. Por conseguinte, a confiscação daqueles edifícios e instalações negou às missões e às Igrejas não só a oportunidade de administrarem as escolas como também tornou impossível a divulgação de uma série de outros programas (HENDERSON, 1980, p. 398).

Em 1940, as autoridades coloniais portuguesas haviam assinado com a Santa Sé um acordo missionário, onde o Estado português atribuía à Igreja Católica a missão e a responsabilidade pela educação dos negros. A Igreja Católica, ao longo de todo o processo colonial, sempre esteve ao lado do regime colonial, servindo muitas vezes como mais um elemento da colonização, mais do que de educação moral e cívica. Por esta razão, o MPLA ou

qualquer outro movimento que conquistasse a independência, se relacionaria com a Igreja Católica com certa hostilidade. As relações entre o Estado angolano e a Igreja Católica nos primeiros anos de independência eram hostis, apesar da coexistência pacífica, pois tanto a Igreja quanto a educação, ambas constituem aparelhos ideológicos de Estado (AIE), sendo o primeiro, de cunho religioso; e o segundo escolar - e eles são o campo onde se exerce a luta pela hegemonia.

Para que o MPLA pudesse exercer o poder político em Angola, deveria, de igual modo, controlar os AIE, tanto o religioso quanto o escolar, uma vez que o controle do AIE religioso se apresentava mais complexo do que o escolar, dada a facilidade que a Igreja tinha de poder chegar até onde o Estado não tinha chegado ainda. A solução encontrada foi de enfraquecer cada vez mais a influência da Igreja na sociedade, ridicularizando o seu papel na educação moral dos cidadãos, e ampliar ainda mais o papel da escola no processo de ideologização da sociedade. O processo de nacionalização da educação tinha como principal objetivo colocar sob controle do Estado todo o sistema educativo do país, e fazer da educação um instrumento do Estado, capaz de expandir a ideologia política do MPLA, promovendo, no seio da população, uma educação gratuita, democrática, acessível a todos, sem distinção de raça, sexo, etnia, tribo, região, credo religioso e idade (Todos os adultos eram aceitos para frequentar a escola, independentemente da sua idade, o que não acontecia no período anterior, implementando o que o regime chamou “Escola Para Todos”).

Pela primeira vez, o sistema de ensino estava acessível para todos os angolanos, ao contrário da exclusão e da discriminação que marcaram as políticas educativas durante o período colonial e começava, assim, o processo da politização da educação. Às crianças, era ensinado que a “Escola é do Povo”, o “MPLA é o Povo” e o “Povo é MPLA”. Esta trindade era a base argumentativa para a formação ideológica das crianças angolanas. Mostrar que a soberania do Estado residia no povo e o povo era representado pelo partido logo, a soberania do Estado residia no MPLA. O MPLA, com a nacionalização da educação, passou a orientar todas as políticas públicas da educação, fazendo delas um instrumento de legitimação dos valores das classes revolucionárias (operária, camponesa e dos intelectuais), segundo o programa e o estatuto do próprio partido. Porém, na realidade, em Angola não existiam classes sociais tais como são mencionadas nos documentos oficiais do partido.

Com a proclamação da independência nacional, o MPLA havia atingido o seu programa mínimo, conforme consta no manifesto da sua fundação. Os objetivos imediatos do novo regime eram destruir todos os marcos do regime anterior (colonial) e criar um novo país, um novo sistema social e um “Homem Novo”. Para a materialização do projeto de construir um novo

Estado em Angola, o MPLA considerou a educação um dos principais instrumentos do Estado para cumprir esta tarefa.⁶

Como realizar uma educação num país que não tinha nem estruturas físicas, nem recursos humanos? A maioria dos professores, em Angola, era de nacionalidade portuguesa e havia abandonado o país na véspera da independência. Indicadores do Ministério da Educação publicados, na *Revista Novembro*, apontavam que 85% da população angolana era analfabeta. Entre os cidadãos alfabetizados, poucos possuíam uma qualificação profissional de excelência. A maioria exercia profissões básicas - pedreiro, carpinteiro, etc. - (VIEIRA, 2004, p. 91).

A reformulação do sistema educativo colonial se apresentava necessária e urgente para a implementação de um novo sistema visando à formação de um homem novo. Em todas as sociedades humanas, desde que o homem passou a viver em grupo e sentiu a necessidade de transmitir às gerações mais novas as experiências acumuladas pelas gerações mais antigas, a educação passou a ser um compromisso político, já que ela deve refletir a necessidade da população, ou seja, aquilo que a população precisa para o seu bem-estar. Mas, quem define o que o povo precisa e quer não é o povo, é sempre um grupo que tem o domínio da sociedade, que tem o poder político e age em nome do povo. Toda educação assenta-se numa base política determinada. Por esta razão, tornou-se imprescindível definir a base política da sociedade angolana. Esta base definiu-se em outubro de 1976, com a realização, em Luanda, entre os dias 23 e 27, da III Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA. Nesta reunião, definiu-se o marxismo-leninismo como ideologia partidária; e a construção do socialismo científico como via de desenvolvimento político, econômico e social de Angola. Estavam, assim, lançadas as bases políticas para a reformulação do sistema educativo, faltando a base jurídico-legal, que aconteceu no ano seguinte.⁷

A destruição dos marcos do regime colonial e a construção de um país novo era o que passou a chamar-se “Reconstrução Nacional”, presente em todos os discursos políticos. Tudo o que lembrava a colonização deveria ser mudado. O novo país deveria assentar-se numa estrutura política, econômica e social nova, diferente da estrutura colonial, que excluiu a maioria da população no exercício da cidadania. Nesta perspectiva, o novo sistema de ensino seria o instrumento fundamental para a formação de uma nova geração, visando à reconstrução nacional e a construção do socialismo em Angola. Um dos maiores *handicaps* para a materialização deste projeto era a elevada taxa de analfabetismo no seio da população, por isso o combate ao analfabetismo foi declarado como prioridade de Estado. Em novembro de 1976, foi lançada a

⁶ MPLA, 1978, p.28.

⁷ MPLA, 2008, p. 266.

Campanha Nacional de Alfabetização, numa das unidades fabris de tecidos em Luanda (TEXTANG), pelo Chefe do Estado, Antônio Agostinho Neto, que dizia, a dado momento, no seu discurso de abertura, o seguinte:

É certo que o MPLA e o Governo da República Popular de Angola têm feito o possível, por andar depressa, têm tomado medidas, têm tomado decisões concretas, para melhorar o nível do povo, para corrigir aquilo que foi destruído pelo colonialismo [...] o colonialismo deixou-nos uma herança bem pesada, uma herança que nós só apagaremos daqui a dezenas de anos, mas podemos, pelo nosso esforço, ir diminuindo as consequências do colonialismo.⁸

Foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, tutelada pelo Ministério da Educação e orientada pelo Comitê Central do MPLA. A campanha foi lançada ao nível nacional. Toda a população angolana de todos os estratos sociais foi mobilizada a participar desta tarefa. Todos os que tinham alguma instrução, passaram a ensinar aos outros, que não sabiam ler nem escrever. A Campanha Nacional de Alfabetização teve grande adesão por parte da população, quer urbana, quer rural, tanto intelectual, quanto operária. Todos que, de uma forma ou de outra, poderiam participar deram o seu contributo; mesmo sob condições difíceis, em que faltavam infraestruturas básicas, as aulas de alfabetização foram realizadas nos templos das igrejas ou por debaixo das árvores. Nesta fase da “revolução”, a população angolana já começava a ser politizada, com participação “semi-obrigatória” nas organizações de massas e sociais, criadas pelo MPLA, que eram a primeira manifestação da participação na vida política do país. Quem não fizesse parte de uma das organizações de massas (de acordo com a idade, atividade profissional ou estudantil) era considerado “reacionário”, “antirrevolucionário” e marginalizado pela sociedade política.

Esta campanha tinha, por um lado, um cariz político (formando a consciência política da população, quer alfabetizadora, quer alfabetizanda) e, por outro lado, um cariz econômico, dada a necessidade de formação de uma mão-de-obra qualificada para a indústria nacional incipiente, que não permitia a formação de uma classe operária coesa, forte e politizada, visando assumir o seu papel de classe dirigente da sociedade que se queria socialista. O MPLA, através do seu Departamento de Educação Política, orientava e dirigia todo o processo de alfabetização no país. Apesar de a Comissão Nacional de Alfabetização ser tutelada pelo Ministério da Educação, aos olhos das autoridades angolanas, este processo era considerado a prioridade do Estado, dever patriótico e uma conquista do povo. Por isso, era orientado pelo partido.

Por si só, a conquista do direito de ser alfabetizado já era considerada uma grande vitória contra o colonialismo. O primeiro balanço realizado pelo Ministério da Educação, em 1986,

indicava que foram alfabetizados um milhão e quarenta e oito mil cidadãos (1.048.000), uma média de 104.000 alfabetizados por ano.⁹ Para uma população que se estimava em 6.000.000 de habitantes e tinha uma taxa de analfabetismo de 85%, essa meta alcançada em dez anos parece irrisória, matematicamente pensando. Porém, se considerarmos o fato de a colonização efetiva ter durado pouco menos de um século, poderemos considerar positivo o resultado dos primeiros dez anos da campanha, pois o número de alfabetizados no período pós-independência foi maior que o número de letrados que o sistema colonial instruiu durante todo o período da vigência da colonização. A guerra civil vivida em Angola retirou certo ímpeto ao processo de alfabetização, porque parte dos alfabetizadores e dos alfabetizandos foi chamada a participar na defesa da integridade do território angolano e da soberania da nação, que estava ainda em construção. Para além do componente humano no fenómeno da guerra civil, os componentes económica, social e psicológico tiveram, de igual modo, sua implicação no processo que vinha sendo desenvolvido, com toda a atenção das autoridades do país.

O Ministério da Educação apontou duas razões para o fraco desenvolvimento do processo de alfabetização nos anos seguintes ao áureo período da “Batalha de Alfabetização”, que corresponde aos primeiros cinco anos pós-lançamento da Campanha: A fraca capacidade de atendimento dos alfabetizandos no ensino de adultos, por um lado, e por outro, a situação político militar que então se vivia não permitiu que se atingissem os resultados esperados. Terminado o ciclo de alfabetização, os beneficiários deveriam ser incorporados ao sistema de educação de adultos. Tal fato não acontecia por escassez quer de escolas, quer de professores, tendo se verificado mesmo nalguns casos o fenómeno de retorno ao analfabetismo.¹⁰

O MPLA reivindicava para si a soberania do Estado, em nome do povo angolano; e se havia definido como sendo a única força política legitimada pelos angolanos para dirigir o Estado. Para o exercício da sua hegemonia política, precisava constituir-se em partido da classe operária. Em dezembro de 1977, no seu I Congresso, constituiu-se em partido da vanguarda da classe operária, com a missão de conduzir o governo e a sociedade angolana à construção do socialismo científico. O MPLA acabava, assim, de ratificar a sua linha política e ideológica e o Movimento foi transformado num partido marxista-leninista.¹¹

Uma vez definida a orientação política e ideológica, o país entraria na etapa da Ditadura do Proletariado, etapa cuja primeira fase era a Reconstrução Nacional. A tarefa que se configurava urgente para levar adiante, conforme o programa do partido, era a preparação

⁸ Discurso de Agostinho Neto, realizado em Luanda na fábrica de tecidos Textang II, dia 22 de novembro de 1976, no ato de lançamento da Campanha Nacional de Alfabetização.

⁹ MED, 1997, p. 3.

¹⁰ MED, 1997, p. 3.

política da sociedade, ou seja, a formação política e ideológica da população. Foram criadas células do partido em tudo quanto era aglomerado populacional: nas fábricas, nas escolas, nas empresas de administração do Estado, nos bairros, aldeias ou comunas, até nos quartéis. Todos os militares eram “obrigados” a militar no partido MPLA. Os jovens na JMPLA, as senhoras na OMA, os trabalhadores na UNTA, os outros na ODP (Organização de Defesa Popular) e nas BPV (Brigada Popular de Vigilância). Até a organização sindical, cuja missão era defender os interesses dos trabalhadores perante a entidade empregadora (que no caso era o Estado angolano), era controlada pelo partido, sendo o seu Secretário-Geral membro de pleno direito do Bureau Político do Comitê Central do MPLA. A obrigação a que nos referimos, na adesão às organizações de massas do MPLA, tinha um caráter de voluntarismo. Um “voluntarismo obrigado” ou uma “obrigação voluntária”. Toda a sociedade estava envolvida no processo de politização e de ideologização.

Esta estratégia fortalecia os vínculos do MPLA com a população, além de permitir que o partido tivesse um maior controle da população, para fazer jus ao slogan político “MPLA é o Povo e o Povo é MPLA”. Estava, assim, fora de qualquer possibilidade a existência de organizações políticas, sociais, culturais, recreativas ou juvenis que não estivessem sob o controle do MPLA. A tentativa de criação de uma organização fora dos ditames políticos do MPLA era considerada contrarrevolucionária. A sociedade angolana estava, no seu todo, politizada. A hegemonia política do MPLA se fez sentir pela massificação política da sociedade. Uma vez politizada e partidarizada, a estrutura do partido era hegemônica e, ao mesmo tempo se processava a homogeneização, pelo slogan político “Um só povo e uma só nação”.

Diante dessa situação, qual era o posicionamento do MPLA em relação à educação? Ou seja, qual era o papel da educação diante dessa realidade? Perante a partidarização da sociedade, a educação não poderia ficar à margem. Pelo contrário, a educação havia sido apontada como a principal tarefa desse processo revolucionário. A República Popular de Angola era um país com uma indústria incipiente (o mesmo se pode falar do presente, excetuando a indústria extrativa petrolífera e diamantífera), falar de uma classe operária é uma ilusão, pois, na realidade, ela não existia como classe; se os operários existissem na Angola colonial, estes não tinham consciência de classe, uma vez que a intelectualidade desta “classe operária” era constituída por cidadãos portugueses, majoritariamente brancos. Os negros ocupavam funções subalternas nas fábricas. Gramsci (1978 c) dizia que toda classe social forma os seus intelectuais, a quem é encarregada a missão revolucionária de formar a consciência de classe. O mesmo se pode falar da agricultura. O estado de desenvolvimento da agricultura para a indústria, ou seja, a mecanizada, era fraco.

¹¹ Resoluções do I Congresso do MPLA 1977, Luanda.

Faltava a existência de uma intelectualidade agrária. A maioria da população praticava uma agricultura de autossustentação, para a sobrevivência. Os mentores da agricultura mecanizada e corporativa, vocacionada ao fornecimento de matéria-prima para a indústria transformadora, eram os colonos e algumas multinacionais, a exemplo da *Cotonang*. As funções de direção e liderança eram atribuídas aos estrangeiros e nunca aos nacionais, o que, tal como nas fábricas, dificultou a formação de uma intelectualidade agrária. Existiam, em Angola, os camponeses e não uma classe camponesa.

Se considerarmos que a maioria dos intelectuais abandonou o país na véspera da independência, e apenas 15% da população era letrada, chegamos à conclusão de que não existia, em Angola, classes sociais com consciência de classe, condição necessária para a construção da sociedade socialista. Quem eram os intelectuais? Que formação política tinham estes intelectuais? Qual era a posição social dos intelectuais no sistema colonial? A maioria dos intelectuais angolanos, que tinha consciência política e conseqüentemente consciência de classe social, estava engajada na luta armada. Foram eles que formaram os partidos políticos e os movimentos de libertação. A ínfima parte que não conseguiu sair do país, para se juntar à luta armada no exterior, foi presa e deportada para São Tomé e Cabo Verde, sendo liberta apenas após 25 de abril de 1974. Os poucos que não conseguiram sair de Angola e não foram presos, identificavam-se com a colonização. Eram utilizados como instrumento da colonização e o seu posicionamento diferenciado, em relação à maioria da população nativa, criava neste grupo uma espécie de prestígio social, o que não lhes permitiu desenvolver uma consciência revolucionária de classe. Por isso a educação deveria suprir estas lacunas.

A situação de Angola na Primeira República não era diferente da maioria de outros países africanos que optaram pela via de desenvolvimento socialista. O fracasso dos governos progressistas em África deveu-se, na maioria, à importação de ideologias estrangeiras e à implantação, nos seus respectivos países, sem levar em conta as suas realidades sociais. Em Angola, o sistema político criara uma estratificação social fictícia, procurando preencher as lacunas derivadas da importação da ideologia do sistema socialista. As classes sociais em Angola não tinham as características das classes sociais dos países socialistas do Leste Europeu. Grande franja da população angolana tinha sido colocada à margem do exercício político, devido a esta ideologia importada. Em Angola havia pequenos comerciantes e profissionais liberais, estes eram considerados “pequenos burgueses”, “exploradores” (porque tinham funcionários que trabalhavam para si), a “pequena burguesia” deveria ser combatida porque estava a serviço do capitalismo e do Imperialismo Internacional, assim se pensava.

Os religiosos faziam parte de outro grupo social hostilizado pelo MPLA. Este era um grupo importante na sociedade angolana. Nunca é demais recordar que o cristianismo começou a ser implantado em Angola (Estado do Congo) ainda no século XV. O primeiro bispo católico negro da África subsaariana, D. Henrique¹², veio do Congo. É neste mesmo Estado que foi construída a primeira igreja católica na África subsaariana. No último quartel do século XIX, as missões protestantes estavam espalhadas por todo o território de Angola, isto quer dizer que havia em Angola um número considerável de religiosos e que, por força da ideologia marxista-leninista, o poder político em Angola colocou este grupo à margem do processo revolucionário, porque era acusado de reacionário, cuja doutrina não educava o povo, mas dopava-o: “A religião é o ópio do povo” (MARX, 2005, p. 146-147).

A exclusão desses grupos sociais não contribuiu para a construção da nação que se esperava, soberana, una e democrática. A nação se deveria construir com a população real de Angola agrupada segundo suas atividades econômicas, que correspondiam à realidade do país, e não o contrário. Diante desta realidade, para se poder criar classes sociais, seguindo a ideologia política, e cumprir com os objetivos traçados pelo partido, a educação foi chamada a formar o “homem novo”, com uma base revolucionária forte, construtores de uma pátria socialista. A escolarização não tinha somente como objetivo combater o analfabetismo, ela deveria, igualmente, jogar o principal papel nas mudanças sociais, isto é, a construção da nova sociedade e a melhoria das condições sociais da população. Por isso é que se dizia: “Estudar é um dever revolucionário”. A partir desse momento, começa a implementação de várias políticas públicas no domínio da educação. A primeira destas políticas foi a seleção, em todo o território nacional, no ano de 1977, de dois mil jovens e crianças com idades compreendidas entre os dez e os dezoito anos, para frequentar o ensino primário e secundário na República Socialista de Cuba. A segunda política foi o processo de envio a Angola, no ano de 1978, de uma vasta brigada juvenil, denominada “Brigada Che Guevara”, pertencente à União da Juventude Comunista de Cuba (UJC), organização juvenil do Partido Comunista Cubano (PCC), composta por centenas de jovens cubanos distribuídos pelo país, com a missão de lecionarem, sobretudo no ensino secundário. Os “docentes” cubanos ajudaram, de certo modo, o MPLA na implementação do processo de hegemonia e homogeneização, sobretudo, no concernente à formação política e ideológica dos jovens estudantes angolanos. Todos os professores cubanos tinham o mesmo discurso na sala de aula, o que pressupunha terem passado por um processo de formação política antes da sua chegada à Angola.

¹² Dom Henrique (1550) era filho do Rei do Congo, foi Vigário-Geral do Bispado do Funchal.

A terceira política foi a implementação do ensino das Ciências Sociais na quinta e sexta classes. E no ensino médio, a implementação de disciplinas como: Filosofia Marxista-Leninista, Economia Política e Comunismo Científico. Foram criadas escolas de ensino médio em apenas algumas cidades do país, o que condicionava a formação média dos jovens das cidades onde não existiam institutos médios, obrigando a uma mobilidade tal que jovens do norte se sentiram obrigados a ir para o Centro e sul do país, por razões de estudos, e os do sul para o norte, os do leste para norte ou sul, etc. Foram implementados institutos médios agrários em Cangoia (Província do Uige), Huambo (província de mesmo nome) e Tchivinguiro (Província da Huila). Os institutos médios de saúde em Luanda e Kuito (Bié); institutos médios de economia em Luanda e no Lubango (Huila); o Instituto Médio de Oceanografia, na cidade do Namibe (Província de mesmo nome); Instituto Médio Industrial no Huambo e em Luanda, e alguns institutos médios normais de educação, para formação de professores e centros pré-universitários, em algumas cidades do país.

Esta distribuição das escolas de ensino médio, cujo ingresso se fazia através de um processo seletivo em nível nacional, que se chamou “Processo de Encaminhamento”, ajudou o MPLA na materialização do processo de homogeneização da sociedade, uma vez que em cada uma destas instituições escolares estudavam jovens de todas as províncias de Angola, e muitos deles acabaram por identificar-se com a cidade e a região de estudo; e aí permaneceram no final da formação, casaram e formaram famílias, distantes das suas regiões de origem.

A educação é um processo para a concretização de uma concepção do mundo cuja importância está na manutenção e na renovação de uma hegemonia. Um exemplo serve para mostrar como essa hegemonia pode processar-se na base do consenso, sem o uso da força. Em Angola, depois da independência, da opção pelo marxismo-leninismo como ideologia do Estado e da definição da via de desenvolvimento socialista para o país, embora o Estado se declarasse laico e a liberdade de culto se pregasse oficialmente, na realidade, várias práticas provavam o contrário. O artigo 10 da lei constitucional define, no seu primeiro ponto, que a República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as Igrejas, nos termos da lei. O Estado reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, as quais são livres na sua organização e no exercício das suas atividades. Protege as igrejas e as confissões religiosas, assim como os seus lugares e objetos de culto, desde que se conformem com a constituição e com a lei. Esse foi sempre o posicionamento oficial do Estado em relação à religião. A realidade do dia-a-dia da população angolana era diferente.

Na Primeira República, para ocupar qualquer cargo diretivo no funcionalismo público em todos os níveis do poder de Estado, o cidadão tinha que ser membro do partido político MPLA,

pois cabia ao partido a missão de dirigir a sociedade. E, para ser membro do partido, além de outras exigências, era necessário ser ateu. Entre o partido e a Igreja, abriu-se um conflito silencioso, bastante brando na materialização prática, mas muito violento de ponto de vista ideológico e espiritual, no domínio da consciência e das liberdades individuais. Em um país que começou a ser cristianizado a partir do século XV e que durante todo o período colonial viveu um catolicismo efervescente de Estado, mais de 80% da população angolana, em 1975, se declarava cristã, por convicção ou por socialização, implantou-se um conflito entre a liberdade de culto e a ideologia partidária.

Para desviar a atenção da juventude, adolescentes e crianças, todos os domingos, nas praças e largos em frente às igrejas, realizavam-se programas recreativos, com diferentes atrativos e vários concursos de habilidades intelectuais, físicas, desportivas, culturais e no domínio das artes. Estas atividades tinham direito a transmissão televisiva e radiofônica ao vivo. Este programa para crianças se chamava “Pió-Pió”.¹³ Entre passar duas a três horas numa igreja para ouvir o padre falando e um grupo coral cantando (o que aborrecia quase todas as crianças) e depois ter que deixar alguma moedinha no balaio antes de sair; e ficar na parte de fora da igreja para ver bandas de música infantil e de adultos tocando, receber de graça camisa, boné e outros brindes, e com a possibilidade de participar de qualquer concurso à sua escolha, de acordo com as suas habilidades e com “chances” de ganhar desde um receptor de rádio, de TV até uma motocicleta, os jovens angolanos não pensavam duas vezes para fazer a sua escolha entre a igreja e a OPA ou a JMPLA, e entre participar da missa dominical ou do programa *Pió-Pió*.

A participação na maior parte das atividades extraescolares, que eram de grande interesse de jovens e adolescentes, não era livre, um dos principais critérios de seleção era a pertença ou não à organização juvenil, ou de pioneiros do MPLA. Nunca foi usada a força para obrigar os jovens a fazer parte destas organizações, porém, existia uma pressão psicológica que obrigava à inclusão social dos jovens e adolescentes. Neste caso concreto, a hegemonia era exercida sem o uso da força. Porém, para consolidar a hegemonia política, afastando todas as outras tendências, o MPLA usou a força: a violência das confrontações políticas deu lugar a uma guerra civil que durou 27 anos. Para Gramsci, não existe uma relação hegemônica caracterizada ora por dominação, ora por consenso ou direção, mas por estes dois elementos, como polos da relação coexistindo dialeticamente. As lutas hegemônicas têm lugar no seio da chamada sociedade civil (a Igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação), o que Althusser (1970) chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado. É nestas instituições que deve surgir a nova

mentalidade das classes dominadas. Gramsci é muitas vezes considerado não marxista devido aos seus posicionamentos contrários ao marxismo clássico, pois, neste caso, considera a sociedade civil como instituição reprodutora mecânica da ideologia do Estado. Para os marxistas, a ideologia do Estado é produzida no seio do partido político. Algumas ideias de Gramsci podem ser identificadas na realidade angolana do período que estamos a analisar. Gramsci propunha uma escola que fosse capaz de criar no aluno competências e conhecimentos científicos, assim como conhecimentos cívicos de moral sobre os direitos e deveres do cidadão. Uma educação para a cidadania, porém desprovida de qualquer simbolismo vindo da Igreja ou do folclore, ao que ele chama de “senso comum”.

Em Angola, algumas práticas comuns da cultura dos angolanos, como a poligamia, passaram a ser questionadas (tal como faziam também as Igrejas Cristãs no período colonial). Um bom cidadão não poderia ser polígamo ou religioso. O ingresso para a militância no partido MPLA era, muitas vezes, negado aos cidadãos polígamos, assim como àqueles que professavam qualquer religião. Apesar de estarmos analisando dois períodos distintos de duas realidades diferentes (a Itália da primeira metade do século XX e Angola do último quartel do mesmo século), uma aproximação do pensamento gramsciano se pode notar na atuação do Estado angolano na Primeira República, concernente ao que Gramsci chamou de “Escola Unitária”.

Em Angola, durante toda a vigência do regime político da Primeira República, a escola foi unitária¹⁴, ou seja, a mesma escola para todos os cidadãos, independentemente da sua origem social, raça ou etnia. É na mesma escola que estudavam os filhos dos dirigentes, dos intelectuais, dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores liberais, e dos desprovidos de algum tipo de classe social, ou os que não conheciam os seus pais (num país que viveu décadas de guerra, muitas crianças nem sequer sabiam quem eram os seus pais e, conseqüentemente, as suas origens). Hoje, a escola angolana é classista, ou melhor, elitista, uma vez que em Angola a formação de classes sociais obedeceu a uma lógica típica da realidade de um país recém-libertado da colonização, que optou pela orientação socialista e quinze anos depois liberalizou o mercado; e hoje vive um regime capitalista “selvagem”. Foram formadas em Angola várias novas elites sociais, resultantes dos diferentes processos sociais ocorridos no país, sobretudo a guerra. Se por um lado a guerra desestabilizou economicamente o país, desestruturando o tecido social, ela, por outro lado, facilitou a emergência de determinados grupos sociais, de políticos, militares,

¹³ Pió-Pió, o termo resulta do diminutivo de “Pioneiro”, expressão com conotação política que era utilizada para designar crianças comprometidas com o processo político durante a Primeira República. Crianças enquadradas na Organização Infantil do partido MPLA: OPA (Organização dos Pioneiros de Angola) com idade entre 6 a 14 anos.

¹⁴ Esta situação mudou consideravelmente na Segunda República, em que, para além das escolas privadas nacionais, assiste-se cada vez mais ao incremento de escolas privadas com sistemas de ensino de outros países, como a Escola Russa, a Escola Francesa, a Escola Portuguesa e a Escola da Francofonia, para citar algumas delas.

empresários e pessoas anônimas que se foram fortalecendo ao longo do tempo, ao ponto de constituírem, hoje, elites de referência obrigatória na sociedade angolana.

A hegemonia política e cultural em Angola, na Primeira República, foi exercida pelo MPLA, submetendo toda a sociedade aos seus ideais. Nas sociedades modernas, o poder das classes ou grupos sociais dominantes sobre todas as outras classes dominadas, não reside simplesmente no controle dos aparatos repressivos do Estado (Forças Armadas, Polícia). Este poder é garantido, fundamentalmente, pela “hegemonia cultural” que as classes dominantes exercem sobre as dominadas, através do controle do sistema educacional, das instituições religiosas e dos meios de comunicação social. Em nome da “nação” ou da “pátria”, as classes dominantes criam na população o sentimento de identificação com estas classes, a favor de um suposto “destino nacional” de uma sociedade concebida como um todo orgânico desprovido de antagonismos sociais objetivos.

Nos países chamados “em vias de desenvolvimento socialista”, como era o caso de Angola, este poder era exercido pelo partido, que tinha o completo controle sobre a educação, as comunicações sociais e todas as organizações culturais e de massas. Esta capacidade de direção cultural e ideológica do MPLA, na sua incansável luta pela formação do “Homem Novo”, através da mudança de mentalidade e tomada de consciência, constitui para nós o conceito de hegemonia política e cultural. E a educação foi instrumentalizada para garantir esta hegemonia.

CONCLUSÃO

A visão histórica dos acontecimentos sociais não nos permite atribuir rupturas rígidas aos processos sociais, uma vez que o presente é sempre condicionado pelo passado. Não há presente sem passado, embora saibamos que este passado deve ser objeto de análise, sempre com referenciais presentes. Apesar da grande vontade da maioria dos governos africanos saídos das independências que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, de negar completamente tudo que representava os regimes coloniais, não existia, pois, possibilidade alguma de criar um sistema educativo em Angola a partir do zero, sem recorrer a elementos do sistema anterior. A estrutura do sistema educativo angolano na Primeira República manteve-se a mesma do sistema colonial. Relembrando Gramsci, uma ideologia vale o que vale se ela estiver vinculada a uma determinada estrutura. Marx, na obra *Ideologia Alemã*, chamou a atenção para a natureza histórica das ideias, quando dizia que cada geração explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que herdou de todas as gerações precedentes, continuando assim, por um lado, a atividade tradicional, em condições completamente diferentes, e modificando, por outro lado, as antigas condições por

intermédio de uma atividade completamente modificada. Se a estrutura do sistema educativo em Angola não mudou, os princípios básicos deste sistema eram completamente diferentes. A obrigatoriedade e a gratuidade, que caracterizam o sistema educativo na Primeira República, não vêm do sistema anterior, que era totalmente diferente. Porém, a estrutura orgânica do sistema educativo na Primeira República se vai manter a mesma do período colonial, conforme consta do documento que serviu de base, intitulado Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A., antes da aprovação pela Assembleia Nacional, da Lei de Base do Sistema Educativo que aconteceu no ano de 2001.¹⁵

O poder do Estado tem o total controle dos aparelhos ideológicos do Estado, este é o caso da Primeira República em Angola, onde a escola, a mídia, os sindicatos e os tribunais dependiam diretamente do poder do Estado. Desta dependência não escaparam os grupos culturais, em toda sua dimensão artística. Apenas a igreja e a família se encontravam no domínio do quase privado, pois a privacidade destas instituições não era completa. A Igreja era, de certa forma, limitada nas suas ações, uma vez que era privada de desenvolver atividades seculares, como de educação e ensino, criação e desenvolvimento de meios de comunicação de massa. Muitos de seus bens e infraestruturas foram pura e simplesmente confiscados pelo Estado, o que enfraquecia cada vez mais a Igreja. Quanto à família, esta instituição também não se pode colocar na órbita do privado, no verdadeiro sentido do termo. As exigências sociais de ordem política eram inúmeras, as famílias não escapavam do controle estatal. A politização da sociedade, na base da sua partidarização, exigia dos seus membros cumprimentos de deveres que foram determinados pelo poder político “revolucionário”, tais como servir às Forças Armadas e participar de campanhas de “trabalho voluntário”, que não tinha nada de voluntário, pois a não participação era objeto de penalizações diversas, passivamente aceites.

No caso da Primeira República de Angola, era a ideologia do MPLA que predominava nos AIE. A politização da sociedade permitiu que, por consenso e não por violência, a população, quase no seu todo, abraçasse a ideologia da classe política no poder. A não adesão implicava uma exclusão da vida política, de forma seletiva e passiva, sem violência numa primeira fase, que poderia evoluir para a fase violenta, se este ato de não adesão colidisse com os supremos interesses políticos do MPLA.

A educação moderna nada mais é senão uma imposição ideológica aos membros da sociedade. Os sistemas de educação e os currículos escolares são elaborados conforme os interesses ideológicos da classe dominante. Os professores e os alunos são vítimas da opressão ideológica dominante. Poucos são os professores que se posicionam contra a ideologia, contra o

¹⁵MPLA, 1978, p. 29-30.

sistema e contra as práticas que os aprisionam. A maioria deles realiza a atividade docente e nem sequer suspeita do trabalho que o sistema os obriga a fazer ou, o que é ainda pior, põe todo o seu empenho e ingenuidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os métodos novos), inconscientes de que estão perpetuando a conservação de uma ideologia que tem como finalidade a manutenção do poder político.

A escola, hoje, produz e reproduz muito mais do que a Igreja produziu e reproduziu no passado. Por isso, a escola, hoje, é considerada o principal aparelho ideológico de Estado. O maior papel que o aparelho ideológico de Estado escolar desempenha é o da reprodução social. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1992, p. 113), as teorias sobre as relações entre a escola e os processos de reprodução cultural e social sugerem que, a despeito da uniformidade estrutural dos sistemas escolares, o que existe, na realidade, é o processamento diferenciado dos alunos pertencentes a classes sociais diferentes. O MPLA procurou pelo processo de politização e partidarização da sociedade angolana, com ajuda de políticas públicas da educação, reforma curricular com introdução de disciplinas de cariz político e social, a homogeneização da sociedade angolana, que é multicultural e multilinguística, visando à sua hegemonização política: uma das principais características da Primeira República em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (tradução de Joaquim José de Moura Ramos). Lisboa: Editorial Presença, 1970.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

KEBANGUILAKO, Dinis. **O Ensino de História de Angola para a Formação Superior dos Oficiais das Forças Armadas Angolanas no Instituto Superior Técnico Militar**. Luanda: ISCED. Dissertação (Mestrado em Ensino de História de Angola), Programa de Pós-Graduação em Ensino de História de Angola, 2010.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A Educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República 1975-1992**. Tese (Doutorado em Educação), FACED-UFBA, 2016.

HENDERSON, Lawrence W. **A Igreja em Angola – um rio com várias correntes**. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990.

KOUASSI, Edmond Kwam. A África e a Organização das Nações Unidas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. **História Geral de África, África desde 1935, vol. VIII**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010, p. 1053 - 1094.

MPLA. **História do MPLA**. Luanda: CDI, 2008.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SANTOS, António. **Esboço da História Política de Angola**. Luanda: Kilombelombe, 2012.

SANTOS, C. Madeira; TAVARES, A. Paula. **África e Monumenta: A Apropriação da Escrita pelos Africanos**. Lisboa: IICT, 2002.

SANTOS, Martins dos. **Cultura, Educação e Ensino em Angola**. Braga-Portugal: s/ed. (Edição Electrónica), 1998.

SILVA, T. Tadeu da. **O Que Produz e o Que Reproduz em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: a Dimensão Ideológica da Educação 1975-1992**. Luanda: Editora Nzila, 2004.

DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA

Ministério da Educação. Acordo Especial sobre as Condições Gerais para a Realização da Colaboração Económica e Científico-técnica entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República de Cuba. Luanda. 1977.

Ministério da Educação. Princípios de Base para a Reforma do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A. 1978.

Ministério da Educação. Relatório de Balanço do Trabalho Realizado pelo Grupo de Diagnóstico do Ministério da Educação da República Popular de Angola. 1986.

DOCUMENTOS DO PARTIDO MPLA

MPLA. 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA. Documentos, Luanda, 1976.

MPLA. Teses e Resoluções do I Congresso do MPLA. Luanda: DIP, 1978.

MPLA. Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A. 1978.

MPLA. CDIH. Luanda, 2008.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS

- Lei nº 4/75, de 9 de dezembro, do Conselho da Revolução, sobre a nacionalização da Educação e ensino.

- Lei nº 3/76, de 3 de março, do Conselho da Revolução, sobre o confisco das empresas públicas e privadas.

Recebido em: 25/03/2024

Aprovado em: 30/06/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

HAMILTON MATSIMBE

ONG'S E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA REGIÃO, 1980-2000

NGOs AND DEMOCRATIC TRANSITION IN AFRICA: MOZAMBIQUE IN
THE CONTEXT OF THE REGION, 1980-2000

RESUMO: Organizações não-governamentais (ONGs) são instituições da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento e atuam na melhoria das condições de vida de grupos ou populações carentes. As independências, os desafios socioeconômicos e políticos subsequentes e a emergência do associativismo mobilizaram as ONGs para África. Porém, entre 1980 e 1990, as reformas neoliberais foram determinantes, porquanto implicavam mudanças no sistema político e econômico dos países africanos, maioritariamente socialistas, para o liberal – transição democrática. O estudo explora o processo de transições democráticas verificadas na região, entre 1980 e 2000. Da análise de documentos e de contexto efetuadas, os resultados mostram que as ONGs foram determinantes. Em Moçambique apoiaram o Programa de Emergência, as negociações e a missão de paz da ONUMOZ, que culminou com as primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias, em 1994.

PALAVRAS-CHAVE: África; ONGs; Transição Democrática; Moçambique

ABSTRACT: Non-governmental organizations (NGOs) are civil society institutions that focus their activities on solving problems that cause disadvantage and improving the living conditions of needy groups or populations. Independence, subsequent socio-economic and political challenges and the emergence of associations mobilized NGOs to Africa. However, between 1980 and 1990, neoliberal reforms were decisive, as they implied changes in the political and economic system of mostly socialist African countries towards the liberal – democratic transition. The study explores the process of democratic transitions observed in the region, between 1980 and 2000. From the analysis of documents and context carried out, the results show that NGOs were decisive. In Mozambique, they supported the Emergency Program, negotiations and the ONUMOZ peace mission that culminated in the first General and Multiparty Elections in 1994.

KEY WORDS: Africa; NGOs; Democratic Transition; Mozambique

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

ONG'S E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA REGIÃO, 1980-2000

Hamilton Matsimbe ¹

Introdução

ONGs são organizações da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento; e a sua atuação pode ser local, nacional e internacional. Em função dos grupos que representam, as ONGs podem ser religiosas ou laicas e, geralmente, independentes, voluntárias e não lucrativas. Estão ligadas à sociedade por laços de solidariedade. Em África, as suas atividades e o impacto que causam, ainda constituem um “rico” espaço para debate. Os projetos de desenvolvimento socialista, implementados nos países recém-independentes, nos finais de 1970 e princípios de 1980, se mostraram ineficientes; e os governos, letárgicos na resolução dos problemas da população. A década de 1980 foi marcada por crises socioeconômicas na região. Estudos apontam como causa, o colapso da ordem econômica inaugurada com o acordo da *Bretton Woods*, em julho de 1944. Afinal, em 1971, o preço do ouro foi liberalizado, mas também em outubro de 1973, com a eclosão da guerra do *Yom Kippur*, assiste-se à crise de petróleo, no Oriente Médio. Em 1974, o preço de ouro degrada-se no mercado internacional.

Estes eventos foram precedidos de cheias e inundações em Moçambique e Zimbábue, na década de 1980. Mas a década anterior fora de estiagem e seca prolongadas na região austral de África, com graves consequências na vida da população. No caso de Moçambique, a situação da guerra agudizou o cenário. A África do Sul estava sob sanções e, portanto, isolada com o avanço dos países da linha de frente com a criação da SADCC. ² Portanto, os países da região (mas, de toda África subsahariana) se viram confrontados com a redução nos níveis de produção e das exportações; e subida no valor das importações. Isto resultou na crise da balança de pagamentos e subida do serviço da dívida externa.

A solução, para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, passava pelo afastamento do Estado do mercado para a recuperação das economias devastadas. Sem solução interna à vista, em 1986, após acordos, o governo da Tanzânia iniciou o Programa de

¹ Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). Professor Assistente da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). hamilton45@rocketmail.com

² Southern African Development Coordination Conference/ Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral.

Ajustamento Estrutural (conhecido pela sigla SAP na versão inglesa). Em Moçambique, o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), iniciou-se em 1987; e no Zimbábue, em 1991.

Neste processo de liberalização econômica, as instituições da *Bretton Woods* encontraram nas ONGs, não apenas parceiros da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), mas instituições com mais legitimidade para interagir com os mais desfavorecidos que Estado. O artigo analisa a história das ONGs na região austral de África e o seu papel nas transições democráticas ocorridas na RSA, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, entre 1980 e 2000. A partir do contexto regional, explora-se a proliferação das organizações e a sua participação na promoção dos mecanismos de participação pública dos cidadãos.

REVISÃO DE LITERATURA

O termo “ONG” foi usado pela primeira vez, em 1945, pelo Banco Mundial, para designar uma simples instituição parceira. A ONU utilizou-no para designar instituições independentes do governo e com as quais se relacionava com objetivos humanitários e de cooperação nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estas relações sempre se fundamentaram num caráter político (ARAÚJO, 2008, p. 2). A partir daí, vários são os autores que procuraram definir as ONGs. No contexto de Moçambique, Langa (1993, p. 29), definiu-nas como organizações voluntárias que trabalham com, e muitas vezes, no interesse de outrem. As suas atividades estão focalizados em questões e pessoas que vão para além do seu pessoal e membros. Por sua vez, Ginja (1993) as define como organizações que não fazem parte do governo, partidárias, voluntárias e que se dedicam ao desenvolvimento nacional ou regional, podendo receber ajuda internacional (GINJA, 1993, apud MONTEIRO, 1995, p. 29).

A partir da realidade ocidental, Ball e Dunn (1995, p. 10) olham as ONGs como organizações da sociedade civil formadas ou para assistir ao necessitado e/ou desfavorecido ou para se dedicarem ao interesse comum de e/ou para agir num assunto particular, que causa desfavorecimento ou degrada o bem-estar das pessoas e/ou da sociedade. Todavia, chamam atenção para a designação “Não governamental”. Ao incluir, por exemplo, sindicatos, igrejas, corporações, sociedades, clubes, etc., para além da conotação anti-governamental, que não parece legítima, tornando o conceito vago e insatisfatório (BALL; DUNN, 1995, p. 20). No lugar do termo negativo “ONG” recomenda-se o uso de expressões como organizações não e/ou sem fins lucrativos, voluntárias, da sociedade civil, baseadas na comunidade (OBC), terceiro setor, etc.

Ainda assim, a confusão conceitual prevalece. As ONGs são incompatíveis umas com as outras; fazem parte de diferentes identidades conceituais por esclarecer (SAMA, 2014, p. 2). As

ONGs devem ser organizações constituídas, sem fins lucrativos, para contribuir para a realização de ações de cooperação para o desenvolvimento: organizações autônomas e independentes dos poderes públicos, sejam elas confessionais ou laicas (ALVES, 1996, p. 47). Portanto, apesar da ideia de não lucrativas ser, à partida, questionável, permite a diferenciação entre as tradicionais ou convencionais agências governamentais e das corporações privadas visando ao lucro; e o chamado “terceiro setor”.

As ONG servem, em diferentes caminhos, para numerosas funções - intermediárias na canalização de fundos e execução de projetos para pessoas e/ou grupo-alvo da população. Portanto, a designação “ONG” devia se restringir às organizações que trabalham na melhoria das condições que causam desfavorecimento às pessoas, em diferentes esferas da vida – desenvolvimento comunitário. Assim, talvez se fale do mesmo fenômeno teórico, com características básicas, não obstante as designações: voluntárias, independentes, não lucrativas, não auto servir-se. A atuação política é a plataforma comum (BALL; DUNN, 1995, p. 20).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

No debate sobre o papel das ONGs na África, duas perspectivas teóricas são concorrentes: a teoria do “contrato falhado” e a teoria de “parceria ou interdependência”. A primeira, considera que, em face das transformações socioeconômicas do período pós-2ª Guerra Mundial, as ONGs têm sido identificadas como proeminentes formas de organização, que podem implementar o compromisso global do desenvolvimento “top down”, característica do século XX (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Nessa ordem, a entrada massiva de ONGs na África Austral, durante os anos 1980, traduz, em boa parte, o “discurso” da ineficiência, ineficácia e letargia do Estado na provisão de condições adequadas de vida às populações. A letargia resulta, também, da deficiente gestão da economia pelos governos, que não permitiu crescimento desde 1960 (SACHIKONYE, 1992; NDLELA, 2003; HANLON, MANJENGWA; SMART, 2013).

Diante da situação, as ONGs se beneficiam do beneplácito da experiência localmente acumulada e do vazio criado entre o mercado e o Estado, no contexto da nova ordem econômica inaugurada nos finais da década de 1970. Desse modo, esta teoria conecta-se à neoliberalização. Esta, na sua definição, estimula a propriedade privada e o empreendedorismo, livre mercado e comércio como mecanismos de promoção efetiva do bem-estar. O Estado recua para uma posição estritamente política, de mero regulador e de criação de um ambiente que assegure essas práticas.

Se o Estado tiver que intervir, que seja, no mínimo, para corrigir falhas (HARVEY, 2008, p.12).³ As ONGs apresentam-se alternativamente viáveis na implementação de projetos no nível micro da sociedade. E, por essa via, também se legitimam como representantes dos “sem voz” em questões políticas.

A segunda teoria postula que a capitalização desta experiência, ao nível macro, revela-se importante para o desenvolvimento da democracia. Aqui, justifica-se a parceria entre as ONGs e o Estado. A perspectiva do “*scaling up*” fundamenta a interdependência dos poderes micro e macro, esta última, detida pelo Estado (SAMA, 2013). Um exemplo de parceria foi a implementação dos Programas de Ajustamento Estrutural em vários países africanos (SAPs na versão inglesa), que contou com a intervenção de ONGs, através de pacotes sociais da reforma (LUTANBINGWA, GRAY; SKINNER, 1997; BARNES, 1998; PFEIFFER, 2003).

Assim, atualmente, com a expansão da economia de mercado e os Estados em declínio, é inevitável que as ONGs intervenham para responder às necessidades e demandas das camadas pobres e marginalizadas da sociedade (ROBINSON, 1997). Entretanto, as intervenções de ONGs também apontam para campos de conflitualidade com o Estado, sobretudo porque visam, por via do “*scaling up*”, à representação do interesse público e democrático. Não obstante o fato, pesquisas sugerem uma relação de parceria equilibrada na defesa dos interesses da sociedade (KAMAT, 2004; SAMA, 2013). Isto se fundamenta na ideia de que as ONGs são possuidoras de vantagens distintas (sobre outras instituições da sociedade) e podem desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento africano (KORTEN, 1990).

Todavia, as vantagens acima referidas não podem ser traduzidas em competências das ONGs para que o processo de influência de políticas públicas seja efetivo (BEBBINGTON; FARRINGTON 1993). Existe o risco de que os processos em que estão envolvidas possam ser minados, especialmente se as ONGs ignorarem as implicações políticas do trabalho que realizam, em relação ao governo e suas funções macro políticas. Ademais, a reputação das ONGs, na África, pode ter aumentado com a ineficiência das intervenções estatais, e não por realizações concretas.

A discussão atual sobre as ONGs não só deve incluir questões de fortalecimento da responsabilidade, autonomia e eficácia organizacional das ONGs (FOWLER, 1997; 2000), mas, também, os mecanismos de interação e parceria com os macro poderes, sendo que as suas atividades têm implicações macro políticas. Ao se apresentarem como alternativa para preencher

³ Iniciado na China em 1978, as reformas neoliberais vão atingir os Estados Unidos e Reino Unido em 1979, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente (HARVEY, 2008, p.12).

o “fosso” criado entre o mercado e o Estado na provisão de condições aos cidadãos, as ONGs remetem-nos a uma possível ruptura do “contrato social” pelo Estado.

A perspectiva contratualista foi sucessivamente defendida por Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII. No seu Livro I, J-J. Rousseau define *contrato* como sendo algo fundamentado num pacto convencional. O homem abdica da sua liberdade natural, dos seus direitos e deposita confiança no poder de uma autoridade - o Estado. Em nome do bem comum e da garantia de proteção, o indivíduo submete-se às leis da sociedade e do Estado. O contrato social legitima o poder e funda a sociedade civil (ROUSSEAU, Livro I, p.9-35). Como diria Foucault (1999, p.143-148), os corpos são docilizados, exercitados e submissos à autoridade instituída.

Na África, as ONGIs surgem como novos atores sociopolíticos e representantes dos “sem voz” em consequência da NOEI, que emerge nos finais dos anos 1970. Com um quadro socioeconômico turbulento e sombrio durante o processo de transição política, os governos dos países subsaarianos – contexto da pesquisa – vão se ressentir profundamente da neoliberalização. Vista como uma das faces mais evidentes do capitalismo financeiro, a doutrina neoliberal visava, entre outros aspectos, a desregulação, a privatização e a retirada do Estado no âmbito dos serviços sociais (HARVEY, 2008, p. 3 - 4). Para os países africanos, a doutrina, mais do que opção política, era uma questão de sobrevivência. Em finais dos anos 1980, com a queda da União Soviética (URSS), o comunismo entrava em colapso, dando espaço à expansão do capitalismo, através dos ajustamentos estruturais das economias no continente.

ÁFRICA AUSTRAL E OS PAÍSES DA REGIÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se irreversível o processo de descolonização, seguido da instalação de regimes “autoritários” independentes, que se mostraram incapazes de estabelecer uma ordem num contexto de globalização em África. O ano de 1960 ficou nos anais da história como ano de África, justamente porque muitos países alcançaram suas independências. Na mesma década, sucessivamente, a Tanzânia (1961), Malawi (1964), Zâmbia (1964), Botsuana (1966) também alcançaram suas independências, na região. Depois seguiu-se Moçambique (1975), Zimbábue (1980) e Namíbia (1990). A África do Sul independente desde 1910, somente em 1994, viu-se livre do governo de minoria branca - o *apartheid*.

Contudo, regra geral, a ideologia socialista caracterizou os regimes que se instalaram após as independências (MATSIMBE, 2019, p. 15). A estagnação econômica, resultante da queda da produção e da fraca integração no mercado mundial, não tardou. Muitos países subsaarianos

precisaram de Ajustamento Estrutural para recuperar suas economias, nas décadas de 1980 e 1990 (BOND; DOR, 2003; MATSIMBE, 2019, p. 16). As últimas três décadas testemunharam o declínio na qualidade de vida de muitas pessoas. Os modelos de desenvolvimento seguidos fracassaram em transformar a vida de muita gente, em África (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 36).

Desde 1980, o setor das ONGs na África subsaariana tem experienciado um crescimento em número e fluxos financeiros (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37; LAWAN, 2013, p. 33). Na vizinha, Tanzânia, por exemplo, eram contabilizadas 811 ONGs pelo Gabinete do Primeiro Ministro e, cerca de três quartos destas, se tinham estabelecido nos anos 1980. Este crescimento não é apenas peculiar à Tanzânia, mas ao continente. No Botswana, entre 1978 e 1987, o número de ONGs estrangeiras também cresceu 260%, passando de 37 para 134. Entre 1985 e 1989, as ONGs locais registraram um crescimento de 60% (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37). Em 1987, por conta do rápido crescimento do setor das ONGs, foi criada a SANGONet, uma organização que congregava as ONGs na África do Sul (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

Em Moçambique, de cerca de uma dezena, nos anos 1970, foram registradas cerca de 40 organizações, em 1983. No diretório do governo, já havia registro de pouco mais de uma centena, em 1989. Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, atuavam no país mais de duas centenas de ONGs (ADAM, 1997). Este número duplicou entre 1992 e 1994, período da vigência das Operações das Nações Unidas em Moçambique - ONUMOZ. Na África do Sul, em 2014, havia, nos registros da STATS SA, 200 mil ONGs. Este número, refletia um crescimento de 200%, em 10 dez anos (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263). Afinal, as atividades das ONGs vêm crescendo para mitigar os custos de desenvolvimento nos países em desenvolvimento, sobretudo, para atender à fraqueza institucional e às deficiências administrativas, a incapacidade de realizar com eficiência os serviços sociais ou a proteção do meio ambiente (LAWAN, 2013, p. 33).

Os fluxos financeiros controlados pelas ONGs na Tanzânia, em 1994, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi de 17,2 milhões de dólares americanos (um crescimento de 134% em relação a 1993) e, estima-se que, durante os anos 1980, o total de influxos financeiros do estrangeiro para África, por meio de ONGs, excedeu os fundos do Banco Mundial, deduzidos os repasses e o serviço da dívida (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 37). Em 1987, ONGs transferiram cerca de 5,5 mil milhões de dólares dos países industrializados para os países em desenvolvimento, quase mil milhões de dólares a mais do que a Associação Internacional de Desenvolvimento (LAWAN, 2013, p. 33).

A explosão global de ONGs tem acontecido num contexto do mundo em que, nas últimas décadas, tem-se caracterizado por complexas, rápidas e imprescindíveis mudanças políticas, institucionais, ambientais, demográficas, sociais e econômicas, que não mostram sinais de estancamento (BALL; DUNN, 1995, p. 7-8). Assim, as ONGs foram sendo identificadas como proeminentes formas de organização, com a capacidade de implementar o cometimento global do desenvolvimento, a partir da base (KAMAT, 2004, p. 156; MATSIMBE, 2019, p. 20). A globalização da sua atuação tem a ver com a crença na eficácia e, portanto, do consenso político de que as ONGs são agentes da democracia. Na região austral de África, (à semelhança do leste europeu), nos anos 1980 e 1990, “sopravam os ventos” da democratização e mudanças.

As mudanças incluem as periódicas recessões mundiais, crescimento de dívidas nacionais, aparecimento de novas doenças e reaparecimento de doenças antigas, a degradação geral do ambiente e desastres naturais, mudanças climáticas, desaparecimento da «cortina de ferro» e uma sucessão de conflitos armados. Em África, a incapacidade ou letargia dos governos em abordá-las, minavam sua legitimidade. A globalização, ao dificultar o controle de assuntos nacionais, contribuiu para as crises e para a redução da legitimidade do Estado (GINJA, 1995, p. 67; BALL; DUNN, 1995, p. 8; MATSIMBE, 2019, p. 20). Na África do Sul, a recessão econômica, o desemprego e a má prestação dos serviços são fatores cruciais que contribuem para o crescimento das ONGs. As fracas perspectivas econômicas não só implicaram na redução de gastos em setores críticos, como, também, abriram espaço para que cada vez mais ONGs preenchem lacunas e/ou deficiências existentes, oferecendo serviços necessários (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

Ao nível da região, o crescimento global do setor das ONGs é inerentemente associado ao consenso encabeçado pelo Banco Mundial e FMI sobre a necessidade de democracia política e boa governança, por um lado; e a liberalização econômica, o recuo do Estado e o encorajamento do setor privado para fechar a lacuna, por outro lado (MERCER, 1998, p. 247; MATSIMBE, 2019, p. 20). O insucesso dos regimes autoritários em estabelecer a ordem e o fracasso das estratégias econômicas de desenvolvimento são algumas das razões que têm concorrido para minar a legitimidade dos governos, que se manifesta por pressões sociais para alcançar uma maior democratização dos regimes (GINJA, 1995, p. 67).

ONGS E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Com as independências, a partir dos anos 1960, os países optaram pelo socialismo como ideologia. Nos anos seguintes, a Tanzânia tornou-se arena da temida experiência socialista

africana, trazendo para o Estado todas as organizações independentes, produtivas e privadas para seu controle (MERCER, 1998, p. 248). Aliás, as *Ujama* Tanzanianas, a partir de 1977, se constituíram na maior experiência de socialização e coletivização do campo, replicada em Moçambique – as aldeias comunais.

Porém, na Tanzânia, todas as organizações autônomas, desde companhias comerciais, cooperativas, até as organizações de mulheres e jovens, foram cooptadas pelo Estado. As únicas instituições que permaneceram com certa independência foram as religiosas, tanto islâmicas como cristãs. Contudo, em algumas áreas, estas estavam alinhadas com o Estado (MERCER, 1998, p. 248). A participação sociopolítica somente era possível através do aparato estatal e como indicação disto, somente 17 novas ONGs estavam registradas entre 1961 e 1978. Em Moçambique, a participação se fazia através das organizações de massas do partido FRELIMO⁴, nomeadamente, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização Nacional dos Professores (ONP), Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), etc.

As mudanças ocorreram, essencialmente, com os processos de liberalização econômica e política, dos anos 1980, em resposta às condições exigidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, incluídas nos acordos do Programa de Ajustamento Estrutural, sintetizadas na abertura econômica e política dos estados. Cada país iniciou uma série de reformas administrativas e legais para acomodar os programas de “resgate” financeiro do FMI e Banco Mundial. O desmantelamento do sistema de partido Único e a introdução do sistema multipartidário em Tanzânia, Moçambique e Zimbábue, por exemplo, permitiu que as ONGs desempenhassem importante papel no processo de desenvolvimento do país. No contexto da região austral, as ONGs dinamizaram os processos de participação política e econômica para além do aparato estatal, como única plataforma disponível para o exercício da cidadania. As reformas legais também permitiram a criação de organizações de base comunitária e associações para várias finalidades. Em Moçambique, a aprovação da constituição de 1990 e da Lei 8/91 de 18 de julho, que estabelece os princípios de liberdade de associação e funcionamento de grupos associativos (ADALIMA, 2006, p. 29), representa esta tendência.

Isabel Casimiro, em “*Paz na terra e guerra em casa*”, arrola uma série de organizações de mulheres na sua relação com várias ONGs para lutar em prol dos direitos da mulher. Todas as associações foram criadas e financiadas por estas organizações e, hoje, se afirmaram no espaço público e democrático nacional (CASIMIRO, 2004). A justificativa é simples: as ONGs precisam ser independentes do Estado para assegurar a capacidade de desafiá-lo, garantir a

responsabilização, expressar o descontentamento e oposição e representar o interesse público e das organizações.

Na Tanzânia, as ONGs foram importantes nas eleições de 1995, enquanto realizaram trabalho de advocacia e campanhas de educação cívica (MERCER, 1998, p. 251). Em Moçambique, Sam Barnes mostra-nos como as ONGs foram interventivas em todo o complexo processo de transição, sobretudo, nas operações de pacificação e assistência humanitária, entre 1992 e 1995. O autor refere, ainda, que os fundos canalizados por via de ONGs, no mesmo período, chegaram a superar os canais oficiais do Estado. Durante a vigência do mandato da ONUMOZ, as ONGs canalizaram 64% para saúde, (US\$ 20 milhões), 57% dos fundos para água, 67% dos fundos para educação, 46% para agricultura e 79% para projetos rurais (BARNES, 1998, p. 312).

As áreas de desmobilização, desminagem e processo eleitoral, imprescindíveis para a estabilidade nacional, foram também alvo do trabalho das ONGs. Na área de pacificação, desmobilização, desmilitarização e reintegração (DDR), as ONGs trabalharam com a ONUMOZ, uma missão complexa na logística; e financeiramente robusta, chegando a gastar, diariamente, cerca de \$ 1 milhão de dólares. Em 1994, as ONGs receberam financiamentos para participar nas primeiras eleições multipartidárias, mobilizando e sensibilizando as populações sobre a importância do escrutínio. Nos anos seguintes, as dotações financeiras para a assistência democrática cresceram, integrando áreas de direitos humanos, corrupção, descentralização, mídia e redução de pobreza (ADALIMA, 2006, p. 31).

Ainda no contexto moçambicano, Baloi (1995), mostra como as ONGs religiosas, à semelhança das Tanzanianas, foram importantes, não só na canalização dos fundos junto aos doadores, como na mobilização da população para participar, massivamente, do primeiro processo eleitoral, em 1994, rumo à democracia multipartidária. Na verdade, foi no contexto das transições, que as ONGs internacionais criaram e encubaram, na região, várias organizações e associações como parceiras e braços na execução dos projetos e programas de emergência, empoderamento, advocacia e desenvolvimento. No Zimbábue, em 1998, os movimentos cívicos, religiosos e os sindicatos, na alçada de várias ONGs, formaram a Assembleia Nacional Constituinte (NCA), um grupo de pressão sobre o governo de Robert Mugabe, que culminou com a fundação do Movimento para Mudança Democrática (MDC), em fevereiro de 1999, o principal movimento de oposição, desde a cooptação da ZAPU, em 1987.⁵

⁴ Frente de Libertação de Moçambique

⁵ Movement for Democratic Change

Os estados intervencionados pelo Banco Mundial e FMI foram também “forçados” a abandonar algumas políticas sociais, sobretudo, na área de saúde e de educação (Moçambique); e redistribuição de terras, reassentamento no caso de Zimbábue (RAFTOPOULOS, 2001; HANLON, 1997). As maiores organizações de trabalhadores zimbabuana, ZCTU⁶ e sul- africana – COSATU⁷, sobreviveram da pressão dos governos do dia, com o apoio de instituições internacionais e ONGs internacionais. No contexto sul-africano, as ONGs têm uma complexa tradição em trabalhos de ativismo e desenvolvimento, o que justifica sua politização, depois de 1994 (PIETERSE, 1997, p. 158). Ainda na África do Sul, as ONGs são identificadas como “organizações de serviço”, para denotar sua responsabilidade sobre os movimentos de libertação e outras organizações populares que lutaram para dismantelar e derrubar o regime de *apartheid*. No contexto pós 1994, as ONGs se dedicaram não apenas à implementação de projetos, mas no lobby e advocacia para mudanças sociais e políticas. Assim, as ONGs atuam na mobilização comunitária e de grupos, como canais de comunicação entre o governo e as pessoas; e na implementação de projetos inovadores (MAKOFANE; SELESE, 2002, p. 263).

As ONGs funcionaram como mobilizadoras de estratégias na luta antiapartheid. Contudo, após o *apartheid* foram confrontadas com a realidade de reconstrução e desenvolvimento do país. Assim, deviam se transformar em organizações que estimulassem a participação para o desenvolvimento urbano e rural; na educação formal e não formal e no desenvolvimento de microempresas. A profissionalização, sustentabilidade e organização, constituíam imperativos para sua relação com o Estado, sobretudo no âmbito do Plano de Reconstrução pós-*apartheid* (PIETERSE, 1997). Por conseguinte, durante o período de transição, o setor das ONGs seguiu uma abordagem mais conciliatória e colaborativa. Muitas organizações trabalharam com o governo na elaboração do novo texto da constituição sul-africana (MAKOFANE; SELESE, 2002, p. 263). Igualmente, durante a Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA) e o fórum de negociação multipartidária, a sociedade civil fez parcerias com o Congresso Nacional Africano (ANC) para desenvolver documentos políticos (MLAMBO; MPANZA; MUBECUA, 2021, p. 187).

Contudo, a construção desta relação com o Estado nem sempre foi fácil. As dificuldades de inserção das ONGs na África do Sul derivam do fato de que muitos funcionários pertencentes/ filiados à Frente Democrática Unida (UDF), que se opôs ao *apartheid* durante os anos 1980, estava comprometida com a emergência de um ANC forte. As ONG's acabaram ficando para o plano secundário, não obstante a crescente importância da sociedade civil para melhorar e

⁶ Zimbabwe Congress of Trade Unions

⁷ Congress of South African Trade Unions

sustentar a democracia em África. Na verdade, após “compromissos transitórios” com o ANC, as ONGs tinham que escolher entre a “vida e a morte”. Com o ANC no governo, o cenário de financiamento mudou, os recursos foram alocados por acordos bilaterais entre o governo sul-africano e financiadores; e as ONGs se voltaram para os desafios de desenvolvimento da sociedade sul-africana, com maior enfoque para a população, mas, também escrutinando as políticas e o interesse público. Afinal, as ONGs são o elo não-político eficaz entre o governo e as pessoas comuns (MAKOFANE; SELEPE, 2022, p. 263).

As ONGs têm jogado papel importante na luta pela “segunda libertação” de África – nos processos de transição democrática, em curso no continente. Afinal, as conferências nacionais que chocaram líderes africanos no Benin, Togo, Níger, Madagascar, Costa de Marfim, Camarões, Burquina Fasso e Zaire, foram supervisionadas por ONGs, particularmente as religiosas (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 38). As ONGs tomaram a dianteira para demandar dos governos a transição para o pluralismo político na região e, no contexto sul-africano, os grupos da sociedade civil têm estado a contribuir para uma estabilidade, governança e constitucionalismo (MLAMBO; MPANZA ; MUBECUA, 2021, p. 188).

Contudo, existem críticas às ONGs enquanto “veículos” para mudança. Há um perigo de se construir um novo mito sobre as ONGs. A confiança que nelas se deposita não resulta da eficácia dos resultados no terreno, mas da sua diferença com o complexo aparato estatal. As próprias relações com os pobres das zonas rurais estão longe de ser perfeitas. Isto significa que a incapacidade dos governos não basta para dar às ONGs créditos que ainda não conquistaram. É, portanto, necessário analisar singularmente os casos, para questionar a flexibilidade e a capacidade das ONGs para inovação e adaptação em novos ambientes. Na Índia, por exemplo, algumas ONGs refletem tendências de organizações governamentais, são também burocráticas (LUTAMBIGWA, GREY, SKINNER, 1997, p. 41).

Hoje, na região, as ONGs desenvolvem projetos e lideram processos de lobby e advocacia para mudança política e desenvolvimento econômico. As ONGs criam redes com organizações locais, nacionais e internacionais e se aproximam dos “fazedores” de políticas, no sentido de entender os processos subjacentes à concepção de políticas públicas e, por conseguinte, se engajarem na sua monitoria e avaliação. No contexto de Moçambique, com uma experiência de guerra, as ONGs se posicionaram como parceiras, financiadoras, muitas vezes intermediárias entre as organizações nacionais e agências doadores da comunidade internacional (NIPASSA, 2016, p. 29). Em 1994, as ONGs receberam apoio para participar das eleições – mobilização da população sobre a importância do escrutínio e, mais tarde, nos programas de assistência à democracia, integrando áreas como a de direitos humanos, corrupção e descentralização, mídias e

Plano Estratégico para Redução da Pobreza (ADALIMA, 2006, p. 31). Mas, convenhamos, escrutinar governos em África é uma tarefa não apenas difícil, mas com riscos. As ONGs, muitas vezes, estão sob ameaças e com dificuldades de funcionamento. Todavia, o fato de se financiarem a partir do exterior implica em serem rotuladas como agentes de países do ocidente preocupados em derrubar a administração negra (MLAMBO; MPANZA; MUBECUA, 2021, p. 189), por exemplo, nos contextos sul-africano e zimbabuano.

A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, na década de 1990, por conta deste tipo de pressão, mas também do contexto de mudanças e adequação legislativa em curso, muitas ONGs estrangeiras se transformaram em organizações nacionais, como estratégia para legitimar sua atuação e participação no diálogo político e em diversas áreas de desenvolvimento nacional, sem acusações de ingerência. Mas também foi para responder às restrições legislativas impostas para sua operação em Moçambique, enquanto membros ou filiadas em organizações internacionais (NIPASSA, 2016, p. 29). Afinal, em junho de 1994, o governo, através do Vice-Ministro da Cooperação, Oldemiro Baloi, manifestou sua preocupação com a proliferação e atuação destas organizações e, portanto, apelou para maior coordenação e criação de mecanismos de controle e avaliação de suas atividades.⁸

Em 1995, iniciou-se o debate legislativo sobre os critérios de implantação das ONGs. Em 1996, o governo submeteu ao parlamento um projeto de regulamentação da atuação de ONGs estrangeiras (CUAMBE, 1996).⁹ O debate resultou na aprovação do Decreto/lei 55/95, de 05 de dezembro, que revogou a lei 7/92, de 19 de maio, sobre os regimes aduaneiros a conceder aos bens e mercadorias para o Programa de Emergência – (na perspectiva do governo) o maior estímulo para a proliferação das ONGs em Moçambique. Em 1998, através do Decreto 55/98, de 13 de outubro, foi criado o quadro legal que define os critérios da autorização, objetivos a atingir e mecanismos da atuação das ONGs estrangeiras.

Não obstante estas démarches legais, desconfianças e contradições, o setor das ONGs se tem se revelado promissor na região. Afinal, além da importância que as ONGs desempenham na provisão de serviços sociais básicos, no contexto da “explosão” da vida associativa em África¹⁰, a capacidade de mobilização, lobby e articulação/intermediação nacional e internacional as torna cada vez mais revelantes em diferentes contextos sociopolíticos da região. A resistência não é,

⁸ NOTÍCIAS, 30/06/1994.

⁹ NOTÍCIAS, 10/08/1995; NOTÍCIAS, 19/09/1996.

necessariamente, negação de suas valências e utilidade, mas a dificuldade dos governos em trazê-las para sua órbita e controle. Afinal, após serviços sociais básicos e humanitários, as eleições e outras áreas de democratização mobilizaram a atenção de muitos doadores em Moçambique (ADALIMA, 2006, p.31).

Em 1995, segundo o coordenador da *Link* (fórum das ONGs), Guy Mulin, as pouco mais de 120 organizações de ajuda humanitária, movimentavam mais de 200 milhões de dólares, por ano (GEMO, 1995). Todavia, o governo indicava a existência de mais de 200 ONGs estrangeiras em Moçambique e, destas, apenas 72 faziam parte da LINK, das quais 18 nacionais (NOTÍCIAS, 30/06/1995). Com o fim da missão das Nações Unidas, muitas permaneceram e se registraram como nacionais; em Nampula, outras, como a Coordenação Canadá Moçambique (COCAMO), antes de partir, fortaleceram as existentes (KARIBU, UGCA¹¹, AMR¹²) e formaram outras ONGs, suas parceiras nacionais (FUMO, 1993). Assim, asseguram a expansão dos serviços, escrutínio das políticas públicas e o financiamento, muitas vezes, em concorrência com os governos e suspeitas de conspiração e ingerência nos assuntos internos.

Em 1998, ao arrepio da cortesia e em face das dificuldades do governo em abordar a situação da fome, as ONGs nacionais – Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), KULIMA, AMMRU¹³, SNV e União de Kalanga – com o apoio da organização holandesa *Christian Institute for Advocacy and Development*, criaram rede de segurança alimentar em Moçambique (NOTÍCIAS, 16/02/1998). Em março, o então governador de Nampula, Rosário Mualeia, durante o 3º Encontro Regional das ONGs Nacionais e Estrangeiras, insurgiu-se contra as ONGs que ocultavam suas operações e eram relutantes em facultar informações para programação (NOTÍCIAS, 20/03/1998). Em setembro, também o governador Felício Zacarias exigia menos estrangeiros nas ONGs, em Manica. Em Maputo, o recrudescimento da mendicidade preocupava às autoridades. Afinal, cerca de 60 ONGs nacionais e estrangeiras recebiam fundos da UNICEF (maior doador), entretanto pouco faziam para conter ou acabar com o fenômeno.¹⁴

Portanto, as ONGs, além de pouco trabalho, foram acusadas de sonegação de dados e de admitir para seu quadro mais estrangeiros que nacionais.¹⁵ A Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) acusou várias vezes as ONGs de má gestão financeira e promoção de desemprego entre seus associados, em Sofala. Mas, também reclamou do apoio do

¹⁰ GLOBAL TRENDS IN NGO LAWS, 2011, p.1.

¹¹ União Geral das Cooperativas Agrícolas

¹² Associação da Mulher Rural

¹³ Associação Moçambicana da Mulher Rural

¹⁴ NOTÍCIAS, 05/09/1998.

¹⁵ NOTÍCIAS, 20/03/1998.

governo e da sociedade.¹⁶ O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a ADPP¹⁷, durante o conflito, foram acusadas de fornecer equipamento militar à RENAMO, a primeira em Sofala e a última e Nacala/Nampula.¹⁸ Nos contentores foram encontradas, pelas autoridades, peças de roupa e calçado militares, aumentando a desconfiança.

Apesar disso, foram as ONGs que, durante as conversações, pressionaram aos beligerantes e ao governo italiano para o fim do conflito. Igualmente, em fevereiro de 1992, 14 ONGs (8 já atuando no país) iniciaram uma campanha de solidariedade e de pressão política visando à celeridade do processo e definição de um programa extraordinário de auxílio na recuperação econômica de Moçambique.¹⁹ Em abril de 1993, também a CoopÁfrica, Instituto Vale Flor, Centro Internacional para Cooperação e Desenvolvimento (portuguesas) e AMMRU, AEXEMO²⁰ e os AMODEG (nacionais) organizaram campanhas conjuntas de reinstalação de deslocados residentes em Maputo e arredores.²¹ Em 1994, no contexto da fome em Manica, por exemplo, o governo solicitou ajuda de emergência às ONGs. Porém, a resposta de redução para supostamente incentivar a produção do campesinato local desapontou as autoridades.²²

As ONGs desempenharam papel importante em períodos cruciais da história de transição de Moçambique. Como podemos ver, no contexto da guerra e de calamidades naturais, foram determinantes não apenas para o programa de emergência iniciado nos anos 1980, mas para o fim da guerra. Igualmente, a partir de 1987, também apoiaram o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), assegurando a parte social do pacote de reformas (MATSIMBE, 2023, p. 243). Em 1992, com o fim da guerra, as ONGs, para além do Programa de Emergência, apoiaram as operações de paz da ONUMOZ, através da ONUHAC²³, seu braço humanitário, culminando com a criação de condições para a realização das primeiras eleições multipartidárias. Portanto, a partir de 1994, mais do que apoiar o Plano de Reconstrução Nacional (PRN) e outras iniciativas de desenvolvimento, as ONGs tinham o desafio de incentivar e promover a participação democrática e as reformas legislativas necessárias.

Em termos práticos, foram as ONGs que apoiaram a integração social de mutilados de guerra, às crianças, a expansão da rede judiciária nacional e o acesso à justiça para as camadas mais desfavorecidas, com destaque para a mulher.²⁴ Em setembro de 1999, as ONGs lideraram o

¹⁶ NOTÍCIAS 12/06/1995; NOTÍCIAS 16/06/1995.

¹⁷ Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo.

¹⁸ NOTÍCIAS, 24/03/1993.

¹⁹ NOTÍCIAS, 20/03/1992.

²⁰ Associação dos Ex-Emigrantes de Moçambique

²¹ NOTÍCIAS, 6/04/1993.

²² NOTÍCIAS, 17/08/1994; NOTÍCIAS, 18/08/1994.

²³ Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas

²⁴ NOTÍCIAS, 9/08/1999; NOTÍCIAS 27/08/1999.

seminário nacional para a participação popular no desenvolvimento que culminaria com uma espécie de Plano Nacional sobre a matéria.²⁵ O exercício sempre exigiu equidistância e momentos de tensão com as autoridades, muitas vezes, conotada como ingerência, pelo regime. Em novembro de 1999, numa campanha de 16 dias de ativismo, as ONGs exigiam do governo ações concretas para combater a violência contra mulher e, no caso, para adoção do Protocolo Opcional da Convenção das Nações Unidas para Eliminação de Todas Formas de Discriminação da Mulher – CEDAW.²⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos de explosão global do associativismo, as ONGs se tem afirmado como um mecanismo eficaz de sobrevivência e enfrentamento do desfavorecimento e mitigação de carências coletivas em África. A complexa realidade sociopolítica, que caracteriza o continente, também torna estas organizações um fenômeno teórico de difícil definição e caracterização. As ONGs representam o interesse de pessoas em um domínio mais largo possível. Na região austral de África, as ONGs substituem outras organizações políticas bem estabelecidas, que tradicionalmente representam o interesse de vários segmentos da sociedade: companhias comerciais, associações de bem-estar, organizações religiosas e associações comerciais, etc. Talvez seja por isso que, em muitos momentos, se posicionam, aos olhos dos regimes como concorrentes e, portanto, promotoras da ingerência nos assuntos internos.

As ONGs, se por um lado surgem em resposta ao fracasso do estado pós-colonial em assegurar as necessidades básicas dos pobres, por outro, os doadores, sobretudo de tradição liberal, confiaram nestas organizações para a canalização direta de fundos para as comunidades. A justificativa é simples: aos “olhos” do ocidente, mais do que os governos, as ONGs passaram a ser consideradas mais “comprometidas” e efetivas no alcance dos pobres nesses países. Todavia, foi na implantação da cultura democrática pluralista em países pós-coloniais que as ONGs se evidenciaram na promoção da participação política (KAMAT, 2004: 160). No contexto das transições democráticas, as evidências indicam que os regimes democráticos em África são fortalecidos, regra geral, na sua interação com as ONG’s.

Afinal, como mostram os dados da África do Sul, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue, os espaços de participação são, muitas vezes, negociados por ONGs na sua relação com os mais desfavorecidos. Apesar de muitas vezes as organizações de massa atuarem na liderança política,

²⁵ NOTÍCIAS, 24/09/1999.

²⁶ NOTÍCIAS, 27/11/1999.

as ONGs sempre deram suporte às demandas, mobilizando e distribuindo recursos necessários em espaços e contextos cívicos diferentes. Na África do Sul, a população negra se apoiou nas organizações religiosas para combater o *apartheid*. No Zimbábue, mesmo com as políticas neoliberais, o relutante regime de Robert Mugabe em fazer reformas democráticas abrangentes e participativas, após cooptar ZAPU, nos anos 1990, não “resistiu” à força e pressão da sociedade civil, fortemente conectada com a comunidade internacional. Assim, as ONGs forçaram a realização de reformas administrativas e legais.

Moçambique não pode ser lido à margem dos acontecimentos da região. A transição democrática também acompanha as reformas neoliberais introduzidas com PRE, em 1987. Consequentemente, o Programa de Emergência, o processo de pacificação e de reabilitação pós-guerra tiveram forte participação da sociedade civil, na época, fortemente influenciada pelas ONGs. Os processos de desenvolvimento e de promoção da participação política e cidadania; a mobilização internacional de recursos (financeiros e logísticos) necessários teve forte colaboração da comunidade internacional e das ONGs como braços operacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992**. Maputo: CEEI-ISRI, 1994.

ADALIMA, José. **The Politics of Private Aid for Democratization in Mozambique**. Netherlands: Institute of Social Studies, 2006.

ADAM, Yussuf. **Trick or treat: the relationship between destabilization, aid and government policies in Mozambique. 1975-1990**. (PhD Thesis, Development Studies) – Roskilde: Roskilde University, 1996.

ALVES, Maria Ines Pacheco. **AS ONGs na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: CIDAC, 1996.

ARAÚJO, Oliveira. “A proliferação de organizações não governamentais após a reforma de Estado: algumas considerações sobre a relação público e público não estatal”. **Espaço Acadêmico**, v.3, n.81, Fevereiro, p. 15-30, 2008.

ARMIÑO, Karlos Perez. **Guia de reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONGs**. País Basco: Hégoa, 1997.

BALL, Colin; DUNN, Leith L. **Organizações não-governamentais: diretrizes para uma boa política e prática**. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.

BALOI, Obede. (1995) “ O posicionamento das igrejas face ao processo eleitoral de 1994”. In: MAZULA, Brazão. (org.) **Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: Embaixada dos Países Baixos, p. 502-527.

BARNES, Sam. NGOs in Peace-keeping Operations: Their Role in Mozambique. **Development In Practice**, v. 8, n. 3, p. 309 – 322, 1998.

BEBBINGTON, Anthony; FARRINGTON, John. **Private Voluntary Initiatives and Governments, NGOs and Agricultural Development**. London: Overseas Development Institute, 1993.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. (ORG). **Moçambique, perspectivas de desenvolvimento**. Maputo: FEE-UEM, 1994.

COSTY, Alexander. **From Civil War to Civil Society? Aid, NGO and Hegemonic Construction in Mozambique**. (Phd thesis, philosophy) – Toronto, University of Toronto, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOWLER, Alan. “NGO futures: Beyond aid: NGDO values and the fourth position”, **Third World Quarterly**, vol. 21, n. 04, p. 589-603, 2000.

FOWLER, Alan. “Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s”. **Development in Practice**.v.1, n.1, p. 5-18, 1991.

FUMO, Carlos. “ONGs moçambicanas, sua identidade e papel para o desenvolvimento do país”. In: MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo: CEA, 1995. p. 35-45.

GINJA, Vitória. “Sustentabilidade das ONGs moçambicanas: aspectos para reflexão”. In; MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo, CEA, 1995, p. 67-71.

HALON, Joseph; MANJENGWA, Jeannette; SMART, Teresa. **Zimbabwe Takes Back its Land**. Virgínia: Kumarian Press, 2013.

HANLON, Joseph. **Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KAMAT, Sangeeta. The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in neoliberal era. **Review of International Political Economy**. vol .11, nº1, p. 155-176, 2004.

KORTEN, David C. **Getting to the 21st Century: Voluntary Action and the Global Agenda**. West Hartford (CT): Kumarian Press, 1990.

LAWAN, A. Mohammed. “The Role of Non-governmental Organizations (NGOS) in Agricultural and rural development in Nigeria: a Case Study of women farmers advancement

network (WOFAN)". **Advance Research in Public Policy, Administration and Development Strategies**, Vol.1 No.2, Aug, p. 32-43, 2013.

LUTAMINGWA, J; GRAY, K.R; SKINNER, E.P. NGOs in subsaharian Africa: developing critical capacity for policy advocacy. **International Journal on World Peace**. Vol 14, nº3, p. 35-70, 1997.

MAJOR, D. "Cooperação não-governamental". In: MONTEIRO, Ana. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo, CEA, 1995, p.51-52.

MAKOFANE, Happiness Refilwe; SELEPE, Martinus. "The Role of Non-Governmental Organizations (NGOS) in South Africa with Specific reference to Rural Development". **Eurasian Journal of Social Sciences**, 10(4), p. 262-276, 2022.

MATSIMBE, Hamilton. "Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGÍ's na África Subsahariana, 1960-1990". **Dimensões**, v. 43, jul.-dez., p. 11-27, 2019.

MATSIMBE, Hamilton. "Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 - 2000". **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 19, n. 39, p. 231-251, 2023.

MERCER, Claire. Reconceptualizing state-society relations in Tanzânia: are NGOs making Difference? **Area**, vol 31. nº 3, p. 247-258, 1997.

MLAMBO, Daniel N; MPANZA, Siphesihle Edmund; MUBECUA, Mandla A. "Non-Governmental Organizations (NGOs) and the South African Development Agenda Post Democratization: An Appraisal". **AJDS, Special issue**, March, p. 183-199, 2021.

MONTEIRO, Ana Piedade. **ONGs: faces e contra faces na identidade civil moçambicana**. Maputo: CEA, 1995.

MUBAI, Marlino. **Seca, fome e ajuda humanitária como factores do fim da guerra: o caso de Inharrime**. dissertação (Licenciatura), Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 2001.

NDLELA, Daniel B. "Regional economic integration and intra-African trade: issues for development." **Trade, Growth and Development**. Routledge, 2003, p.317-342.

NERE, Jacques. **O mundo contemporâneo**. Lisboa: Ática, 1979.

NIPASSA, Orlando Júlio André. **Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique**, (Tese de doutoramento), Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/12491>

PFEIFFER, James. International NGOs and primary health care in Mozambique: the need for a new model of collaboration. **Social Science & Medicine**, 56, p. 725-738, 2003.

PIETERSE, Edgar. South African NGOs and the trials of transition. **Development in Practice**. vol. 7, nº 2, p. 157-166, 1997.

RAFTOUPOLOUS, B; MLAMBO, A. **Becoming Zimbabwe: a history from the colonial period to 2008**. Harare: Weaver Press, 2009.

ROBINSON, Mark 'Privatizing the Voluntary Sector: NGOs as Public Service Contractors'. In: HULME, David AND EDWARDS, Michael. (eds). **NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort?** New York: St. Martin's Press, 1997.

ROCCA, Roberto Marozzo Della. **Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita**. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas; discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 9-35.

SACHIKONYE, Lloyd M. Zimbabwe: drought, food and adjustment. **Review of African political economy**. Abingdon: Routledge, 1992, p. 88-94.

SAMA, Thomas Babila. **Conceptualizing non-governmental organization: still searching for a theory**. Finland: University of Jyväskylä, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

DOCUMENTOS E NOTÍCIAS DE JORNAL

AMODEG DESAPONTADA COM ONGS EM SAFALA. **Notícias** [Maputo], 16 de junho de 1995.

AMODEG RECLAMA DO APOIO DO GOVERNO E DA SOCIEDADE. **Notícias** [Maputo], 28 de janeiro de 1995.

CUAMBE, Daniel. Relativo a regulamentação da sua atuação no país. **Notícias** [Maputo], 21 de setembro de 1996.

DANIDA APOIA EXTENSÃO DA REDE JUDICIAL NACIONAL. **Notícias** [Maputo], 9 de agosto de 1999.

FUMO, Carlos. Doadores reduzem financiamento a COCAMO. **Notícias** [Maputo], 7 de abril de 1993.

GEMO, Osvaldo. A maioria das ONGs vai continuar em Moçambique. **Notícias** [Maputo], 9 de janeiro de 1995.

GLOBAL TRENDS IN NGO LAW, Volume 3, Issue 3 (June 2011). acessado em 21/05/2024, disponível em: <https://www.icnl.org/resources/research/global-trends-ngo-law/ngo-laws-in-sub-saharan-africa>

GOVERNO QUER REGULAMENTAR ATUAÇÃO DE ONGS ESTRANGEIRAS. **Notícias** [Maputo], 19 de setembro de 1996.

NA GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO: proliferação de ONGs resulta das limitações do governo. **Notícias** [Maputo], 30 de junho de 1994.

ONG ITALIANA APOIA REINTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS. **Notícias** [Maputo], 27 de agosto de 1999.

ONGS BUSCAM FORMAS PARA MELHORAR ENQUADRAR O MUTILADO. **Notícias** [Maputo], 9 de agosto de 1999.

ONGS DEBATEM PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DESENVOLVIMENTO: seminário discute documento sobre a matéria em Maputo. **Notícias** [Maputo], 24 de setembro de 1999.

ONGS QUEREM AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA COMBATER VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: até 10 de dezembro terão lugar lobbies e persuasão. **Notícias** [Maputo], 27 de novembro de 1999.

Recebido em: 17/01/2024

Aprovado em: 18/04/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

ELITIZAÇÃO EM “PARTIDOS HISTÓRICOS” COMO FONTE DE UMA FRACA CONVIVIALIDADE E DE GRAVES CONFLITOS SOCIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: UM ESTUDO COM ENFOQUE EM MOÇAMBIQUE

ELITISATION IN ‘HISTORICAL PARTIES’ AS A SOURCE OF POOR CONVIVIALITY AND SERIOUS SOCIAL CONFLICTS IN SOUTHERN AFRICA: A STUDY FOCUSING ON MOZAMBIQUE

Martinho Pedro

RESUMO: Com as independências na África Austral, obtidas por via armada, e a transformação de certos Movimentos Libertadores em autoproclamados Partidos Históricos, ao ter privilegiado a criação de elites, marginalizou uma franja significativa da população. Esse processo redundou em uma fraca convivialidade e em graves conflitos, pela falta de transposição dos ideais projetados por aqueles Movimentos para as respectivas sociedades na era pós-colonial. Tal é a análise desenvolvida no presente texto, com base documental e numa perspectiva histórica e comparativa, a partir das experiências da África do Sul, de Angola, do Zimbabwe e, fundamentalmente, de Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Libertários/ “Partidos Históricos”; África Austral; Exclusão; Conflituosidade.

ABSTRACT: With the independence in Southern Africa obtained by armed means and the transformation of certain Liberation Movements into self-proclaimed Historical Parties, by having privileged the creation of elites, it marginalized a significant section of the population. This process resulted in poor conviviality and serious conflicts, due to the lack of transposition of the ideals projected by those Movements to the respective societies in the post-colonial era. This is the analysis developed in this text, based on documents and from a historical and comparative perspective, based on the experiences of South Africa, Angola, Zimbabwe and, fundamentally, Mozambique.

KEY WORDS: Libertarian Movements/ “Historical Parties”; Southern Africa; Exclusion; Conflict.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

ELITIZAÇÃO EM “PARTIDOS HISTÓRICOS” COMO FONTE DE UMA FRACA CONVIVIALIDADE E DE GRAVES CONFLITOS SOCIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: UM ESTUDO COM ENFOQUE EM MOÇAMBIQUE*

Martinho Pedro ¹

Introdução

Cinco dos demais países que compõem a África Austral foram, em termos estruturais e geopolíticos, largamente colonizados por três regimes minoritários que jamais quiseram anuir as aspirações de grupos endógenos que procuravam emancipar-se do longo período colonial por uma via negocial, tal como havia sido iniciado por Gana, em 1957, e continuado por diversas possessões britânicas e francesas nos anos subsequentes. Essa recusa suscitou, já na década 60, insurreições armadas em Angola e Moçambique, para se contrapor ao regime Salazarista de Portugal, na África do Sul/Namíbia, para combater o Apartheid, que vigorava, de forma incólume, nos dois territórios, e na então Rodésia do Sul, atual Zimbábwe, para se contestar o regime Rodesiano de Ian Smith. Nestas possessões, os movimentos de libertação, formados para conduzirem o processo de emancipação política, projetaram uma ampla agenda social, centrada não apenas na libertação da terra, mas também de homens, em um contexto praticamente revolucionário, isto é, que prenunciavam mudanças radicais em relação ao período precedente. Para tal, antevia-se a extensão de benefícios sociais para os nativos residentes nos espaços coloniais, que antes gravitavam apenas entre a população da Europa e, de forma marginal, entre os assimilados à vida europeia. A realidade sociopolítica ora projetada previa romper um ciclo caracterizado por exclusões, sevícias, hibernações, desqualificações ou, de forma sumária, na colocação de grupos endógenos em uma condição subalterna e subserviente.

Por conta desse projeto manifestamente promissor, as lutas pela emancipação política em Moçambique, África do Sul, Angola e Zimbábwe, que até ai eram territórios constrangidos, tiveram, unanimemente e de forma transversal, um amplo apoio massivo de grupos sociais urbanos e rurais, que viam as propostas das frentes libertárias como uma causa pela qual deviam lutar.² Foi dessas constatações que construiu-se o pressuposto de base e analítico da presente

* Este texto resulta de uma comunicação oral apresentada em uma Conferência Internacional sobre Samora Machel e África Austral, realizada nos dias 1 e 2 de novembro de 2023, em Maputo.

¹ Docente-pesquisador da Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. marpmatos@gmail.com

² Aliás, muito mais do que estas identificarem-se pela causa emancipatória, as próprias frentes conduziram esse papel de convocar uma adesão popular mais abrangente, tal como revelam, por exemplo, os Estatutos da FRELIMO saídos do II Congresso do Movimento, em 1968, os quais deixavam expresso a necessidade de “REALIZAR A UNIDADE

discussão, evidenciando que todos os movimentos libertadores partiram de uma agenda socialmente massiva, a qual, direta ou indiretamente, propiciou a participação de diferentes grupos sociais e espaços territoriais em cada um dos países, por estes identificarem-se com o projeto da criação de uma sociedade pretensamente inclusiva. Entretanto, a situação pós-colonial criada em Angola, em Moçambique, no Zimbabwe e na África do Sul, com implantação de sistemas monolíticos, longe de ter propiciado aquela pretensão, engendrou um processo de elitização de um dos movimentos implicado nas frentes de combate. Esta situação teve, conseqüentemente, um impacto na redução da convivialidade entre aqueles e uma franja significativa da população, móbil de emergência e reprodução de agudas crises sociais nos quatro países considerados.

Usando um quadro comparativo e analítico, e com base nos princípios e forma de gestão política de quatro movimentos que conduziram a montagem dos Estados pós-coloniais na África Austral, nomeadamente, em Angola, Moçambique, África do Sul e Rodésia do Sul, doravante designado por Zimbabwe, o texto procura, em uma perspectiva histórica, identificar práticas que propiciaram o tal distanciamento entre os movimentos, que passaram a ser conhecidos ou auto-denominaram-se “Partidos históricos” e a população a que tais movimentos haviam-se proposto a estender e a garantir conquistas humanitárias, enquanto complemento da emancipação política, criando, em consequência, uma autêntica realidade paradoxal. Em ameadas vezes, para uma maior circunspeção faz-se recurso a processos que ocorreram no espaço moçambicano. Nesse debate, o primeiro empreendimento centra-se na discussão conceitual, envolvendo termos da temática, e em uma contextualização sobre dinâmicas decorrentes nas frentes de combate, propiciadoras de uma abordagem do conjunto social e espacial que objetivamente foi integrado no processo.

Por uma (re)contextualização de “Partidos Históricos/Libertadores” e de grupos/espacos sociais implicados nas lutas de libertação

Em Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, existem termos comumente mobilizados, como o de “Partidos Históricos e ou Libertadores” ou do enaltecimento de certas figuras, em detrimento de outras, como, por exemplo, a atribuição de certos estatutos, como o de heróis, a pessoas de certas alas, mas com exclusão de pessoas com percurso similar. É assim que a primeira discussão se assenta em um reparo conceitual relacionado àqueles termos,

DE TODO O POVO MOÇAMBICANO, E MOBILIZÁ-LO PARA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL”
Estatutos da FRELIMO, 1968.

recorrentemente partilhados na historiografia e no consumo mais amplo da sociedade, para designar os atuais partidos que vieram dos processos emancipatórios, tais como MPLA, a FRELIMO, A ZANU-FP e o ANC, representando Angola, Moçambique, Zimbabwe e África do Sul, respectivamente. Uma análise idêntica recai sobre a valorização de certas zonas e grupos sociais, em detrimento de outros, no quadro da sua participação ou não na guerra, sem, contudo, querer afastar a ideia de terem havido territórios e respectivos grupos sociais que sofreram mais sevícias que os demais. No âmbito da historicidade desses movimentos em um quadro em que houve alguma pluralidade de ações para a emancipação dos países acima mencionados, precisa-se situar aqueles quatro países em um contexto em que o MPLA, a FRELIMO, A ZANU-FP e o ANC, ao conduzirem tais processos e frentes de combate nos respectivos países para a obtenção da liberdade política, não o fizeram de forma isolada, mas no interior de um conjunto maior.

Para os momentos fundacionais dos processos de libertação, sabe-se que, a estilo do que ocorreu em Moçambique, com a FRELIMO, ela mesma funcionando como movimento para onde haviam convergido ideologias de três movimentos embrionários sedentos da emancipação, nos outros países da região, movimentos paralelos foram se desenvolvendo durante a guerra. De fato, no Zimbabwe, em Angola e na África do Sul, com alguma especificidade regional e temporal, desenrolaram-se processos, alguns deles semelhantes ao de Moçambique, já que nem sempre o sistema unionista prevaleceu, mas com o pendor de ter existido, pelo menos, mais de uma organização no processo de luta. No Zimbabwe, a ZAPU, de cuja cisão engendrou a ZANU, os dois movimentos tiveram que lutar juntos, de forma paralela, para depois se unirem, em uma fase ulterior, em uma frente, contra o regime opressor. O Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), lutou paralelamente com a UPA, (União das Populações Angolanas), convertida mais tarde em FNLA, (Frente Nacional de Libertação de Angola) e, posteriormente, com a União Nacional pela Independência Total de Angola, (UNITA), que, por sua vez, emergira de dissidentes da precedente FNLA, em Angola. Na África do Sul, o protagonismo do Congresso Nacional Africano ocorreu juntamente com o do Partido Comunista Sul Africano, com o PAC e, depois, com o Movimento da Consciência Negra. Neste último país, apesar dos movimentos terem lutado em um contexto paralelo ou em momentos diferenciados, como o que ocorreu com a emergência posterior do último movimento, expressaram, direta ou indiretamente, um espírito unionista³, ao suportarem o uMkhonto we Sizwe (MK), braço armado criado por Nelson Mandela, dentro do ANC. Aliás, deve-se sublinhar o papel do Congresso Pan-Africano (PAC, em inglês), cuja luta veio a ser marcante ao criar, também, o seu braço armado, o POQO,

³ Quanto à implicação do Partido Comunista Sul Africano nas atividades do MK, vide Williams, 2004; Matozo, Pereira e Almeida, 2017.

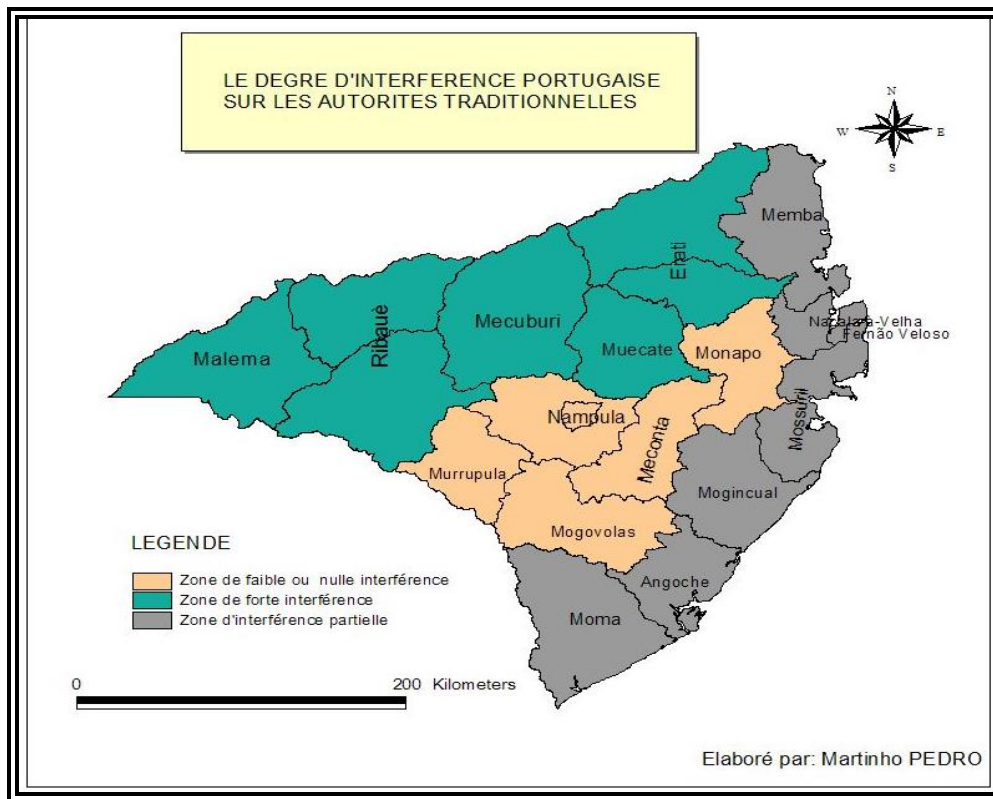
fundado, tal como o MK, em 1961, e rebatizado de Azanian People's Liberation Army (APLA), em 1968.

Tenha tomado um ou outro figurino, este primeiro momento não só era permissivo, como também era, em termos estruturais, uma necessidade imperiosa, na participação massiva ou na presença de várias frentes, já que o que importava era a emancipação política dos povos até aí constrangidos, como quem seguisse a célebre frase de Kwame Nkrumah: “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento” (MAZRUI, 2010, p. 126 e 127). A primazia dessa conquista do reino político era premente, na medida em que seria impraticável que grupos colonizados pudessem expressar qualquer outra intenção sem conseguirem, primeiro, a tal emancipação ou liberdade política. Não foi por acaso que houve uma aderência massificada, implicando a participação, nessas lutas, de grupos sociais dos vários quadrantes dos quatro territórios coloniais da África Meridional, mesmo entre aqueles que jamais foram envolvidos diretamente em confrontos militares.

Foi assim que, como consequência dessa participação e apoio massificado, houve sacrifícios diretos e indiretos nas zonas rurais e urbanas, com prisões de indivíduos, repressões armadas e matanças, interferências políticas e estruturais sobre as formas de vida locais, limitação de movimentos, deportações de pessoas consideradas afáveis ou permissivas à presença dos então e diretos insurgentes contra o *status quo* do momento. Entretanto, o curioso é que, apesar de tais interferências terem ocorrido em todos os territórios ultramarinos envoltos em lutas de libertação, incluindo as regiões ou localidades que não foram inclusas em tais frentes de combate diretos, haja um tratamento preferencial de certas regiões, quando a matéria é avaliar os impactos da guerra colonial. Denota-se, de fato, uma quase exclusão destas, de parte delas. Entretanto, uma revisitação dos acontecimentos no terreno atesta a necessária mudança do paradigma de análise.

Partindo do exemplo de Moçambique, por mais que a historiografia do país dificilmente dê algum pendore a esses impactos às zonas que jamais tiveram frentes de combate, como foram os casos de Nampula ou sul de Moçambique, tal revisitação evidencia quanto os indivíduos posicionados nesses territórios foram quotidianamente também sacrificados. Nampula, mesmo sem ter tido uma frente ou presença de teatros de guerra diretos, teve reflexos imediatos das batalhas durante o período em que as populações do extremo norte da colônia eram acoçadas por combates armados. Como impacto direto desse desenrolar da guerra que decorria em Cabo Delgado e Niassa, Nampula teve o pico de deportações ou desterros das suas autoridades políticas nativas, interferências sobre os processos de sucessão dessas mesmas autoridades e na forma de gestão das comunidades locais, ações conduzidas pelo governo colonial português em

Moçambique (BRANQUINHO, 1969). O reflexo dessas interferências pode ser traduzido para uma carta do território que, por um largo período temporal, durante a colonização, foi conhecido por Distrito de Moçambique, situado na parte meridional da região então em guerra.



Legenda: Grau de manipulação das autoridades nativas em Nampula, por Portugal, anos 60 do séc. XX
Fonte: Pedro, 2010, p. 608.

Pela carta, pode observar-se que, mesmo no interior desse território aparentemente menos implicado na guerra, houve diferentes graus de interferência das autoridades portuguesas sobre as nativas, sendo que, nesse processo, as mais atingidas dentre estas últimas, sinalizadas pela cor verde, situavam-se no aquém rio Lúrio, isto é, em território fronteiriço aos então territórios com frentes de combate, nomeadamente Cabo Delgado e Niassa, indiciando não ter sido uma operação ocasional ou fortuita. Tal operação foi conduzida para limitar ou romper pretensas ligações *linhageiras* existentes entre os chefes político-linhageiros, então denominados Autoridades tradicionais ou gentílicas, dos territórios de Cabo Delgado e de Niassa e os situados no então distrito de Moçambique, atual Nampula, envolvendo o grupo etno-social macua, (BRANQUINHO, 1969; PEDRO, 2010), que povoa parte substancial dos primeiros territórios e quase a totalidade deste último. A esse propósito, um exaustivo levantamento, feito na segunda metade dos anos 60 do século XX, revela que as prisões daquelas autoridades haviam atingido uma cifra “(...) superior a 90% de todos os regedores existentes nas então circunscrições de Erati, de Muecate, de Malema e do Ribáuè, [enquanto] em certos territórios, todas as autoridades

aí existentes foram, sem exceção, aprisionadas, como foi o caso da circunscrição de Mecubúri” (PEDRO, 2010, p. 607).

Por sua vez, o extremo sul de Moçambique, tal como evidencia a relação nominal de presos existente nas diferentes divisões da Penitenciária de Mabalane, Província de Gaza, indicia resquícios diretamente ligados ao que estava acontecendo no teatro de guerra presente no outro extremo de Moçambique, na medida em que a exacerbação das frentes de combate, nessa parte setentrional da colônia, implicava, para o regime colonial, a todos os nativos da colônia. Por esta via, e no caso em epígrafe, a noção segundo a qual apenas algumas parcelas de Moçambique é que tiveram sevícias ligadas à condução da guerra de libertação, como o foram as zonas com frentes de combate, notadamente, Cabo Delgado, Niassa e Tete, torna-se questionável. Nem a realidade ocorrida em Nampula, tão pouco a que se desenrolou na região sul de Moçambique, podem ser menosprezadas na historiografia de Moçambique, no quadro dos impactos da guerra colonial ou de libertação do país. De igual forma, pode dizer-se sobre Angola e África do Sul, onde, no primeiro país, por mais que o MPLA tenha estado em quase em todos os espaços da colônia, outros movimentos, como a UNITA, manifestaram-se em outras parcelas territoriais, significando uma reação indiscriminada contra o sistema colonial português e impelindo que este reagisse sobre todos os grupos sociais nelas presentes. Da mesma forma, pode se conjecturar que, por causa da exacerbação da luta conduzida pelo Congresso Nacional Africano, (ANC), na África do Sul, o regime do Apartheid elaborou leis proibitivas⁴ não apenas para os membros daquela organização, mas para todos os grupos nativos e excluídos sul-africanos. Ademais, tenha sido em Moçambique, em Angola, na África do Sul ou no Zimbábue, as distintas frentes emancipatórias ao projetarem, ainda nos primeiros momentos da sua formação, um tipo de sociedade igualitária, contemplando toda a extensão territorial de cada uma das colônias, implicaram, automática e indiscriminadamente, a todos os espaços pertencentes aos futuros Estados-Nações, englobando, por isso, todos os grupos sociais neles presentes. Por via desse envolvimento generalizado, todos os movimentos conducentes à libertação dos territórios ultramarinos, até aí dirigidos por grupos sociais exógenos, tiveram, segundo sua natureza e sua pujança, o seu contributo, dando premissas para um equitativo clamor generalizado, cujo esforço

⁴ A este propósito, o recrudescimento da luta conduzida pelo ANC foi seguido pela introdução de medidas repressivas para todos os negros, interditando-se o direito à reunião, promovendo-se vigilância e perseguição policiais, dissolvendo-se os partidos políticos, bem como introduzindo-se, entre 1950 e 1959, leis restritivas sobre diversos domínios tais como o *Group Areas Act* [lei sobre as zonas de residência], separando os sul-africanos em função da sua raça; o *Suppression of Communism Act* [lei sobre a repressão ao comunismo], o *Native Labour (Settlement of Disputes) Act* [lei sobre a mão de obra indígena, arrancando dos trabalhadores africanos o direito à sindicalização e ao empreendimento em negociações coletivas]; o *Criminal Law Amendment Act* [emenda ao código penal], impedindo qualquer crítica o sistema; o *Mines and Works Act* [lei sobre as minas e as usinas, que impede ao

conjunto contribuiu para a instauração das independências sociopolíticas dos respectivos países. E se basear-se em Bloch (1984), de que sempre que ações de um grupo humano deixem algum vestígio, não importando qual for, e tal vestígio ao refletir-se sobre acontecimentos que ocorreram em um certo local, deve aferir-se como ato histórico, no caso dos Movimentos, a situação impele à reavaliação de todos os que participaram nesse processo de luta como sendo, também, históricos. Neste diapasão, o conceito de “Partidos Históricos/Libertadores”, muitas vezes usado para enaltecer apenas o papel dos que, depois da condução dos processos emancipatórios, tiveram o privilégio de implementar, com a independência, uma agenda estatal nos respectivos países, mostra-se desconexo. Tal desconexão advém do facto de deixar de lado os outros processos e movimentos que, até este marco de mudança, conduziram, também e paralelamente, a emancipação dos respectivos territórios.

Pode dizer-se, com poucas reservas, que um exercício que vá em uma direção diferente da lógica anterior retira, de forma clarividente, a historicidade dos demais movimentos e do conjunto, dando origem a uma certa falsidade conceitual e histórica. De fato, tenha resultado de uma condição unionista, como o que ocorrera em Moçambique, com a formação de uma única frente inicial, a Frente de Libertação de Moçambique, (FRELIMO), a partir da fusão de três movimentos de libertação, nomeadamente, a UDENAMO, UNAMI e MANU; ou, de uma condição paralela ou marcando alguma simultaneidade, como o que ocorrera com a MPLA, a FNLA e a UNITA, em Angola, com a ZAPU e a ZANU, no Zimbabwe, e com o ANC, o PAC e o Partido Comunista Sul Africano, na África do Sul, todos eles tiveram uma participação assinalável no processo de luta. A eleição de única ala, cimentando o protagonismo de um dos grupos de cada território, a partir do processo negocial para a obtenção da independência, com o MPLA, para o caso de Angola, a ZANU, no Zimbabwe, a FRELIMO, em Moçambique ou o ANC, na África do Sul, mesmo que todos eles, ao que as evidências indicam, tenham tido o pendor de maior expressividade territorial nos teatros das guerras, tal realidade não terá significado, entretanto, o domínio absoluto de todo o espaço colonial que devia ser emancipado. E se assim não foi, abre a possibilidade para a integração de outros atores que também ocuparam outras camadas e desenvolveram teatros operativos, por mais que tenha sido de forma parcelar.

Ao terem sido colocadas em uma condição periférica, todas as outras organizações que no período precedente haviam assumido protagonismos semelhantes ao da organização que passou a liderar a construção do Estados-Nação em cada um dos quatro países considerados, asfixia, praticamente, o protagonismo daqueles, criando, de alguma forma, uma parcialidade e falsidade

negros o acesso a posições qualificadas nas minas e a adoção, em 1959, dos Bantustões, como defesa de uma autonomia Bantu, mas que, em última instância, reforçava o *Group Areas Act*. Vide Chanaiwa, 2010, p. 306-307.

históricas. Não é por acaso que fazendo uma história deste tipo “... a partir de um único foco, quando não de uma única instituição, é algo que procede da impostura ou da tirania” (FERRO, 1994, p. 298). Com a instauração dessa exclusão, iniciou um constructo político atípico, o qual perverteu o que deveria ter-se manifestado enquanto protagonismo objetivamente coletivo, expressão das várias realidades sócio territoriais protagonizadas por outros grupos. No seu lugar, tal protagonismo foi substituído pela montagem de uma história grupal ou particular⁵, escamoteando-se realidades que interna e anteriormente haviam realmente acontecido integralmente nos mesmos territórios.

O percurso histórico mostra, ainda, que mesmo sendo uma frente, poderiam, e puderam aglutinar, no seu interior, várias sensibilidades, cujos respectivos cultores teriam gostado de vê-las refletidas depois de vencido o fator político externo ou constrangedor que, antes, impedia a manifestação de um pensamento diferenciado, por conta do domínio colonial. Nesse contexto, por mais que tivessem conseguido esse privilégio de conduzir o processo da construção do Estado-Nação nos respectivos territórios, como no caso de Moçambique, com a FRELIMO, ou no Zimbabwe, com a ZANU-PF, resultante da fusão da ZANU e a ZAPU, conhecendo as suas origens unionistas para a luta, de três movimentos, em 1962, para o primeiro caso, e de dois, para o segundo, de 1976 para diante, deveriam ter acomodado as múltiplas orientações presentes naquelas origens, logo depois do afastamento do fator externo. De fato, tal união jamais significou a fusão de ideais políticos dos distintos membros que as frentes de combate daí resultantes haviam aglutinado, quanto à visão diferenciada de como o processo emancipatório deveria ser conduzido e como a governança pós-colonial deveria ser conduzida. Exemplos a esse respeito não faltam, na medida em que certos processos (subsequentes ao início das lutas pela emancipação, ou, já trilhando o seu próprio destino), nos novos Estados chegaram a aparecer reclamações de protagonismos hibernados. Para o caso de Moçambique, são sinônimos da onnipresença de interesses e formas de pensar diferenciados, mesmo durante e para o processo da condução da luta, os conflitos internos marcantes na Frente de Libertação de Moçambique, os quais manifestaram-se um ano depois do início da luta, com a saída de membros da Frente de Libertação de Moçambique, ao ponto de formar-se uma nova frente - a COREMO, a 31 de março de 1965, (GARCIA, 2001), ou os ocorridos internamente durante todo o percurso, com o seu auge quatro/cinco anos depois do início da luta⁶, em parte resolvidos durante o II Congresso da

⁵ Para uma explicação exaustiva de como os partidos libertadores apropriaram-se da história dos respectivos países e, especificamente para a história de Moçambique, veja Matsimbe, 2017, p. 68-70.

⁶ A situação descrita por Uria Simango, em 1969, como sombria, na FRELIMO, indicia a prevalência das diferenças dentro da organização, as quais, tal como se opina nesta discussão, deveriam ter sido sabiamente acomodadas quer durante o processo de luta, ou logo depois da emancipação política de Moçambique. Quanto a essa realidade sombria na Frente de Libertação de Moçambique, vide o respectivo texto em [Moçambique para todos: SITUAÇÃO](#)

FRELIMO. Aliás, o fim da luta pela emancipação política, conduzida por esta frente de combate, terminou com a identificação de contrarrevolucionários ou reacionários, cujos nomes eram recorrentemente enunciados em cânticos promovidos pelo “Partido de Vanguarda”.⁷ Zimbabwe teve um percurso similar, na medida em que, poucos anos antes da independência deste país, houve uma fusão dos dois movimentos para combater o mesmo regime. Entretanto, durante os 10 anos que se seguiram à independência, formalizaram-se críticas contra a presença ou ação de um pensamento unitário, por sinal, em um governo de união dos dois protagonistas que, anteriormente, haviam trilhado, de forma independente, para o mesmo objetivo: derrubar o regime de Ian Smith. Essa contestação jamais parou, continuando até aos dias atuais. Finalmente, a assunção de que nem todos foram partidos desde as origens, como revelam os exemplos da FRELIMO, que se transformou em tal dois anos depois da promulgação da independência nacional de Moçambique, durante o seu terceiro Congresso, em 1977, mas com ações iniciadas em 1974, com a formação da Escola do Partido (MACHEL, 1977) e do MPLA, cuja constituição em Partido do Trabalho ocorreu a 10 de dezembro de 1977, tal como provam os respectivos estatutos do Partido ⁸, estes, à exceção do ANC, podem ver a sua existência, como tal, reduzida temporalmente. Correlativamente, tal realidade pode colocar em uma condição idêntica os movimentos que passaram a ser ignorados com a instauração das independências.

Resumidamente, pode dizer-se que a existência de conceito de Partidos Libertadores e/ou Históricos carece de uma nova contextualização, para deixar de ser aplicado apenas aos que, depois da independência, conduziram os processos de implementação de agendas político-administrativas na África Austral. No caso vertente, por mais que os nomes dos movimentos tenham sido inalterados, nem sempre tiveram o mesmo caráter quanto à sua estrutura, funcionalidade e incidência durante o percurso da luta. A FRELIMO, a ZANU-PF, ou o MPLA, ainda que mantendo a mesma denominação, nos percursos que os conduziram à independência, mostraram que eram Frentes ou Movimentos, tendo virado Partidos em uma fase ulterior. Finalmente, fica evidente que mesmo as zonas e os respectivos grupos sociais que não foram diretamente envolvidas em frentes de combate, merecem o respectivo tratamento quando o assunto for os impactos das guerras coloniais, na medida em que estes recaíram, com menor ou maior grau, sobre todos eles. Tal realidade deságua, ainda, sobre a heroicidade que, no mesmo diapasão, ao ser atribuída a indivíduos de certas alas, vai em contrassenso ao que realmente ocorreu no terreno, quanto aos diferenciados protagonismos desenvolvidos.

[SOMBRIA NA FRELIMO, por Uria. T. Simango \(1969\) \(blogs.com\) para além dos pressupostos que conduziram a realização II Congresso da Frente, realizado em 1968, no interior de Moçambique, especificamente em Matchedje.](#)

⁷ Nomes como o de Nkavandame, Uria Simango, Murrupa, entre outros, eram ouvidos nessas canções.

⁸ Estatutos do MPLA, edição de 2017, p. 8.

Um elitismo nos movimentos emancipatórios definido aquando da instauração dos Estados pós-coloniais

O processo da emancipação política na África Austral partiu, regra geral, da projeção de benefícios sociais para todos os grupos que, até aí, encontravam-se enquadrados na condição subalterna, por causa de uma situação colonial imanente, cujas relações eram antitéticas e antipodais, com os adereços culturais dos dois grupos a serem classificados de forma binária e julgados de forma ambivalente. As frentes/movimentos, ao partirem de um projeto revolucionário, almejavam relações simétricas, de reciprocidade, igualitárias, entre os diferentes membros presentes no mesmo espaço territorial, isto é, verdadeiras sociedades pós-coloniais inclusivas. Tal novo caráter era para, justamente, contrastar com a situação periférica e ambivalente prevaente nos espaços coloniais, durante o momento da imposição e prevaência dos ditames metropolitanos. Regra geral, e de acordo com Chanaiwa,

Os movimentos de libertação reivindicavam-se, portanto, de uma ideologia global, emancipacionista, cujos principais elementos eram: a rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, ...[com a extensão] dos direitos fundamentais da pessoa humana; [de] relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com os intelectuais progressistas, considerados como a ponta de lança revolucionária do processo de libertação; a adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais; (...) (p. 318-319).

Quanto a esta adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, indicadas por Chanaiwa em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais equitativas, Mazrui assinala que “(...) quase todos os países africanos que alcançaram a sua independência entre 1975 e 1980, (...) opta[ram], no plano ideológico, por uma orientação de esquerda: esse foi o caso de todas as antigas colônias portuguesas⁹ e do Zimbábue” (2010, p. 17). No seu início, mesmo que não tenha abraçado o sistema, a África do Sul projetou, também, um período pós-colonial com idênticas oportunidades para todos, primeiro, quando o ANC formou, em 1949, com os indianos, mestiços e brancos liberais, uma Aliança dos Congressos, que elaborou um “Programa de Edificação da Nação” (CHANAIWA, 2010, p. 306) e, em 1955, organizou-se, no mesmo território, um pacto, cujo

(...), Congresso dos Povos, no qual africanos, mestiços, indianos e brancos estavam representados, adot[ando] uma “Carta das Liberdades para a África do Sul Democrática do Futuro”, preconizando uma África do Sul livre, unida e não racista, e deliberou uma Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (*Ibid.*).¹⁰

Na sua ação singular, o ANC projetou, de forma clara, uma pátria inclusiva, onde todos partilhariam idênticas oportunidades, tal como ficou espelhado na Carta da Liberdade da organização, o escudo de reivindicações daquela organização, na qual vinha expresso que:

The people shall govern. Every man and women shall have the right to vote and to stand for election to all bodies which make laws. All national groups shall have equal rights. The people shall share in the country’s wealth. The land shall be shared among those who work it. All shall have equal rights before the law. All shall enjoy equal human rights. There shall be work and security. The doors of learning and culture shall be opened. There shall be houses, security and comfort. There shall be peace and friendship (WILLIAMS, 2004, p. 5).

No caso vertente de Moçambique, aquando da sua formação, a Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, definiu-se, segundo Garcia, (2001) como uma organização política constituída por:

(...) moçambicanos, sem distinção de sexo, de origem étnica, de crença religiosa, ou de lugar de domicílio, [tendo por objetivo] (...) a liquidação total, (...) da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência (...), e a defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo Regime colonial português (p. 81).

No Zimbabwe, durante a condução do processo emancipatório, houve várias negociações ocorridas entre 1964, ano do início da luta naquele país, e 1980, ano da proclamação da independência. Uma proposta de convivialidade entre os protagonistas da luta pela independência, assinada a 3 de março de 1978, projetava uma situação pós-colonial, incluindo:

- (i) o princípio da maioria, sufrágio universal e reconhecimento do direito ao voto para todos os cidadãos africanos com idade maior de dezoito anos;
- (ii) a abolição das leis racistas;

⁹ Recorde-se que, no caso da África Austral, faziam parte destas, Moçambique e Angola, mobilizados na presente discussão.

¹⁰ Lembre-se esta adoção das liberdades, da união e do não racismo ou a extensão dos direitos fundamentais para todos como crucial para um país em que, legal e expressamente, encontrava-se sob rígidas leis do *Apartheid*, através dos diferentes *Acts*, parte deles reproduzidos na nota 4 da presente discussão.

- (iii) a redação de uma declaração dos direitos;
- (iv) a constituição de um governo de transição, no qual africanos e europeus dividiriam o poder entre si e em partes iguais (CHANAIWA, 2010).

Da mesma forma que nos outros países, em Angola, a formação dos movimentos de libertação, e fundamentalmente do MPLA, o movimento do qual quer aferir-se a metamorfose política entre o projetado e o concretizado no terreno, introduziu um roteiro que veio a ser seguido, na década subsequente, por Moçambique, já que, na gênese daquele, a 10 de dezembro de 1956, preconizava “(...) como Programa Maior, a construção de uma sociedade justa, democrática e pluripartidária, de bem-estar e progresso social, livre da exploração e da opressão do homem angolano”.¹¹

Tenha sido engendrado por uma questão de protagonismo, de anterioridade ou por via da condução de maiores frentes de combate, como o foi com a FRELIMO, em Moçambique, com o MPLA, em Angola, ou com ANC, na África do Sul, ou, coincidentemente, tenha resultado de forma fortuita ou intencional, com as escolhas, muitas vezes, determinadas pelos interesses ocultos do país colonizador ou do posicionamento das agências internacionais sobre a realidade de uma colônia, como o que ocorreu com Angola¹², a independência, nesses países, foi negociada por única frente, colocando de lado os demais movimentos. Dessa forma, da maneira como as independências foram engendradas, nos distintos novos países, projetava-se, daí para diante, a formatação de uma história monolítica, em detrimento de uma história que pudesse representar o que havia propiciado a convergência de vários ideais para a organização de frente única, como o que ocorrera em Moçambique e, em uma fase posterior, no Zimbábue, ou de frentes paralelas, como o que havia ocorrido em Angola, na África do Sul e, em sua fase inicial, no Zimbábue. Por esse monolitismo, inicia-se um processo de exclusão¹³ a todos os que não se constituíram em

¹¹ Estatutos do MPLA, edição de 2017, p. 8. Quanto a este último aspecto indicado nos Estatutos do MPLA, no caso moçambicano veio a ser expresso “Exploração do Homem pelo Homem”.

¹² A independência política de Angola foi marcada pela vitória do MPLA, que então havia proclamado a independência em Luanda. A recusa por único protagonista no período pós-colonial em Angola era espectável, na medida em que, nos derradeiros momentos da colonização, Portugal havia negociado, em Alvor, o processo da independência da então colônia, envolvendo os três movimentos de libertação que haviam conduzido as suas frentes até ao alvorecer da emancipação. Esse processo impeliu que houvesse uma proclamação simultânea da independência, com o MPLA, em Luanda e a FNLA/UNITA em Huambo, cuja rigidez subsequente do primeiro movimento conduziu à imediata guerra civil. Ademais, a divisão de votos a favor e contra à continuação de única organização na condução dos destinos do país, situada nos 50% entre os membros da OUA, (vide MAZRUI, 2010, p. 260), teria agudizado a sensibilidade da presença de uma entrega fortuita do processo pós-colonial ou na prevalência de uma das frentes de combate na condução dos destinos de Angola.

¹³ Uma observação atenta ao que aconteceu em certas organizações paralelas às que tiveram o protagonismo de formar os novos Estados-Nações pressupõe que a exclusão daquelas foi, por vezes, até justificada, como o que ocorreu provavelmente com o COREMO que, internamente, teve grandes dificuldades para se afirmar como uma organização coesa.

organizações dirigentes de cada um dos países em análise, embora anteriormente tivessem tido um protagonismo e, com alguma pujança, no momento da condução das frentes de combate.

Para todos os efeitos, uma resultante comum nos quatro países em análise ficou assente: a instauração das independências em Angola, Moçambique, Zimbabwe e África do Sul coincidiu com a criação de elitismos e marginalização de todos os indivíduos que, a partir desta altura, não se identificassem com os ideais e os ditames dos únicos movimentos que tomaram as rédeas do funcionamento dos respectivos países. Entretanto, tal protagonismo histórico, apontado por alguns partidos, acaba sendo falacioso, na medida em que, tal como apontou-se mais acima, estes novos protagonistas estiveram lado a lado com outros movimentos, com idêntica filosofia de libertação, com o mesmo vigor de ação combativa, e agregando uma camada expressiva de população e território, mas que, logo depois das independências, foram ignorados. Tal caráter unitário generalizado, justificado como imperativo de unidade nacional, ao ter se moldado sob forma de pensamento único, por via de um Partido-Estado, longe de acomodar as várias sensibilidades, tal como parecia expressar, cortou imediatamente qualquer outra forma de pensamento, à exceção à dos Antigos Combatentes (Moçambique) ou antigos combatentes e veteranos da Pátria (Angola). Aliás, tal beneficiação parcial foi também destinada aos indivíduos ligados às organizações conexas aos novos partidos, como a OMA (Organização da Mulher Angola), em Angola; ou a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), em Moçambique; a JMPLA, organização juvenil do MPLA, em Angola; ou a Organização da Juventude Moçambicana, em Moçambique. Isso significou, correlativamente, o início da beneficiação de um grupo e a exclusão teórica e prática das outras pessoas e grupos, numa lógica de diferença entre os pares. Inicia-se, desta forma, a construção interna de “Outros”, algo que havia sido característico no período precedente, em que tal “Outro” situava-se na relação entre o colono e o colonizado, entre os portugueses e os moçambicanos, entre europeus e africanos.

O processo posterior ao da emancipação política ocorrida nos países em análise permeia uma equiparação com dois processos conduzidos no século XIX para a África e no interior dos espaços coloniais da África Austral, quando da emancipação de homens escravizados. De fato, a introdução do capitalismo foi acompanhada por um salto emancipatório daqueles para a categoria de homens livres em virtude de ter havido:

(...) campanhas contra o tráfico de escravos promovidas pelas sociedades filantrópicas europeias e aplicadas na prática pelos governos das metrópoles, constitui[ndo] a outra face d[o](... processo de proletarização, [já que](...) o capitalismo só podia vigorar com a exploração de assalariados, [e] não de [Homens] escrav[izad]os” (BERNARDO, s/d., p. 33).

Na região austral, àquela fórmula foi acrescida uma outra de Cécil Rhodes, baseada em uma «Filantropia mais cinco por cento», indiciando que nem todos os libertos poderiam ser aproveitados pelo sistema. Foi do complemento destas duas fórmulas que se sistematizou uma similar, já depois das independências, por mais que tenha sido, provavelmente, de forma inconsciente ou acidental, pela qual pese, embora os movimentos de libertação tivessem conseguido a independência, tal aquisição não seria sinônimo de integração de todos os grupos. Por via dessa regra, houve a integração de um pequeno grupo de pessoas dos demais que haviam adquirido a liberdade, cientes de que os poucos integrados serviriam de exemplo de uma miragem, consubstanciando um devir para os outros que estivessem longe do círculo dos benefícios sociais da revolução. A este propósito, em seu estudo precedente, Pedro (2023) aponta que:

se no período colonial era impensável a integração do nativo em qualquer dos setores coloniais, no Estado pós-colonial, apesar da emancipação que colocou, em termos legais, todos os indivíduos em um novo patamar, igualitário, expresso, neste caso, na emancipação política e administrativa, tal pressuposto não significou a integração ... dos indivíduos na esfera econômica, a qual veio a ser definida por via partidária (p. 216).

Desta forma, reduzia-se o número de pessoas que podiam se beneficiar deste novo sistema, representando os cinco por cento de Cécil Rhodes. Foi desta forma que um sistema que se propunha unitário e igualitário passou a excluir a todos os que não mostrassem uma relação explícita com os seus ditames, no interior dos Partido-Estados implantados em Angola, em Moçambique e no Zimbábue. De forma sumária, qualquer pessoa que não estivesse implicada na Voz da Revolução praticamente era excluída ou auto excluía-se. Fora da escolha de um único grupo de diálogo, as premissas para a criação de elitismos entre os movimentos emancipadores na África Austral ancoraram-se na incapacidade de transformar o novo Estado em uma instituição com alguma capacidade redistributiva, tal como havia ocorrido com a fundação do Estado Moderno, enquanto instituição ulterior ao Antigo Regime. Esta instituição, quanto aos seus caracteres, é um Estado que, segundo Foucault, emerge dentro da Europa, entre fins do século XVIII e ao longo do XIX, como um espaço para dar oportunidade aos outros, com a introdução de um poder não superestrutural, mas mais integrado ao jogo, à distribuição, à dinâmica, à estratégia, um poder não conservador, mas inventivo e com princípios de transformação e inovação (FOUCAULT, 1999). Entretanto, tal espírito introduzido para o continente europeu era impraticável para uma situação colonial que era imperativa no continente africano. Segundo Pedro (2010):

ao contrário do que aconteceu na Europa, onde as transformações políticas limitaram o poder da monarquia, assentes (...) [na separação] entre o executivo, o legislativo e o judiciário, conferindo conseqüentemente grande liberdade de ação aos cidadãos, no espaço e na situação colonial, o poder estava circunscrito em um padrão muito rígido que impedia a sua extensão a todos os membros (...) (p. 285).

Seria, de certa forma, impraticável estender ao constrangido a possibilidade de ter uma dinâmica própria e ser inventivo, na medida em que havia sido concebido para cumprir uma demanda metropolitana, em um quadro de complementaridade econômica e do condicionamento industrial entre esta e a colônia. Por via deste carácter retirava-se, definitivamente, a estratégia da competição do nativo/indígena em relação ao pessoal vindo da metrópole ou por esta acomodada. Isso era possível pela presença de um poder dirigista e conservador, com o seu carácter superestrutural, que, para o caso de Moçambique e Angola, era corporizado pelo Estado Novo e na África do Sul e na Rodésia do Sul, pelos regimes minoritários do Apartheid e de Ian Smith, respectivamente. Deste pressuposto deriva, como uma bola de neve, todo o processo subsequente, já que tal situação colonial reproduziu-se no período pós-colonial. De fato, a ausência de uma sociedade equitativa derivou da própria filosofia existencial dos novos Estados, cujos movimentos tinham já projetado um almejado novo pacto social, mas que, pelo monolitismo, dificilmente diferenciaram-se do precedente sistema colonial. A este propósito, Matsimbe aponta que “praticamente, a nova liderança dos Estados independentes reproduziu as instituições, políticas e *modus operandi* coloniais, o que levou a que muito rapidamente os novos Estados se assemelhassem ao antigo regime colonial contra o qual os libertadores lutaram” (2017, p. 61). Nas condições indicadas por Matsimbe, (re)fundaram-se as bases para uma sociedade marcada por abismais diferenças, como o era no período precedente em Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul. Uma tal refundação ocorreu em virtude de, tal como aponta Dubar, ter-se ancorado em uma “(...) aprendizagem experiencial [que] permite, por ela própria, a implementação da reflexividade, isto é, a construção de uma identidade reflexiva que devolve sentido a uma prática onde se tem sucesso” (2006, p.158). Nesse diapasão, e estudando especificamente Moçambique sobre a reprodução do colonialismo e do escravismo no cotidiano moçambicano contemporâneo, Pedro aponta que:

grupos geracionais que haviam experimentado formas de vida durante o período colonial e que haviam sido sujeitos a processos coloniais e servil permanentes, puderam reproduzir, no período pós-colonial de Moçambique, vivências hibernadas, enquanto mentefatos ou artefatos, de forma propositada ou não, consciente ou inconscientemente (2023, p. 200).

Para o mesmo autor, para o caso de Moçambique, e no caso em epígrafe, partindo das evidências mobilizadas dos outros países em análise, emergiu uma certa transculturalidade quando houve um transporte de valores culturais entre dois momentos históricos diferenciados, o colonial e o pós-colonial, transpondo um hiato, representado, neste caso, pelas independências nacionais, marco para uma nova etapa, pretensamente bem diferente da precedente (*Ibid*). De certa maneira, é aqui que se esconde um paradigma como o da Colonialidade que “trata-se de uma perspectiva cognitiva [desenvolvida] durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder” (QUIJANO, 2009, p. 75).

Importa referir que, apesar de, no fim da época colonial, ter havido um equívoco assinalável, ao não terem sido implementados os objetivos projetados no início das lutas armadas, houve um período de graciosidade dada pelos governados, fundamentalmente nos primeiros momentos que se seguiram às independências, por conta de um carisma presente entre os “Pais fundadores” das novas entidades políticas, como foi o caso de Samora Machel, em Moçambique; Agostinho Neto, em Angola; Roberto Mugabe, no Zimbabwe e o grande Madiba, Nelson Mandela, na África do Sul. Assim explica-se do porquê, mesmo tendo imperado um monolitismo nos primeiros três países, ao ponto do tal sistema criar um certo alvoroço, por conta da limitação de liberdades fundamentais e sem implementação, com êxito, da capacidade redistributiva do Estado para os respectivos grupos governados, tais primeiros anos de funcionalidade tenham testemunhado várias animosidades hibernadas. De fato, embora a mudança nos quatro países nunca tenha trazido vantagens comparativas à partida, à exceção da emancipação política, tais movimentos tiveram uma implantação relativamente aceitável, cuja revisitação indica ter resultado não só do tal carisma dos “Pais fundadores”, mas, também, em função de cada um dos países, da ação combinada de, mais ou menos, cinco fatores, simultaneamente conexos, a saber:

- (i) De um alvoroço emancipatório que, por ora, podia, ainda, prometer momentos subsequentes airosos, já que havia uma crença da implantação de novas práticas, algo que ter-se-á constituído como entrave para possíveis críticas imediatas por parte das massas¹⁴;

¹⁴ A título de exemplo, depois do politburo moçambicano ter feito um diagnóstico das características econômicas até 1979, projetou um plano que antevia a ultrapassagem dos problemas até aí enfrentados. Na sequência, uma década de vitória sobre o subdesenvolvimento de Moçambique foi determinada, de 1980-1990, sendo que, até 1990, tinha que se chegar “(...) com uma indústria desenvolvida, com a indústria de base a funcionar, com a agricultura relativamente mecanizada. Em 1990 têm que estar resolvidos e ultrapassados os problemas da alimentação, do vestuário, do calçado, do desemprego, do analfabetismo, das doenças endêmicas que dizimam o país” (MACHEL, 1979, p. 21-22). Tal como aponta Matsimbe, “O sonho de melhoria de condições dos seus povos foi mais forte nos países que abraçaram a doutrina socialista, que viam na modernização das suas economias o propulsor do desenvolvimento” (2017, p. 65).

- (ii) Da conciliação entre tais partidos monolíticos e os respectivos povos, em uma altura em que os Partidos-Estado que funcionavam a partir do meio urbano procuraram, nesse período, encontrarem-se com o vasto meio social rural que, com base na montagem de uma estrutura tentacular, conseguia cooptar esse meio por via de uma funcionalidade vertical e piramidal, resumindo, subtilmente e em última instância, uma estrutura coercitiva do Estado;
- (iii) Da presença de políticas populistas e pouco pragmáticas nesses primeiros momentos;
- (iv) De uma pretensa ligação operário-camponesa na vanguarda, a qual, simbolicamente, indiciava uma pretensa integração das diferentes categorias e grupos sociais e;
- (v) Da contínua ligação simbólica ou afectiva do pessoal urbano com o meio rural de onde aquele provinha e inversamente constituía-se em recetáculo de novos membros deste último meio, em um momento em que a carência generalizada, presente, principalmente, no meio urbano, obrigava a contínua ligação entre o pessoal deste meio e o espaço rural, por via do qual podiam ser supridas certas necessidades básicas, de entre alimentares e de saúde paralela, reduzindo possível conflitualidade entre a cidade e o meio rural.

Para todos os efeitos, de forma paulatina, os mesmos Estados, por mais que tenham sido menos criticados no início da sua presença nos respectivos países, foram desenvolvendo certas práticas rotineiras que, em última instância, condicionaram o fortalecimento de um núcleo definido por uma ala pequena, base para a formação de elitismo que, a sua antípoda foi a marginalização ou exclusão da maior franja da população. Este processo conduziu, por sua vez, a redução dos contatos e a convivialidade entre governantes e governados, rompendo as relações entre os dois grupos sociais, por conta de um descontentamento dos excluídos. Para o caso exemplificativo de Moçambique, Matsimbe aponta que, “sem ignorar o papel da estratégia de contrarrevolução da Rodésia do Sul e da África do Sul, a emergência da RENAMO também está diretamente associada a este sentimento de descontentamento” (2017, p. 66) interno que passou a pairar logo depois da independência do país.

Um dos pressupostos da exclusão foi criado à volta dos que, aparentemente, haviam estado ao lado do anterior regime colonial. Nesse grupo incluíam-se, inicialmente, os chefes nativos integrados no escalão inferior do quadro administrativo colonial e os brancos. Os primeiros, por ironia de destino e por conta da estrutura administrativa montada, tendo passado a ocupar o último escalão administrativo colonial, em representação das formas administrativas nativas, foram considerados como colaboradores do sistema. Tratados, recorrentemente, como Autoridades tradicionais ou gentílicas, já no período pós-colonial foram vistos como a-sistêmicos por parte dos Estados africanos recém-emancipados. Quanto aos segundos foram enquadrados no grupo dos

excluídos por serem identificados como resquícios do anterior colonizador. Em um país cuja literacia, à altura da independência, situava-se entre 3 a 7%, por isso maior parte da população incapaz de colocar uma distância entre a cor e a prática colonial, condicionou que toda a pessoa com uma tez mais clara fosse identificada com o anterior sistema repressivo. De fato, os brancos eram, sumariamente, olhados com suspeição, pelo simples fato de terem uma pigmentação idêntica à dos portugueses, dando lugar à uma possível exclusão. Finalmente, esse grupo de excluídos passou a incluir, indiscriminadamente, a todos os que não comungassem com o ideal do conceituado Partido libertador, isto é, todos os que não se comportassem à altura das aspirações sistémicas. Geralmente, em Moçambique, eram apelidados de reacionários ou contrarrevolucionários e, em linguagem mais vulgar, de *xiconhocas*, verdadeiros “inimigos do povo”, cuja representação caricatural era de uma pessoa com uma barriga tão grande, trajando fatos desconhecidos, cheios de garrafas nos bolsos e com ar de despesista.

As exclusões carregavam consigo consequências conexas. Com a exclusão das Autoridades ditas tradicionais ou gentílicas,¹⁵ gestoras e representantes de espaços comunitários que, grosso modo, caracterizavam o meio sociocultural rural, significava a contemplação de praticamente todo esse meio. Tal impacto emergia pelo fato das pessoas continuarem agarradas à sociabilidade primária, tacitamente comunitária ou de vizinhança, já que o contato marginal que estas haviam tido com as instituições implementadas pelas metrópoles coloniais não tinha condicionado a sua agregação ao sistema societário. Com a prevalência do comunitarismo no setor rural, em uma altura em que o Estado recém-implantado dava continuidade ao modelo societário, resvalou-se no desencontro entre os dois. Com a exclusão dos brancos, no caso de Moçambique, ocorreu a falta de mão-de-obra qualificada, nos sectores secundário e terciário, representada maioritariamente pelo pessoal branco. Tal realidade, ao ter-se constituído como corolário do sectarismo laboral anteriormente implementado pelos sistemas nos espaços coloniais em África, recaiu sobre a erosão industrial que, sua vez, reduziu a empregabilidade, culpabilizando-se aos partidos dirigentes e motivo de desdém por um grupo significativo da população.

Outro momento e processo que condicionaram à crispação da relação entre a FRELIMO, o MPLA e a ZANU-PF e as populações que aqueles movimentos haviam augurado a defender, ocorreu quando, depois das guerras entre a RENAMO e as forças governamentais em Moçambi-

¹⁵ Esta prática era, em parte, espectável, na medida em que seria difícil escapar-se do esquema seguido na concretização/ formatação do Estado Moderno. O Estado Moderno, iniciado na concórdia de Vestefália de 1648, foi marcado, desde a sua gênese, pela eliminação de maior parte, senão de todos os particularismos sociais, para reduzir ao mínimo as bases de contato com o meio sociocultural local e possíveis conflitos com entidades equiparadas, embora de menor escala. Esta atitude não teve, entretanto, a mesma interpretação entre os governados, que entenderam como um combate ao ecossistema sociocultural local.

que¹⁶, depois da convulsão da Matabelelândia em relação ao comportamento da ZANU-PF¹⁷, no Zimbabwe, e depois da guerra civil em Angola¹⁸, os Partido-Estado não terem conseguido “recuperar” os grupos sociais que ficaram atrelados à Renamo¹⁹, à Matabelelândia ou à UNITA, em Moçambique, no Zimbabwe e em Angola, respectivamente. As populações dessas zonas foram colocadas no lado daqueles que, falsamente, estavam contra a Frelimo, contra a ZANU-PF e contra o MPLA e, conseqüentemente, contra os respectivos Estados, na aceção dos partidos dirigentes.

Em uma realidade em que estes partidos continuaram a governar o país, à exceção dos poucos sítios urbanos ganhos, durante o período das eleições municipais, pela Renamo, primeiro; e pelo MDM, a seguir; para o caso de Moçambique, ou nas esferas ainda controladas pela UNITA, para o caso de Angola, teria sido, provavelmente, mais fácil, mobilizar os fundos do Estado para redistribuir, sob uma ou outra forma, como, por exemplo, com beneficiações sociais, às essas populações que estavam “no outro lado”. Essa cautela teria propiciado, usando um vocábulo largamente mobilizado nas sextas eleições autárquicas moçambicanas (2023), o “resgate”, a “tomada”, ou o controle dessa população, que continuar a gerí-la como essa outra parte, marginalizada, e, paralelamente, continuando a favorecer, em uma condição clientelista, uma pequena parcela da população ligada à Frelimo e ao MPLA. Um dos exemplos concretos dessa alocação clientelista dos recursos do Estado foi, no caso moçambicano, a alocação de 7 milhões de meticais (ORRE; SALVADOR, 2012) que o Estado havia programado para o empoderamento dos

¹⁶ Depois desta guerra, esboçou-se, com algum grau de implementação, algo curioso no quadro da funcionalidade da administração pública, com a presença de uma dupla administração, principalmente, junto às comunidades rurais e que, nos escalões hierárquicos superiores do Estado, chegou até a influenciar a natureza de eleição dos governadores provinciais, que passou a ser feita por via étnico-regional, como o foi com as segundas eleições gerais de 1999. De certa forma, houve um esboço de reconciliação do Partido no poder em relação às dinâmicas que estavam a ocorrer nas microssociedades rurais.

¹⁷ De fato, como conseqüência de uma gestão parcial do território, ocorreu um “(...) descontentamento radicado na Matabelelândia [o qual] tem vindo a assumir, visivelmente, um caráter cada vez mais organizado, como demonstram a fundação do Imbovane Yamahlabezulu, um grupo de pressão constituído por jovens Ndebeles em torno de reivindicações que são apresentadas como culturais, e a recente refundação da ZAPU (...)” (NICOLAU, 2014, p. 2).

¹⁸ A guerra civil angolana parece ter sido encaixada em um quadro correlativamente territorial entre o sul contra o norte, em um contexto interétnico, algo que parece continuar a estimular algumas contendas até hoje, até ao ponto dos grupos sociais situados na parte meridional de Angola sentirem-se excluídos dos cargos político-administrativos de forma premeditada. Tal realidade é expressa nos seguintes termos: “Nós somos Ovimbundu. Vivemos 300 anos debaixo das humilhações do norte, de Van Dúnem e de outros. Já chega. Os Ovimbundu apoiam-me a cem por cento e eu estou preparado para morrer por eles... Dos Santos nem sequer é angolano, ele é de São Tomé. Não podemos viver debaixo do jugo dos mulatos e dos Kimbundu”. Vide <https://www.pordentrodofafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>

¹⁹ Entretanto é necessário assinalar que este passo foi dissimulado pelo governo da Frelimo, com a tentativa de cooptar as Autoridades Tradicionais, quer a partir de 1994, com a Lei nº 3/94, relativa às municipalidades, ou com a Constituição de 2004, na qual o Estado *reconhece e valoriza a Autoridade Tradicional mas* que, de forma sutil, introduziu escalões administrativos de nível I e II, de onde foram acomodados os Secretários do Círculo, enquanto representantes de base do Partido no poder, cuja funcionalidade continuou a ofuscar os primeiros, representantes reais dos espaços comunitários rurais.

distritos, cujo acesso foi feito em função da pertença ou identificação dos beneficiários ao Partido Frelimo.

Se, em termos da filosofia operativa, a Frelimo e os outros movimentos de libertação da África Austral tinham como bandeira de vanguarda a aplicação dos mais nobres fundamentos de gestão, em termos pragmáticos as mesmas organizações distanciaram-se desse desiderato, o que desaguou no descumprimento de um dos compromissos de charneira para com os respectivos povos e de um dos fundamentos essenciais dos mesmos partidos. No seu lugar, enquanto havia a imposição/manutenção de uma vida definida em função dos padrões ocidentais e do tipo estatal colonial²⁰, os governados, isto é, as pretensas bases, continuaram, entretanto, a manter a sua sociabilidade partilhada em um contexto comunitário ou de vizinhança, com as suas práticas locais, parte delas desaconselhadas pelo sistema. Para certas realidades, os aspectos desaconselhados foram um equívoco ou encerraram um fundo falacioso, na medida em que, ao que indicam as evidências, algumas recomendações foram mal recebidas do período colonial ou, então, foram mal aplicadas no terreno, tal como se explica, com exemplos de Moçambique. Neste país, os seus primeiros anos após a independência o salto para a pretensa modernidade coincidiu com um abandono forçado de muitas práticas culturais locais, pelo menos no quadro do sistema formal, como o desaconselhamento de quatro realidades, a saber: o uso de línguas nativas; de plantas medicinais; a rejeição do meio rural e a introdução de estrutura estranha a este último meio.

Quanto ao uso das línguas nativas ora consideradas, erradamente, como dialetos, em Moçambique, em um universo populacional situado entre os 93 e 97%, isto é, onde entre 3 a 7% do total dos cidadãos é que eram falantes de português. A introdução do português como língua veicular nas condições acima descritas constituiu-se um dos fatores de distanciamento entre a FRELIMO e os diferentes espaços sociais presentes principalmente no meio rural. Entretanto, os contornos sobre o uso dessas línguas inicialmente excluídas foram melindrosos. De fato, no caso específico de Moçambique, algo que não terá sido isolado, quando foi conveniente ao mesmo padrão ocidental, aconselhou-se a introdução de práticas indigenistas, com o privilegiamento, até nos sistemas de ensino, de culturas e línguas nativas e currículo locais. Na lógica do raciocínio que está sendo seguido, essa prática terá colocado um freio na mobilidade que estava em ascensão no quadro da aquisição do conhecimento científico a partir das chamadas línguas francas.

²⁰ Sobre tal realidade, de forma sumária, citando Dorman, (2006) e Young, (2004), Matsimbe assinala que “Os partidos libertadores e nacionalistas tomaram o poder com ambiciosos planos desenvolvimentistas, o que significa que, para além da conquista do poder, havia também a necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes (...); contudo, eles acabaram por importar, de forma intacta, relevantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial (...), aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (os anti-sociais), a continuidade da existência de um inimigo interno (o antirrevolucionário). (2017, p. 63)

Sem obstar por esta prática, entretanto, é necessário assinalar que poucos Estados africanos estão precavidos quanto à introdução das suas línguas nacionais, na medida em que é um processo que não é acompanhado pela criação de condições para a tradução das enciclopédias para estas. Reduzem-se, sobremaneira, as possibilidades e capacidades de aquisição da ciência e da técnica, especialmente, computacional ou cibernética, um dos grandes fundamentos para a integração de qualquer país, incluindo os do continente africano, na propalada (pós)modernidade.

Esse lapso inviabiliza, ainda, a integração de um vasto campo ao que é corrente no interior do meio urbano, onde nem sempre essas línguas são comumente partilhadas. Outrossim, essa introdução torna-se complexa em países multiétnicos, como o são os países considerados neste estudo²¹, entretanto, com as suas variantes, de certa forma, impeditivas, na aplicação de um contexto de ensino que seja equitativo para todos os grupos. Nesse contexto, todos os países debatem-se com a tradução dos melhores tratados para as línguas portuguesa e inglesa, consoante o caso (neste momento, os principais veículos no sistema de ensino secundário e universitário).

A proibição das práticas medicinais dependentes de ervas, em uma altura em que o Estado moçambicano não tinha alguma capacidade para prover o meio rural em postos de saúde, dito, convencionais, constituiu-se outro hiato. Se o encontro entre o Ocidente e a África foi acompanhado pelo necessário conhecimento das práticas medicinais africanas pelo primeiro, retirando-se-lhe apenas a sua dimensão mística e ritualista (TELES, s/d), paralelamente foi desenvolvido um conceito de combate a supostas práticas obscurantistas que deviam ser votadas ao abandono. Se tal atitude foi dinamizada pelas então emergentes metrópoles europeias, visando criar um espaço de manobra para introduzir os medicamentos de origem industrial, química e farmacêutica, então em desenvolvimento, o mesmo discurso foi continuado no período pós-colonial, em Moçambique e em variados quadrantes da África, no geral.

O único estranhamento nesse processo foi que, enquanto o Ocidente desaconselhava a continuidade do seu uso, relegando para o lado da bruxaria e do obscurantismo, continuou a procurar tais plantas com capacidades terapêuticas, e muitas vezes em situação de tráfico, envolvendo, segundo a Organização das Nações Unidas, centenas de bilhões de dólares anuais²², de onde sobrevivem provavelmente as parafarmácias e ervanárias europeias, sugerindo um equívoco/ paradoxo. Outrossim, embora esse Ocidente continue a capitalizar o uso de tais plantas com propri-

²¹ Mesmo o Zimbabwe que, aparentemente, é dominado por duas grandes línguas, o Shona e o Ndebele, as duas contabilizando cerca de 80% da população, o país apresenta pequenas representações de outras línguas dos países vizinhos no seu interior, em mais de uma dezena delas. Apesar de saber-se ser o Zimbabwe um país inclusivo, ao tornar oficial 16 línguas, o desenvolvimento de programas paralelos para todas as línguas condicionaria uma operação financeira incalculável, tratando-se, principalmente, de um país com fracos rendimentos econômico-financeiros.

²² Unctad quer mais atenção internacional com tráfico de plantas || ONU News. TELES, S/d.

edades medicinais, jamais chegou a redimir-se do fato de ter considerado como uma prática imunda no interior do “mundo africano”. Insere-se, nesse contexto, não apenas um tratamento ambivalente, mas, também, algum traço de desonestidade ética.

Para o caso de Moçambique, por mais que na situação pós-colonial tenha havido, formalmente, uma possível precaução para um tratamento cauteloso da questão da medicina ligada aos ervanários, tal como recomendara o III Congresso, preconizando-se a necessária “(...) valoriza[ção] [d]os aspectos positivos da medicina tradicional e elimina[ção] [d]as práticas obscurantistas (...) dinamiza[ndo] a investigação científica neste campo”²³; por mais que, em 1977, o Ministério da Saúde tenha criado um Gabinete de Estudos de Medicina Tradicional ou tenha, ainda, havido daí até 1980, uma investigação visando à classificação taxonômica das plantas e suas capacidades terapêuticas (CARVALHO, 2009); a sua concretização no plano real, no interior das comunidades rurais de Moçambique, fora das pessoas que, efetivamente, compreendiam as orientações, foi um autêntico descalabro. De fato, por causa do dominante iletrismo, nem sempre tais orientações tiveram uma interpretação à letra.

Desse desfasamento entre o legal/formal do meio urbano e sua concretização no meio rural, cometeram-se erros que possivelmente nunca foram notícia nos órgãos de comunicação social nacionais. De fato, houve situações em que curandeiros foram obrigados a queimar os seus ossículos e o conjunto de raízes que compunham os diferentes receituários para, em seguida, serem obrigados a consumir a cinza daí resultante, em um espaço público, como medida para o seu desencorajamento.

A rejeição de formas de socialização primária, como os ritos iniciáticos praticados entre o Rovuma e o rio Zambeze;²⁴ a introdução de Grupos Dinamizadores, Secretários do Círculo e da Célula, estruturas partidárias impostas por via de figuras exteriores ao sistema de agregação societal local, coincidindo com a integração ou construção de *persona non grata* e a introdução de um processo massificado de socialização do meio rural, colocando em causa o povoamento disperso que, por um lado, estava distribuído em função dos ecossistemas ecológicos que conseguiam responder à reprodução econômica local, sem grandes esforços de deslocamento para entreter as herdades familiares, campas familiares e culturas permanentes, todos eles puseram, no

²³ Documentos do 3º Congresso da FRELIMO, [1977], p. 72-73.

²⁴ O autor do presente artigo, e os seus coetâneos, foi sujeito a uma prática de iniciação, em 1980, de cerca de quatro horas. O processo foi conduzido da forma mais secreta possível, para uma cerimônia idêntica que, no período anterior ao da independência, podia levar até um ano, onde os neófitos eram socializados para a vida adulta de uma forma pragmática, em função das estações do ano e dos acontecimentos sociais que pudessem ocorrer em uma aldeia próxima do isolado nicho criado para os tais ritos de passagem. Esse caráter secreto era resultante da sua proibição oficial, de onde as pessoas sabiam que ao serem apanhadas receberiam a consequente penalização pública.

caso moçambicano, em confronto o meio rural e o partido que ora estava a implantar-se no mesmo meio.

Referindo-se ao caso moçambicano, Gentili, (1998), aponta que a Frelimo, enquanto grupo modernizador, ao não ter feito nenhuma consideração às tradições, terá penalizado o mundo tradicional camponês. Terá sido dessa forma que, no seu conjunto, ao terem sido vistos como um ataque ao *ethos* local, tais reformulações condicionaram, inversamente, a rejeição do respectivo mentor, isto é, o Partido Frelimo.

Se nos primeiros anos, circunscritos dentro do primeiro decênio após a emancipação política, existiu uma certa cumplicidade entre os sistemas montados e os governados, que eram a base de suporte dos novos Estados, logo depois desse período, tal realidade passou a desvanecer-se. Para tal, o neoliberalismo veio a constituir-se em acelerador do inicial desfasamento, a ponto de introduzir até um hiato entre os Partidos governantes e a tal base. Tenha sido teórica ou praticamente introduzido nos quatro países da África Austral, o neoliberalismo abriu oportunidades para que todo o mundo viesse a ter uma possibilidade de escolher uma de entre as v'arias possibilidades. Entretanto, tal extensão coincidiu, em um sentido reverso, com a introdução de práticas restritivas dos Estados, como quem quisesse defender-se desse novo mundo cada vez mais aberto a todos e para o espírito crítico. De fato, o neoliberalismo pressupunha uma liberdade que, entendida na acepção Hobbesiana, citado por Altusser, passou a representar um espaço vazio sem obstáculos e que permeia uma liberdade em movimentos internos e externos (ALTUSSER, 1993, p. 92).

Dessa acepção e para fins práticos desta discussão, subentende-se por movimentos internos todos os que possibilitem, no(s) indivíduo(s), a liberdade de pensar sem constrangimento, pensamento esse que pode ser complementado pela conseqüente exteriorização - os tais movimentos externos, traduzível sob forma de ação, ou mesmo na escolha de outras alas e formas de estar em cada uma das esferas sociais, sem se ficar atrelado a determinismo pré-concebido.

O enclausuramento dos partidos, em relação à suposta base de apoio, refletiu-se quase em todos os quatro países, de uma forma idêntica, tal como testificam os processos que, de ora em diante, passam a ser enunciados. A partir desta altura, em Angola, para limitar as propostas hobbesinas, houve, segundo Gomes, um “(...) controle partidário do Estado e da Administração Pública, a captação massiva numa lógica de privatização de recursos nacionais, o controle e a subalternização do sistema judicial, o cerceamento dos media, a política de neutralização da sociedade civil”(2009, p. 3). Essa viragem de Angola é assinalada por Vidal, (2016), que citando Zenha Relá, aponta que:

A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado (...). Muitos dos que, em 76, clamavam contra todos que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...). (p. 826).

Finalmente, sobre a mesma situação e processo de implantação desse movimento reversivo, Gomes (2009) aponta que:

Num contexto de um conflito civil atroz e da vigência de um sistema de partido único de inspiração marxista-leninista, Angola viveu um longo período de repressão, autoritarismo e violência, cujos efeitos foram sendo magnificados pelo desenvolvimento de formas de governação corruptas e excludentes” (p. 2).

Moçambique seguiu, *ipsis verbis*, a mesma fórmula, a ponto de, até na tentativa de silenciar a sociedade civil, ter vindo a chamá-la de agente ao serviço de Organizações estrangeiras, grupos de arruaceiros ou ser vista como inimiga do país. Da mesma forma que em Angola, de forma resumida, para este período de extensão do neoliberalismo para Moçambique, o Partido-Estado que se formatou durante esta fase tem trabalhado, segundo Matsimbe, citando Melber, 2002; Dorman, 2006; Meneses, 2015b, na base do *slogan*: “quem não está conosco está contra nós” (MATSIMBE, 2017, p. 72). Por essa via, os processos giram à volta dos integrantes do Partido Frelimo, de onde emergem processos clientelistas, cleptocráticos e, segundo Maschietto (2023), de patronagem, prática que, em outros países, é substituída pelo neopatrimonialismo.

A África do Sul, cujo primeiro quinquênio pós-colonial coincidiu com a expansão do neoliberalismo no continente africano, não teve, por um momento, a possibilidade de incrementar um monolitismo puro, nem implementar as políticas da esquerda, aparentemente desenhadas pelos movimentos de libertação. Para todos os efeitos, durante o governo de Mandela, a África do Sul, mais avisada sobre o seu precedente processo histórico e provavelmente pelos erros dos países da região, empreendeu, depois de 1994, um conjunto de medidas tais como: a contenção da violência física, através do Acordo de Paz Nacional; Criação de confiança e reforço da tolerância política; Estímulo do desenvolvimento como um meio a longo prazo para prevenir conflitos; Desenvolvimento de uma “abordagem estrutural, assumindo que as causas de conflito são estruturais e profundas; Garantia do regionalismo ou devolução da autonomia, bem como a instituição de nova política linguística; para além de uma abordagem institucional, envolvendo um Governo de Unidade Nacional e com executivos provinciais mistos, a instituição de Comissão da Verdade e Reconciliação e da ação afirmativa e igualdade no emprego (KOTZÉ, s/d, p. 1).

Entretanto, aquela característica que parecia esboçar uma ilha de convivialidade sul-africana dentro da África Austral, terá colapsado, quando, depois do mandato de Madiba, o acesso à governação passou a circunscrever-se em uma política de soma zero, com a implantação de processos de corrupção, nepotismo, cleptocracia e partidos divididos em linhas étnicas e raciais, com uma das maiores desigualdades e, principalmente, com o adiamento dos benefícios sociais, como a redistribuição da terra prometida desde 1994 e com um desemprego de até 29%.²⁵ Desta forma, o ANC veio colocar-se na rota comportamental dos outros partidos que nos outros três países da região em estudo estavam conduzindo nos respectivos Estados pós-coloniais, há mais ou menos década e meia. Sobre tal mudança, Siyabulela Mandela afirma que:

O ANC não é o mesmo (...) que nos libertou, que estava preocupado com assuntos de direitos humanos, bem como direitos econômicos e sociais da população. Não é o mesmo Congresso Nacional Africano dos nossos pais Fundadores, como Nelson Mandela e Oliver Tambo. Não é o ANC pelo qual eles lutaram. Este partido é agora uma máquina de fazer dinheiro, só se preocupa em exercer a cleptocracia (*Ibid.*).

A resultante desta nova realidade tem sido a frustração constante, principalmente nas camadas jovens do país, cujo elevado nível de insatisfação social passou a recair sobre grupos sociais estrangeiros. A caça a estes, em que os zimbabueanos e, com maior enfoque, os moçambicanos, são os mais vitimizados, (aliás, parece que todo o estrangeiro melanizado que é apanhado na África do Sul é de Moçambique!), tem sido recorrente, tal como ocorreu com a perseguição destes em uma condição xenófoba em 2008, 2015, 2019, 2022 e 2023 e que, durante este último ano, envolveu a queima seletiva de viaturas de moçambicanos que se fizessem à terra do Rand.

O Zimbabwe, da mesma forma que os outros Estados-Nações da África Austral, não escapou do comportamento tomado por estes no período em que o Neoliberalismo passou a ter sua influência também sobre o país. Depois de um curto período de tempo com alguma concórdia, na sequência de um período de graças, que acompanhou à junção da ZANU e a ZAPU e a posterior criação da ZANU-PF, que ditou a formação do primeiro governo do pós-independência, o país entrou em colapso institucional, por causa de contrariedades resultantes da ausência das propostas sugeridas quando da luta contra o regime de Ian Smith. Segundo Nicolau:

A percepção cada vez mais generalizada de que a liderança política zimbabweana está profundamente corrompida e se preocupa, acima de tudo, com o seu auto-enriquecimento, alimenta hoje uma boa parte dos protestos populares. Essa percepção (facilitada pelo ostentar de símbolos de *status*, como

²⁵ Alexandre, entrevista da TSF à Siyabulela Mandela, 07 Novembro, 2019.

mansões, automóveis de luxo, telefones celulares, etc.) anda de mãos dadas com a séria deterioração das condições gerais de vida e agudiza a sensibilidade pública, quer para os processos de acumulação de riqueza por parte dos governantes e das suas clientelas, quer para a ausência ou grave insuficiência dos recursos destinados a mitigar as dificuldades da maioria dos cidadãos.... A violência assume-se, assim, como um mecanismo de controle político privilegiado pelo partido dominante para tentar garantir a sua perpetuação (NICOLAU, 2002, p. 170).

Do que foi exposto até aqui, denota-se que por causa da forma de estar e comportar-se, os Partidos-Estado acabaram afunilando os espaços de manobra para todos os que não foram reconhecidos enquanto fiéis seguidores dos sistemas à frente dos destinos internos. Nesse quadro, seguindo a aceção de Luhmann, para demarcar até que ponto um país pode ser enquadrado na Modernidade, com uma parcial exceção sul-africana, as outras entidades políticas da África Austral em análise não se enquadraram nela. A razão desse não enquadramento funda-se no fato de nenhum dos respectivos sistemas políticos ter feito a dissolução da razão transcendente. A segunda razão alia-se à inexistência de um mundo sem centro, “ (...) onde proliferem visões rivais, (...) [um] mundo da contingência, [a qual] (...) conduz, antes de tudo, à realização de uma escolha, de uma seleção e ambas” (GOMES, 2009, p. 6), equivalente àquele mundo com liberdade sem obstáculos de Hobbes, anteriormente mobilizado. De fato, com alguma exceção sul-africana, onde o ANC tem deixado que outras organizações tenham algum espaço de manobra para lutarem pelos seus ideais, nos outros países, como em Angola, em Moçambique e no Zimbabwe, as pessoas são ensinadas a pensar em função dessa razão transcendente, em que a FRELIMO, o MPLA e a ZANU, respectivamente, é que têm a única e última palavra. Não dando possibilidades às outras organizações a aflorarem outras ideias e ideais sobre o respectivo país, a prática torna-se sinônimo de um discurso declaradamente monopartidário. Na situação moçambicana, Pedro, mobilizando Forquilha, afirma que:

não obstante essa heterogeneidade dominar todas as realidades sociais em Moçambique, ou melhor, ser uma característica imanente do país, e mesmo que no período pós-colonial o sistema montado tenha sido pretensamente igualitário, [este] mostra que [aquela heterogeneidade] não tem sido devidamente tomada em conta no processo da construção do Estado. Pelo contrário, a história da construção do Estado pós-colonial em Moçambique tem sido marcada pela negação da heterogeneidade e das diferenças” (PEDRO, 2023, p. 215-216).

Essa auréola monopartidária tem orientado o pragmatismo político, por mais que, em termos legais, haja princípios pluripartidários, e partindo do exemplo moçambicano, torna-se difícil achar-se uma lei que tenha vindo da oposição e tenha passado no Parlamento. Ademais, não há nenhuma manifestação que consiga concretizar-se vindo de fora das organizações que não

sejam da Frelimo (PEDRO, 2023). Entretanto, algo escapa a todos os governos monolíticos e elitistas, ao não considerarem que, seja em que organização for, jamais existiram, pelo menos de uma forma perene, poderes absolutos. A impossibilidade de existirem poderes absolutos, de forma eterna, resulta do fato de, tal como aponta Foucault, “não exist[ir]em relações de poder que sejam completamente triunfantes” (1994, p. 407) ou, tal como argumenta Fisher, pelo fato de todo o poder pressupor a existência de uma troca de dois termos de relações, cuja troca contempla alguma negociação (FISHER, 1994).

Ao não serem considerados estes pêndulos presentes no quadro relacional do poder, em resultado da ausência ou da incapacitação de movimentos similares àqueles que estão a conduzir os processos formais nos respectivos países ou de outros grupos que compõem a sociedade civil, os quatro movimentos correspondentes aos países analisados na presente discussão estão votados a governar com sucessivas crises e com o abandono das respectivas agendas, como tem ocorrido nestes países, até a fase hodierna.

Conclusões

Um olhar retrospectivo ao processo de condução dos movimentos de libertação e aos projetos a eles associados visando à sua implementação, logo depois da libertação política dos respectivos países, indicia a presença de duas realidades paradoxais essenciais e outras conexas, centradas no desencontro entre as propostas fundacionais e as políticas efetivamente implementadas no terreno no período pós-independência de Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. Genericamente, tendo partido de uma agenda social mais abrangente, acabaram desaguando em um monolitismo imperante, o qual foi móbil de distanciamento entre governantes e governados, mesmo que, de forma cega, os partidos governantes achem controlar a base social nos respectivos países.

O primeiro paradoxo situa-se ao nível do desatino entre a participação de vários movimentos na frente de combate, para um mesmo objetivo emancipatório, e a condução dos destinos nos quatro países, já no almejado período pós-independência, por única organização política. De fato, apesar dos processos terem começado com a participação de muitos grupos com um projeto convergente, os modelos montados neste último período, nos quatro países, com pequenas ressalvas no caso sul-africano, circunscreveram-se em dinâmicas monolíticas e excludentes logo à partida.

A exclusão dos outros movimentos que participaram na emancipação dos seus países não só retirou uma grande franja significativa das pessoas a eles ligados, como perverteu o real

sentido do conceito de “Partidos Históricos ou Libertadores” na medida em que, no lugar de contemplar a todos os demais grupos, sem exceção, propiciou que o termo fosse apenas reservado aos movimentos/partidos que tiveram a possibilidade de conduzir os processos políticos pós-emancipatórios. Correlativamente, os termos dirigentes históricos e o de veteranos, empregados em certas ocasiões para se referirem apenas a figuras ligadas aos quatro movimentos, entra no mesmo diapasão de análise, na medida em que, da mesma maneira que nenhum dos movimentos existiu, primeiro, fora da história, os membros de outras organizações não tiveram protagonismos não menos relevantes que os dos apelidados Partidos Históricos. Assim, o grau de veterano da luta armada nada diminuiria se o mesmo fosse aplicado, por exemplo, a um Jonas Malheiro Savimbi, em Angola; ou a um Uria Simango que, ao que tudo indica, esteve na frente até à aurora da independência. Aliás, mesmo para processos pós-coloniais, houve protagonistas que, no respectivo momento, lutaram por um ideal que marcou uma certa historicidade, seja em Angola ou em Moçambique, como, por exemplo, neste último país, Afonso Marceta Dhlakama.

Em abono da verdade, estas últimas figuras só não podem ser históricas em função das conveniências partidárias ou pessoais. Contudo, no seu tempo, dinamizaram processos pelos quais existem poucos ou nenhuns espaços de manobra para que não sejam considerados protagonismos da História Nacional. Fora isso, o que pode prevalecer é uma perspectiva pessoal, partidária ou consensual que pode adjetivá-los como bons ou maus no processo em que estiveram envolvidos. Mas tais juízos sobre o bom e o mal são, também, carregados de subjetividades e parcialidades, recorrentes em seres humanos, principalmente, quando se associem a benefícios mutuamente vantajosos.

A segunda realidade relaciona-se com o fato de, apesar dos movimentos terem se iniciado com agendas políticas predominantemente da esquerda ou, pelo menos, com uma visão amplamente igualitária, as práticas implementadas no pós-colonial terem sido dissonantes das premissas fundacionais, ao contemplarem apenas um pequeno círculo de pessoas acopladas aos partidos dirigentes, em razão não só do monolitismo introduzido, anteriormente indicado, mas, também, pela aplicação de uma forma de estar colonial. Esta forma de gestão, ao ter sido a única tida e conhecida pelos governantes, e cuja funcionalidade excludente inviabilizou a contemplação de todos os que, de forma premeditada, foram constituídos enquanto “Outros”, veio a constituir-se no primeiro fator que separou governantes e governados e uma das causas das posteriores crises sociais. De forma conexas, o caráter mais emblemático ou recorrente em todo este processo foi o de muitos deles terem partido da rejeição ao imperialismo, para, em um contexto restritivo da funcionalidade do Estado constituírem-se em verdadeiros imperadores internos em relação aos

grupos sociais presentes nos respectivos territórios, do que tem derivado a conotação dos partidários dirigentes de colonos internos. Esta situação resultou, certamente, da não dissolução da razão transcendente e pela contínua centralização dos atos políticos em único partido.

Se, nos quatro países analisados, os primeiros momentos a seguir às independências foram caracterizados por ações *moins reprochables* dos “Pais fundadores” dos recém Estados-Nações, constituindo-se em um grande freio de possíveis críticas aos sistemas monolíticos, aliando-se, ainda, as expectativas postas nos programas de ação pelos respectivos governos, tais processos não puderam resistir à expansão do sistema neoliberal para a região. Este veio reforçar a corrosão da relação inicial, aparentemente saudável, durante o primeiro ciclo quinquenal. Assim, as políticas pouco pragmáticas, ou que não abordaram objetivamente e de forma isenta os processos internos, em um momento em que as carências presentes em cada um dos países agudizaram-se, desaguaram em três processos: a predação de recursos públicos, o autoenclausuramento dos Partido-Estados e o uso da força bruta estatal para a defesa de interesses partidários, pessoais ou de grupo.

A condição predatória emergiu, tal como acima ficou assente, em um momento em que as elites procuraram, perante a introdução da economia de mercado, servirem-se do poder para fins grupais e pessoais, isto é, com a mobilização de recursos públicos para um usufruto privado, ações que, em última instância, resultaram em práticas clientelistas, de patronagem e cleptocráticas. Assim, o autoenclausuramento, capitalizado para contrapor à expansão das liberdades individuais e coletivas que, com a entrada do neoliberalismo, apanharam desprevenidos os Estados monolíticos, foi visto como primeira barreira contra possíveis críticas aos sistemas internos. A ação última foi a introdução de medidas repressivas, com o uso da força bruta, sempre que os Estados não puderam encontrar alguma alternativa para se defenderem das críticas em relação aos sucessivos anos de inércia administrativa.

Tenha sido uma ou ambas realidades, houve o agravamento da insatisfação generalizada dos meios sociais menos favorecidos e o contínuo afastamento destes em relação aos partidos para os quais haviam-se constituído em base de apoio social. Quanto a essa base de apoio, é necessário considerar dois aspectos que têm sido menos postos em consideração na análise da erosão relacional entre aquela base e os respectivos Partidos-Estado, que têm recorrentemente reclamado a posse da única historicidade e se apresentado como únicos representantes daquela base, a estilo, no caso moçambicano: “Moçambique é Frelimo” ou “Frelimo é o Povo”.

Se tais Partidos tiveram um apoio significativo entre os governados, deve-se ter em consideração que um contato pouco saudável ao longo de mais de quatro décadas, sem avanços significativos no cotidiano das pessoas comuns, ter-se-á constituído em fator de redução da

simpatia desse primeiro grupo de apoio. Igualmente, a base de apoio político com que os movimentos de libertação partiram, na década de 70 do século XX, entre as pessoas que se sentiam comprometidas com as “revoluções” por serem, de fato, ativas, já no século XXI deve contar-se com o seu esperado envelhecimento e desgaste.

Transcorrido mais ou menos meio século com um mesmo sistema, eivado de descabros socio-econômicos, com poucas perspectivas abonatórias ou à medida das expectativas do cotidiano de muitos moçambicanos, ou de nacionais de outros países com perspectivas paralelas, dificilmente conseguiu-se manter o mesmo ânimo ao da altura da independência entre os apoiadores dos Partidos-Estado. É assim que, à exceção de poucos com alguma integridade, tais membros de apoio com que os Partidos contavam nos anos 1970, pouco têm a perder em relação aos acontecimentos que têm tido lugar na atualidade e, desde que haja a continuidade de benesses, dificilmente ocorre algum clamor entre eles. O resultado tem sido uma intervenção que, dificilmente, tem estado longe do óbvio.

O segundo caráter dessa massa de apoio relaciona-se ao fato de maior percentagem da população politicamente ativa ser constituída por jovens que, sem algum contato direto ao que ocorreu durante o período emancipatório, senão a partir de narrativas construídas *a posteriori*, dificilmente criam alguma ligação durável com os denominados Partidos libertadores. Ademais, aquelas narrativas nem sempre têm o significado presente entre os que assistiram, *in loco*, a instauração da realidade pós-colonial, sejam os alvoroços desse período ou as guerras civis que existiram, por exemplo, em Moçambique e em Angola.

A ligação estabelecida por estes últimos tem sido, eventualmente, de forma mimética e esporádica; muitas vezes, sem convicção, tendo como mira vantagens que dificilmente proviriam em um curto espaço temporal, em um momento de permanente carência. A esse título, note-se que, mesmo apelando-se para o desdém a grupos que, anteriormente, foram considerados reacionários, como, por exemplo, a UNITA, em Angola ou o COREMO, em Moçambique, ou, muito recentemente, os que se envolveram em contendas militares, como por exemplo a UNITA, em Angola e a RENAMO, em Moçambique, tal discurso pouco tem impactado mentalmente sobre o grupo de jovens. De fato, mesmo situando-se em uma faixa etária que lhes permite participarem na vida política ativa, não puderam, entretanto, acompanhar a realidade da guerra civil. Se a puderam presenciar, tiveram a sua própria narrativa e lógica sobre ela, com a peculiaridade desta ter provindo de várias fontes. Esta nova realidade difere da única informação que era emanada pelos órgãos de informação oficiais no período monolítico e cuja difusão era antecedida de uma grande censura, razão da sobrevivência desse sistema.

O mesmo que ocorre entre os jovens de Moçambique e de Angola, poder-se-ia dizer em relação aos jovens sul-africanos que ouvem falar das barreiras raciais ou das políticas restritivas que existiram durante o Apartheid. Entretanto, atualmente, tais jovens estão em um ambiente onde, apesar das dificuldades, já acopladas ao ANC, não encontram tais barreiras que foram efetivas durante um largo espaço de tempo no seu país. O resgate de uma narrativa sobre o Apartheid do período precedente, em uma circunstância de dificuldades quotidianas agudas, tal narrativa acaba sendo ofuscada por estas últimas, que recaem sobre o governo do dia. Nesse âmbito, quer seja uma narrativa sobre a libertação, quanto uma outra referente às guerras civis, acabam tornando-se vagas para esta última camada. Para esta, o que conta tem sido a sobrevivência do momento que, não sendo conseguida, culpa-se à Frelimo, ao MPLA, ao ANC, a ZANU-PF que estão a governar; e nunca aos que têm sido colocados na condição de vilões da história dos diferentes países.

Das conjecturas feitas, seja para que um dos quatro países for, infere-se que deve haver o abandono da natureza transcendental presente nos Estados, deixando-se de apenas considerar a “filantropia partidária”, mais cinco por cento de Cécil Rhodes, que, mesmo que seja de forma inconsciente, está sendo aplicada pelos partidos dirigentes, ao contemplarem apenas, por via clientelista, os respectivos apoiadores, em detrimento da parte mais significativa da população. Correlativamente, tal ação exige a introdução de um novo figurino no comportamento redistributivo dos Estados-Nações, contemplando todos os demais cidadãos, mesmo àqueles que não comungam com as agendas dos que conduzem oficialmente os Estados. Tal redistribuição deve manifestar-se em alguns pontos que, por serem transversais, contemplem a todos os que estejam sob o mesmo *guarda-chuva* institucional supremo: o Estado e o respectivo sistema governamental. Para tal, é necessário que haja um diálogo permanente e uma desconstrução mental e epistêmica que permeie a integração das contrapartes construídas como “Outros”, “marginais”, “arruaceiros”, “reacionários”, entre outras denominações. Em abono da verdade, tais organizações e grupos jamais estiveram fora da História, nem durante o processo que antecedeu à construção dos Estados-Nações na África Austral, tão pouco, depois que foram colocados em uma condição marginal. Eles influenciaram e continuam a influenciar as dinâmicas internas em cada um dos Estados considerados, fazendo, também, história. Definitivamente, torna-se imperioso o seu resgate, em prol da manutenção de uma concórdia que, em última instância e de forma retroalimentar, garanta a sobrevivência de grupos e indivíduos em circunstâncias onde cada um tenha a possibilidade de fazer as suas escolhas sem que haja algum constrangimento exterior, seja ele implícito ou explícito.

O itinerário, até aqui seguido, induz uma resultante, segundo a qual, a emergência de uma realidade paradoxal, entre o projetado nas frentes de combate nos primórdios da instauração da insurreição armada, e o implementado na filosofia governativa durante o período pós-colonial, no interior das mesmas formações políticas, terá levado a uma erosão relacional entre o que antes foi convencionalizado como base de apoio daqueles movimentos, a favor de novos grupos políticos, ou à exacerbação de um descrédito à governança e a tudo a ela ligado, como mostram os índices relativos aos processos eleitorais, desde a sua instituição até à fase atual, nos quatro países concernidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Ricardo. Entrevista da TSF à Siyabulela Mandela, 07 Novembro, 2019, bisneto de Nelson Mandela, "O ANC de hoje é corrupto, a África do Sul está numa encruzilhada como país" (tsf.pt)

ALTUSSER, Louis. **L'unique tradition matérialiste**. Paris: Edition Hazan, 1993.

BATSÍKAMA, Patrício. Angolanidade: construção das identidades angolanas <https://www.pordentrodafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>

BERNARDO, João. **DEMOCRACIA TOTALITÁRIA. Teoria e Prática da Empresa Soberana**. [Sn], s/d.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 4.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa América, 1984.

BRANQUINHO, José A.G. de Melo. **Prospecção das Forças Tradicionais – Distrito de Moçambique**. Lourenço Marques: SCCI, 1969.

CARVALHO, Lázaro Messias de. **Doença e cura em África. Medicina Tradicional e Pastoral da Saúde no Povo Chuabo. Uma questão de inculturação**. Lisboa: Roma Editores, 2009.

CHANAIWA, David A África Austral. In: Ali MAZRUI, A; WONDJI, Christophe. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

FERRO, Marc. **FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA**. Edição revista e actualizada. Portugal, PEA, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1954 – 1988). III (1976-1979)**. Édition établie sous la direction de Daniel DEFERT et François EWALD. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Les Anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975** (Hautes Études). Paris: Gallimard le Seuil, mars 1999.

FRELIMO, **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais.** Microsoft Word - FRELIMO - DIRECTIVAS - 2005 - WORD.doc (marxists.org)

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença. ANÁLISE GLOBAL DE UMA GUERRA (MOÇAMBIQUE 1964-1974). **Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em História.** Universidade Portucalense. Porto: outubro de 2001.

GENTILI, Anna Maria. **O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana.** Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e as suas transições.** Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, 2009.

KOTZÉ, Dirk. **ÁFRICA DO SUL: GESTÃO DE CONFLITOS NUMA SOCIEDADE DIVIDIDA.** Departamento de Ciências Políticas, Universidade da África do Sul, [Dirk Kotze.PDF \(fes.de\)](http://Dirk.Kotze.PDF(fes.de))

MACHEL, Samora. **Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento.** Coleção 11- Palavras de ordem. Edição do Partido Frelimo. Maputo: INLD, 1979. [11.pdf \(marxists.org\)](http://11.pdf(marxists.org))

MACHEL, Samora Moisés. O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular. **Relatório do Comité Central ao 3º Congresso.** Documentos do 3º Congresso da Frelimo. [Maputo, sn, 1977] [Untitled \(marxists.org\)](http://Untitled(marxists.org))

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique.** Ano 2 / Nº 6 / Abr-Jun 2023, p. 155-175. [Vista do Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique \(emnuvens.com.br\)](http://Vista.do.Os.desafios.e.a.resiliencia.da.democracia.em.Moçambique(emnuvens.com.br))

MATOZO, H. C. Figueiredo, PEREIRA, L. M. Pires e ALMEIDA, V. F. C. de Almeida. UM ESTUDO SOBRE NELSON MANDELA E A LUTA CONTRA A SEGREGAÇÃO RACIAL DURANTE O APARTHEID. Encontro Internacional de Produção Científica, 2017.

MATSIMBE, Zefanias. Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique. In **Desafios de Moçambique 2017**, organizado por Luis de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco, 61-79. Maputo: IESE, 2017.

MAZRUI, Ali. "Procurai primeiramente o reino político...". In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília : UNESCO, 2010. p. 125-149.

MAZRUI, Ali. Introdução. In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-29.

NICOLAU, Victor Hugo. « Poder, clientelismo e violência política no Zimbabwe: a Terceira Chimurenga », **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 2 | 2002, 167-185.

ORRE, Aslak ; SALVADOR C. Forquilha. “Uma iniciativa condenada ao fracasso. O Fundo Distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique.” In: WEIMER, Bernhard. **Moçambique: Descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados**. Maputo: IESE, 2012, p. 168-196.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités Traditionnelles au Mozambique Colonial (1834-1974). Le cas des Mamwene de la Macuana (Nampula)**. Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea. École Doctorale Lettres, Pensée, Arts et Histoire, Université de Poitiers, 2010.

PEDRO, Martinho. Prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano. **Práticas da História**, n.º 15 (2022): 183-237, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

TELES, Edgar. As plantas medicinais e o tráfico negreiro versão nova. (texto apresentado no Symposium Internacional Homem, Natureza e Cultura no percurso da Modernidade)
(17) [As plantas medicinais e o tráfico negreiro versão nova | Edgar Teles - Academia.edu](#)
[Unctad quer mais atenção internacional com tráfico de plantas | ONU News](#)

VIDAL, N. de F. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 4, vol. 3, 815–854, 2016.

WILLIAMS, Rocky. The Impact of "Umkhonto We Sizwe" on the Creation of the South African National Defence Force (SANDF). *Journal of Security Sector Management*. Volume 2 Number 1 - March 2004. Published by Global Facilitation Network for Security Sector Reform University of Cranfield Shrivenham, UK. [The Impact of "Umkhonto We Sizwe" on the Creation of the South African National Defence Force \(SANDF\) \(columbia.edu\)](#)

Recebido em: 22/02/2024
Aprovado em: 15/07/2024



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

AGOSTINHO MOLESSE

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

MWEEMBE E A ORIGEM DOS YAAWO DO NORTE DE MOÇAMBIQUE

MWEEMBE AND THE ORIGIN OF THE YAAWO PEOPLE IN THE NORTH OF MOZAMBIQUE

RESUMO: O presente artigo conceitua a terminologia Ayaawo e analisa a origem do povo Yaawo de Mweembe, norte de Moçambique. O trabalho privilegiou a análise bibliográfica e as narrativas documentais de alguns autores que realizaram estudos sobre a origem dos Yaawo do Norte de Moçambique. A metodologia, essencialmente qualitativa, ocupou um lugar de destaque na pesquisa, na medida em que ela permitiu compreender melhor as dinâmicas sociais do povo Yaawo. A terminologia Ayaawo sofreu várias designações. Ela refere qualquer espaço geográfico físico que não tenha árvores frondosas, em que predominem arbustos e capim. Existem duas hipóteses da origem do povo yaawo. Uma que defende a origem do povo na região Ayaawo (Mweembe), a outra, e a mais aceite por vários autores, defende a origem dos Yaawo na região dos Grandes Lagos.

PALAVRAS-CHAVE: Norte de Moçambique; Mweembe; Yaawo; origem.

ABSTRACT: This article conceptualises the terminology Ayaawo and analyses the origins of the Yaawo people of Mweembe, northern Mozambique. The work favoured bibliographical analysis and the documentary narratives of some authors who have carried out studies on the origins of the Yaawo of northern Mozambique. The methodology, which is essentially qualitative, occupied a prominent place in the research, insofar as it allowed us to better understand the social dynamics of the Yaawo people. The terminology Ayaawo has undergone various designations. It refers to any physical geographical space that doesn't have leafy trees, where shrubs and grass predominate. There are two hypotheses about the origin of the Yaawo people. One favours the origin of the people in the Ayaawo region (Mweembe), the other, and the one most accepted by several authors, favours the origin of the Yaawo in the Great Lakes region.

KEY WORDS: Northern Mozambique; Mweembe; Yaawo; origin.

MWEEMBE E A ORIGEM DOS YAAWO DO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Agostinho Molesse ¹

Introdução

Embora haja abundância de documentos portugueses e de outros pesquisadores, a partir dos finais do século XVII e princípio do século XVIII e de algumas descrições gerais, a origem do povo Ayaawo do Norte de Moçambique, ainda que, não seja muito remota, devido à carência total de anotação que se enquadre na mesma época, é muito imperfeitamente conhecida. A sua teoria baseia-se em dados bem frágeis, em hipóteses e deduções sobre indícios muito controversos. Segundo MITCHELL (1956, p. 22) “uma das primeiras referências sobre os Ajauas foi feita por Dr. Francisco José de Lacerda, numa carta datada de 22 de março de 1798 e dirigida ao Ministro de Estado de Portugal”. Por sua vez, Alpers (1975, p. 76) relata que “o nome Yao foi referenciado pela primeira vez num relato francês sobre o norte de Moçambique. Os Yao vendiam, regularmente, marfim, na zona em frente à ilha de Moçambique”. Amaral (1990, p. 45) diz que “as primeiras referências escritas sobre os povos Ajaua apareceram nos relatórios de comerciantes portugueses fixados na ilha de Moçambique e na ilha do Ibo, de uma forma genérica, a partir do século XVII e, regularmente, durante o século XVIII”. Segundo LIESEGANG (s/d, p. 1) “até o século XVI, período da fixação dos portugueses na costa de Moçambique, o nome de Yao ainda não era conhecido, mas o grupo linguístico Yao já devia existir com este ou outro nome”. No que diz respeito à História do povo Yaawo, as narrativas documentais de ABDALLAH (1919) e Ce-MIUTE V-Amado Saïde (2019), constituem as primeiras exceções importantes.

Terminologia de Yaawo.

LIMA apud SANTOS (1964, p. 123) indica uma variedade sinonímia para os “Ajaos, Jauas, Ajaus, Mojaus, Jaus, Vaiáos”, inclinando-se, porém, para a grafia M'xaua. No entanto, ainda escreveram das seguintes maneiras: 'Ago, Agawa, Aclawa, Adjáo, Mgau, Zaus, Mudau, Mujao, Mujarros, Wahião, Walgao, Walijão, Yao, Veias, etc'. O povo Wayao também foi chamado por vários termos: Yao, Ayo, Veiao, Hiao, Wahiao, Wahaiao, Wahyao, Ayawa, Myao,

¹ Docente de História de Moçambique na Universidade Rovuma-Extensão do Niassa. Doutorando em História Contemporânea da África pela Universidade Pedagógica de Maputo. Mestre em História da Educação: currículo em Moçambique pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciado em História e Geografia pela

Achawa, Wajao, Adjao, Mujao, Mujanos, Adsawa, Adsoa, Mudsao (PEIRONE, 1967, p. 16). ABDALLAH (1919, p. 4) diz que a palavra “Yao refere o monte sem árvore, que tem só capim. As pessoas que nasceram ou habitam em redor do monte yao são chamadas Wayao, ou seja, gente da terra yao”. Mas, gente de Mweembe explica que “Yao não refere monte sem árvores, que tem só capim. Não existe monte com a designação yao. Yao é um espaço em que predominam capim e arbustos, pode ser uma zona planáltica ou não” (Ce-Miute VI, Ce-Ntaamila IV, Mateus Aly Buanar e Ajaba Aly).²

Na mesma sentença de raciocínio, a narrativa documental de Ce-MIUTE V-AMADO SAIDE (2019, p.7)³, explica que o nome “Yaawo não refere uma montanha, um rio, uma floresta ou uma escrava. É qualquer espaço geográfico físico que não tenha árvores frondosas, predominam arbustos e capim”. O nome Yaawo é originário do árabe, Aiawi, que significa *lançar semente*.⁴ Mais ainda, Ce-MIUTE V (2019, p. 7), refere que devido à heterogeneidade populacional, o nome foi sendo adulterado, passando a ter as seguintes variantes: “Aiao, Aiyawo, Iyawo, Yaeo Ayawo”. Durante o período da pesquisa de campo nos postos administrativos de Chiconono e Ligogolo, no distrito de Mweembe, constatamos que eram espaços geográficos quase planos, sem árvores frondosas, predominantes de arbustos e capim. Isso, não porque no passado mais remoto o homem teria praticado a agricultura, mas, sim, porque é um aspecto natural.

Os estudos atuais, visando à padronização das Línguas Moçambicanas, optam por outra forma de ortografia. Assim, os topônimos e antropônimos utilizados neste artigo foram escritos conforme a ortografia contida nos Relatórios de Padronização das Línguas Moçambicanas, produzido por Núcleo de Línguas Moçambicanas da Universidade Eduardo Mondlane (NGUNG, 2002, p.20). Baseando-se na ortografia decidida sobre os topônimos e antropônimos, os designados Wayao, passam a chamar-se Yaawo, isto é, o povo Yaawo, e não Wayao, Ajaua, Yao, etc. E quando se refere ao território dos Yaawo, é chamado Kuyaawo. Assim, ao longo da pesquisa usamos o termo Yaawo, para dizer o povo, Ayaawo para dizer pessoas pertencentes ao povo Yaawo, ou Kuyaawo sempre que desejar mencionar o território.

Origem dos Yaawo

Universidade Pedagógica de Maputo. Bacharel em História e Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo. agomolesse@yahoo.com.br

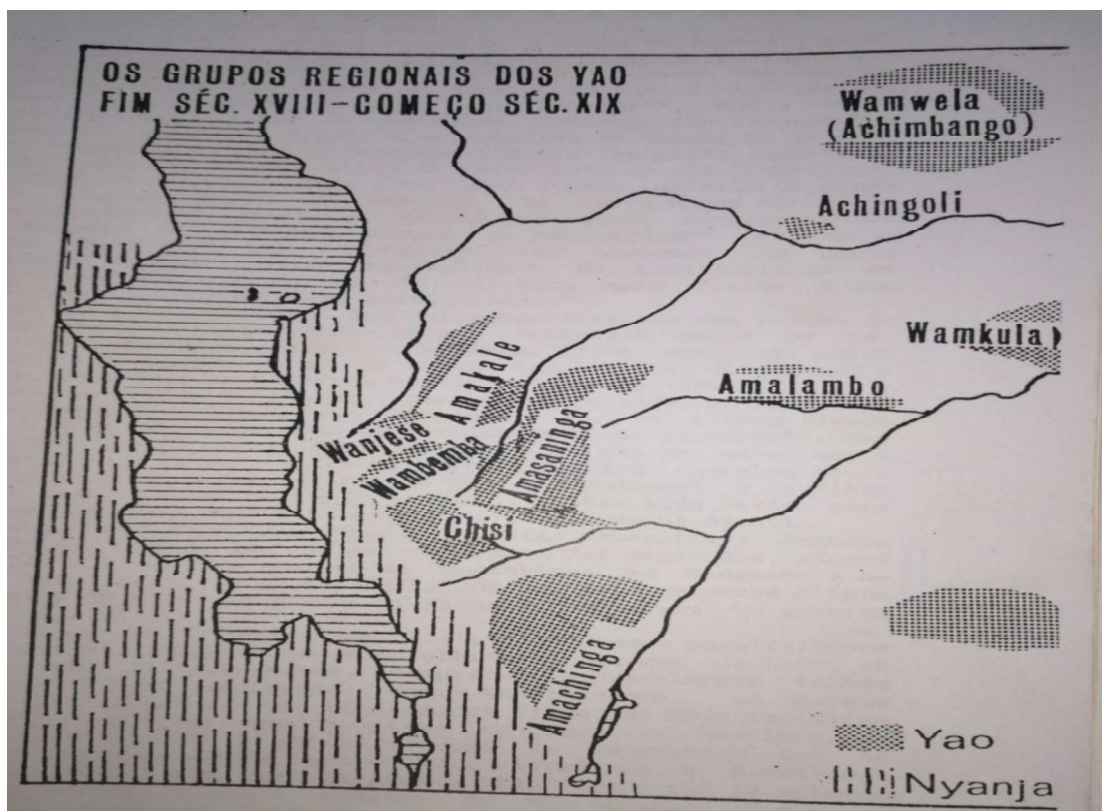
² Entrevista realizada coletivamente no distrito de Mweembe, 13 de Julho de 2021.

³ É uma narrativa documental manuscrita por Ce-Miute V, um dos reis da dinastia Miute. Atualmente o documento está nas mãos de Ce-Miute VI.

⁴ <https://www.facebook.com/videos>

A hipótese mais divulgada e conhecida é a de que os Ayaawo fixam a sua origem na zona que denominaram Yaawo-Licopólue (Mwikopolwe/Dikopolwee-Mweembe 1), delimitado pelo rio Lucheringo, ao oeste; pelo rio Lugenda, a leste; pelo rio Luambala, ao sul; e pelo rio Rovuma, ao norte. É uma zona rodeada por uma cordilheira que partindo do monte Oizulo (wisulu), se estende até Metônia, passando pelo Licopólue (Mwikopolwe/Dikopolwee) até Mkuya, atual Mecula (ABDALLAH, 1919, p. 1). Este deu, retrospectivamente, uma imagem do que teriam sido os principais grupos regionais entre os Ayaawo, nomeadamente, os Masaninga, que ficavam no monte Masaninga, os Amachingas no monte Machinga, os Amangoches no monte Mangoche, e outros grupos Yaawo. A seguir, apresentamos o mapa de localização dos possíveis grupos regionais Ayaawo nos finais do século e princípio do século XIX.

Mapa 3: os possíveis grupos regionais dos Ayaawo - fim do século XVIII e começo do século XIX



Fonte: LIESEGANG (s/d, p. 13)

Não existe a menor ideia da data provável dessa origem, nem das circunstâncias que a determinaram. Contudo, existem hipóteses que procuram explicar a origem dos Yaawo. Santos (1964, p. 118), baseando-se na velha tradição, apresenta a hipótese:

a vaga dos invasores vindos do Norte ter-se-ia bipartido, ficando uma parte ocupando a costa marítima e área limítrofe, enquanto a outra se dirigira para as margens do lago Niassa, seguindo, depois, para o sul. E até segundo uma lenda

indígena, fora no monte ajao (sic) ou oizulo que um guerreiro invasor, banido pelos seus irmãos, isto é, pelos companheiros de raça, encontrara, graças ao fato de ter sido guiado por um coelho, uma mulher aborígene também abandonada pela sua tribo. Logo construíram uma família que, após algumas gerações, abandonou aquelas paragens para se internar na Niassalândia, onde, efetivamente, ainda hoje, habita um povo Jao⁵ que afirma ter a sua origem naqueles montes.

Embora esta informação oral tenha caráter de uma lenda, fornece fatos históricos interessantes sobre o movimento populacional da época e da origem dos Ayaawo. A ligar a ideia, SIK apud PEIRONE (1967) também sublinha as migrações dos Ayaawo, mas chega a uma conclusão algo diferente da de SANTOS. Embora reconheça as migrações dos povos, contesta a ideia de que as migrações dos povos tinham duas direções: uma que ocupou a costa marítima, a segunda dirigiu-se às margens do Lago Niassa e, mais tarde, foi ocupar a atual região Ayaawo. Com base nessas novas investigações, SIK apud PEIRONE (1967, p. 33-34) afirma que:

Todos os povos da parte sul do continente africano, com exceção de algumas tribos do grupo Khoi-saan, pertencem a uma grande família linguística, ao grupo dos povos bantos... Todos os povos bantos estão, em maior ou menor grau, relacionados não só na sua língua, mas também na sua cultura. Deve-se considerar que a terra natal dos bantos, aquela de onde eles se originam e onde eles se dispersaram em direção a outras partes da África Austral, está no interior da África Equatorial Oriental, na região dos lagos... Ao longo de vários séculos, a África Oriental testemunhou a luta das tribos bantu e dos povos hamitas. Guerras centenárias, relações econômicas e culturais e mistura física tiveram consequências diferentes para as diferentes tribos bantas.

Em geral, cada tribo Bantu percorreu uma das três rotas indicadas abaixo:

1. Algumas tribos... submeteram-se a eles (hamitas) e misturaram-se fisicamente com o povo hamita.
2. Outros foram capazes de... permanecer em seu território ou (e isso acontecia frequentemente) escapar do poder e influência dos hamitas, mudando (frequentemente, várias vezes), o seu local de residência foi abandonada.
3. Outros, ainda, escaparam ao poder e à influência hamita, não só abandonando, sob a sua pressão, os seus locais de habitação iniciais, mas, também, abandonando completamente, durante as sucessivas transmigrações, os territórios sujeitos a invasões e ataques. A África Equatorial a dirigir-se uns para o sul e outros para o oeste... Assim ocorreu a divisão dos três grandes ramos dos povos Bantu, nomeadamente Bantu Oriental, Bantu Meridional e Ocidental...

Outrossim, o autor afirma que a migração de tribos da África Equatorial para a África Austral ocorreu em três ondas sucessivas. A primeira vaga ainda não trouxe as tribos Wamakoua⁶ e Wayao⁷ para a África Austral, mas apenas para

⁵O povo Jao parece referir-se os atuais Ayaawo.

⁶ Este nome parece referir-se os atuais Makhwa .

as regiões mais meridionais da África Equatorial Oriental, nomeadamente para a região entre os rios Rowvma (sic) e Zambeze (posteriormente, no século XIX, estas duas tribos regressaram parcialmente às regiões meridionais da atual Tanganica)... As mudanças sofridas durante as suas emigrações podem ser resumidas nos seguintes quatro pontos: a) na sequência dos seus movimentos frequentes, o cultivo da terra foi relegado para segundo plano, enquanto a criação de gado, único meio estável e seguro de garantir a sua vida, adquiriu importância excepcional; b) A organização tribal assumiu o caráter de organização militar permanente de organizadores e dirigentes militares; c) Durante as migrações e as guerras, formaram, frequentemente, federações tribais que, no entanto, tinham exclusivamente o caráter de aliança militar e na maioria dos casos se desintegraram e desapareceram tão rapidamente como foram formadas; d) como resultado de guerras contínuas, o número de mulheres em todas essas tribos excedeu em muito o de homens e isso, necessariamente, fez com que a poligamia se espalhasse amplamente.

A tese de SIK aproxima-se das teses de outros autores que também se referem à região dos Grandes Lagos como centro da origem dos povos de língua bantu. Naturalmente, os Yaawo, sendo parte integrante dos povos de língua bantu, parece fazer sentido pensarmos que estes são originários dos grandes lagos. Mais ainda, sobre a origem dos Ayaawo, ALPERS (1969, p. 406), reporta que antes das grandes migrações para o sul do Malawi; e norte para o sul da Tanzânia, que começaram na segunda metade do século XIX, “existiam grupos Yao pouco conhecidos, nomeadamente-Cimbango, ou Mwela, Yao, que moravam em todo o rio Ruvuma (sic), no que são agora os distritos de Songea e Tunduru da Tanzânia”. Outrossim, ALPERS (1975, p. 16) realça que “desde muito cedo, provavelmente no início do século XVII, os yao haviam ocupado uma extensa área de território, que se estendia do sudeste do Lago Nyassa ao longo do Rovuma”.

Depois de algumas décadas dos primeiros estudos, foram realizadas pesquisas sistemáticas, destacando-se o estudo de EHRET (2010, p. 542) sobre história de movimentos de população e intercâmbios culturais no interior da costa da África oriental, tomando como ponto de partida de análise entre o Lago Niassa e o Lago Vitória, que faz revelações interessantes sobre os movimentos populacionais, e dá seguinte informação:

No início do século XII, uma segunda e importante região de povoamento bantu se estendia ao longo da borda meridional da África oriental, próxima do extremo norte do lago Niassa-Malavi (sic). Na região montanhosa da ponta nordeste do lago é possível localizar a sociedade protonjombe. A língua njombe é a ancestral dos idiomas modernos ekikinga, kihehe, ekibena e sango. Outra comunidade bantu que falava uma forma antiga do ikinyakyusa vivia a oeste dos Njombe, muito provavelmente na mesma região dos atuais Wanyakyusa. A noroeste de seu território, ao longo do corredor montanhoso entre os lagos Tanganica e Niassa, dois outros povos bantu falavam dialetos divergentes da língua comum ao corredor; próximos dos antigos Wanjombe e dos Wanyakyusa situavam-se os Protonyiha, e, a oeste destes, os Protolapwa. No extremo sudeste

⁷ Sem dúvida, referem-se os atuais Ayaawo de Mweembe.

dessa região de populações bantu, os Protossonge e os primeiros Wapogoro eram, respectivamente, os vizinhos meridionais e orientais dos Njombe, enquanto os grupos que falavam línguas que originaram o **chiyo**⁸, o **chimakonde**⁹ e o **chimwera** (o sublinhado é nosso) espalhavam -se ao longo e a leste do rio Ruvuma, provavelmente até o litoral do oceano Índico. Toda a região da extremidade setentrional do lago Niassa foi, ao mesmo tempo, o ponto de partida de importantes movimentos de expansão bantu e a área onde ocorreram, entre 1100 e 1600, migrações internas consideráveis. ¹⁰”

Esta tese converge com a tese de SIK sobre a origem dos Yaawo, embora possam diferir no detalhe de alguns aspectos. Ainda sobre a origem dos Yaawo, LIESEGANG [s/d, p.13] (mimeo), embora não sejam escritos conclusivos, afirma-se que havia, antes do começo das migrações, alguns núcleos yao fora das atuais fronteiras de Moçambique, em Mangoche e ao norte do rio Rovuma, por volta de 1830. Também se cita que os yao (sic) estavam, nessa altura, diferenciados em diversos grupos regionais, mas sem um governo central. Da mesma forma, Liesegang relata-nos que a migração Yao, a partir da região entre o Lago Niassa e o Lago Vitória, provavelmente terá obedecido duas direções: uma orientada para a parte ocidental, que permitiu a sua chegada no Malawi; e a outra, orientada para a parte oriental que lhe levou até no atual território moçambicano.

A ligar a ideia, Ce-MIUTE V¹¹-AMADO SAIDE (2019, p. 7-9), um dos principais chefes Ayaawo, na sua narrativa documental, *História do Reino Miute: contando História do Reino Iyao (2019)*, informa que os “Iyaos (sic) vieram do Egito¹², designado por Marca Latinha. O grupo era constituído por 90 pessoas, chefiados por Canhale Iacobo”. Ao longo do percurso, o chefe Canhale decidiu mudar o nome, passando a designar-se por “Nompota, que significa não sabemos aonde vamos, só vamos andando”. Ainda, de acordo com o autor, “depois de três meses de caminhada, chegaram a Tanganiyka, na zona de Tunduro. De Tunduro rumaram até o local onde deságua o rio Luchiringo, junto ao rio Rovuma. Aqui, ficaram 10 anos. Durante a permanência, o grupo realizava trocas comerciais com os árabes que vinham da praia de Cabo Delgado”.

Mais ainda, o autor afirma que, no processo de trocas comerciais, os árabes perguntaram o chefe Canhale, nos seguintes termos: “você, chefe Canhale, só fica aqui sem defesa de armas?

⁸ Provavelmente é o atual povo Ayaawo.

⁹ Parece ser o atual povo Makonde.

¹⁰ O autor explica que as semelhanças que aparecem no vocabulário essencial das línguas songe, calculadas a partir da lista utilizada por D. Nurse e D. W. Phillipson (1974) são de mais ou menos 70%. A comparação com as datas adotadas (sic) por esses autores sugere que a diferenciação no songe começou há cerca de mil anos. A porcentagem (sic) de semelhanças entre as línguas chiyo, chimakonde e chipogoro e entre essas línguas e o songe é menor, o que leva a pensar que já existiam diferenciações desde o início do século XII”

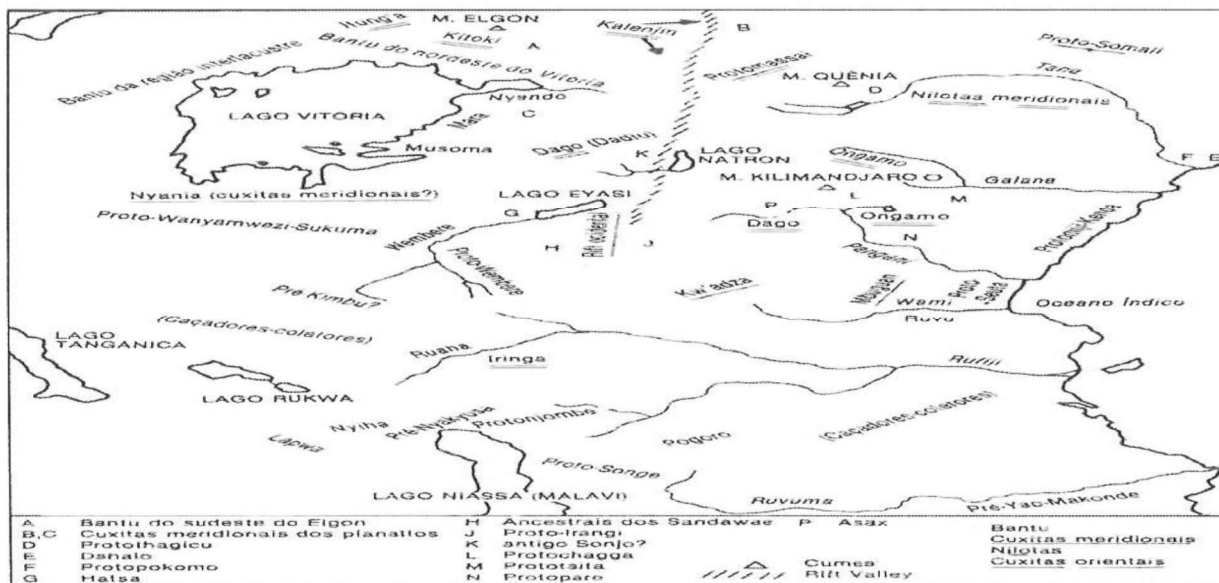
¹¹ Miute, significa *deu-lhe arma para se defender*.

¹² É provável que seja a região dos Grandes Lagos

O chefe respondeu que “sim, eu não tenho. Os árabes de Kilwa deram-lhe três espingardas de armas de fogo”. Daí o chefe Canhale Iacobo ou Canyale declarou que, a partir de então, “nós somos Miutes, que significa *já temos armas para nossa defesa no futuro*”. A partir daqui, o grupo dividiu-se em três: “O primeiro grupo de pessoas que falavam a língua Maconde foi onde nascia o sol (este), hoje Cabo Delgado”; o segundo grupo, constituído por “macua (sic) foi fixar-se na atual província de Nampula”; e o terceiro grupo de Miute, portanto dos Yaawo, foi ao pôr-do-sol (oeste) que é hoje Metangula. Todos falavam a língua Iyao”. Outrossim, o autor reporta que “de Metangula, o grupo foi à zona designada Lupaço, nas margens do rio Luchiringo, de onde morreu o chefe Canhale”. Este foi substituído por seu sobrinho, “Miute II. Do Lupaço, o novo chefe foi fixar-se em Ludila, ao pé da montanha chissocomo, hoje chamado de Licopolwe ou Dikopolwe. Daí os Aiyawi (sic) espalharam-se no planalto”. Segundo o relato do autor, Chissocomo era uma zona desabitada.

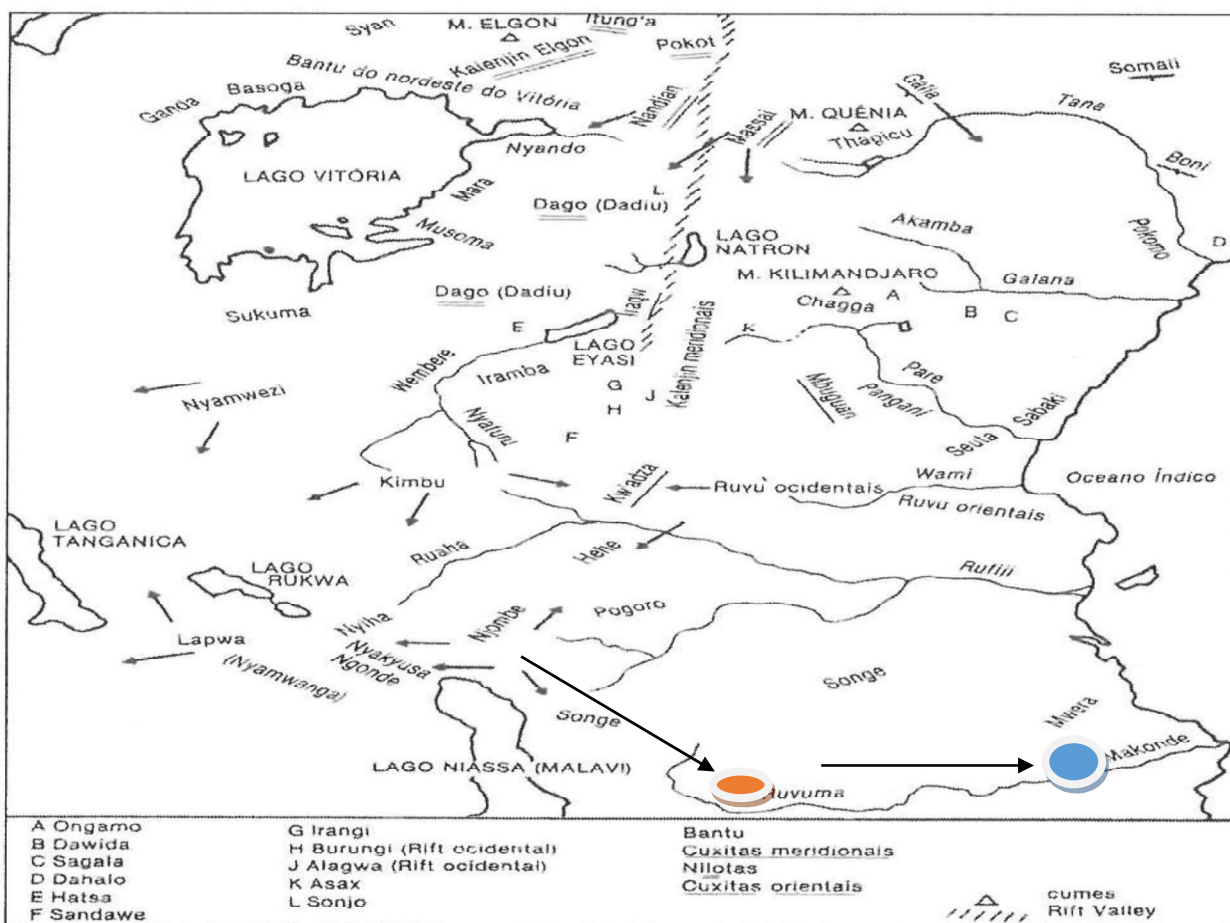
Mas, a narrativa documental de ABDALLAH (1919) não fala sobre o reino de Miute, provavelmente, ou os seus informantes podem ter suprimido informações sobre este ponto importante, ou a história de ABDALLAH tinha fins didático-propagandísticos e focalizava as dinastias mais poderosas na zona do Niassa, que mais resistências opuseram à conquista colonial. Também não entrou nos detalhes dos movimentos de grupos que não pertenciam ao grupo masaninga. Em outros casos, certamente, porque a atuação dos chefes não valia a pena ser contada, na sua maneira de ver. É exemplo disso, dos chefes Miute II e III que Ce-MIUTE V classifica de homens fracos e sem dinamismo para contrariar as ações de Ce-Nyaambi, considerado viente, estrangeiro (que em língua ciyaawo designa *jwakwika* ou *jwalendo*). Observando os dois mapas a seguir apresentados sobre percurso provável seguido e da localização aproximada dos povos do interior da África Oriental no século XII, parece-nos ser as informações de Ce-MIUTE menos controversas, dando-nos uma descrição condizente com a tese de EHRET (2010).

Mapa 4: Localização aproximada provável dos povos do interior da África Oriental no século XII



Fonte: Ehret (2010, p. 556). Entre a costa e os Grandes Lagos, adaptado pelo autor, 2019

Mapa 5: Localização aproximada provável dos povos do interior da África Oriental no século XII



Fonte: Ehret (2010, p. 557). Entre a costa e os Grandes Lagos, adaptado pelo autor, 2019

Legenda: Yaawo Makonde

Os dois mapas ilustram determinado argumento que defendi na tese. Se, de fato, o que foi descrito for confirmado como verdade, a tradição comum que fixa os Ayaawo à sua origem na região de Mweembe, entrará em crise. Diante da falta de pesquisas arqueológicas e linguísticas, não é possível chegar a conclusões definitivas.

Conclusão

A terminologia Ayaawo sofreu várias designações. Ela se refere a qualquer espaço geográfico físico que não tenha árvores frondosas, onde predominam arbustos e capim. Existem duas hipóteses da origem dos yaawo: Uma que defende a origem do povo na região yaawo; e a outra, que defende a origem dos Yaawo na região dos Grandes Lagos. A primeira, defendida por Yohanna Abdallah, parece resultar do fato de o autor não ter entrevistado outros grupos Ayaawo, tendo se limitado ao estudo da história do grupo amasanninga. Este grupo, provavelmente, pode ter suprimido informações sobre este ponto importante, querendo supervalorizar à sua história, ou a história de Abdallah. Tinha fins didático-propagandísticos e focalizava as dinastias mais poderosas, na zona do Niassa, que mais resistências opuseram à conquista colonial. Também não entrou nos pormenores dos movimentos de grupos que não pertenciam ao grupo masanninga. Em outros casos, certamente porque a atuação dos chefes não valia a pena ser contada, na sua maneira de ver. É exemplo disso dois chefes Miute, II e III, que Ce-Miute V classifica-os de homens fracos e sem dinamismo para contrariar as ações de Ce-Nyaambi. A segunda hipótese, a mais aceita por vários autores, defende que os Yaawo e outros povos de língua bantu são originários da região dos Grandes Lagos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALLAH, Yohanna. B. **“Wayao’we”**. Traduzido da língua Cyao pelo Padre Calandri. U.M.C.A.: Unango, 1919.

ALPERS, Edward A. Trade, state, and society among the Yao in the nineteenth century. In. **Journal of African History**, v. 10, nº 3, p. 405 – 421, 1969.

ALPERS, Edward A. **Ivory and Slaves**. University of California Press, 1975.

AMARAL, Manuel Gama. **O povo yao: subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação tropical, 1990.

Ce-MIUTE V, Amado Saide. **Narrativa documental de História do Reino Miute: contando História do reino**. Cidade: Lichinga, 2019.

EHRET, Christopher. Entre a costa e os grande Lagos. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História Geral de África, vol. IV: África do século II ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 539 - 558.

LIESEGANG, Gerard. **História do Niassa ca. 1600-1918: Estados, política e economia no período pré-colonial e a conquista colonial**. Maputo, [s/d] (mimeo).

NGUNGA, Armindo. **Elementos da Gramática da Língua Yao**. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

PEIRONE, Frederico José. **A Tribo Ajaua do Alto Niassa (Moçambique) e Alguns Aspectos da sua Problemática Neo-Islâmica**. Vol. I. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1967.

SANTOS, N. Valdez dos. **O desconhecido Niassa**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

Recebido em: 25/11/2023

Aprovado em: 27/03/2024